

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
NÍVEL DOUTORADO

O GRITO!
DRAMATURGIA E FUNÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

FERNANDA BUSANELLO FERREIRA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
Strictu Sensu, da Universidade de Federal do Paraná,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Manoel E. A. Camargo e
Gomes

Co-orientador: Prof. Dr. Germano A. D. Schwartz

CURITIBA

2013

FERNANDA BUSANELLO FERREIRA

O GRITO!

DRAMATURGIA E FUNÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, da Universidade de Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Manoel E. A. Camargo e
Gomes

Co-orientador: Prof. Dr. Germano A. D. Schwartz

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
NÍVEL DOUTORADO

A tese intitulada “**O Grito! *Dramaturgia e Função dos Movimentos Sociais de Protesto***”, elaborada pela aluna **Fernanda Busanello Ferreira** foi julgada adequada e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, para a obtenção do título de **DOUTOR EM DIREITO**.

Curitiba, 10 de setembro de 2013.

Prof. Dr. Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes,
Orientador da Tese

Prof. Dr. Germano André Doerdelein Schwartz
Co-Orientador da Tese

Apresentada à Banca integrada pelos seguintes professores:

Presidente: Dr. Manoel E. A. Camargo e Gomes – Orientador (UFPR) _____

Membro: Dr. Celso Fernandes Campilongo (USP) _____

Membro: Dr. Celso Luiz Ludwig – (UFPR) _____

Membro: Dr. Luís Fernando Lopes Pereira (UFPR) _____

Membro: Dr. Raffaele De Giorgi (UNISALENTO/Itália) _____

Dedicatória

A meus pais Carlos e Fátima e, de modo especial, a minha irmã Fabiana.
Por serem minhas heterorreferências, por nunca bloquearem a minha autopoiese,
me aceitando exatamente como sou, com meus limites de sentido claramente
delimitados e, ainda, por terem exercido tão profundamente a função da família: a de
incluir as pessoas em sua inteireza num âmbito repleto de intimidade. Nossa família
sempre foi codificada pelo amor! Isso diz tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Luis Alberto Warat por ter me apresentado e indicado como profissional ao Professor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, o qual, sem dúvida, foi o maior incentivador e responsável por meu ingresso no PPGD/UFPR. Ao Professor Manoel devo o carinho de filha (simbólica) e a gratidão por ter tornado meus caminhos acadêmicos possíveis em Curitiba. Pela orientação de minhas pesquisas desde o início da longa caminhada, obrigada.

Ao Professor Germano André Doerdelein Schwartz por ter aceitado a Co-orientação desta tese e pelas valiosas recomendações. Pelos incentivos e indicações de leitura, pelos acréscimos de conteúdo e correções interpretativas, meu eterno agradecimento.

Ao Professor Raffaele De Giorgi, por ter tão bem me recebido na Universidade de Salento, em Lecce, no chuvoso e frio janeiro de 2012, tendo me apresentado à tese do Professor Celso Campilongo, escrita para o concurso de Docente Titular da USP, cuja leitura efetivamente promoveu uma guinada em minhas pesquisas. Pela paciência com as minhas dificuldades e pelas preciosas considerações ao trabalho, quando ele era apenas uma proposta.

À Professora Nuria Belloso Martin, pela tão gentil acolhida em Burgos, sendo mais que uma orientadora, um grande exemplo de humanismo docente. Por incentivar-me a perseguir meus sonhos e pelo exemplo de humildade acadêmica.

À CAPES e ao PPGD/UFPR pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche, sem a qual esta tese não teria sido realizada da mesma forma. Pelos sete meses de pesquisa fora do país terem me tornado uma pesquisadora melhor.

Ao Professor José Antônio Peres Gediel, profissional extremamente humanista, cuja prática e pesquisa convergem, o que é raro. Por ter se tornado um exemplo para mim desde a minha banca de admissão no PPGD/UFPR. Igualmente, aos Professores Luis Fernando Lopes Pereira, Celso Campilongo e Francisco Duarte, pelo voto de confiança dado na qualificação desta tese. Por acreditarem que esta pesquisa pudesse ser concluída em tempo hábil. Obrigada.

Aos meus primeiros orientadores na academia, Professores João Martins Bertaso e Leonel Severo Rocha, cuja presença intelectual nesta tese é muito forte e sem os quais eu jamais teria alçado este voo.

Aos amigos da ABRASD, cujo III Congresso tive a honra de ajudar a organizar, pelos sonhos partilhados, por serem exemplos de profissionais e pelas trocas profícuas.

Aos meus empregadores Unibrasil e Univesidade Positivo, na pessoa de seus Coordenadores, respectivamente, Professora Marta Tonin, Prof. Roberto Di Benedetto e também aos ex-coordenadores Professora Estefânia Barboza e Professores Marcos Alves e Eros Cordeiro, pela concessão de licença para fins de estudos. Pelo apoio, fundamental, nos últimos seis meses do prazo para conclusão desta tese.

Aos meus colegas de profissão e amigos, inumeráveis – felizmente – pela compreensão com as minhas ausências e apoio nos dias difíceis. Especialmente, a minha família espanhola e aos amigos que fiz na Itália que amenizaram os momentos de solidão derivados da imersão na pesquisa para a realização desta tese. Aos queridos colegas que realizaram substituições no último mês da escrita desse trabalho, a certeza de que a fraternidade existe e meu eterno agradecimento.

Aos meus alunos por serem o principal motivo de todo o meu esforço. Pelos desafios que me apresentam terem me levado ao desejo de pesquisar com maior profundidade todos os temas que tenho o dever de ensinar. Pelo crescimento mútuo. Pela luta cotidiana. Por terem me tornado uma profissional melhor. Pelas críticas e elogios. De modo especial aos meus monitores por todo o apoio e comprometimento que foi crucial para a concretização desta pesquisa.

Ao Leonardo Jacomel, meu companheiro durante três dos quatro anos de doutoramento, por ser o porto no qual se ancora a maior parte das reflexões sobre arte que se encontram nesta tese.

Por último e mais importante, aos meus pais e minha irmã a quem eu dedico não só esse, mas todos os trabalhos que realizei e realizarei em minha vida. Pela benção que é tê-lo sempre juntos, tão perto, mesmo tão longe.

“A maioria das doenças que as pessoas têm
São poemas presos.
Abscessos, tumores, nódulos, pedras são palavras
calcificadas,
Poemas sem vazão.
(...).

Pessoas às vezes adoecem da razão
De gostar de palavra presa.
Palavra boa é palavra líquida”.

(MOSÉ, Viviane. *Pensamento Chão*. Rio de Janeiro Sete Letras: 2001).

**Porque a sociedade só existe quando há comunicação, seja ela um poema, uma dança, um
movimento social de protesto ou uma obra de arte...**

RESUMO

O objetivo desta tese é o de descrever a dramaturgia e a função dos movimentos sociais de protesto no âmbito da sociedade moderna. As observações realizadas partem do instrumental teórico e metodológico advindo da teoria dos sistemas sociais de Niklas LUHMANN. A maioria das representações que tratam dos movimentos sociais são desacopladas de uma teoria da sociedade, bem como articulam muito pouco o campo jurídico e político em suas abordagens. Trata-se de lacunas teóricas que pretendem ser sobrepujadas por meio desta pesquisa. Sem desconsiderar a existência de outras abordagens, justifica-se a introdução de uma nova observação, uma vez que dependendo das distinções das quais se parte, são distintos também os resultados, distinta será a construção da realidade. Dada a relação estreita e cada vez mais significativa entre movimentos sociais de protesto e meios de comunicação de massa, bem como a partir da ressignificação do conceito de opinião pública, pretendeu-se indicar como um tema dos movimentos, refletido no espelho da opinião pública e tornado conhecido pelos meios massivos, logra ser tema da política. A política é considerada no horizonte desta tese como um dos sistemas parciais da sociedade, binarizada pelo código governo/oposição e que opera de forma fechada, autopoietica e autorreferencial. Em sendo assim, foi observado como, por meio de sua própria memória, a política elege temas do entorno ou temas já tidos como relevantes para decidir de forma coletivamente vinculante. Uma vez que a política toma uma decisão, esta se torna material jurídico. O direito também é considerado, nesta tese, como um sistema que faz parte da sociedade e que operando com o código direito/não direito constrói a partir de si mesmo tudo que seja jurídico. A dúvida mitigada, neste ponto, diz respeito às (im)possibilidades dos movimentos sociais de protesto introduzirem seus temas no direito, isto é, foi observado como se dá a evolução jurídica e perquirido se os movimentos sociais de protesto tem alguma função nas aquisições evolutivas do direito. Nessa senda, observou-se a produção de decisões jurídicas como dotadas de risco, o que se constitui em tema contínuo para os movimentos sociais de protesto que reflexionam sobre questões que os sistemas funcionais (política, direito) deixam de selecionar. A sociedade moderna, que criou a semântica do risco,

propicia aos movimentos sociais de protesto infinitos temas para protestar. Contudo, o que não podem ver os movimentos sociais de protesto é que o risco não se contrapõe à segurança e sim ao perigo. Novamente, reitera-se que não há decisões nem caminhos seguros contra o futuro e isto significa que por mais que se problematize e se universalize, escandalize e dramatize este tema (risco), não há como optar pelo lado seguro. A sociedade moderna está abandonada a si mesma. Os movimentos sociais de protesto não veem melhor que os demais sistemas (como acham que veem – este é seu maior ponto cego), contudo são cruciais para permitir a reflexividade e aumentar a complexidade social. Tampouco Niklas LUHMANN colocou-se no lugar soberbo de quem observa melhor a sociedade. Com estas reflexões encerra-se a pesquisa contrapondo a perspectiva sistêmica de observação dos movimentos sociais de protesto com as distinções marcadas pelas principais e clássicas teorias sobre os movimentos sociais, escancarando seus pontos cegos. Neste momento, anuncia-se o que se observa como sendo a função dos movimentos sociais de protesto, descreve-se as aquisições evolutivas da sociedade complexa e discute-se a impossibilidade dos movimentos sociais de protesto serem revolucionários ou subversivos como aludem as teorias clássicas. É com tom um tanto quanto pessimista, prefere-se o uso do termo realista, que a pesquisa tem fim observando que os temas dos movimentos sociais de protesto não tem influência direta nos sistemas político e jurídico. A revolução dos revolucionários é tão somente uma revolução semântica. Tendo isto em conta, ao final da pesquisa, como apêndice, fez-se uma pausa antropofágica do marco teórico principal da tese, apenas para afirmar que os críticos não sabem do que falam quando sumariamente colocam a teoria sistêmica na fogueira de suas verdades. Introduzindo esta diferença para fazer a diferença, pensa-se ter contribuído com uma observação que, partindo de outra distinção, produziu um novo sentido. Declara-se, então, aberta a caixa de pandora da improbabilidade comunicacional, os temas são postos para aceitação ou rechaço e a tese está pronta para ser antropofagicamente “comida” pelos leitores. *Bon Appétit!*

ABSTRACT

The objective of this thesis is to describe the dramaturgy and function of social protest movements in the context of modern society. The observations are based on the theoretical and methodological instrumental arising from the social system theory of Niklas LUHMANN. Most presentations that deal with social movements are decoupled from a society theory, as well as articulate very little on their legal and political approaches. These are theoretical gaps that claim to be covered by this research. Without ignoring the existence of other approaches, the introduction of a new observation is justified, due to the fact that depending on where the distinctions come from, different will the results be, as well as the construction of reality. Because of the close relationship and increasingly significance between social movements of protest and mass media, based on the redefinition of the concept of public opinion, it was intended to indicate the movement as a theme of politics. Politics is considered on this thesis one of the partial systems of society, double leaded by government/opposition code which works in a closed, autopoietic, and self-referential. From that, it was observed that politics bases its view on daily issues or on relevant previewed themes in order to collectively take binding decisions. Once the political system makes a decision, it becomes legal material. The law is also considered in this thesis as a system that is part of society and that by operating with the right / not right code builds from itself everything that is legal. The arising question is about the (im) possibilities of social protest movements introduce their subjects to law, its legal development, and function of those protest movements have in the evolving acquisitions the law. In this vein, we observed the production of risky legal decisions, which leads to continuously themes for social protest movements that reflects on issues that functional systems (political, law) fail to deal with. Modern society, which created the semantics of risk, provides the social protest movements endless topics to protest. However, what the social protest movements cannot see is that the risk is not opposed to safety but to danger. Again, it is reiterated that there are no decisions or safe paths against the future, meaning no matter how it is dramatized, offended or so, there is no way to choose a safe side. Modern society is left to itself. The social protest movements do not see better than the other systems

(see how they think - this is his biggest blind spot), yet are crucial to enable reflexivity and increase social complexity. Nor Niklas LUHMANN put yourself in superb beholder better society. Taking this into account, before ending the research and connect all subjects, it was an anthropophagic break the main theoretical framework of the thesis, only to say that the critics do not know what they talk about when they summarily put systems theory to the fire of their truths. This research comes to an end counter-balancing the systemic perspective observation of social protest movements and the distinctions marked by major and classical theories of social movements, opening up their blind spots. At this time, it was announced what is observed as a function of social protest movements, describing the evolutionary acquisition of complex society and discussing the impossibility of social protest movements being revolutionary or subversive as allude classical theories. The revolution of the revolutionaries is only a semantic revolution. Introducing this difference to make a difference, it is thought to have contributed to an observation that, from another distinction, produced a new direction. Declaring the Pandora's box of communicational improbability open, themes are ready for acceptance or rejection and the thesis is ready to be anthropophagically "eaten up" by the readers. Bon Appétit!

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PRIMEIRO ATO: DESCORTINANDO A “VERDADE” E A SEMÂNTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO.....	21
1.1 Cena 1. Abrem-se as cortinas: a “verdade” sobre as teorias dos movimentos sociais	22
1.2 Cena 2. Os movimentos sociais no âmbito da teoria dos sistemas sociais.	36
1.3 Cena 3. A revolução dos revolucionários: construção semântica e movimentos sociais de protesto.....	56
CAPÍTULO II – SEGUNDO ATO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO NO PICADEIRO COMUNICACIONAL – MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA.....	71
2.1 Cena 4. O circo pegou fogo: movimentos sociais de protesto e meios de comunicação de massa	73
2.2 Cena 5. Extra, extra: observações de segunda ordem – a realidade dos meios de comunicação de massa, os movimentos sociais de protesto e a opinião pública na teoria dos sistemas sociais	92
2.3 Cena 6. Vida e morte (Severina) dos movimentos sociais de protesto: um caso político.....	111
CAPÍTULO III – TERCEIRO ATO: CARTOGRAFANDO A FUNÇÃO DO DIREITO - EVOLUÇÃO JURÍDICA E A DRAMATURGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO	133
3.1 Cena 7. Ser ou não ser (justo): eis a questão! Sobre a função do direito: uma análise da obra de Luhmann até 1980.....	134
3.2 Cena 8. Mãos que desenham: do direito como meio de comunicação simbolicamente generalizado à autopoiese jurídica – a função do direito da sociedade.	149
3.4 Cena 9. Como se dá a (r)evolução: direito e movimentos sociais de protesto.	164

CAPÍTULO IV – QUARTO ATO: SÓ SE OBSERVA O OBSERVÁVEL -	
A SOCIEDADE DO RISCO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE	
PROTESTO: DRAMATURGIA, FUNÇÃO E AQUISIÇÕES	
EVOLUTIVAS.	180
4.1 Cena 10. Ensaio sobre a (nossa) cegueira ou a história sem fim: a	
sociedade do risco.....	182
4.2 Cena 11. A sociedade dos movimentos sociais de protesto: dramas	
relevados.....	199
4.3 Cena 12. Um pouco antes do fechar das cortinas: O Grito! Função dos	
movimentos sociais de protesto e aquisições evolutivas	215
NO APAGAR DAS LUZES – CONCLUSÕES PARALELAS AO	
FECHAMENTO DAS CORTINAS	234
APÊNDICE: A autopoiese é um delírio? Antropofagiando a poiese	
luhmanniana e seus críticos - Sobre Luhmann e a Feijoada.....	239
REFERÊNCIAS.....	248

INTRODUÇÃO

Para um investigador, o universo de pesquisa se apresenta como o “país das maravilhas”, um infinito de possibilidades, por vezes caóticas. Exatamente por isso é necessário levar a sério a advertência do Gato à Alice: para quem não sabe aonde quer chegar, qualquer caminho serve¹. Contudo, em sede de uma pesquisa doutoral, torna-se imprescindível definir, delimitar aonde (e como) se deseja chegar antes de “meter-se na toca”, sempre tendo claro que toda pesquisa é contingencial: poderia ser diferente. Ao escolher um caminho, deixa-se de trilhar outros.

Logo, cabe ressaltar que foi essencial delimitar o marco teórico da pesquisa, definindo as premissas conceituais (sistêmicas) com que se trabalhou, dada a impossibilidade de uma observação totalitária, que contemplasse todas as possibilidades concebíveis.

O objetivo da tese é o de descrever a função dos movimentos sociais de protesto. Formulou-se como hipótese investigativa verificar se nas aquisições evolutivas da política e do direito os temas dos movimentos sociais de protesto têm, ou não, uma função. Nesse sentido, indaga-se se há como falar-se na existência de contribuições dos temas dos movimentos nas transformações evolutivas do direito e da política ou se, ao contrário, não há como prever qual o futuro do direito e da política sendo as intenções de contribuição dos movimentos sociais de protesto um mito, irrealizável ou indeterminável, imprevisível.

A opção por perpassar não apenas o caminho jurídico, como, também, o político deve-se ao fato de que parece haver uma lacuna teórica neste âmbito, falta observar os movimentos sociais de protesto à luz de uma teoria da sociedade, articulada ao campo jurídico-político.

A pesquisa realizada partiu de uma inquietação fundamental: qual seria a função dos movimentos sociais de protesto na transformação da política e do direito, ou de que maneira poderiam estes gerar o aumento da complexidade social, essencial à evolução política e jurídica numa sociedade funcionalmente diferenciada como a que se vivencia na atualidade. Ainda, pretende-se investigar, também, a

¹ Referência ao diálogo entre Alice e o Gato no livro *Alice no País das Maravilhas*. CARROL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Trad. Isabel de Lorenzo e Nelson Ascher. 2. ed. São Paulo: Sol, 2000. p. 81.

influência dos movimentos sociais de protesto em outros subsistemas, conquanto essa questão não seja central à pesquisa.

Tanto a nomenclatura utilizada nesta tese a qual agrega ao termo tradicional movimentos sociais o termo protesto, quanto a delimitação temporal do cenário da pesquisa como circunscrito às sociedades modernas, diferenciadas funcionalmente, têm escopo na teoria dos sistemas, no horizonte construído por Niklas LUHMANN. Trata-se de uma observação, de uma teoria que utiliza a perspectiva da teoria dos sistemas sociais para fins investigativos.

Portanto, a proposta pesquisada levou em conta o giro paradigmático das observações luhmannianas, sem, contudo, desconsiderar que existem outras formas de observar, isto é, sem ter uma pretensão de universalidade ou de atingimento da verdade absoluta. Isso, aliás, coaduna-se à proposta sistêmica, ao contrário do que propagam seus mais inflamados críticos. Insistir-se-á nesse ponto, dada sua relevância, para o qual se propõe um exemplo.

No instigante filme *O Ponto de Mutação*², baseado em livro homônimo de Fritjof CAPRA³, o poeta, um dos três personagens que compõem a trama, declama um poema de Pablo Neruda:

Tu perguntas o que a lagosta tece lá embaixo com seus pés dourados.
 Respondo que o oceano sabe.
 E por quem a medusa espera em sua veste transparente?
 Está esperando pelo tempo, como tu...
 Perguntas sobre as plumas do rei pescador que vibram nas puras
 primaveras dos mares do sul.
 Quero te contar que o oceano sabe isto:
 Que a vida em seus estojos de joias, é infinita como a areia, incontável,
 pura;
 E o tempo entre as uvas cor de sangue tornou a pedra dura e lisa,
 Encheu a água-viva de luz,
 Desfez o seu nó, soltou os seus fios musicais de uma cornucópia feita de
 infinita madrepérola.
 Sou só a rede vazia diante dos olhos humanos na escuridão e de dedos
 habituados à longitude do tímido globo de uma laranja.
 Caminho, como tu, investigando a estrela sem fim e em minha rede, durante
 a noite, acordo nu.
 A única coisa capturada é um peixe preso dentro do vento⁴.

² COHEN, A. A. J.; CAPRA, B. A. *O ponto de mutação*. [Filme-vídeo]. Produção de Adrianna AJ Cohen, direção de Bernt Amadeus Capra. Distribuído por Cannes Home Vídeo. 1990. Vídeo, 126 min. color. son.

³ CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

⁴ COHEN, A. A. J.; CAPRA, B. A. *O ponto de mutação*. [Filme-vídeo]. Op. Cit.

O poeta continua em suas indagações, exclamando para a cientista, a segunda personagem, e seu amigo político o que segue (note-se que as falas remetem a um diálogo entre a sensibilidade, a razão e o poder):

Isso lhe lembra algo? 'Investigando a estrela sem fim'?
 Não é o que você faz?
 'E em minha rede acordo nu'...
 Também não joga a sua rede nesses lugares distantes da física quântica e da teoria dos sistemas e não acha que só acaba capturando de novo a si mesma?
 'Como um peixe preso dentro do vento'
 E as outras pessoas em seu sistema? As que você ama...
 E esses turistas aos quais nos achamos tão superiores também não são como peixes dentro do vento?
 Talvez seja pior para eles, pois não têm palavras para descrever isto.
 Diga-me, onde é o nosso lugar lá dentro, o das pessoas reais, com suas qualidades, desejos, fraquezas?
 Qual o seu lugar lá dentro? E o de sua filha?
Os cientistas podem nos dizer quais as metáforas para a vida, sejam microchips ou relógios, os políticos podem nos dizer de que forma devemos viver, mas me sinto tão reduzido sendo chamado de sistema quanto sendo chamado de relógio.
A vida não é condensável assim.
Um grupo de pessoas usa certas palavras para mudar o mundo aí outros chegam com outras palavras para mudá-lo, mas não me importa.
 Pra mim dá no mesmo. Não me importa mesmo. É como as estações mudando. E eu gosto de você, gosto da sua coragem temerária.
 Gosto de ver que quer melhorar o mundo, Deus, não seria nada mal.
 E gosto do meu tolo amigo que quer ser presidente dos EUA.
 Quanto a mim, não se importem comigo, sou um bobo.
 Diferentemente de suas palavras, talvez e até com as melhores intenções, você errará se esquecer que a vida, a vida é infinitamente mais que as suas ou as minhas obtusas teorias a respeito dela! (sem grifos no original)⁵

A crítica à teoria sistêmica, acusada de demasiadamente desumana⁶, realizada no filme e em diversas obras que pretendem apontar problemas nesse tipo de abordagem, não prospera em uma leitura atenta às premissas luhmannianas; ao contrário, para Niklas LUHMANN, os homens são essenciais para o ambiente da sociedade, que é formada por comunicações, mas não estão alocados internamente, no sistema social. Esse é o primeiro diferencial desse tipo de reflexão.

Com isso, quer-se advertir que LUHMANN observará a sociedade como um sistema, rompendo basicamente com três teses tradicionalmente consagradas,

⁵ Id.

⁶ Introdutoriamente, cumpre lembrar com Helga Gripp-Hagelstange que "tratando-se de Luhman as opiniões estão divididas. Para uns sua obra magna, *Sistemas Sociales*, constitui o pico 'mais alto da ilustração sociológica' (Podak); para outros, é a 'rebarbarização do pensamento' (Pfütze)". GRIPP-HAGELSTANGE, Helga. Niklas Luhmann o: ¿en qué consiste el principio teórico sustentado en la diferencia?. In. NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004, p. 19.

quais sejam: 1º) deixará de observar a sociedade como a soma dos indivíduos nela inseridos para observá-la como comunicação; 2º) não admitirá uma diferenciação territorial da sociedade (em Estados fragmentados), passando a entender que só há uma sociedade mundial; 3º) refuta a sociedade como um objeto passível de descrição pelo sujeito.

Ademais, LUHMANN concebe a sociedade atual como distinta das sociedades anteriores, sendo marcada pela diferenciação funcional. Convém agregar, ainda, que tal leitura se realiza a partir de uma observação sociológica que utiliza conceitos de outras áreas do conhecimento – a fim de alcançar uma maior interdisciplinaridade – o que torna sua proposta um tanto complexa, com a apropriação de conceitos inusuais nas abordagens anteriores a esse autor. Ao mesmo tempo, uma teoria mais complexa parece estar mais adequada ao estudo de uma sociedade igualmente complexa, sendo este o maior motivo para a inserção desta pesquisa na teoria da sociedade luhmanniana. Para evitar incompreensões, realizou-se insistentemente o esclarecimento das premissas conceituais utilizadas ao longo do texto.

Frise-se que se os conceitos com os quais se descreve a sociedade nesta pesquisa são típicos da teoria sistêmica social, eles possuem, portanto, uma advertência crucial: não são postulados como única verdade acadêmica possível. Apresenta-se uma pesquisa contingencial, afinal, “caminho, como tu, investigando a estrela sem fim”⁷. Apesar de apresentar uma observação omniabarcadora da sociedade, a teoria dos sistemas sociais não se apresenta com pretensão de verdade única. O que estudos sistêmicos-luhmannianos deixam claro é que “a vida é infinitamente mais que as suas ou minhas obtusas teorias a respeito dela”⁸. É uma postura mais realista do que relatam seus leitores menos fidedignos. Da mesma forma, a tese que se apresenta tem como marco teórico as observações iniciadas por Niklas LUHMANN, mas não encera uma pretensão de verdade absoluta, ao contrário: a vida é infinitamente mais! O direito é infinitamente mais! A política é infinitamente mais! Os movimentos sociais de protesto são infinitamente mais!

⁷ Desta vez a referência é ao poema de Neruda. Tal versão do poema, transcrita na tese a partir da legenda em português do filme citado pode ser encontrada no texto: OLIVEIRA, José Renato de. *Ciência e política em Ponto de Mutação*. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/resenha-ciencia-politica-ponto-mutacao-jose-renato-oliveira.pdf>, acesso em 09/04/2013.

⁸ Retoma-se, aqui, a fala do poeta no filme “O ponto de mutação”. COHEN, A. A. J.; CAPRA, B. A. *O ponto de mutação*. [Filme-vídeo]. Op. Cit.

Porém, para observar é preciso indicar, distinguir. Não há outra forma. O que se torna um diferencial é como se realizará a observação. “A única coisa capturada”⁹ é uma descrição pouco usual dos movimentos sociais de protesto, da política e do direito diante dos riscos (e perigos) da sociedade complexa. Admite-se que arriscado seria não fazer uso de tal teoria para a observação social.

Como procedimento metodológico, optou-se por apresentar a pesquisa tendo inspiração na dramaturgia de um espetáculo teatral. Assim, a metáfora do abrir e do fechar de cortinas, sinalizando o início e o fim da tese, bem como a divisão das partes principais do trabalho em atos e cenas servirá para marcar as pausas, as mudanças de cenários, tal como ocorre no teatro.

A escolha deve-se ao fato de que a representação teatral constitui-se numa das mais antigas formas de apresentar os conflitos nas relações sociais, por meio da crítica e da retomada das memórias coletivas, que é também a reconstrução necessária à pesquisa apresentada. Outra justificativa é apontada por Celso CAMPILONGO, segundo o qual, “desde as tragédias gregas, o direito ocupou papel de destaque na dramaturgia”¹⁰. Os temas do direito, os temas sociais, não são estranhos às dramaturgias.

O tom eleito foi o dramático, cujas falas devem ser mais coloquiais do que na tragédia. Mais especificamente, a inspiração foi o drama social que se materializa num espaço coletivo, que representa a luta contra o mundo. O conflito, derivado da colisão entre interesses, é elemento essencial à ação dramática¹¹ no teatro e também o será nesta tese, que tratará da proliferação dos conflitos, em forma de protesto, pelos movimentos sociais. E, trazendo DÜRRENMATT, que afirmou como escritor de teatro representar “o mundo de forma problemática”¹², também são os problemas e os conflitos o cenário fundamental da pesquisa que se apresenta.

Assim como os heróis gregos lutavam contra os deuses, os protagonistas do drama elisabetano lutavam contra questões pessoais (próprias), os movimentos sociais de protesto e seus temas serão os “heróis”, os protagonistas do drama social que se apresentará, lutando contra a sociedade, alardeando seus temas sociais. A

⁹ Novamente retoma-se ao poema de Neruda, declamado no filme já citado. Id.

¹⁰ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. São Paulo: USP, 2011, p. 233.

¹¹ PALLOTINNI, Renata. *O que é dramaturgia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

¹² DÜRRENMATT, Friedrich. *Megaconferenza sulla giustizia e sul diritto, con intermezzo elvetico*. In. *I dinossauri e la legge: uma dramaturgia dela politica*. Torino: Giulio Einaudi, 1995, p. 55.

dramaturgia de um espetáculo é construída a partir da escolha de trajetórias, cavoucando canais de saída e de entrada, extraída das representações que se encontram no mundo¹³.

No âmbito do primeiro ato/capítulo desta tese são resgatadas as teorias tradicionais a respeito dos movimentos sociais, tais como reconstruídas por Maria da Glória GOHN e Celso CAMPILONGO, por se considerar que esses autores utilizaram critérios que permitiram incluir a grande maioria das teorias que abordam os movimentos sociais. Ainda, o capítulo discorre sobre a teoria dos sistemas sociais a respeito da temática e, com base no horizonte desta teoria, é questionado em que pode consistir o pretense caráter revolucionário dos movimentos sociais de protesto na modernidade.

Já no segundo ato/capítulo, para fins de aproximação entre política e movimentos sociais de protesto, são analisadas as possibilidades de prestações recíprocas entre os meios de comunicação de massa e os movimentos sociais de protesto. Nessa senda, é examinada a função da opinião pública, divulgada pelos meios massivos, na construção de uma observação de segunda ordem do sistema político. Ainda, articula-se uma relação entre os temas da opinião pública e os temas dos movimentos sociais de protesto, bem como é verificada a possibilidade de as temáticas refletidas no espelho da opinião pública e articuladas pelos movimentos sociais de protesto serem contempladas nas aquisições evolutivas da política, questionando se há ou não causalidade e determinismo entre os diversos sistemas (direito, política, meios de comunicação, movimentos sociais de protesto, etc.).

O terceiro ato/capítulo trata do sistema jurídico no âmbito da teoria sistêmica. De início, perquire-se acerca da função do direito na sociedade moderna, para posteriormente observar como evolui o sistema jurídico. Ambas as questões tornam-se cruciais para determinar em que medida os movimentos sociais de protesto aproximam-se do direito, bem como são indagadas possíveis aquisições evolutivas decorrentes dessa interlocução. Trabalham o problema das decisões jurídicas como contingentes e arriscadas e o futuro, evocado como algo imprevisível.

No último ato/capítulo, retomando o tema do futuro e das decisões contingenciais, inicia-se abordando a construção da semântica do risco a fim de

¹³ Conforme TOSCANO, Antônio Rogério. Agreste: uma dramaturgia desejante. In: *Sala Preta*, n. 4, São Paulo: ECA/USP, 2004, p. 105-113, p. 111.

observar como os movimentos sociais de protesto tematizam o risco de forma equivocada, contrapondo-o à segurança, bem como se denuncia o ponto cego da observação de primeira ordem realizada pelos movimentos sociais de protesto no que tange ao tema do risco. Nesse sentido, esse tema que remete à complexidade da sociedade moderna serve como ponte para retomar a reconstrução desta sociedade como a sociedade dos movimentos sociais de protesto. Isso feito chega-se o momento de resgatar as principais teorias sobre os movimentos sociais, observando seus pontos cegos, visíveis apenas com base nas distinções que se realizam no horizonte da teoria luhmanniana. Dessa forma, atinge-se o *gran finale* no qual é tematizada, novamente, a dramaturgia dos movimentos sociais de protesto e perquirido a respeito de sua função na sociedade atual, bem como são investigadas as (im)possíveis aquisições evolutivas evidenciadas pelos movimentos.

Como apêndice, ao final da pesquisa, optou-se por mitigar as principais críticas sofridas por LUHMANN na consecução de sua teoria dos sistemas a fim de desmitificar a pretensão de superioridade do autor diante das demais construções de outros observadores. Trata-se de um momento antropofágico da teoria luhmanniana que será, antes de tudo, um momento antropofágico das críticas mal-ditas que as observações luhmannianas sofreram. Mas, como diria um determinado coelho¹⁴: é preciso correr para não se chegar atrasado. Então, sem mais delongas, é hora de meter-se na toca! Tem início o primeiro ato.

¹⁴ Aqui novamente a referência remete ao livro *Alice no País das Maravilhas*. CARROL, Lewis. *Alice**. Op. Cit.

CAPÍTULO I – PRIMEIRO ATO: DESCORTINANDO A “VERDADE” E A SEMÂNTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?
Será essa, se alguém a escrever,
A verdadeira história da humanidade.
O que há é só o mundo verdadeiro, não é nós, só o mundo;
O que não há somos nós, e a verdade está aí.
Sou quem falhei ser.
Somos todos quem nos supusemos.
A nossa realidade é o que não conseguimos nunca.

Álvaro de Campos¹⁵

O que se pretende por meio desta tese é identificar, utilizando os instrumentais da teoria sistêmica de vertente luhmanniana, qual é a função dos modernos movimentos sociais de protesto, bem como de que maneira eles podem contribuir (se é que podem) para a transformação (evolução) do direito e da política nas sociedades de risco. Para tanto, traçou-se um percurso teórico o qual, inicialmente, neste primeiro capítulo, situa os movimentos sociais de protesto no universo luhmanniano, marcando uma diferença entre estes e as teorias tradicionalmente observadas.

Na quarta carta sobre a educação estética da humanidade, Friedrich SCHILLER escreveu que “a razão pede unidade, mas a natureza quer multiplicidade”¹⁶. De certa maneira encontra-se, nesse fragmento, uma denúncia sobre a limitação racional ao se observar a complexidade¹⁷ do mundo. Somente um bárbaro, no sentido schilleriano, disse Raffaele DE GIORGI, subtrairia por uma única e limitada “a rica multiplicidade dos sentidos de suas possibilidades de acessar o mundo”¹⁸. Como uma dessas possibilidades de acesso ao mundo será evocada a observação sistêmica dos movimentos sociais, a qual é uma entre tantas, nem melhor, nem privilegiada, é outra mais nesse harém infinito – na ciência de que ele existe. Mas, então, por que servir-se dessa teoria? Para ver o que não se pode ver

¹⁵ CAMPOS, Álvaro de. *Pecado original*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000010.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

¹⁶ SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. 4. ed. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 28.

¹⁷ Por complexidade, entende-se excesso de possibilidades. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do direito I*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1983. p. 45.

¹⁸ DE GIORGI, Raffaele. Apresentação. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

sem os instrumentos teóricos e conceituais da teoria sistêmica, melhor dito: para observar o observável com o aparato dessa teoria. Nem pior, nem melhor, para observar diferente. Porém, para marcar uma diferença, é preciso dizer a partir do que a diferença é diferença¹⁹ e, justamente por isso, faz-se necessário, também, trilhar um caminho semântico²⁰ uma vez que, retomando DE GIORGI, “o mundo, podemos dizer, é uma questão de semântica do mundo”²¹, o que significa que se atribui, historicamente, sentidos às coisas, conferindo-lhes existência. E qual seria o sentido atribuído aos movimentos sociais? Qual seria a “verdade” sobre os movimentos sociais? O que se pode observar com respaldo na teoria sistêmica, de âmbito luhmanniano, e em que medida isso marca uma diferença em relação às demais teorias? Começa-se indicando – distinguindo – o rumo que será dado à pesquisa que ora se apresenta com essas reflexões.

1.1 CENA 1. ABREM-SE AS CORTINAS: A “VERDADE” SOBRE AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A literatura que retrata os movimentos sociais é tão vasta quanto a polêmica sobre sua definição. Cada teoria formulada costuma evocar uma “verdade” sobre o tema e, dessa maneira, muitas verdades pairam como névoa no ar. Algumas se dissolvem facilmente. Outras, não. Mas, então, qual seria a “verdade”²² sobre os movimentos sociais?

Carlos DRUMMOND DE ANDRADE, em seu famoso poema “Verdade Dividida”, relatou o dilema da verdade – sempre uma metade – e observou que, ao se decidir sobre qual seria a metade mais bela, “cada um optou conforme o seu

¹⁹ Conforme Spencer Brown “o observador, enquanto distingue o espaço que ele ocupa, ele também o marca”. SPENCER BROW, George. *Laws of form*. New York: Dutton, 1969, p. 76.

²⁰ Seguindo Koselleck, a semântica será concebida como análise dos conceitos “não apenas na dimensão linguística, mas remetendo-se à história social”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 103.

²¹ DE GIORGI, Raffaele. Apresentação. Op. Cit., XXI.

²² Optou-se por utilizar o termo para fins provocativos. A partir deste ponto, não serão mais utilizadas aspas, pois se declara desde já que a inserção da palavra verdade tem condão satírico. Isso significa que se está em desacordo com todo conhecimento que se pretende afirmar como exclusivamente verdadeiro. O tom é provocativo, sarcástico. Sobretudo, almeja-se que isso fique claro ao final deste primeiro item.

capricho, sua ilusão, sua miopia”²³. Implicitamente, o texto revela que a verdade, como perfeição, totalidade, definitividade, não existe. Nesse sentido, asseverou Luhmann que “a verdade não é nenhuma *característica* de determinados objetos ou enunciados ou cognições”²⁴ (grifo do autor). Ainda, em concordância com o poeta, Leonel Severo ROCHA admite que “o problema é que a verdade, em si, não existe, que o objeto *verdadeiro* não existe” (grifo do autor)²⁵.

Fato é que, se em sociedades mais antigas a verdade advinha da repetição – algo que se repetia era tido como verdadeiro²⁶ –, em sociedades funcionalmente diferenciadas, modernas²⁷, deve-se perquirir acerca das condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro.

Em “La ciencia de la sociedad”²⁸, LUHMANN aborda que a verdade é operacionalizada utilizando teorias ou métodos científicos. Nessa senda, aduz CORSI que “a verdade é um meio de comunicação simbolicamente generalizado que torna provável a aceitação de um saber novo, extraordinário, que provoca desvios e que é provado com base em teorias e métodos científicos”²⁹. Métodos científicos são, em uma perspectiva luhmanniana, operações que indicam seu pertencimento à ciência (autorreferência³⁰), isto é, “não têm outro fim que conduzir a uma decisão entre o verdadeiro e o falso”³¹. Teorias formulam essa autorreferência na medida em que constroem o objeto estudado. Como afirma LUHMANN, “as teorias constroem, em outras palavras, a forma em que as explicações podem ser

²³ ANDRADE, Carlos Drummond de. A Verdade dividida. In: *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

²⁴ LUHMANN, Niklas. *La ciencia de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1996, p. 129.

²⁵ ROCHA, Leonel Severo. Observações sobre a observação luhmanniana. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 23.

²⁶ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**. Op. Cit. p. 150.

²⁷ A modernidade é o ponto de referência, é o lado observado nessa proposta. Assume-se que a modernidade é marcada pela sociedade diferenciada funcionalmente, distinta das sociedades arcaicas (segmentárias, estratificadas, etc.). Para mais esclarecimentos, vide a síntese constante em Clarissa E. B. Neves: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

²⁸ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit., Capítulo 4.

²⁹ (CORSI, Giancarlo. Verdade. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1996, p. 158). Os meios de comunicação simbolicamente generalizados reduzem a complexidade da comunicação social – esse tema novamente abordado no segundo capítulo desta tese, portanto, evita-se descer a minúcias neste momento.

³⁰ LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales: lineamentos para una teoría general*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1991.

³¹ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit., p. 298.

comunicadas e reformuladas”³², e ainda, “teorias descrevem o mundo em sua totalidade levando em conta uma distinção diretriz”³³. A verdade é encarada pelo sociólogo como um meio “enquanto nos permite formular teorias”³⁴. No caso dos movimentos sociais, está-se rodeado por teorias. Sintetiza Emil SOBOKTTA que:

Nas definições mais comuns de movimentos sociais pode-se destacar certo conjunto de constantes: a de que se trate de um ator coletivo, com certo grau de integração (identidade) e que persegue objetivos relacionados à mudança social. Via de regra as teorias têm, por conseguinte, como pano de fundo, pressupostos relacionados à capacidade humana de avaliar a realidade, unir-se a outros semelhantes, elaborar alternativas e buscar transformá-las em ação³⁵.

Não se pretende nesta pesquisa fazer uma taxonomia das diferentes teorias as quais têm a pretensão de dizer a verdade sobre os movimentos sociais, mas sim resgatar as reconstruções apresentadas por Maria da Glória GOHN³⁶ e Celso CAMPILONGO³⁷. Entre as diferentes reconstruções existentes, tais autores parecem apresentar maior consistência teórica em razão dos critérios utilizados para reunir as diferenças entre teorias que tratam dos movimentos sociais.

Os dois núcleos mais conhecidos de abordagem que tratam dos movimentos sociais de protesto, conforme GOHN, são as teorias norte-americanas (especialmente as teorias da ação coletiva e da mobilização de recursos) e europeia (novos movimentos sociais), mas têm tomado fôlego, também, as teorias latino-americanas³⁸.

No âmbito do paradigma norte-americano, Maria da Glória GOHN³⁹ divide o estudo em dois momentos: 1) o clássico; e 2) o contemporâneo. No período clássico, tiveram lugar as teorias da Escola de Chicago (Herbert BLUMER); das sociedades de massas (Eric FROMM, Hoffer, KORNHAUSER); sociopolíticas (S. LIPSET e HEBERLE); funcionalistas (PARSONS, GOFFMAN, TURNER E KILLIAN –

³² Ibid., p. 295/296.

³³ Id.

³⁴ Ibid., p. 135.

³⁵ SOBOKTTA, Emil Albert. Sem objetivos? Movimentos sociais vistos como sistema social. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Org.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006, p. 115-128.

³⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

³⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**. Op. Cit., p. 32

³⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit.

³⁹ Id.

Collective Behaviour –, S. SMELER e David ABERLE); e organizacionais-institucionais (GUSFIELD, SELZINICK, MESSINGER). No âmbito contemporâneo, destacam-se a teoria da mobilização de recursos (OLSON, ZALD, MCCARTHY) e a da mobilização política (TARROW)⁴⁰.

No que tange às abordagens europeias, encontram-se as teorias de WEBER, MARX, FOUCAULT, GUATTARI, GOFFMAN, TOURAINE, MELUCCI, CLAUS OFFE⁴¹, entre outros. Por fim, no que diz respeito ao paradigma latino-americano, verificam-se posturas teóricas que se referem à marginalização, modernização e dependência⁴².

Acrescentar-se-ão a esses estudos os aportes da teoria sistêmica luhmanniana, ainda pouco desbravada no universo sociojurídico brasileiro, a fim de inserir nas discussões sobre os modernos movimentos de protesto aspectos não enfrentados ou devidamente aclarados pelas abordagens tradicionais. A carência de um estudo mais profundo que relacione movimentos sociais e direito foi identificada, primeiramente, por CAMPILONGO, segundo o qual:

Poucas teorias examinam os movimentos sociais à luz das relações que possam ter com o sistema jurídico. Ainda que a luta por direitos seja elemento marcante dos movimentos sociais, o papel do sistema jurídico e dos tribunais surge, nessas construções, geralmente de maneira secundária. Até mesmo teoria abrangente com a de LUHMANN, apesar de discorrer longamente sobre o sistema jurídico e reservar espaço destacado aos movimentos sociais, pouco se ocupou de sua articulação entre os dois âmbitos⁴³.

Além de explorar a relação entre direito e movimentos sociais, acrescentar-se-á, para fins desta pesquisa, a análise conjunta dos movimentos sociais e da política. Ao articular direito, política e movimentos sociais, pretende-se contribuir para a colmatação da lacuna teórica que envolve os temas em suas relações. Ademais, as teorias existentes não costumam estar ligadas a construções teóricas que buscam descrever os movimentos sociais unindo-os a uma teoria da sociedade, que é o que se pretende fazer no escopo desta pesquisa.

⁴⁰ Tais autores não serão tomados em consideração em sua integralidade, pois a concepção que será adotada nesta tese é aquela relacionada à teoria dos sistemas sociais.

⁴¹ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit.

⁴² Id.

⁴³ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 33/34.

As teorias americanas clássicas (desenvolvidas dos anos 30/40 aos 60 do século XX) apoiaram-se na teoria da ação social articulando-a com o enfoque psicológico, priorizando o comportamento coletivo (tanto institucional quanto não institucional), tido como produto das tensões sociais⁴⁴. Aduz Celso CAMPILONGO que “há, nessas correntes de explicação, um fundamento de psicologia social: procuram compreender como os atores sociais constroem o sentido comum de suas ações e fazem nascer novas regras, organizações e ideologias”⁴⁵. Destacam-se, no período americano clássico, os estudos da Escola de Chicago por sua repercussão.

Na abordagem norte-americana contemporânea da teoria da mobilização de recursos (TMR) – de cunho utilitarista –, desenvolvida nos anos 50/60 do século XX, segue-se uma lógica mais organizacional burocrática. Aponta ALONSO que “de forma bastante racional, a teoria da mobilização de recursos equiparou os movimentos sociais a empresas (com hierarquia, normas, líderes, divisão do trabalho, etc.)”⁴⁶. A TMR enfatiza a viabilidade dos recursos (humanos, econômicos, infraestruturais) como fundamental para o surgimento dos movimentos sociais. Nesse escopo, assevera CAMPILONGO que “para a teoria da mobilização de recursos, o sucesso dos movimentos sociais não depende apenas da existência de um conflito. Recursos e ativos tangíveis e intangíveis são fundamentais para a ação coletiva”⁴⁷. A análise da TMR, em apertada síntese, valoriza as organizações e as oportunidades políticas.

Ainda no contexto norte-americano, a partir dos anos 70, ganhou fôlego a teoria contemporânea da mobilização política (TMP), cuja ênfase é deslocada do âmbito econômico para os aspectos políticos (ator social, microrrelações e cultura sociopolítica são a tônica)⁴⁸. A TMP, segundo MAIA, diminuiu “a ênfase utilitária que os autores pioneiros davam à ação coletiva e introduzem elementos ideológicos e culturais como variáveis importantes para explicar como os movimentos sociais contribuem para a mudança social”⁴⁹.

⁴⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit.

⁴⁵ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 38.

⁴⁶ ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009, p. 52.

⁴⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit. p. 42.

⁴⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit.

⁴⁹ MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Para GOHN, a teoria da mobilização política entende que os movimentos “são políticos porque as pessoas que participam dele estão exercitando a política, e não porque seja parte das elites políticas que lutam pelo poder” ⁵⁰. A teoria da mobilização política tornou-se uma análise muito importante por propor uma explicação do processo de institucionalização das ações coletivas.

Por sua vez, a perspectiva europeia é mais fragmentária, visto que é abordada pelos autores de forma bastante diferenciada, encontrando, contudo, certa unicidade na ideia de identidade coletiva. No âmbito europeu, a análise francesa é, sobretudo, produzida por Alan TOURAINE (perspectiva mais sociocultural), já Alberto MELLUCI lidera a visão italiana focada em aspectos mais psicossociais, e em Clauss OFFE encontra-se o estudo alemão mais proeminente, voltado à análise política⁵¹.

De forma geral, o paradigma europeu desenvolveu-se pós-1968⁵², isto é, após a onda de movimentos estudantis, feministas, ecológicos etc. Relata CAMPILONGO que, no contexto europeu,

ao olhar para protestos que não estavam diretamente relacionados às condições de trabalho da fábrica, alguns autores buscaram entendê-los teoricamente, indicando que estes seriam ‘novos’ movimentos, em distinção aos ‘velhos’ movimentos trabalhistas e sindicais⁵³.

Como referido, a principal demanda dessa corrente é a identitária⁵⁴. Soma-se a isso o forte caráter autorreflexivo e a impossibilidade de negociação das demandas pugnadas como legítimas pelos movimentos, visto que, por exemplo, não há graus aceitáveis de opressão da mulher passíveis de negociação para as feministas ou níveis de guerra aceitáveis na lógica do movimento pacifista ⁵⁵.

Registre-se, por fim, que não há, no universo europeu, consenso inclusive quanto à aceitação da inclusão do adjetivo “novo” a esses movimentos, o que por si só já demonstra a fragmentação das abordagens.

⁵⁰ GOHN, Maria da Glória. Movimentos e protestos sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da mobilização política. In: *Política & Sociedade* (Impresso), v. 12, p. 223-227, 2012, p. 226.

⁵¹ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit.

⁵² Sobre a influência desse período no Brasil, vide ROCHA, Leonel Severo. Os senhores da lei. In: *Epistemologia jurídica e democracia*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 123 e ss.

⁵³ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 44/45.

⁵⁴ Conforme Gohn, “Nos NMS a identidade é a parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade”. GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit. p. 124.

⁵⁵ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit. p. 48.

No paradigma latino-americano tampouco há uma unicidade entre suas teorias. Houve, nos anos 50 e 60, estudos comparativos relacionando a América Latina aos países industrializados, o que resultou em uma corrente denominada moderna, a qual, segundo GOHN, “levou a abordagens evolucionistas e etapistas, e a diagnósticos equivocados” ⁵⁶. Em oposição ao enfoque de avanço (ideia de modernização), emergiu o enfoque centrado no atraso, voltado à questão da marginalização, que foi relacionado ao problema cultural, cuja solução estava associada, basicamente, ao acesso à educação formal (com um pouco de fé no progresso ao longo do tempo) ⁵⁷.

Destacou-se, contudo, no cenário latino-americano, a teoria da dependência, segundo a qual se deveria levar em consideração a dinâmica econômica global – flagrando o imperialismo a que estão submetidos os países latino-americanos –, bem como a situação da instauração de golpes ditatoriais, que interromperam as democracias até então existentes na América Latina para se compreender os movimentos sociais nessa espacialidade. Saindo do dualismo anterior, a teoria da dependência construiu um caminho atento às peculiaridades e diferenças entre o modelo latino-americano e os demais, sem, contudo, superá-los⁵⁸.

Da breve análise ulteriormente efetuada, tem-se que as vertentes norte-americana, europeia e latino-americana conviveram ao longo do tempo - durante os anos de 1930 a 1970, tendo adeptos até o momento presente -, não havendo como se falar em substituição ou superação de uma com relação às outras e vice-versa. Trata-se de observações diferentes sobre o fenômeno dos movimentos sociais. Enquanto o paradigma americano é mais ligado à ideia de ação social, o paradigma europeu encontra conexão na ideia de identidade e, por sua vez, os movimentos latino-americanos, dadas as circunstâncias sociopolítico-econômicas da América Latina, não possuem, ainda, um eixo tão articulado.

Há, todavia, algo em comum entre todas as teorias acima mencionadas: elas são “construídas a partir de distinções” ⁵⁹. Mas o que se quer dizer quando se fala em construção de distinções pelas teorias? Significa que, ao designar, observar e descrever procede-se a condensações de observação⁶⁰. Significa que as teorias, ao

⁵⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teoria**, Op. Cit. p. 212.

⁵⁷ Id.

⁵⁸ Ibid., p. 212 e ss.

⁵⁹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit. p. 64.

⁶⁰ LUHMANN, Niklas. *La ciência**, Op. Cit. p. 94.

designarem, constroem sempre seus objetos, indicando o outro lado. A Teoria Collective Behaviour, por exemplo, é pautada na distinção individual/coletivo⁶¹. Isso não significa que uma tal teoria descobriu a realidade, mas, ao contrário, indica que houve a construção do objeto pela teoria. A teoria observa a partir da diferença individual/coletivo por ela criada.

Toda(s) teoria(s), refere LUHMANN, incluindo a(s) que trata(m) dos movimentos sociais, constrói(em) objetos a partir de diferenciações e, para marcar uma diferença, é preciso dizer a partir do quê a diferença é diferença⁶². Pode-se verificar, exemplificativamente, em que medida isso procede. Pense-se no uso, em uma pesquisa qualquer, da palavra “homem”. Ao contrário do que pode parecer, não se trata de uma autoevidência. É preciso apresentar a distinção, por exemplo, homem/animal; homem/mulher; homem/máquina; e só assim é possível saber se se pretende falar do homem como racionalidade, como gênero ou como sensibilidade⁶³.

Mudando a distinção, muda-se o que se pode com ela observar; cite-se a propósito Giancarlo CORSI, segundo o qual: “é decisiva a maneira pela qual o conhecimento é construído, dizer o tipo de distinção que o sistema marca, já que segundo as distinções utilizadas é possível ver algo distinto”⁶⁴.

A ideia de que para definir é necessário marcar uma distinção foi articulada por George SPENCER BROWN⁶⁵. De acordo com SPENCER BROWN⁶⁶, o que faz uma definição é separar dois lados (distinguir é separar). Encontra-se aí um paradoxo: a distinção, ao mesmo tempo em que marca uma diferença, constitui a

⁶¹ LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. México: Iberoamericano, 1997, p. 672.

⁶² Isso faz toda a diferença, como exemplifica Luhmann, “o termo sociedade como diferente de Estado designa algo distinto ao termo sociedade como diferente de comunidade e, antes disso, existia uma tradição para a qual bastava a diferença entre sociedades domésticas e sociedades políticas”. LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 171.

⁶³ Originariamente, o exemplo foi dado por Dario Mansilla em um Curso ministrado durante o Congresso Internacional Sociedade, Direito e Decisão em Niklas Luhmann, ocorrido de 24 a 27 de novembro de 2009, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife – a autora desta tese esteve presente.

⁶⁴ CORSI, Giancarlo. Verdade. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 160.

⁶⁵ SPENCER BROW, George. Op. Cit.

⁶⁶ Consoante explica Nafarrate, Spencer Brown, embasado na álgebra booleana, percebeu que “todo cálculo matemático começa por introduzir uma distinção, por exemplo, adicionar. Isto se indicará com o símbolo: -. Mas essa distinção é, por sua vez, indicador de que “fora” existe algo mais que, por enquanto, terá de ser colocado à margem: “. NAFARRETE, Javier Torres. Galáxias de comunicação: o legado teórico de Luhmann. *Lua Nova*, São Paulo, n. 51, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2013.

forma⁶⁷, que é unidade da diferença. A distinção marca, no mesmo momento, um lado e o outro. Esse é o fundamento da teoria da observação, como refere Elena ESPOSITO: “toda observação se vale de uma distinção específica (por exemplo, sistema/ambiente, ou todo/parte, etc.) que lhe permite construir uma rede de ulteriores distinções e obter dessa maneira informações do que se observa”⁶⁸.

Assume-se, com base na teoria da observação⁶⁹, que o observador está em um lado e olha o outro lado, mas ele é incapaz de observar a distinção sobre a qual está observando, como um bebê que, na fase inicial de sua vida, não se distingue de sua mãe⁷⁰. O observador não pode observar a si mesmo⁷¹, porque tanto a observação quanto ele mesmo são o seu ponto cego⁷². Somente o observador de segunda ordem pode observar a diferença e os dois lados, mas essa segunda observação também terá pontos cegos e assim sucessivamente⁷³.

Não existiria, portanto, segundo essa reflexão, uma posição privilegiada a partir da qual se pode observar universalmente, como afirmou LUHMANN “não existem posições privilegiadas de verdade em si, nem determinados objetos verdadeiros em si [...] nem, finalmente, fontes de conhecimento nas quais se pode confiar de maneira especial para a geração de verdade”⁷⁴. Isso decorre do fato de

⁶⁷ Luhmann considera o sistema como uma diferença, uma forma, na qual há um espaço marcado (sistema) em um espaço não marcado (ambiente), onde o segundo é condição de possibilidade do primeiro e vice-versa. Uma forma tem dois lados, já que não é possível estar dos dois lados ao mesmo tempo. Ir de um lado a outro leva tempo. LUHMANN, Niklas. *System as difference*. Organization Articles. v. 13. London, 2006, p. 37-57, p. 44/45.

⁶⁸ ESPOSITO, Elena. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit. p. 118/119.

⁶⁹ Observação, em resumo, seria uma operação a partir da qual se distingue (indica). O observador é o realizador de tal operação. (Ibid., p. 117). Esclarecem Leo Peixoto e Fabrício Neves que “não se trata de observar ‘objetos’ (primeira ordem de observação), mas sistemas que, ao observar, constroem mundos, a partir dos quais se orientam posteriormente”. RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas**, Op. Cit. p. 42.

⁷⁰ Aqui, igualmente, o exemplo é de Dario Mansilla, proferido na mesma ocasião. Contudo, embora a didática do exemplo valha, para Luhmann o observador não é um sujeito, mas outro sistema. Ao contrário, a teoria luhmanniana rompe com o paradigma sujeito/objeto e indica (distingue) por meio da observação outra diferença: sistema/entorno. LUHMANN, Niklas. *Observaciones de la modernidad: racionalidad y contingencia en la sociedad moderna*. Barcelona: Paidós, 1997. p. 201/202.

⁷¹ E nesse sentido, como refere Luhmann “quem se refere à verdade, exclui a não verdade”. LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 146.

⁷² ESPOSITO, Elena. Operación/observación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit. p. 119.

⁷³ O observador não está acima do objeto, capaz de olhar de fora a realidade, como se alheio fosse ao mundo. O observador não é um sujeito, uma consciência, um cérebro, o observador é um sistema. Se o observador é um sistema, ele é uma operação a partir da qual se reproduzem os elementos desse sistema. Para maiores esclarecimentos, nesse sentido, vide LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

⁷⁴ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 146.

que o acesso ao mundo não é dado desde fora, mas, sim, é uma construção do observador e depende da distinção por este estabelecida⁷⁵. Toda descrição da sociedade é uma descrição feita dentro da sociedade, sendo o mundo⁷⁶ o ponto cego de todo observador, é um *unmarked space* nos termos estabelecidos por SPENCER BROWN.

Teorias, como as que refletem sobre os movimentos sociais e na medida em que buscam descrever a sociedade dentro dela, baseiam-se na observação do mundo, isto é, observam produzindo distinções⁷⁷. Sendo assim, teorias encontram limites na própria distinção construída pelo observador⁷⁸. Não são capazes de ver além.

Tem-se, então, que a verdade sobre as teorias dos movimentos sociais deve ser declarada como uma verdade dividida (temporalizada⁷⁹), tal como poetizado por DRUMMOND, sempre composta por duas metades (as distinções), e cada um (cada observador) opta conforme a sua ilusão (traça uma forma, indica e distingue). Não há uma verdade totalizadora.

Com isso, não se quer afirmar a relatividade da verdade⁸⁰, mas, sim, a sua inobservabilidade. Quer-se, concordando com LUHMANN, afirmar que a verdade é um meio, como o ar é o meio para o som⁸¹, e que como tal (como meio) é inobservável⁸².

A verdade perfeita, classicamente concebida, que se esgotava em sua definitividade⁸³, passa a ser uma verdade dividida, temporária, em que a não

⁷⁵ VIDE novamente CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit.

⁷⁶ Como pontua Gerardo D. Sánchez Romero, “é no mundo onde se comente a ‘ferida’ que prova o distinguir, ficando assim partido, dividido, separado de toda unidade [...] o conhecimento do mundo necessariamente sofre uma forma de observar autorreferencial”. ROMERO, Gerardo D. Sánchez. Resumen sintético del sistema social de la ciencia según Niklas Luhmann. *Revista Mad*. Universidad de Chile. N. 24, maio de 2011, 30-60, p. 33.

⁷⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit. p. 64.

⁷⁸ Como referem Leo Peixoto e Fabrício Neves, “a observação depende da posição”. RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas Luhmann**, Op. Cit. p. 39.

⁷⁹ Uma verdade é temporária, pois perdura até ser falseada, como já se problematizou anteriormente.

⁸⁰ Como referiu Luhmann, “a verdade mesma não é relativa” (grifos do autor). LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 146.

⁸¹ De acordo com Luhmann: “o ar é ar, mas somente é um meio enquanto transporta sons. Também a luz é um meio unicamente para a percepção que somente pode perceber a luz, como luz fixada”. *Ibid.*, p. 135.

⁸² Descreve Luhmann que “os meios tampouco são coisas especiais, quer dizer, não são observáveis (não se pode observar a verdade), senão que somente se podem deduzir mediante a observação de formas”. *Ibid.*, p. 134.

⁸³ Conforme Luhmann, “a verdade em sentido clássico era entendida como verdade perfeita”, e segue “a perfeição é por sua vez o superlativo que já não é possível superar, e onde o desejo por algo maior chega à quietude [...] a perfeição compreendia algo definitivo”. *Ibid.*, p. 154.

verdade não é mais tida como um defeito. A verdade – codificada na fórmula verdade/não verdade⁸⁴ – tem o lado negativo como condição de reflexividade⁸⁵ e, como refere LUHMANN, “o valor reflexivo provoca que algo somente pode ser designado como verdade se a possibilidade de ser não verdade tenha sido provada e rechaçada, o mesmo vale em sentido inverso”⁸⁶.

A verdade, luhmannianamente concebida, se se quer saber o que é não deve ser buscada em algo determinado, mas, sim, na observação do observador para descobrir como este tratou a diferença verdade/não verdade⁸⁷, a fim de ver como ele produziu as diferenciações (formas) com que observa o mundo⁸⁸.

Assume-se, então, a proposta construtivista (e não solipsista) da teoria sistêmica como ponto de partida para o desenvolvimento das reflexões que serão levadas a cabo mais adiante, entendendo que as teorias, e o conhecimento em geral, como descreve ESPOSITO, “não se baseiam em sua correspondência com a realidade externa, senão sempre e unicamente sobre as construções de um observador”⁸⁹. Sem negar que exista a realidade, assume a autora que, para o construtivismo:

A realidade é simplesmente a que é, atual e positiva: mas o conhecimento, que se baseia em observações, está forçado a captá-la sob a forma de distinções, as quais, na realidade, não correspondem a nada. *O observador conhece então unicamente suas próprias categorias e dados primitivos*⁹⁰.
(grifo nosso)

⁸⁴ Nesse sentido, aduz Luhmann que “compreender a verdade como momento de um código significa, portanto, mudar da ideia diretriz para a distinção diretriz [...] a unidade da diferença entre verdade e não verdade”. Ibid., p. 155.

⁸⁵ (Id.). Sobre a questão de reflexividade da não verdade, explica Luhmann que “a não verdade provoca a reflexão sobre a unidade da diferença entre verdade e não verdade”. Ibid., p. 149.

⁸⁶ (Ibid., p. 149). De acordo com Luhmann, “algo não planteado como afirmação verdadeira pode converter-se nela uma comunicação posterior, mediante uma referência refute ou afirme a verdade”. Ibid., p. 141.

⁸⁷ Como enfatizou Gerardo Romero, “se se pretende observar a verdade, então se tem que recorrer necessariamente a uma determinada observação de segunda ordem, vale dizer, observar a quem observa mediante o código verdadeiro/não verdadeiro”. ROMERO, Gerardo D. Sánchez. Op. Cit. p. 35.

⁸⁸ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 135.

⁸⁹ ESPOSITO, Elena. Construtivismo. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit. p. 51.

⁹⁰ Id.

Admite-se, dessa maneira, a realidade não como algo acessível onticamente, mas como alcançável de forma operativa, como uma observação que estabelece uma diferença, diferenciando⁹¹.

A distinção operação/observação constitui-se na base do construtivismo luhmanniano, segundo o qual o conhecimento da realidade é produzido pelas construções do observador. Nesse bojo, consoante ESPOSITO, “todas as distinções que se pode construir (observar/agir, risco/perigo, sujeito/objetivo, sistema/ambiente) são, decididamente, diferenças, operações de um observador”⁹². Assim, a observação é tida, na teoria luhmanniana, como um modo de operação (a observação sempre opera com distinções).

Em sendo assim, emerge novamente a pergunta: por que, então, aventar a utilização de outra teoria para observar os movimentos sociais?

Primeiramente, cumpre lembrar que muito embora haja uma extensa literatura a respeito dos movimentos sociais no âmbito da teoria política e das ciências sociais, tanto em nível nacional quanto internacional, falta-lhes serem acopladas a uma teoria da sociedade. À exceção da teoria marxista, a discussão dos movimentos sociais inseridos numa teoria social mais ampla só ocorrerá na teoria dos sistemas luhmanniana. Neste ponto defendem LUHMANN e DE GIORGI que “uma teoria da sociedade, adequada a este fim, deveria descrever a sociedade como um sistema funcionalmente diferenciado que produz inumeráveis motivos de protesto”⁹³.

Ademais, a vantagem de incluir uma nova observação dos movimentos sociais, como a proposta nesta tese, não está no acesso à verdade (única, melhor, definitiva), mas, sim, na possibilidade de acessar o mundo de uma maneira distinta e, com isso, ver diferentemente, como preceitua LUHMANN: “há que supor que o mundo – seja o que seja – tolera a diferenciação e, segundo a diferenciação que o afeta, ele estimula de distintas maneiras as observações e descrições assim induzidas”⁹⁴.

⁹¹ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit. p. 71.

⁹² ESPOSITO, Elena. Operación/obsevación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 118/119

⁹³ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1993, p. 377.

⁹⁴ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit., p. 71.

Com isso se quer dizer que há um erro clássico, cometido pelos críticos⁹⁵ da teoria sistêmica, os quais confundem a “pretensão de aplicabilidade universal” da teoria com a ideia de que esta reivindica o monopólio da verdade científica. Que a teoria se pretenda universal significa que ela pretende ser adequada à descrição de tudo o quanto for sociológico e, com isso, não se afirma a exclusividade da veracidade de uma abordagem específica, única⁹⁶. Frise-se que HELLMANN, no prefácio do livro *Protesto*, de LUHMANN, deixa claro que:

Não é afirmado que a Teoria dos Sistemas torna supérfluas outras teorias que abordem o conhecimento sociológico da verdade social, muito menos que a teoria dos sistemas seja única responsável pela descrição e esclarecimento dos fatos sociais. Finalmente, a teoria dos sistemas também não sustenta, sobretudo, a pretensão de poder saber tudo o que, no mundo, sabe-se sobre o mundo. Tudo que se afirma é: rejeitar explicitamente a pretensão de totalidade no sentido de que a teoria dos sistemas abarque totalmente seus objetos, ou seja, considerando todas as possibilidades⁹⁷.

Considera-se, nessa senda, que a aplicação da teoria sistêmica luhmanniana aos modernos movimentos sociais de protesto representa um *plus* em relação a tudo que já se produziu sobre o tema. Certamente, não se verão as observações da teoria marxista a respeito da alienação e sobreposição da superestrutura com relação à infraestrutura, bem como todas as suas consequências (revoltas, aparecimento de movimentos sociais de cunho classista etc.). Quiçá nenhuma teoria observará e construirá melhor do que a teoria marxista essa situação⁹⁸. Da mesma forma, não serão observados os reflexos da teoria da ação e da mobilização de recursos para enfrentar o nascedouro dos movimentos modernos. A teoria sistêmica, aliás, pretende dissociar-se da teoria da ação de forma veemente e, para isso, rompe com o ontologismo do sujeito⁹⁹.

⁹⁵ Sobre os críticos da teoria sistêmica luhmanniana, vide o apêndice desta tese.

⁹⁶ HELLMANN, Kai-Uwe. Prefácio. In: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe (Org.). *Protesto: teoria dos sistemas e movimentos sociais*, p. 1-2. Mimeo. Original: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe. (Orgs). *Protest*. Frankfurt: Suhramp, 1996.

⁹⁷ Id.

⁹⁸ Luhmann, em seus escritos, demonstra um profundo respeito pela teoria marxista e inclusive refere que Marx foi o primeiro a propor uma teoria da sociedade. Contudo, dado que Marx mais tarde abandona os aspectos superestruturais para se dedicar aos aspectos econômicos, segundo Luhmann, isso constitui uma barreira para uma análise social mais global. Sobre a teoria marxista explana Luhmann que “na lógica capital/trabalho a velha forma de diferenciação por estratos não encontra abrigo. Desde o último terço do século XVIII se fala cada vez mais de classes sociais e Marx aplicará essa terminologia à distinção capital e trabalho. Ainda que isso não signifique mais que descrever a sociedade toda desde a perspectiva particular da economia”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 637.

⁹⁹ Sobre esse ponto, vide o próximo item.

Ao falar das vantagens da observação sistêmica dos movimentos sociais sobre as demais observações, CAMPILONGO destacou que os aportes luhmannianos:

não visualizam aspectos já bastantes aclarados por outros tratamentos teóricos. Por exemplo, as grandes teorias sobre os movimentos sociais oferecem exímias construções a respeito do processo de formação, organização e mobilização desses grupos. A teoria dos sistemas enfoca outras características¹⁰⁰.

Por exemplo, as teorias da ação (WEBER, PARSONS¹⁰¹) veem o homem em suas expectativas, motivações psicológicas etc., enquanto LUHMANN centraliza a comunicação¹⁰², ainda que não o faça com abstração total da importância da ação ou ainda que não pactue da tática habermasiana de substituição da ação pela ação comunicativa. Quando se fala em atores coletivos, LUHMANN prefere observar sistemas comunicativos, uma vez que a teoria da ação é substituída no âmbito sistêmico pela diferença sistema/ambiente¹⁰³.

Nessa mesma linha, exemplifica CAMPILONGO a pertinência das observações sistêmicas com o que se denominou anteriormente de *plus*, isto é, referindo como a teoria dos sistemas enfoca outras características e como, por meio de seus aportes, observa-se algo diferente, algo novo, não observável pelas teorias tradicionais. Nas palavras do referido autor, citando Heinrich AHLEMEYER:

TOURAINÉ incidiria em dois problemas que são evitados pela teoria dos sistemas: (i) veria os movimentos sociais como agentes ou sujeitos coletivos e não como sistemas de comunicação; (ii) descreveria o sistema social de maneira convencional, em cujo centro estaria o Estado. Para a teoria dos sistemas, a sociedade é policêntrica, não há um vértice que coordene todas as comunicações. A aposta nos atores sociais representa a continuidade da teoria da ação que a teoria dos sistemas pretende superar ao colocar a diferença sistema/ambiente como categoria central de análise¹⁰⁴.

¹⁰⁰ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 10.

¹⁰¹ No livro *Sociologia do direito I*, Luhmann retoma a tese realista normativa de Durkheim e o subjetivismo de sentido weberiano, demonstrando como Parsons relacionou “a objetividade do quadro normativo da sociedade à *la* Durkheim à contingência da ação subjetiva à *la* Weber “. Assim, para Parsons, os indivíduos sempre precisarão integrar suas expectativas recíprocas de comportamento (dupla contingência), pressupondo normas que permitam uma interação duradoura. LUHMANN, Niklas. *Sociologia**, Op. Cit., p. 30/31.

¹⁰² Como anuncia Pilar Giménez Alcover, “na teoria sistêmica autopoietica a resposta à questão acerca de qual é o elemento básico do sistema social – a comunicação ou a ação – se resolve em favor da comunicação, mas mantendo a porta aberta à ação”. ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho en la teoría de la sociedad de Niklas Luhmann*. Barcelona: Bosch, 1993, p. 110.

¹⁰³ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 10.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 49.

A teoria sistêmico-luhmanniana permite esse tipo de observação não porque seja melhor que as demais teorias – muito embora talvez seja uma das únicas teorias complexas, um das únicas teorias da sociedade, que estuda a sociedade igualmente complexa –, mas simplesmente pelo fato de que parte de outras distinções. Se com isso se observa melhor, comparativamente falando, ou não é uma outra questão. Mas é indubitável que, por meio da teoria luhmanniana, observa-se diferente, pois se parte de outras distinções (sistema/ambiente e não todo/parte, individual/coletivo ou capital/trabalho, por exemplo).

Somente um bárbaro¹⁰⁵ (schillerianamente concebido) poderia desprezar essa multiplicidade de acessos ao mundo e pugnar pela unidade racionalizadora, por uma única teoria adequada ou melhor que as demais. Então, se a porta da verdade se abre – como outrora Drummond anunciou que ocorreu –, que se lhe acesse também para ver a “verdade” da teoria sistêmico-luhmanniana sobre os movimentos sociais. Eis o próximo passo.

1.2 CENA 2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ÂMBITO DA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS

Por que o mundo – ao menos o mundo retratado na arte –
não pode ser uma combinação
de diferentes realidades?¹⁰⁶

Em *Up and Down*¹⁰⁷, M. C. ESCHER cria uma litografia bastante emblemática de uma cena vista sob dois prismas diferenciados. Na metade inferior da gravura vê-se um prédio na perspectiva de alguém que se encontra no pátio, na parte superior da litografia a perspectiva é da observação de cima para baixo. O

¹⁰⁵ Ou um *outsider*, que é também um *insider*.

¹⁰⁶ Frase atribuída à Escher por Micky Piller. PILLER, Micky. Eternidade, infinitude e espanto: a arte de M. C. Escher. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/img/EscherCatalogo.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

¹⁰⁷ A litografia de Maurits Cornelius Escher data de 1947 e pode ser vista no país em 2011 na exposição “O mundo mágico de Escher”, do Centro Cultural Banco do Brasil e em 2013 no Museu Oscar Niemeyer em Curitiba. O nome original da obra em holandês é *Boven en onder*. In: ESCHER, M. C. *O mundo mágico de Escher*. Catálogo. Pieter Tjabbes (Curadoria). Palácio das Artes: Belo Horizonte, 2013, p. 11.

ponto de convergência (mosaicos) deixa dúvidas: seria o piso ou o teto?¹⁰⁸. A imagem remete a um tema recorrente na obra do artista holandês: a ideia de relatividade ou de que a observação é influenciada pelo contexto e pelo foco de interesse daquele que observa – e para expressar isso o artista recorre às perspectivas. Ainda, remete à ideia de que uma visão global pode levar a paradoxos ou contradições dada a impossibilidade de reconstruir o todo pelas partes. Como se demonstrou, essa temática é profundamente ligada às discussões luhmannianas e remetem à teoria do observador.

Tendo já referido sobre a importância que LUHMANN destina à observação e ao observador, pode-se avançar e iniciar a descrição dos movimentos sociais modernos com base nessa teoria, o que implica abdicar do paradigma tradicional antropocêntrico. A perspectiva sistêmica não é centrada no homem individual ou coletivo que ascende ao epicentro social reivindicando demandas¹⁰⁹. O homem, no universo luhmanniano, encontra-se no ambiente do sistema social¹¹⁰ formado, exclusivamente, por comunicações.

Os movimentos sociais, nessa senda, apresentam-se como inseridos na sociedade, não sendo lidos como sistemas biológicos (corpos ou atores sociais) ou psíquicos (que pensam e são motivados por razões “X” ou “Y”), mas, sim, como parte do sistema social, pautado em comunicações¹¹¹.

Como não poderia deixar de ser, em uma perspectiva sistêmica, o conceito de movimentos sociais relaciona-se a outros momentos teóricos luhmannianos. A teoria sociológica de LUHMANN perpassa, em especial, três âmbitos: a teoria dos sistemas, a teoria da comunicação e a teoria da evolução¹¹². Recapitular-se-ão,

¹⁰⁸ EUGÊNIO, Tiago José Benedito. Um olhar evolucionista para a arte de M. C. Escher. *Ciências & Cognição*. v. 17, 2012, p. 63-75.

¹⁰⁹ Essa postura diverge, por exemplo, daquela com qual trabalha Maria da Glória Gohn, para quem os movimentos sociais são encarados “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de educação*. v. 16, n. 47, maio-ago, 2011, p. 335.

¹¹⁰ LUHMANN, Niklas. *Sistemas **, Op. Cit., p. 27.

¹¹¹ Nesse sentido, aclara Nafarrate que “a consequência imediata que se deriva de que o social é uma operação de comunicação é que a sociedade não existe como objeto. A sociedade é pura comunicação e, portanto, somente é possível acercar-se a ela mediante distinções. A sociedade não opera como uma gigante estrutura objetiva que ninguém tenha visto”. NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en lengua castellana. In: LUHMANN, Niklas. *Sistemas **. Op. Cit., p. 20.

¹¹² MANSILLA, Darío Rodríguez. Invitación a la sociología de Niklas Luhmann. In: LUHMANN, Niklas. *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 2002., p. 39.

rapidamente, tais teses centrais ao longo deste estudo, na medida em que sejam necessárias para descrever os movimentos sociais em um âmbito sistêmico.

Do rompimento com as posturas tradicionais que partem da noção todo/parte ou, ainda, da distinção sujeito/objeto, emerge a centralidade dos sistemas para a teoria luhmanniana¹¹³. Parte-se da diferença sistema/entorno (sistema/ambiente), isto é, admite-se que os sistemas (existem¹¹⁴) se criam e se conservam a partir da diferenciação com o entorno, utilizando seus limites¹¹⁵ para regular dita diferença¹¹⁶. De tal forma, “não há sistemas sem entorno, nem entorno sem sistemas”¹¹⁷.

LUHMANN admite a existência de três sistemas: os biológicos (voltados à produção e conservação da vida), os psíquicos (que processam pensamentos) e os sociais (que se baseiam na comunicação). Os sistemas sociais despertam a atenção do autor, sendo formados por interações, organizações e sociedade¹¹⁸. É, sem dúvida, nesta última que se centram mais intensamente os estudos luhmannianos deveras paradigmáticos na medida em que não assumem a mesma postura das correntes sociológicas tradicionais, as quais consideram a sociedade como formada por homens individuais e coletivos. Em sua teoria, perde-se a primazia do antropocêntrico em detrimento do sistêmico¹¹⁹.

Há quem diga que LUHMANN é um neoiluminista, pois ele não renegaria a condição humana como necessária na sociedade. Ele apenas recolocaria o homem em outro local, deslocando-o do sistema social e constituindo-o como um sistema

¹¹³ Luhmann propõe uma mudança paradigmática, em termo kuhnianos, substituindo a diferença todo/parte pela diferença sistema/entorno, tal como proposto por Ludwig von Bertalanffy em sua teoria da diferenciação do sistema. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 31.

¹¹⁴ Como afirma Luhmann “existem sistemas”. Ibid., 1991, p. 37.

¹¹⁵ Os sistemas apenas podem operar dentro de seus limites, como esclarecem Léo Peixoto Rodrigues e Fabrício Monteiro Neves: “se um sistema tem limites, são os limites do sistema que o discernem como unidade e, a partir desse estado de unidade, tudo o mais se torna não sistema, entorno ou simplesmente, diferença”. RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 22.

¹¹⁶ E de forma mais precisa, afirma Luhmann que existem sistemas autorreferenciais “que têm a capacidade de estabelecer relações consigo mesmos e de diferenciar essas relações frente ao entorno”. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 38.

¹¹⁷ É característica do conceito próprio de sistema a diferença fora/dentro. Ibid., p. 44.

¹¹⁸ Ibid., 1991, p. 27.

¹¹⁹ Como aludiu Luhmann, “a teoria dos sistemas rompe com este ponto de partida, de onde não necessita usar o conceito de sujeito. O substitui pelo conceito de sistema autorreferencial”. (LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 51). Como representação didática do lugar do homem na teoria dos sistemas, cite-se uma roda, formada por crianças de mãos dadas. A forma da relação (roda) é lida como sistema cujo entorno são as crianças (homens). Conforme NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Sociología del riesgo*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1992., p. 11

próprio. Nessa perspectiva, cada homem é tido como um sistema biológico capaz de fazer distinções e interagir com a sociedade mediante comunicações (Alter/Ego). É uma virada radical na tradição sociológica. Conforme Germano SCHWARTZ, “o momento atual que atravessa a humanidade é chamado por alguns autores, como LUHMANN, por exemplo, de um neo-iluminismo, pois o domínio de várias técnicas e tecnologias (das mais variadas áreas do saber) proporcionou ao homem uma qualidade de vida impensável há algum tempo” ¹²⁰.

Para LUHMANN, os sistemas biológicos (homens) e psíquicos (consciências) são tão somente ambientes do sistema social¹²¹, sendo que estes últimos estão interpenetrados, o que significa que um não existe sem o outro. Sem o homem não há consciência e sem consciência não há comunicação, mas será apenas este último o ponto central na análise sociológica luhmanniana.

Alicerçado na observação sistema/ambiente (sistema/entorno), LUHMANN estabelece, no âmbito de sua teoria sociológica, que a sociedade moderna se apresenta como diferente das sociedades anteriores (segmentárias, estratificadas etc.) porque nela encontram-se sistemas parciais autopoieticos diferenciados por funções¹²² – ocorre o chamado processo de diferenciação funcional¹²³.

Nesse contexto, a sociedade moderna apresenta-se como um sistema fechado¹²⁴ formado por comunicações de forma que tudo que está dentro da

¹²⁰ (SCHWARTZ, Germano. O garantismo sob uma perspectiva sistêmica. *Revista Ibero-Americana de Ciências Penais*. CALLEGARI, André Luís; GIACOMOLLI, Nereu José; KREBS, Pedro. Porto Alegre, n. 4, p. 33-46, 2001). Essa posição, certamente, é uma das mais preparadas para enfrentar as críticas habermasianas para quem os sujeitos dotados de linguagem, capazes de se comunicar, formariam um acordo intersubjetivo a respeito do mundo da vida (ação comunicativa). Segundo Habermas a teoria luhmanniana é conservadora e inviabilizadora de críticas. Trata-se, contudo, de duas posições absolutamente diferentes sobre o que é a racionalidade e a respeito do papel do sujeito na teoria sociológica.

¹²¹ Consoante Leo Peixoto e Fabrício Neves: “Luhmann ao se referir aos diferentes sistemas autopoieticos, a saber: os sistemas vivos, os sistemas psíquicos e os sistemas sociais afirma que a vida é o resultado de uma operação entre sistema (vivo) e seu entorno; do mesmo modo afirma que os pensamentos constituem-se no resultado operacional de diferenciação entre sistema psíquico e entorno; os sistemas sociais resultam de uma operação de diferenciação comunicacional, isto é, comunicação que se produz a partir de comunicação, diferenciando-se em sistemas sociais”. RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 32.

¹²² Referem Luhmann e De Giorgi que, em determinado momento, na sociedade funcionalmente diferenciada, “a política somente conta para a política, a arte somente para a arte, para a educação somente a predisposição e disponibilidade para a aprendizagem, para a economia somente o capital e a utilidade”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 326

¹²³ NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann**, Op. Cit., p. 11.

¹²⁴ Como bem lembra Jean Cleam, trata-se de um fechamento operativo, “perfeitamente compatível com uma abertura e uma dependência ambiental. No mais, esse encerramento é a *pré-condição da abertura, a maior possível, à contingência do mundo* ao redor dos sistemas” (grifos do autor). CLAM, Jean. Autopoiese no direito. In: ROCHA, Leonel Severo; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean.

sociedade é comunicação¹²⁵. No interior do sistema sociedade, formam-se sistemas parciais (ou subsistemas), funcionalmente diferenciados, tais como o direito, a política, a economia etc., e, como preceituam LUHMANN e DE GIORGI, “os sistemas de funções alcançam uma clausura operacional e formam assim sistemas autopoieticos no sistema autopoietico da sociedade”¹²⁶.

Os sistemas teriam surgido para dar conta (redução) da complexidade¹²⁷ no interior do sistema, a qual sempre é inferior àquela advinda do entorno¹²⁸. Os sistemas parciais se especializam em funções¹²⁹ e, com isso, cumprem um importante papel de redução da complexidade¹³⁰ a partir da complexidade¹³¹. Importa referir que os sistemas são dotados de autonomia, sendo que cada qual tem seu próprio ambiente. Não há um entorno idêntico¹³², há, inclusive, sistemas que são ambientes de outros sistemas¹³³.

Frisa-se que por autonomia não se quer dizer que os sistemas estão isolados, mas, sim, que eles operam de forma fechada¹³⁴, sem intervenções diretas do entorno. A autonomia está relacionada ao caráter autopoietico dos sistemas, o

Introdução à teoria do sistema autopoietico do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005., p.117.

¹²⁵ Para Luhmann “não existe nenhuma comunicação fora do sistema de comunicação da sociedade. A sociedade é o único sistema que utiliza esse tipo de operação, sendo nesta medida realmente fechado, o que, contudo, não é válido para outros sistemas sociais”. LUHMANN, Niklas. *Sistemas* *, Op. Cit., p. 56.

¹²⁶ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 341.

¹²⁷ Como referem Leo Peixoto e Fabrício Neves, “o sistema funciona sempre reduzindo possibilidades, selecionando aquilo que terá sentido quando incorporado aos processos internos”. RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 49. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit. E ainda “somente a complexidade pode reduzir complexidade”. Ibid., p. 49.

¹²⁸ Como afirmou Luhmann, “para qualquer sistema o entorno é mais complexo que o sistema mesmo”. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 48.

¹²⁹ Luhmann, ao contrário de Parsons que era estrutural-funcionalista e pressupõe estruturas nos sistemas sociais, é funcional-estruturalista. A função é para Luhmann mais importante do que o conceito de estrutura.

¹³⁰ Sobre isso auferiu Luhmann “a complexidade dos sistemas é menor e somente se compensa por meio da contingência, isto é, mediante os padrões de seleção”. Ibid., p. 50

¹³¹ Nesse sentido, aduz Luhmann que “os sistemas tendem à hipercomplexidade, a uma multiplicidade de concepções de sua própria complexidade”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 695.

¹³² Como aponta Luhmann “para cada sistema o entorno é distinto, já que cada sistema guarda referência com seu próprio entorno”. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 41.

¹³³ “Os sistemas no entorno do sistema estão por sua vez orientados a seus próprios entornos”. Nesse sentido, referiu Luhmann que “cada contato social será apreendido como sistema até alcançar a sociedade como conjunto de todos os contatos sociais possíveis”. Id.

¹³⁴ De acordo com Hellmann, “apenas o direito diz o direito, apenas educação educa, em outras palavras, todos os sistemas funcionais são autônomos, i.e., eles mesmos determinam o que para eles é relevante ou não. Essa autonomia é garantida pelo código binário”. HELLMANN, Kai-Uwe. Prefácio. In: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe (Org.). *Protesto: teoria dos sistemas e movimentos sociais*, p. 2. Mimeo. Original: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe. (Org.). *Protest*. Frankfurt: Suhramp, 1996., p. 14.

que “significa também que a formação e a estruturação do sistema não se remete à influência exterior” ¹³⁵. Os sistemas, contudo, são sensíveis ao seu ambiente (em maior ou menor proporção).

O ambiente pode vir a produzir irritações sistêmicas. O entorno, afirma LUHMANN, “pode prejudicar, irritar ou, como diz Maturana, perturbar as operações quando (e somente quando) os efeitos do ambiente aparecem no sistema como informação e podem ser processados como tal” ¹³⁶.

Os ruídos do ambiente, portanto, são - e apenas podem ser - internamente processados. Diante da irritação, o sistema pode ignorar ou reagir, mas sobre isso o ambiente não tem controle, depende apenas do sistema a opção por adaptação. Como indica Giancarlo CORSI, “os sistemas autorreferenciais autopoieticos podem ser irritados pelo entorno, mas não podem ser forçados à adaptação pelo entorno” ¹³⁷. Reforça, nesse sentido, Dalmir LOPES JR que “a estrutura de cada sistema (...) é que define o que admite como perturbação” ¹³⁸.

Mais ou menos como ocorre em um teatro, o palco é o limite que separa os atores do público, mas não há público sem atores nem atores sem público. O público pode tentar produzir ruídos que irrite os atores como risos, aplausos, vaias, mas a opção de ignorar ou reagir às irritações não é do público e, sim, daqueles que estão no lado interno da forma, daqueles que formam o sistema de atuação teatral ¹³⁹. Trata-se, contudo, de mero exemplo didático. Não se desconsidera a importância do teatro épico de BRECHT ¹⁴⁰, que utilizava recursos de dirigir-se ao público durante a encenação, entre outros. Contudo, segue sendo verdade que a opção de abertura e adaptação é do sistema (atores, diretores, roteiristas) e não do entorno (público).

Reforçando sua tese de autonomia sistêmica, LUHMANN lança mão do conceito de autopoiese ¹⁴¹ para evocar que o processo de reprodução próprio do

¹³⁵ LUHMANN, Niklas. *Sociología**, Op. Cit., p. 175.

¹³⁶ LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann**, Op. Cit., p. 42.

¹³⁷ CORSI, Giancarlo. Evolución. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 154.

¹³⁸ LOPES JR., Dalmir. Introdução. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir (Org.). *Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004., p. 7.

¹³⁹ Trata-se de um mero exemplo didático.

¹⁴⁰ Conforme RODRIGUES, MR. *Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar!, de Sttau Monteiro* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 147 p. ISBN 978-85-7983-114-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>, acesso em 22/04/2013.

¹⁴¹ O conceito é trasladado da teoria biológica de Maturana e Varela para a teoria sociológica. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 56 e ss.

sistema é somente internamente utilizado. Os sistemas, portanto, têm que definir sua maneira específica de operação (clausura operacional¹⁴²) e determinar sua identidade para poder regular quais são as unidades internas de sentido que devem reproduzir-se sempre de novo¹⁴³. A reprodução autorreferencial¹⁴⁴ é, portanto, no nível dos elementos, uma reprodução autopoietica.

Os sistemas de função (subsistemas) são, então, tratados como fechados, autorreferenciais e autopoieticos, baseando-se, para fins de cumprimento funcional, em um esquema binário¹⁴⁵ que contém um valor positivo e outro negativo – que é a negação daquele, por exemplo, direito/não direito, verdade/falsidade, ter/não ter. Percebe-se que é justamente com auxílio do código que se mantém a identidade (unidade) do sistema, visto que com seu auxílio é possível reconhecer operações próprias e operações alheias. Assim, as operações de um sistema orientadas ao código estabelecem o limite entre dentro e fora (interno e externo), por exemplo, por meio do código direito/não direito se estabelece o que pertence ou não ao (sub)sistema jurídico.

A rigidez do código, todavia, é compensada pela existência de programas¹⁴⁶ que permitem a inclusão de elementos estranhos, ainda que a programação sempre leve em conta o código. Os sistemas parciais são sempre concebidos como

¹⁴² Essa ideia foi implementada na teoria sociológica de Luhmann a partir das reflexões de Maturana e Varela, segundo os quais os sistemas orgânicos são fechados o que não significa que “tais sistemas são isolados, incomunicáveis, insensíveis, imutáveis, mas, sim, que as ‘partes’ ou ‘elementos’ de tais sistemas interagem uns com outros e somente entre si [...] é um fechamento meramente operacional”. (RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit. p. 24). Ainda, segundo os autores, “para Maturana e Varela (1980, 1995), um organismo vivo (uma célula, uma planta, um indivíduo qualquer) está logicamente contido num determinado meio, mas a sua individualidade/identidade como, por exemplo, uma células nervosa [...] não depende desse meio [...] ser um gato (e não um cachorro) depende somente das operações internas da própria unidade em que cada um desses sistemas vivos se constituem autopoieticamente”. Ibid. p. 31

¹⁴³ LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 40.

¹⁴⁴ Segundo Giancarlo Corsi “os sistemas constituídos de modo autorreferencial devem ser capazes de distinguir entre o que é próprio do sistema (suas operações) e o que se atribui ao entorno”, contudo “o conceito de autorreferência não coincide com o de tautologia: não se trata de uma operação que se indica diretamente a si mesma (por exemplo: A=A), senão de uma operação que indica algo (o auto da autorreferência) ao qual pertence”. CORSI, Giancarlo. Autorreferencia. Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 35. Ou, ainda, conforme Nafarrate, “um sistema autorreferencial define-se como um tipo de sistema que para a produção de suas próprias operações se remete à rede de operações próprias e, nesse sentido, se reproduz a si mesmo”. NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Sociología**, Op. Cit., p. 21.

¹⁴⁵ Código binário é uma forma de dois lados e distingue o mundo entre um valor ‘positivo’ e outro ‘negativo’, com exclusão da possibilidade de um ‘terceiro estado’. Ibid., p. 52.

¹⁴⁶ Os programas permitem que a ciência, por exemplo, considere também possibilidades de viabilidade econômica ou política, indo além do código verdade/não verdade, uma vez que “o programa estabelece que comportamentos devem ser considerados corretos e, portanto, devem ser esperados”. Ibid., p. 133.

fechados quanto ao código (clausura operacional) – o que lhes garante autonomia – e abertos com relação aos seus programas – o que lhes garante abertura para outros valores além dos codificados¹⁴⁷.

Partindo desse panorama, pode-se inserir uma primeira reflexão: seriam, também, os movimentos sociais entendidos como sistemas parciais de função, isto é, sistemas fechados, autorreferenciais e autopoieticos que contêm um código próprio e programas?

De fato, a teoria dos sistemas apenas será aplicável aos movimentos sociais caso seja possível designá-los como sistemas autopoieticos (como o são todos os demais sistemas sociais). Isso, em outras palavras, anuncia a necessidade de que os movimentos sociais estejam, como sistemas, demarcados com um ambiente.

Mas a partir do que se marca a diferença dentro/fora nos movimentos sociais? Qual seria a sua específica unidade da diferença? Em outras palavras, quando se fala em movimentos sociais, a que se está referindo? A partir de qual distinção eles são observados? Sendo que para LUHMANN “os sistemas unicamente se constituem como formas que pressupõem outro lado – um ‘*unmarked space*’”¹⁴⁸, qual seria, então, a forma assumida pelos movimentos sociais nessa proposta?

Inicialmente, LUHMANN observa que muito embora tenham ocorrido revoltas dos camponeses, escravos, aristocratas e muitos movimentos religiosos anteriormente ao século XIX¹⁴⁹, há um certo consenso de que os movimentos sociais são um fenômeno moderno iniciado nos séculos XIX e XX¹⁵⁰. Muito provavelmente, segundo o autor, “isso se deve ao fato de que o movimento socialista do século XIX acabou sendo a base de reflexão conceitual para os movimentos sociais”¹⁵¹. Tanto o é que, mais adiante, quando se falará em novos movimentos sociais, estar-se-á referindo a movimentos que não têm identificação

¹⁴⁷ Como afirma Elena Esposito, “a abertura do sistema realizada no âmbito da programação pressupõe seu fechamento realizado no âmbito da codificação”. ESPOSITO, Elena. Op. Cit., p. 133.

¹⁴⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 636.

¹⁴⁹ Afirma Luhmann e De Giorgi que “os movimentos de protesto dos nossos dias não podem compararem-se com os movimentos de renovação religiosa ou com as revoltas e rebeliões provocadas no mundo antigo por motivos econômicos”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 374.

¹⁵⁰ “Em grande parte, o protesto se considera como especificamente moderno, quer dizer, como um fenômeno do século XIX e do século XX”. LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 173.

¹⁵¹ Id.

com as demandas classistas (despojados do ‘selo marxista’)¹⁵². Para LUHMANN, contudo, os movimentos sociais são fenômenos de difícil descrição devido à sua generalidade e, justamente por isso, a ênfase luhmanniana direciona-se aos movimentos de protesto ¹⁵³.

A preferência pelo uso da expressão “movimentos de protesto” para designar os movimentos da atualidade, encontra, em LUHMANN, uma explicação histórica na qual evolução social e protesto se combinaram¹⁵⁴.

Primeiramente, cumpre referir que meros distúrbios, levantes, episódios violentos não são objeto das reflexões luhmannianas¹⁵⁵. Fiel à sua teoria, LUHMANN indica os modernos movimentos de protesto *drawing a distincion*, isto é, estabelecendo em que medida ou a partir do que os movimentos modernos se diferenciam dos anteriores. Para fins desta tese, seguir-se-á também a linha de raciocínio estabelecida por LUHMANN. Serão considerados modernos os movimentos de protesto que ampliam a demanda marxista. Referir-se-á a eles como “movimentos sociais de protesto”. Em que pese o uso da palavra “social” ter sido dispensado por LUHMANN e até mesmo da redundância do termo no âmbito de uma teoria dos sistemas sociais (todo movimento é social, no sentido de que é realizado na sociedade, como se esclarecerá), optou-se por mantê-lo. No Brasil, a expressão mais corrente na literatura é “movimento social”. Talvez até pelo caráter mais conciliador da sociedade brasileira não se assumiu aqui o termo protesto. Costuma-se, no máximo, chamar os movimentos de reivindicadores. Para não

¹⁵² Conforme Luhmann e De Giorgi, “os assim chamados novos movimentos sociais já não se adaptam nem sequer ao modelo de protesto do socialismo”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit. p. 374.

¹⁵³ Perguntado sobre como ele próprio definiria movimentos sociais, respondeu Luhmann que “apreende-se um bloco importante de fenômenos quando se fala em movimentos de protesto. É difícil constatar se isso é tudo o que correntemente se entende por movimentos sociais. Eu acho que isso é simplesmente uma questão de uso da língua. Mas há um grupo de movimentos sociais – a propósito aí se incluem também os movimentos extremistas de direita – que se orientam aos protestos e ganham com isso uma determinada distância da sociedade e uma determinada estrutura própria”. LUHMANN, Niklas. Teoria dos sistemas e movimentos de protesto: uma entrevista. Trad. Bianca Damin Tavorari e José Gladston Correia. Mimeo. Original: LUHMANN, Niklas. *Systemtheorie und Protestbewegungen: ein interview*. In: Kai-Uwe Hellmann (Org.). *Protest – Systemtheorie und soziale Bewegungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, pp. 175-200. (Agradece-se especialmente aos Professores Celso Campilongo e Raffaele De Giorgi por terem nos proporcionado o contato com o texto traduzido).

¹⁵⁴ Nesse sentido, agrega Luhmann que “[...] deve-se entender sempre as situações históricas e as oportunidades que como fatores desencadeantes externos servem ao autodesencadeamento dos movimentos de protesto”. LUHMANN, Niklas. *Sociología**, Op. Cit., p. 177.

¹⁵⁵ Sublinha Luhmann que, “pela forma de protesto e pela disposição de empregar medidas mais fortes em caso de não serem escutados, estes movimentos se distinguem dos meros esforços pelas reformas”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 676.

perder a aderência com a compreensão do contexto nacional, optou-se por agregar à expressão luhmanniana “movimentos de protesto” o adjetivo “social”. Conquanto a expressão soe redundante, pois todo movimento de protesto ocorre na sociedade e é, nesse sentido, social, é dela que se fará uso neste estudo.

Resgatando os idos dos anos 1400 e 1500, LUHMANN avista que os protestos nesse período foram destinados a combater a tirania dos poucos que detinham o poder¹⁵⁶. Rememora que o direito de resistência não estava ainda generalizado¹⁵⁷ e que, por meio do direito, constitucionalizou-se o poder (com limites legais constitucionais claramente definidos) como freio à arbitrariedade¹⁵⁸.

Já entre os séculos XVIII e XIX, remonta o autor, o protesto encontrou eco na luta de classes, denunciando a desigualdade de base econômica, sendo que, conforme LUHMANN, não se tratava mais “de prejuízos que resultam da projeção das normas que limitam as possibilidades de comportamento, senão da distribuição desigual dos bens escassos e das vantagens sociais, e de que o mais de um significa o menos do outro”¹⁵⁹.

LUHMANN denota desse contexto que, desde MARX, protesta-se contra as consequências da própria sociedade, no caso contra as consequências do processo capitalista de industrialização¹⁶⁰. Daí adviria um movimento que acreditava em uma solução econômica como viabilizadora das demais soluções. Contudo, na modernidade, o que ocorre é que esse tipo de auto-observação perdeu sua centralidade¹⁶¹, dando lugar a uma pluralidade temática¹⁶² no âmbito dos protestos.

¹⁵⁶ Como informa Luhmann, “na sociedade estratificada somente uma pequena parte da população podia atuar como povo, como civis, como súditos, gente que tinha algo que perder e por isso era disciplinada”. LUHMANN, Niklas. *Sociología**, Op. Cit., p. 179.

¹⁵⁷ Conforme Luhmann, “ainda que se falasse de direito à resistência do povo, praticamente somente eram tomados em consideração a nobreza e, desde a Idade Média tardia, os portadores de cargos específicos, sobretudo os representantes das corporações”. Id.

¹⁵⁸ Ainda Luhmann esclarece que “a limitação da práxis real do Estado se tem que oferecer novos conceitos, por exemplo a ideia de leis fundamentais meramente positivo-legais”. Destaca o autor que o movimento de independência estadunidense foi “o último grande movimento de protesto que em sentido estrito foi desencadeado por questões de direito”. (Ibid. p. 180). Contudo, não se pode concordar com uma tal afirmação. O fato de alguns direitos estarem pacificados, positivados nas Constituições, não lhes garante, por si só, eficácia. Basta lembrar a histórica luta do Direito Alternativo no conhecido “Positivismo de Combate”. Ainda, a situação atual de milhares de brasileiros que estão à margem, sem garantia dos direitos consagrados constitucionalmente, salta aos olhos. Ademais, a própria crise atual que atinge a maioria dos países da zona do euro, notadamente a Grécia, Portugal e Espanha, representa o retorno das lutas sociais pela garantia de direito retirados da população pelos Estados não mais garantidores.

¹⁵⁹ Ibid. p. 181.

¹⁶⁰ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 377.

¹⁶¹ Como sublinha Ahlemeyer, “Luhmann distingue entre movimentos sociais nas sociedades tradicionais, que indicavam conflitos de normas, e o “movimento social do ‘socialismo’” na sociedade

Não se trataria mais exclusivamente de questões de direito, nem apenas de questões de classe¹⁶³.

Contudo, discordando brevemente de LUHMANN para quem as demandas por direitos foram superadas, e concordando que há questões além daquelas pugnadas pela teoria marxista no centro das discussões dos movimentos de protesto atuais, não há dúvidas de que em países como o Brasil ainda se carece de lutas em ambos os sentidos, restando muito a se fazer para garantir os direitos constitucionais, por exemplo, e para evitar a alienação e expropriação dos trabalhadores pelos donos do capital. Por outro lado, é inegável que há outros eixos temáticos, além de questões de classe, igualmente fortes, articulados em protestos no cenário contemporâneo brasileiro. Sobretudo ainda veem-se questões de direito ou demandas por legitimidade jurídica serem reivindicadas, demandas essas muitas vezes adjetivadas de “novas”, mas elas perderam o condão de exclusividade (não de necessidade). No segundo capítulo será verificado um provável motivo para tais adjetivações (novas) prosperarem.

Dado que em uma perspectiva luhmanniana já não se vivencia mais sociedades segmentárias – internamente marcadas por distinções de parentesco, sexo e idade – ou estratificadas –, cuja lógica é da ordem de classes – tampouco teria compatibilidade a manutenção apenas de movimentos que reivindiquem questões típicas de tais momentos anteriores, como questões puramente de direito e de classe¹⁶⁴. Neste ponto, abre-se novo parêntese, para dizer que, apesar de

moderna do século XIX, o qual girava em torno da problemática da escassez, ou seja, da distribuição desigual de bens e obrigações. Ambos problemas estruturais não perderam, ainda hoje, sua atualidade”. AHLEMEYER, Heinrich W. *O que é um movimento social?* Para a distinção e unidade de um fenômeno social. Trad. José Gladston Viana Correia e Luis Felipe Rosa Ramos. Mimeo, 2011. Original: Was ist eine soziale Bewegung? Zeitschrift für Soziologie.

¹⁶² (LUHMANN, Niklas. *Sociología**, Op. Cit., p. 183). Nesse sentido, afirma Luhmann que, “diferentemente dos movimentos socialistas do século XIX, os novos movimentos de protesto não determinam suas metas partindo de uma crítica social que se especifica num objeto, mas utilizam o tema para encontrar o que é que se poderia criticar na sociedade”. Id.

¹⁶³ Como alude Luhmann “se percebe, também, claramente uma diversidade temática, sobretudo na segunda metade do nosso século. Os assim chamados ‘movimentos sociais’ não encaixam já nos modelos de protesto do socialismo. Não se referem unicamente às consequências da industrialização e já não têm como objetivo único uma melhor distribuição de bem-estar. Seus motivos e temas se tornaram muito mais heterogêneos. Haveria que pensar no movimento proibicionista dos anos vinte nos Estados Unidos ou no movimento feminista de nossos dias e, ante tudo, a temática ecológica que se tem situada em primeiro plano. Tanto mais difícil é compreender estes novos movimentos a partir dos fins que perseguem”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 673.

¹⁶⁴ Conforme resume Luhmann “Podemos distinguir imediatamente três tipos de diferenciação na sociedade: a) *diferenciação segmentária* na base de uma igualdade entre sistemas e ambientes; b) *estratificação* na base da igualdade dentro da cada sistema (classe ou estrato) e desigualdade entre os sistemas e os seus ambientes; c) *diferenciação funcional* na base de uma igualdade funcional

reconhecerem-se traços de coronelismo em diversos cantos do país, bem como de existirem fortes diferenciações centro/periferia, admite-se que também o Brasil vivencia a sociedade funcionalmente diferenciada para fins desta pesquisa. A respeito dessa passagem da sociedade arcaica até a moderna, sublinhe-se o resumo realizado por Celso CAMPILONGO, segundo o qual:

a condensação, no interior da sociedade, de sistemas parciais e especializados de comunicação substituiu, de modo inédito, a velha ordem social de sociedades segmentadas por critérios naturais (homem/mulher; jovem/idoso; fraco/forte), diferenciadas geograficamente (centro/periferia; metrópole/colônia) ou por estratos (nobre/plebeu; senhor/escravo). Ser homem, ateniense ou nobre, para o direito ou a política pré-modernas, foram atributos com relevâncias absolutamente diversas daquelas atuais. Para o direito moderno, o que conta é o próprio direito. O mesmo vale para a política e para os demais sistemas de comunicação especializados. *Clivagens de gênero, geografia e hierarquia social ainda são perceptíveis. Mas é na especialização funcional que os sistemas parciais encontram seus critérios operacionais modernos.* Para o sistema econômico moderno, por exemplo, capital, lucro, moeda e preços são critérios que interessam. Sexo, idade, cidade de origem, árvore genealógica ou títulos nobiliários, por seu turno, são secundários, para não dizer irrelevantes, para produção de comunicação econômica. Os critérios do direito e da política, numa sociedade diferenciada funcionalmente, também se impõem a essas dicotomias secundárias e pré-modernas¹⁶⁵. (grifos nossos)

Ainda que existam resquícios das sociedades anteriores, preponderam as características modernas (diferenciação funcional) na sociedade atual, inclusive no Brasil. No âmbito dessa sociedade, LUHMANN atenta que os protestos apresentam como diferença a mudança de valores, não mais centralizando questões segmentárias ou hierárquicas¹⁶⁶. Mudam-se os temas, que se expandem para além da crítica socialista, proliferando¹⁶⁷. De fato, nenhuma sociedade acompanhou tantos protestos, em tantos níveis, como a sociedade atual.

Essa sociedade é o pano de fundo principal desta pesquisa, ou seja, a sociedade funcionalmente diferenciada - não mais restrita a distinções segmentárias

dentro dos sistemas e uma desigualdade funcional entre os sistemas e seus ambientes". LUHMANN, Niklas. A improbabilidade da comunicação. Trad. Anabela Carvalho, 4ª Ed. Lisboa: Veja, 2006, p. 110.

¹⁶⁵ (CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit. p. 12-13). Durkheim muito antes de Luhmann já havia estudado a "evolução" das sociedades mecânicas (segmentárias) para as orgânicas (diferenciadas funcionalmente), conforme refere o próprio Luhmann. LUHMANN, Niklas. *Sociologia**, Op. Cit., p. 26.

¹⁶⁶ A Primavera Árabe seria um exemplo de que as "velhas" questões ainda subsistem em algumas regiões do mundo.

¹⁶⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 184.

e estratificadas - e os movimentos sociais de protesto¹⁶⁸ dela derivados, são o foco de interesse desta tese.

Pode-se dizer que, em um âmbito sistêmico, os modernos movimentos sociais de protesto¹⁶⁹ são descritos com a especificidade de terem a forma de protesto, delimitando, assim, uma fronteira entre o que está fora do protesto e o que se inclui nele – como autênticos sistemas¹⁷⁰ –, daí a sua importância para a teoria dos sistemas. Tais movimentos caracterizar-se-iam, nessa perspectiva, por indicar, distinguir a forma¹⁷¹ protesto/não protesto. Segundo LUHMANN, “a unidade do sistema de um movimento de protesto resulta de sua forma, quer dizer, do protesto”¹⁷², evidenciando que “a forma do protesto sempre pressupõe dois lados: o lado do protesto e o lado que pode reagir contra os protestos”¹⁷³.

Em outras palavras, isso significa que não se pode protestar sem que se diga contra o que, quem e por que se está protestando. Porém, como denuncia o autor, ao protestarem os movimentos trazem à tona seu caráter paradoxal visto que se colocam como se estivessem do lado de fora da sociedade. Como refere LUHMANN, “protestam contra a sociedade como se o protesto ocorresse fora dela”¹⁷⁴. Contudo, o protesto é uma crítica da sociedade feita dentro da própria sociedade e isso se dá uma vez que “os movimentos sociais podem protestar contra as consequências; mas eles mesmos são tampouco mais que um sistema parcial da sociedade, que só pode existir quando ele mesmo não se apropria da função do sistema funcional”¹⁷⁵. Isso significa que a sociedade, como qualquer sistema,

¹⁶⁸ Optou-se por utilizar a expressão MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO para definir com maior precisão o seu caráter social (os movimentos realizam-se na sociedade, são comunicativos) que logo mais será explorado, bem como para delimitar que os únicos movimentos que interessam são os que se definem na forma protesto/não protesto, excluindo-se meros distúrbios e levantes, na mesma linha de Luhmann.

¹⁶⁹ Como aduz Campilongo “primeiramente, Luhmann reconhece a necessidade de se aplicar a teoria dos sistemas aos movimentos sociais. Depois, afirma também existir aparato conceitual disponível para que se trate dos movimentos sociais como sistema autopoiético”. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 89.

¹⁷⁰ Seguindo a linha de Luhmann, só interessam os movimentos que catalisam o protesto para formar um sistema próprio. LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 174.

¹⁷¹ Quando se refere à forma, Luhmann deixa claro que a expressão designa “uma distinção que pode ser distinguida, uma forma de duas partes, em que a parte interna da forma é o protesto e a outra parte é aquilo contra o que se protesta”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 376.

¹⁷² LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 676.

¹⁷³ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 173.

¹⁷⁴ LUHMANN, Niklas. *Ibid.*, p. 187.

¹⁷⁵ E LUHMANN. Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 637.

necessita de um limite interno para poder reflexionar-se a si mesma¹⁷⁶, não pode ser observada ou descrita desde o exterior¹⁷⁷.

Pode-se estabelecer uma relação entre esse ponto com a litografia *Mão com globo que reflete*¹⁷⁸, produzida por M. C. ESCHER como autorretrato. Trata-se da figura de um homem, refletida em um globo, segurado por uma mão. Ao observar-se fixamente a esfera, não se dá conta de que ela é um reflexo daquele que a segura. Ou, ainda, ao observar-se a mão segurando o globo que reflete a imagem, pode-se ter a ilusão de que aquele que se auto-observa se vê como realmente é. Pode-se acreditar ter uma visão privilegiada sobre a realidade que é ele mesmo. Contudo, trata-se, apenas, de perspectivas. Os movimentos sociais de protesto podem se iludir e vir a crer que estão olhando a sociedade de fora, contudo, não têm um acesso privilegiado da realidade social.

Ao se autoproclamarem, todavia, como fora da sociedade, os movimentos sociais de protestos assumem, segundo LUHMANN, um caráter pouco comprometido dado que se apresentam como “comunicações que se dirigem a outros e reclamam a responsabilidade deles”¹⁷⁹, sem, contudo, considerar as críticas como responsabilidades próprias. Porém, adverte LUHMANN que “os protestos não são um estado de coisas importado do mundo exterior ao sistema, senão *uma construção do sistema mesmo* cujas causas se imputam ao entorno”¹⁸⁰ (grifo nosso).

Sem dúvida, ao protestar, está-se considerando “a si mesmo a (boa) sociedade”¹⁸¹. Há uma certa arrogância, uma certa prepotência em dita postura. Por outro lado, esse é um caminho diabolicamente necessário aos movimentos sociais

¹⁷⁶ Afinal, dizia Luhmann que “somente um sistema parcial da sociedade se sente afetado e reage com base em sua própria memória e no marco de suas próprias capacidades operativas. A sociedade mesma não é capaz de atuar. Ela não reaparece na sociedade e tampouco pode fazer-se representar na sociedade, uma vez que a diferenciação funcional se tenha imposto. Não há dentro da sociedade uma ‘sociedade boa’, uma nobreza, uma forma designada cidadã-civil de conduzir a vida a qual pode dirigir-se”. Ibid., p. 636.

¹⁷⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 188.

¹⁷⁸ O nome original da obra é *Hand met spiegelende bol*, contudo, utiliza-se a tradução constante no livro: (ESCHER, Maurits Cornelis. *Hand with reflecting globe*, 1935. In: HOFSTADTER, Douglas R. *Gödel, Escher e Bach: um entrelaçamento de gênios brilhantes*. Brasília: UNB, 2001, p. 40). Na curadoria brasileira, a obra está registrada como *Self-portrait in spherical mirror*. Conforme Pieter Tjabbes (curador). ESCHER, M. C. *O mundo**, Op. Cit., p. 17.

¹⁷⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 172-173.

¹⁸⁰ Ibid., p. 174/175

¹⁸¹ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 676.

de protesto¹⁸². A estratégia usada por estes, como satirizam LUHMANN e DE GIORGI, é a de copiar “a técnica de observação utilizada pelo diabo¹⁸³, que consiste em assinalar um limite em uma unidade contra esta unidade”¹⁸⁴. O efeito que segue disso será uma “atitude irreflexiva de se considerar melhor que os demais”¹⁸⁵. Como problematiza LUHMANN os movimentos (sociais) de protesto:

Criticam as práticas ou situações de quem deveria garantir a ordem, mas não se comprometem a substituí-la. Não se trata de uma mudança de posições, não se trata de uma oposição política que queira assumir o governo e assim discipliná-lo de antemão, pois o tem que fazer e deve ser capaz de fazê-lo. Trata-se mais bem de expressar a insatisfação, de manifestar as ofensas e os preconceitos e frequentemente o desejo violento¹⁸⁶.

Talvez seja esse o motivo – essa reflexão – que levou LUHMANN a comparar tais movimentos aos cães de guarda que ladram e mordem¹⁸⁷, nada mais podendo fazer. Muito provavelmente com essa metáfora se queira explicar que a função dos movimentos não é resolver o problema (ainda que a mordida possa ser lida como tentativa de solução), mas apenas alardear que algo está errado, algo não vai bem. Ladram sem parar, chamam a atenção para algo que eles veem para que outros também vejam. Voltar-se-á a esse ponto no último capítulo.

Como cães de prontidão, os movimentos sociais de protesto fecham-se em um limite que devem conservar, enclausuram-se na forma protesto. Isso, todavia,

¹⁸² E, como menciona Octaviano Padovese Arruda, não poderia ser diferente já que “o observador ao indicar a distinção (*unmarked space*) entre protesto e não protesto o fará sempre em dos lados da forma, projeta o lado da forma no qual realiza a distinção e, invariavelmente, o lado da operação de observação será sempre o da boa causa. ARRUDA, Octaviano Padovese. *What's the Sight of Belzebu: autopoieses in social movements?* (Qual é o Olhar de Belzebu: os movimentos sociais como sistemas autopoieticos?) (Portuguese) (January 21, 2011). Available at SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=1744967>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1744967>>. Acesso em: 10/02/2013

¹⁸³ Sobre a diabolização dos movimentos leia-se as palavras de Luhmann, segundo o qual “a intenção de marcar um limite, de maneira que seja possível observar na outra parte do limite a Deus e suas criaturas, se considerava no mundo antigo como uma tentativa do que havia feito o anjo Satanás. Igual a Satanás, o observador, como vê o que observa e ao mesmo tempo algo mais, se pode considerar melhor e com isto perde de vista a existência de Deus. No mundo moderno esta teoria do observador é uma teoria dos movimentos de protesto que não somente não caem como o anjo rebelde, senão que sobem. Não perdem a essência de Deus”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 374.

¹⁸⁴ Id.

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 174.

¹⁸⁷ Como esclarece Campilongo Luhmann está sendo sarcástico, como o foi ao dizer que os movimentos sociais representam “o olhar do diabo”, “cavalgam cavalos selvagens”, são “alternativas sem alternativas” e ainda “formas utópicas que exigem a negação das características estruturais da sociedade”. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 61.

não é tudo, pois o protesto não é um fim em si mesmo¹⁸⁸, é necessário agregar-lhe um motivo (tema). Como cães, os quais escolhem contra quem ladrar e morder, também no caso dos movimentos escolhe-se, elege-se, especifica-se um tema¹⁸⁹ para alardear. Consoante LUHMANN:

apenas aquilo que pode organizar uma sequência de colaborações e esteja aberto a futuras opções 'sim' e 'não' pode coagular como sendo um tema. Temas são trechos de relevância comunicativa, por assim dizer, módulos 'locais' que podem ser trocados conforme as necessidades. Eles permitem por isso uma memória altamente diferenciada que pode tolerar e mesmo facilitar uma rápida mudança de tópico, com a condição de retorno ao tema deixado de lado no momento¹⁹⁰.

Movimentos sociais de protesto alardeiam temas comunicativos¹⁹¹. Temas são a outra parte, são *o contra o que* se protesta¹⁹². Em sendo assim, descrevem-se os movimentos sociais de protesto como um sistema “fechado com relação à forma (de protesto), mas aberto com relação aos temas e causas”¹⁹³.

Determinar um tema e lançar-se inteiramente nele é fundamental para que o protesto seja gerado e conservado, visto que, como auferem LUHMANN e DE GIORGI, “o protesto vive da seleção de um tema”¹⁹⁴. Tema e protesto, portanto, devem estar acoplados de forma exitosa, uma vez que “os movimentos de protesto são e permanecem dependentes da conservação desta diferença entre tema e protesto”¹⁹⁵. Nas palavras de LUHMANN:

¹⁸⁸ Como refere Luhmann “o protesto não é um fim em si mesmo nem sequer para os movimentos de protesto”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 679.

¹⁸⁹ Sobre a importância do tema, menciona Luhmann que “o problema e o talento inovador dos movimentos de protesto estão na especificação de seu tema, isto é, na especificação de aquilo contra o qual se protesta”. Ibid., p. 680.

¹⁹⁰ LUHMANN, Niklas. LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005, p. 165.

¹⁹¹ Como aduzem Luhmann e De Giorgi, “os temas que constituem no motivo para o nascimento de movimentos de protesto são heterogêneos e permanecem tais ainda quando se agrupem como meio ambiente, guerra, condições da mulher, peculiaridades regionais”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 376.

¹⁹² Conforme Luhmann “temas são trechos de relevância comunicativa, por assim dizer, módulos ‘locais’ que podem ser trocados conforme as necessidades. Eles permitem por isso uma memória altamente diferenciada que pode tolerar e mesmo facilitar uma rápida mudança de tópico, com a condição de retorno ao tema deixado de lado no momento”. LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 165.

¹⁹³ Essa é a forma segundo a qual se reconhecem a si mesmos “ao conduzir sobre a forma de protestos todos os fatos que lhe são acessíveis”. LUHMANN, Niklas. *Sociología del **, Op. Cit., p. 174/175.

¹⁹⁴ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit. p. 377.

¹⁹⁵ LUHMANN, Niklas. *Sociología del **, Op. Cit., p. 176.

Os movimentos de protesto chegam a depender dos temas autosseleccionados. Os temas podem ir de mãos dadas com os movimentos. O tema deve se reconfirmar em cada nova situação, tem que conservar sua relevância, generalizar-se e enriquecer-se com um sentido abundante em referências. Temas velhos podem perder sua força organizadora¹⁹⁶.

Assim como o cão que sempre e apenas ladra para o carteiro esvazia-se em sua atenção, o movimento que não atualiza seu tema se esvai em importância. O sucesso do movimento ambientalista como tema pode se justificar, provavelmente, pela generalização e conservação permanente, bem como pela abundância de referências. Partindo-se desse tema (proteção ambiental) podem ser evocadas tanto ações para combate à extinção de uma determinada espécie, quanto se pode posicionar contra o uso de casacos de pele, em desfavor à energia nuclear, ou se pode utilizar qualquer outra questão criticável socialmente que lhes seja relacionável. Em outras palavras, “o tema ecologia manobra a busca por oponentes, por pontos onde a insatisfação pode se tornar concreta”¹⁹⁷.

O tema é fundamental para que o fechamento autopoietico tenha êxito. O movimento social de protesto, como sistema, sempre irá combinar autorreferência e referência externa, sendo que o fechamento estará na forma protesto, que se abastecerá de temas oriundos da sociedade, a qual acaba sendo “o tema de fundo de todos os temas”¹⁹⁸.

Os movimentos sociais de protesto necessitam do tema para angariar adeptos¹⁹⁹, pois diferentemente das organizações²⁰⁰ (que se utilizam da lógica dos membros/ não membros, o que limita o número de envolvidos), os movimentos têm uma capacidade ilimitada para recepcionar simpatizantes.

¹⁹⁶ Id.

¹⁹⁷ LUHMANN, Niklas. *Teoria**, Op. Cit.

¹⁹⁸ Ibid., p. 377.

¹⁹⁹ Conforme Luhmann, “os movimentos de protesto da sociedade moderna são marcados pela adesão dos participantes ao tema, e, dependem da diferenciação entre o tema e o protesto”. LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 185.

²⁰⁰ Segundo Luhmann, os movimentos de protesto não podem ser compreendidos adequadamente nem como sistemas de organização, nem como sistemas de interação. Não são organizações posto que não organizam decisões. Senão motivos, *commitments*, vínculos [...]. Diferentemente das organizações têm uma infinita necessidade de pessoa. Se se queira entender os movimentos de protesto como organizações (ou como organizações em processo de formação) somente se encontrariam características deficitárias: heterárquicos, não hierárquicos, policêntricos, em forma de rede e, em particular, faltas de controle sobre seu próprio processo de mudança; Sem embargo, os movimentos de protesto tampouco são sistemas de interação; Certamente aqui – como em qualquer outra parte – a interação é indispensável. Serve, principalmente, para mostrar a unidade e magnitude do movimento”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 674/675.

Os movimentos sociais de protesto partem de temas universalistas. Eles gritam para salvar o mundo e essa generalização facilita encontrar adeptos; utilizam distinções do tipo universal/local. Os motivos locais podem desencadear o protesto, mas os temas seguem pelo universalismo. A ameaça local de um gasoduto, por exemplo, justifica a universalidade do protesto, evidencia localmente uma ameaça global. Nesse sentido, indica-se novamente porque se costuma inserir os movimentos sociais de protesto no século XIX. Eles pertencem ao século das filosofias universais (HEGEL, MARX). Daí advém seu ideário. Os movimentos são caracterizados pelo universalismo dos temas e com base nisso assumem uma pretensão de verdade sobre a realidade social. Nesse aspecto, eles se entendem como verdadeiros revolucionários, o que será problematizado no próximo item.

O tema, portanto, tem caráter vinculante, ele não apenas permite a observação e descrição dos movimentos sociais de protesto, como, também, permite sua diferenciação para com os demais, sua identificação²⁰¹. Nos termos fixados por ARRUDA:

Os movimentos de protesto são autopoieticos enquanto selecionam comunicações que os fazem se diferenciar do entorno e, concomitantemente, selecionam os temas do protesto e realizam operações de comunicação a respeito desse tema. Nesse bloco, a operação de comunicação pode ser apontada como produzida ou não produzida por um movimento de protesto²⁰².

Na perspectiva sistêmica, os movimentos sociais de protesto – a diferença das teorias tradicionais – são observados como sistemas fechados, autorreferenciais e autopoieticos.

Para a teoria sistêmica luhmanniana, os movimentos sociais de protestos são sistemas dentro do sistema sociedade. Dessa forma, a clausura (fechamento da forma protesto/não protesto) é condição de possibilidade para a existência do movimento. Os movimentos sociais de protesto são, assim, autorreferenciais²⁰³, uma

²⁰¹ Nesse sentido, preceitua Luhmann que “quando se orienta pelo conceito de protesto, podem-se escolher unidades, unidades sociais, quer dizer, conjuntos de comunicação que delimitam a si mesmos do ambiente, ao mesmo tempo em que eles escolhem determinados temas de protesto e os tratam comunicativamente, de modo que uma comunicação é reconhecível como pertencente ou não pertencente”. LUHMANN, Niklas. *Teoria**, Op. Cit.

²⁰² ARRUDA, Octaviano Padovese. Op. Cit.

²⁰³ Pode-se entender claramente o que se quer dizer quando se fala em autorreferência quando se tem em mente que os sistemas psíquicos são autorreferenciais. Os sistemas autorreferenciais são

vez que, como aponta HELLMANN, eles se descrevem “como movimentos, o que levou a um fortalecimento de sua identificação e autorreferência” ²⁰⁴. Ademais, movimentos “movimentam-se” ²⁰⁵. Eis seu caráter autopoietico²⁰⁶. Contudo, para LUHMANN, os protestos carecem de códigos e programas próprios. Segundo o autor:

O protesto tem, por assim dizer, o lado de fora, não protestar ou deixar a sociedade transcorrer como ela transcorre, ou considerar tudo como bom e não cuidar mais de nada. Há então esse *unmarked space*, esse círculo não subentendido por possibilidades consideradas de comunicação, que é excluído quando se protesta. Esse *unmarked space*, essas outras possibilidades de se colocar na sociedade, não têm a forma de um valor negativo que serve para refletir o protesto. Neste ponto não é então nenhum código binário no sentido estrito de um esquematismo autorreferencial, em que o valor positivo sempre consiste numa negação do valor negativo e vice-versa²⁰⁷.

Poder-se-ia falar, porém, em equivalência funcional. A forma dos movimentos (sempre fechada em protesto/não protesto) equivale aos códigos dos sistemas funcionais. Os temas, por sua vez, fazem as vezes dos programas. Consoante as reflexões luhmannianas, “da mesma forma que nos sistemas funcionais o código necessita de programas que regulam os valores positivos ou negativos, também o protesto necessita de temas que especifiquem por que e contra o que se protesta”. ²⁰⁸ Os movimentos sociais de protesto são compreendidos, portanto, como um tipo particular de sistema. Não sendo um sistema funcional clássico (retomar-se-á esse ponto no último capítulo desta tese).

É dessa forma fechada e tematicamente aberta que os movimentos sociais de protestos realizam uma autodescrição da sociedade. E, não fosse por eles, a autodescrição não estaria em questão. Como enfatiza LUHMANN,

fechados, pois não admitem outras formas de processamento em sua autodeterminação. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit.

²⁰⁴ HELLMANN, Kai-Uwe. Op. Cit. Que os movimentos de protesto sejam autorreferentes significa, de acordo com LUHMANN, que “somente é possível observá-los e descrevê-los como sistemas se se tem em conta o fato de que em cada operação se referem também a si mesmos”. Id.

²⁰⁵ HELLMANN, Kai-Uwe. Op. Cit.

²⁰⁶ De acordo com Luhmann, “os movimentos de protestos são autopoieticos em que o protesto é a forma, o tema é o conteúdo e ambas coisas juntas põem em marcha uma reprodução da comunicação que permite ao sistema distinguir entre atividades inerentes e alheias. Autopoietico significa também que a formação e a estruturação do sistema não se remete à influência exterior” (grifo do autor). LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit. p. 174/175.

²⁰⁷ LUHMANN, Niklas. *Teoria**, Op. Cit.

²⁰⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit. p. 185.

o protesto reconhece temas que nenhum sistema funcional (política, economia, religião, sistema educativo, ciência, direito) reconheceu como seu. Compensa um claro déficit de reflexão da sociedade moderna, não ao fazê-lo melhor, senão a fazer de maneira distinta²⁰⁹.

A sociedade, de fato, descreve-se contra si mesma²¹⁰ no protesto. Os movimentos sociais de protesto, então, são como a voz do espelho que, ao ser perguntado sobre a existência de alguém (no caso, alguma sociedade) mais bela, respondem que sim, há: aquelas que eles vislumbram. Seja qual for o tipo de sociedade que se observa, os movimentos se constituem para movimentá-la, alardeá-la, criticá-la.

Como se evidencia desse panorama, por meio dos referenciais teóricos sistêmicos é possível observar diferentemente os movimentos sociais de protesto. Nem melhor, nem pior, mas observar diferente. E isso se deve ao fato de que, partindo de outras distinções, são outras, também, as observações que se pode realizar.

Emergem desse cenário novas dúvidas que impulsionam o prosseguimento da pesquisa. Há que se perquirir, por exemplo, que se de fato não há um acesso privilegiado à realidade, como se sustentam os movimentos sociais de protesto que recorrem a esse artifício para justificar seus protestos? Ainda, esses movimentos possuem ou não um acesso mais profundo à realidade? Em outras palavras, eles seriam revolucionários? Em que consistiria, então, a revolução dos revolucionários? Por fim, fica a dúvida: o que se vê na esfera refletida, segurada pelas mãos dos movimentos sociais de protesto? Esses questionamentos levam ao próximo ponto.

²⁰⁹ Ibid., p. 191.

²¹⁰ Novamente com Luhmann frisa-se que “a comunicação do protesto se dá, com efeito, *na* sociedade, pois do contrário ela não seria comunicação, mas de tal modo, *como se estivesse de fora*”. LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 852-853. (grifos nossos)

1.3 CENA 3. A REVOLUÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS: CONSTRUÇÃO SEMÂNTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

Pai! Afasta de mim esse cálice²¹¹.

Gilberto GIL²¹², ao referir o “Tempo Rei” que transforma “as velhas formas do viver”, traduziu em versos o que KOSELLECK explorou em suas teses a respeito da história dos conceitos na qual o tempo é entendido como construção cultural²¹³. Nesse sentido, o recurso à historicidade dos conceitos é fundamental para a sua (res)significação. Induzindo-se por esse pensamento, far-se-á uma breve análise sobre como os movimentos sociais de protesto cooperam para a construção semântica e ressignificação de conceitos a partir da problematização de temas.

Por meio dos aparatos conceituais da teoria sistêmica observa-se que os movimentos sociais de protesto não são movimentos contra a sociedade, mas na sociedade. Abandonando as teorias da ação²¹⁴, em LUHMANN os movimentos sociais de protesto são concebidos como produzidos pela via das comunicações sociais. Sublinhe-se que “somente a comunicação é um processo genuinamente social porque pressupõe grande número de sistemas de consciência (psíquicos) e não pode ser atribuída somente a um deles”²¹⁵ e ainda, como grifou LUHMANN a sociedade “consta de comunicações, consta somente de comunicações, consta de todas as comunicações. Reproduz comunicação mediante comunicação. Tudo o que

²¹¹ Trecho da música “Cálice”, de Chico Buarque. Sobre a importância da música no contexto da ditadura brasileira, vide o livro: HOMEM, W. *Histórias de Canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009.

²¹² GIL, Gilberto. *Tempo Rei. Álbum Gil Luminoso*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006.

²¹³ JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro**, Op. Cit., p. 9.

²¹⁴ Nessa senda, bem sintetiza Pilar Giménez Alcover que “grande parte das teorias sociológicas de nosso século se elaboram em torno do conceito de ação, como é o caso, para citar somente alguns nomes, de Weber ou de Parsons. Também nas primeiras obras de Luhmann os sistemas sociais aparecem como conjuntos de ações, se bem que junto a elas se menciona em um mesmo nível a experiência e, quicá como menos frequência, a comunicação. A evolução de Luhmann neste tema, central para qualquer teoria sistêmica, foi paulatina, mas clara: a comunicação foi substituindo a ação e a experiência até constituir-se no único elemento do sistema. Pode afirmar-se hoje que a teoria sociológica luhmanniana não é enquadrável, junto à obra de Weber ou de Parsons entre as teorias da ação, nem sequer junto a Habermas como teoria da ação comunicativa. A ação segue desempenhando um importante papel na teoria sistêmica luhmanniana, mas não é o elemento básico sobre o que se constitui o sistema social e o conceito de comunicação proposto para desempenhar este papel não é um substituto do conceito de ação como pode sê-lo o de ‘ação social’ de Weber ou a ‘ação comunicativa’ de Habermas”. ALCOVER, Pilar Giménez. Op. Cit., p. 109.

²¹⁵ PEIXOTO, Leo; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 80.

acontece como comunicação é por ela realizado e por sua vez reprodução da sociedade” ²¹⁶.

Mas o que se quer dizer quando se fala em comunicação e o que significa dizer que o sistema sociedade diferencia-se do seu entorno por produzir comunicação? Em outras palavras, se se assume que os movimentos sociais de protesto são movimentos no sistema sociedade, quais as implicações de considerá-los movimentos comunicativos?

Resta claro que um sistema sempre se estabelece por meio de uma fronteira com o entorno, determinando as operações que lhe são próprias. No caso do sistema sociedade os sistemas psíquicos e biológicos são o seu entorno e sua operação própria é a comunicação²¹⁷. Como referendam Leo PEIXOTO e Fabricio NEVES “é por meio da comunicação que os sistemas se diferenciam do entorno, que se complexificam, criam estruturas próprias, constroem autorreferência e heterorreferência, enfim, a comunicação é o *unit act* dos sistemas sociais” ²¹⁸. Isto significa para BARALDI que operando cognitivamente:

um sistema social está sem embargo aberto ao entorno, no sentido que pode observar o entorno: o entorno se constitui comunicativamente como informação. Tudo o que não é comunicação (consciência, vida orgânica, máquinas físicas, ondas eletromagnéticas, elementos químicos, etc.) se observa no sistema social e se converte em tema da comunicação ²¹⁹.

Tudo que está no ambiente, portanto, é acessível comunicativamente ao sistema (respeitadas as fronteiras, os códigos e a programação). Os movimentos sociais de protesto encontram no entorno uma infinidade de temas para selecionar e comunicar. Mas como se dá a comunicação?

Enquanto para as teorias tradicionais a comunicação é conceituada como um ato por meio do qual uma informação é transmitida a outrem, isto é, como “um processo de duas cifras, no qual o emissor comunica algo ao receptor” ²²⁰, LUHMANN inova novamente ao concebê-la como uma “unidade de três cifras” ²²¹.

²¹⁶ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit. p. 311.

²¹⁷ Conforme LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit.

²¹⁸ PEIXOTO, Leo; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 81.

²¹⁹ BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 47.

²²⁰ Conforme LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 142.

²²¹ Ibid., p. 143.

Conforme definem LUHMANN e DE GIORGI, comunicação é “uma síntese que resulta de três seleções: informação, ato de comunicação e compreensão” ²²².

Nessa linha de raciocínio, só se produzirá comunicação quando Alter emitir uma informação²²³ a Ego²²⁴ e essa for compreendida. Ainda que seja sedutor crer que a informação é transmitida e, portanto, que é a mesma para emissor e receptor, LUHMANN percebe o ato de comunicar como uma sugestão, uma proposta seletiva²²⁵.

Com isso desmitifica-se a ideia de que a mera emissão de determinada informação gere comunicação²²⁶. Consoante resume BARALDI “a compreensão é uma seleção porque atualiza uma diferença particular entre o ato de comunicar e informação (Ego compreende que Alter o cumprimenta apressadamente porque está chateado com ele...) e exclui outras possibilidades de atualização desta diferença (...e não porque tem um horário marcado)” ²²⁷.

A comunicação, nesse bojo, distingue-se da mera ação. Esta está presente no ato de comunicar. Já a compreensão se “realiza e conecta com outras comunicações” ²²⁸. Nessa senda refere ALCOVER que “a comunicação não pode reduzir-se a uma ação, nem sequer a uma ação comunicativa, pois isto suporia reduzir o social a um ato individual, à consciência dos sistemas psíquicos. A comunicação implica compreensão e esta não é parte da atividade do comunicador, nem se lhe pode atribuir” ²²⁹.

²²² LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 81.

²²³ Informação é uma diferença que faz diferença ou como define Alcover é “uma seleção única e irrepetível que produz uma mudança no sistema”. ALCOVER, Pilar Giménez. Op. Cit., p. 115.

²²⁴ Luhmann denomina o receptor de Ego e o emissor de Alter, o que ele próprio reconhece ser inusual, contudo mais coerente com sua proposta. LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 143.

²²⁵ Nesta esteira afirma Luhmann que “o ato de comunicar, sem embargo. Não é mais que uma proposta de seleção, uma sugestão. Somente quando se retoma essa sugestão, quando se processa o estímulo, se gera a comunicação”. Ibid., p. 142.

²²⁶ Luhmann discorda da concepção tradicional, que denomina como metáfora de transmissão, segundo a qual Ego transfere informação a Ego. Como refere o autor “a metáfora da transmissão é inservível porque implica demasiada ontologia. Sugere que o emissor transmite algo que é recebido pelo receptor. Este não é o caso, simplesmente porque o emissor não dá nada, no sentido de que perca algo. A metáfora de possuir, ter, dar e receber não serve para compreender a comunicação”. Id.

²²⁷ BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 46.

²²⁷ LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 46.

²²⁸ BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 48.

²²⁹ ALCOVER, Pilar Giménez. Op. Cit., p. 111.

A comunicação²³⁰ se apresenta como um evento recursivo, isto é, como um processo (autorreferencial), isto porque “em toda comunicação a compreensão constitui também a premissa para uma nova comunicação. Realiza a capacidade de união de uma comunicação com respeito a outra comunicação”²³¹.

Que a comunicação ocorra, contudo, é altamente improvável. Para LUHMANN, é improvável que alguém compreenda o outro já que as consciências não se comunicam, ainda, é altamente improvável que a comunicação extrapole o impasse da temporalidade e se realize para além dos presentes, por fim é improvável que a comunicação seja aceita²³². Para ocorrer comunicação, é preciso superar esses obstáculos²³³. Dessa forma, apenas “quando a uma ação comunicativa lhe segue outra, se prova (...) se a comunicação anterior foi entendida”²³⁴.

Então, conforme BARALDI, “o problema para a sociologia é aclarar como uma comunicação improvável se torna provável. As três improbabilidades se afrontam, e, portanto, a comunicação se faz provável, mediante o uso de alguns meios: a linguagem (probabilidade de compreensão), os meios de difusão (probabilidade de chegar aos interlocutores) e os meios de comunicação simbolicamente generalizados (probabilidade de aceitação)”²³⁵. Não por acaso, os meios de comunicação de massa serão pesquisados no próximo capítulo.

²³⁰ Esclarece-se com apoio em Leo Peixoto e Fabrício Neves que “não é o ser humano quem comunica, mas o sistema social (...) a comunicação não morre quando alguém morre e não nasce quando alguém nasce, ela perpassa a existência de qualquer um.” RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 81.

²³¹ BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. GLU*. Op. Cit., p. 46.

²³² (LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Trad. Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 1992, p. 42/45). Como sintetiza João Pissarra Esteves “as condições de improbabilidade estão intimamente relacionadas com os níveis de selecção antes mencionados. Temos, por um lado, uma improbabilidade relacionada com a compreensão, que é resultado de um certo solipsismo próprio dos contextos comunicacionais - o dado de partida não pode deixar de ser um determinado isolamento dos participantes no processo de comunicação, um individualismo das consciências. Outra fonte de improbabilidade está relacionada com a capacidade de recepção, onde prevalece um pluralismo de situações e interesses. Por último, a improbabilidade relativa aos resultados pretendidos (com a comunicação): mesmo quando as dificuldades anteriores são ultrapassadas, resta, como derradeira, a de conseguir incorporar a comunicação ao nível do comportamento (do Outro), fazer adoptá-la (os conteúdos visados) como permissa de acção”. ESTEVES, João Pissarra. Niklas Luhmann: uma apresentação. In: LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Trad. Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 1992, p. 10.

²³³ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 44.

²³³ LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 45.

²³⁴ Id.

²³⁵ BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. GLU*. Op. Cit., p. 48.

Cada vez que o improvável se faz provável, isto é, cada vez que a comunicação ocorre²³⁶, sua aplicação é recursiva, estabilizando a comunicação²³⁷. Nesse bojo, ressalta NAFARRATE que “o constitutivo essencial da comunicação é o de produzir uma seleção que permite acessar o mundo do sentido”²³⁸. A sociedade, portanto, abarca todas as comunicações com sentido possíveis. A sociedade não se limita a linguagem, mas inclui todas as possíveis seleções informativas de sentido que possam ser realizadas no sistema sociedade.

O que se quer dizer, então, quando se fala em sentido? Qual o sentido do sentido? Em que sentido se usa a palavra sentido? Segundo NAFARRATE, “o sentido se impõe como mundo. Precede a tudo o que se possa perguntar ou saber sobre ele”²³⁹. Não é só o homem o construtor do mundo do sentido, mas ele também é produto da evolução²⁴⁰.

O sentido, na linha assumida pela proposta luhmanniana, não deve ser entendido como aquele subjetivamente conferido à ação, tal como previu WEBER em sua sociologia compreensiva²⁴¹. Em LUHMANN, o sentido é deslocado do indivíduo para o sistema²⁴².

Na perspectiva da teoria sistêmica luhmanniana, o sentido é vislumbrado como um meio²⁴³ pelo qual operam os sistemas sociais e psíquicos. O sentido é

²³⁶ ALCOVER, Pilar Giménez. Op. Cit., p. 115.

²³⁷ Consoante Luhmann e De Giorgi “as palavras, por exemplo, podem ser utilizadas tão frequentemente quanto se queira, sem que por isso as possibilidades de uso se reduzam sequer a uma mínima quantidade. Certamente, sucede que usos frequentes condensem, também frequentemente, o sentido das palavras, de tal forma que no curso da processualização da diferença entre substrato medial e forma – no curso da história da língua – a capacidade de combinação, o gênero e a amplitude das possibilidades de uso sofram variações”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 81.

²³⁸ NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 21.

²³⁹ Ibid., p. 15.

²⁴⁰ Como afirma Nafarrate “provavelmente a expressão que mais poderia acercar-se da história é que esta não é nunca somente o mérito do homem, ou somente o efeito do destino azarado da evolução, senão produto de ambos”. Ibid., p. 16.

²⁴¹ WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2010, p. 14

²⁴² RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 46.

²⁴³ (NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 19). A respeito do conceito de meio, esclarece Rafael L. Simioni que “Quando se fala que a água é um “meio” para saciar a sede, ou que a linguagem é um “meio” para a comunicação, ou que o planejamento é um “meio” para o êxito de objetivos, está-se falando de coisas diferentes. “Meios de comunicação”, “meios de transporte”, “meio”, no singular, são expressões que conectam sentidos bem diferentes no uso comunicativo. A palavra “meio” pode designar também esquemas de observação, como o “meio ambiente” no sentido de entorno ou perímetro de um sistema que, por isso, estaria autorizado a desprezar todo o ambiente além do circundante. Torna-se necessário, portanto, fazer uma distinção prévia: “meio”, aqui, são todas as conexões de elementos

entendido como “ganho evolutivo da co-evolução entre sistemas psíquicos e sociais”²⁴⁴. Como esclarecem Leo PEIXOTO e Fabrício NEVES, o sentido é um meio universal que “determina o horizonte operativo dos sistemas sociais, traça uma linha fronteiriça entre sentido/ não sentido, entre compreendido/ não compreendido”²⁴⁵.

O uso de um sentido sempre deixará os demais sentidos como horizontes de possibilidades²⁴⁶, uma vez que, seguindo a linha da fenomenologia de HUSSERL, “o fenômeno do sentido aparece sob a forma de um excedente de referências a outras possibilidades de vivência e de ação. Algo está no foco, no centro da intenção, enquanto o outro está indicado marginalmente, como horizonte de atual e consecutiva vivência”²⁴⁷. Em outras palavras, o sentido opera a distinção atual/potencial. Tudo remete ao sentido, que é autológico. O sentido representa a complexidade, o excesso de possibilidades que não podem ser simultaneamente selecionadas, sendo que apenas uma possibilidade será escolhida, será atualizada. Os outros sentidos pairam como possibilidades de atualização. Não são ainda o atual, mas são sempre o potencial.

O sentido é o resultado de uma seleção. É o resultado da interpretação de quem é olhado e de quem está olhando. Sentido, portanto, possibilita que alguém faça algo e outra pessoa interprete de forma diferente. É uma determinação que bloqueia uma entre outras possibilidades e ao mesmo tempo abre novas possibilidades. Ele é uma determinação que bloqueia uma entre tantas possibilidades e ao mesmo tempo abre outras possibilidades que antes não existiam como atualidade.

Cumprir referir que as fronteiras dos sistemas são sempre fronteiras de sentido²⁴⁸, sendo que “sistemas sociais diferentes se distinguem uns dos outros pelo

não consumidas pelo uso. Ou em termos recursivos, meios são relações de acoplamento flexível entre elementos que se autodeterminam através dessas mesmas relações. O que cai como um pano de fundo dessa primeira aproximação conceitual é o caráter não consumível dos meios: a linguagem, por exemplo, é um meio de comunicação porque, no seu uso operativo, a comunicação não a consome”. SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Meio e Forma em Niklas Luhmann: a limitacionalidade autoconstrutiva da sociedade. *Conjectura*, v. 11, p. 133-162, 2006, p. 135

²⁴⁴ LUHMANN, Niklas. *Sistemas **, Op. Cit., p. 77

²⁴⁵ RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 48.

²⁴⁶ Vez que, conforme Luhmann “o sentido somente pode atualizar-se a modo de acontecimento – o qual sucede em horizontes que proporcionam um número infinito de possibilidades diversas de atualização”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad **, Op. Cit., p. 153.

²⁴⁷ LUHMANN, Niklas. *Introdução **, Op. Cit., p. 236/237.

²⁴⁸ Consoante Alcover “o sistema se cria fixando fronteiras de sentido que o delimitam frente ao seu ambiente e operando com elas, o que significa que o sistema se cria criando sentido”. ALCOVER, Pilar Giménez. Op. Cit., p. 104. Ainda, de acordo com Leo Peixoto e Fabrício Neves “as diferenças

sentido que cada um dá às relações e eventos no mundo social”²⁴⁹. Nessa perspectiva, as comunicações produzidas no âmbito do sistema autopoietico da sociedade, como é o caso das comunicações produzidas pelos movimentos sociais de protestos, são sempre dotadas de sentido²⁵⁰.

De tal forma, o que cada sistema psíquico entende como pensamento e o que o sistema sociedade determina como comunicação tem base no sentido. *É por meio do sentido que se indica o que cada sistema social tolera como comunicação.* A diferenciação binária (ex. verdade/ não verdade), portanto, é composta por sentido. Pelo código binário o sistema traça uma diferença e determina o que faz ou não sentido para si. *Os demais sentidos circundam o entorno estando disponíveis como possibilidades. O sentido sempre se funda sobre a diferença entre conteúdo atualmente realizado e referência a outras possibilidades. Os movimentos sociais de protesto se aproveitam dessas oportunidades de sentido para tematizar na forma protesto tudo que foi deixado à deriva, no entorno.*

A comunicação, assim, é sempre seleção de sentido. A comunicação é o meio que torna possível o acesso ao sentido²⁵¹. Dizer que os movimentos sociais de protesto são comunicações significa dizer que não são outra coisa que sedimentações de sentido que tem uma função. Trata-se de representações desestruturantes das seguranças semânticas em uma sociedade.

Os movimentos sociais de protesto são sedimentações de sentido, construção de temas, construção de temas novos (e aqui se faz especial referência aos atuais movimentos de protesto) que ao tentarem se impor colocam em questão as semânticas sociais vigentes. A semântica, nesta linha de raciocínio, é o conjunto de sentidos por meio da qual uma sociedade se representa a si mesma. Como explanou LUHMANN:

entre sistema e entorno, o fechamento operacional e a autorreferência são processos definidores dos sistemas sociais. Graças a estas condições, o sistema social é capaz de diferenciar a indicar – a si mesmo e a um entorno – produzindo estruturas próprias e reproduzindo o limite operativo. *Não há operação sistêmica fora de seu limite operativo, embora toda operação sistêmica signifique riscos para os outros sistemas sociais. Este limite, quando se indica o sistema social, é um limite de sentido*” (grifos nossos). RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. Op. Cit., p. 79/80.

²⁴⁹ KING, Michael. *A verdade**, Op. Cit., p. 79.

²⁵⁰ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 311.

²⁵¹ Conforme Nafarrate “o sentido somente se faz possível através do meio da comunicação: um ruído sem linguagem produz já uma diferença: é uma nota no caderno pautado do sentido”. NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 21.

Todas as sociedades conhecem não somente a linguagem senão ademais os modos de expressão nela condensados: nomes, palavras especiais, modos de expressão, definições de situações e receitas, provérbios e relatos mediante os quais se conserva a comunicação digna de ser conservada para voltar-se a utilizá-la. A tais condensações chamamos semântica²⁵².

A semântica constitui sentidos, conteúdos de sentido, isto porque ela “sensibiliza a sociedade a certos conteúdos da comunicação ante outros”²⁵³, orientando assim a comunicação. A sociedade, no bojo da teoria luhmanniana, faz possíveis as operações estruturais mediante representação dessas ideias, desses conteúdos de sentidos, desses significados. Nas palavras de BARALDI:

Por uma parte, a semântica é definível como o conjunto das formas utilizáveis para a função de seleção dos conteúdos de sentido que surgem da sociedade, ou bem, como o conjunto de premissas de sentido dignas de ser conservadas na sociedade. Por outra parte, também pode ser definida como a reserva de temas que se conserva a disposição para a emissão da comunicação: o patrimônio de ideias que têm importância desde o ponto de vista comunicativo. Em síntese, a semântica é aquela parte de significados de sentido condensados e reutilizáveis que está disponível para a emissão da comunicação²⁵⁴.

A semântica seria, assim, uma forma tida como importante. A semântica seria uma espécie de “memória oficial da sociedade”²⁵⁵. Resta claro que ao conservar sentidos a semântica deixa no esquecimento outros sentidos possíveis, constituindo uma reserva de temas prontos para o uso. De acordo com LUHMANN, “a reprodução social da comunicação deve realizar-se, então, por meio da reprodução de temas (...), os temas não são novos para cada caso”²⁵⁶. Assim, deve haver sempre uma provisão temática disponível para utilização. Nesse escopo, complementa o sociólogo que “chamamos a esta provisão de temas, cultura, e quando esta se armazena especialmente para fins comunicativos, semântica. A semântica é digna de conservar-se e, portanto, é uma parte da cultura, quando nos transmite a história dos conceitos e das ideias”²⁵⁷ (grifo nosso).

²⁵² LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 570.

²⁵³ BARALDI, Claudio. Semántica. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 144.

²⁵⁴ Id.

²⁵⁵ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 497.

²⁵⁶ LUHMANN, Niklas. *Sistemas**, Op. Cit., p. 161.

²⁵⁷ Id.

A semântica não é imutável, mas sim sujeita a transformações evolutivas. Como afirma LUHMANN, “a semântica requer latências” ²⁵⁸. Um dos motores dessas transformações semânticas pode vir a ser oriundo dos movimentos sociais de protesto, como se tentará demonstrar na sequência. Importa, neste ponto, referir, que a evolução semântica relaciona-se à mutação das estruturas sociais²⁵⁹. Por exemplo, a mudança que levou das sociedades segmentárias às funcionalmente diferenciadas tornou necessária a ressignificação de diversas condensações de sentidos²⁶⁰.

Com o aumento de complexidade social mudam-se as estruturas sociais e também deverá mudar a semântica social, sob pena de se perder seu contato com a realidade, isto porque a semântica assume a tarefa de descrever as transformações da sociedade e dos conceitos²⁶¹.

A relação entre semântica e estrutura social é circular, uma vez que “a mutação da semântica depende das mutações da estrutura, mas ao mesmo tempo determina o acontecer de novos temas de comunicação e novas tipificações de sentido” ²⁶². Em outras palavras, pode-se dizer que as estruturas semânticas podem se transformar pelo uso, mediante seu emprego às diversas situações ou mediante o esquecimento. Contudo, como afirma LUHMANN, “toda variação depende de uma semântica predeterminada, depende da memória do sistema que informa a todas as comunicações sobre o conhecido e o normal, sobre o que se pode esperar – e o que não. Então o que chama a atenção se guia por estruturas já estabelecidas” ²⁶³. O que fazem, portanto, os movimentos sociais de protesto é oferecer uma nova alternativa semântica em substituição à semântica atualizada. Eles atuam como ativadores da reserva de temas, desestruturando as seguranças semânticas até então existentes. A revolução dos revolucionários é, então, uma revolução semântica.

²⁵⁸ Ibid., p. 426.

²⁵⁹ Para maiores detalhes vide LUHMANN, Niklas. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Trad. Josetxo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998, p. 131 a 136.

²⁶⁰ Como aduz Luhmann “cada sociedade (e se observarmos em retrospectiva também as sociedades da tradição) constroem um mundo e assim dissolvem o paradoxo do observador do mundo; a semântica correspondente que entra então em consideração deve ser plausível e deve esta adaptada às estruturas dos sistemas sociedade. Com a evolução estrutural do sistema sociedade varia a semântica do mundo”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 177.

²⁶¹ BARALDI, Claudio. Semántica. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 145.

²⁶² Id.

²⁶³ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 371.

Remeter-se-á a um exemplo histórico para elucidar o que se anunciou até aqui. Segundo Kai-Uwe HELLMANN os movimentos de 1968 tiveram particular interesse para LUHMANN²⁶⁴. Em homenagem ao autor e também a Luis Alberto WARAT²⁶⁵, utilizar-se-ão os movimentos sociais de protesto iniciados em 1968 como objeto de breve análise e para fins exemplificativos.

Em 1968 o mundo viu os estudantes franceses darem *start* aos movimentos sociais de liberação que marcaram o período²⁶⁶. O tema dali nascido, sem dúvida, foi a liberação: sexual, cultural, contra a família, contra a política, das mulheres. Tem-se, portanto, que uma característica dos movimentos de 1968 (68) foi introduzir na semântica política, na produção do sentido por meio da política, uma ideia de libertação. Os movimentos de 68 organizaram uma ou tantas formas de reivindicação dessa libertação, reivindicação dessa liberdade.

No âmbito brasileiro, por exemplo, 1968 representou, entre outras situações, a tomada do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na Rua Maria Antônia, antiga reitoria, pelos universitários que clamavam liberdade. Os estudantes eram contra a Reforma Universitária²⁶⁷ levada a cabo pela ditadura militar, como testemunhou Aziz SIMÃO:

a questão da reforma da instituição universitária, levantada nacionalmente, e a da paridade docente-discente nos colegiados tinham fundamento em si mesmas, expressavam um iniludível repúdio estudantil pelo poder. É que então, também influenciados pelo maio parisiense, os estudantes iniciavam aqui uma recomposição ideológica nos agrupamentos politizados. Um dos

²⁶⁴ Como refere Hellmann “já em 1968 Luhmann havia se manifestado a respeito dos movimentos estudantis. Ele certificou-os de que, justificadamente, ofendiam-se com o status quo. (...) Com base nisso, Luhmann manifestou-se favoravelmente a reconhecer a importância do protesto estudantil, pois este atrai a atenção da sociedade para algo que, de outro modo, seria ignorado: Crítica a si mesma para manter-se em movimento e salvar-se da estagnação”. HELLMANN, Kai-Uwe. Op. Cit.

²⁶⁵ Warat se considerava um filho de 68. Nesta esteira, proclamou Leonel Severo Rocha, ao homenagear Warat no II Congresso da Abrasd, que “não é sem motivo, então, o fato de que muitos dos eventos que nós realizamos, traziam como temática reflexões sobre Maio de 68”. ROCHA, Leonel Severo. *A aula mágica de Luis Alberto Warat: genealogia de uma pedagogia da sedução para o ensino do direito*. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_aula_magica_de_luis_alberto_warat_por_leonel_severo_rocha-definitivo-12-2012.pdf, acesso em 17/02/2012.

²⁶⁶ Conforme TOURAINE, ALAIN. *El movimiento de Mayo o el comunismo utópico*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

²⁶⁷ Conforme Oliveiros S. Ferreira 1968 foi “o ano em que se jogou tudo para fazer uma reforma universitária, mas também o ano do AI-5” (grifo do autor). FERREIRA, Oliveiros S. Maria Antônia começou na praça. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 25.

lemas vindos de Paris que muito me agradava dizia: 'Liberdade das mentes'

²⁶⁸

“Liberdade das mentes” é uma das reivindicações típicas do período (1968) que coloca no centro das atenções as possibilidades de desconstrução semântica do sentido até então dado à palavra liberdade. Nessa mesma linha é ilustrativo o filme “*Partner*” ²⁶⁹ de Bernardo BERTOLUCCI, produzido em 1968, no qual há uma cena em que se incorporam os slogans franceses “É proibido proibir”, “É vetado vetar”. Tais lemas são o retrato de uma época e foram portados pelos movimentos sociais de protesto estudantis iniciados em 68. No filme, baseado no livro “O duplo” de Fiódor DOSTOIÉVSKI, o *gran finale* se dá quando o público é incitado a procurar seu duplo, uma vez que “vocês também têm um, é o que gostariam de ser, por isso têm medo dele e o evitam, negando-lhe a existência” ²⁷⁰. Ao que se segue com a seguinte provocação “pensem o que fariam juntos. O que aconteceria se todos os nossos Jacós se reunissem em uma máfia, um partido, um exército e lutassem contra os nossos inimigos” ²⁷¹. Resta clara a tentativa de ressignificar o que se entende por liberdade. Resta clara a ideia de libertação contra o que se é em detrimento do que se pode ser.

No Brasil, o Tropicalismo²⁷² foi um dos mais expressivos movimentos contraculturais que tentou problematizar a questão da liberdade, suprimida pelo regime militar. Em “Panis et Circenses”, música escrita por Gilberto GIL e Caetano VELOSO, fazendo referência à política de pão e circo “Os Mutantes” denunciam que “as pessoas da sala de jantar” ²⁷³ estão alienadas, conformadas com a liberdade que possuem, e os sentidos a ela atribuídos, fechadas em seu mundo, apenas preocupadas “em nascer e morrer”²⁷⁴. O exemplo releva que não são apenas os movimentos sociais de protesto, mas também os movimentos artísticos, os responsáveis pela reflexividade semântica, pela desconstrução de sentidos condensados e pela ativação do potencial em atual.

²⁶⁸ SIMÃO, Aziz. Na faculdade. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia**, Op. Cit, p. 17.

²⁶⁹ BERTOLUCCI, Bernardo. *Partner*. [Filme-vídeo]. Produção de Bernardo Bertolucci. Distribuído por Red Film. 1990. Vídeo, 105 min. color. son.

²⁷⁰ Id.

²⁷¹ Id.

²⁷² FAVARETTO, Celso. *Tropicália: alegoria, alegria*. São Paulo: Atelie Editorail, 1996.

²⁷³ VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. *Panis et Circenses*. Gravadora Universal, Selo Polydor, 1968.

²⁷⁴ Id.

Originariamente esses movimentos foram observados como movimentos revolucionários, como se percebe, entre outras, da leitura da introdução do livro “1968: o ano que não terminou”, de Zenir VENTURA:

Os nossos ‘heróis’ são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Gláuber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais – reais e ideológicos – por não terem evitado o golpe militar de 64. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao *político*: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento. Uma simples arqueologia dos fatos pode dar a impressão de que esta é uma geração falida, pois ambicionou uma revolução total e não conseguiu mais do que uma revolução cultural²⁷⁵.

Em outras palavras, se indaga: em que consiste o caráter revolucionário²⁷⁶ desses movimentos que são chamados de revolucionários?

Na lógica da teoria sociológica sistêmica luhmanniana, o caráter revolucionário dos movimentos sociais de protestos, tais como o foram os movimentos de 1968, consiste em que vieram construir temas para a política que não eram considerados relevantes para a política²⁷⁷ (ou temas renegados pela política). A revolução real, substancial desses movimentos é, portanto, uma revolução semântica. Como observou LUHMANN, “as semânticas – devido ao fato de que podem estimular-se a partir de seus próprios problemas e inconsistências – se transformam mais rapidamente e antecipam ou ativam, eventualmente, possibilidades de desenvolvimento da sociedade”²⁷⁸.

Não se deve subestimar a importância de uma revolução semântica, como leciona KOSELLECK “a história dos conceitos, mesmo quando ideologicamente comprometida, nos lembra que a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”²⁷⁹. Nesse bojo, refere o historiador que “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias

²⁷⁵ VENTURA, Zenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 15/16.

²⁷⁶ Rememora Koselleck que “o conceito de “revolução” é um produto lingüístico de nossa modernidade [*Neuzeit*]. Desde o século XIX tornou-se comum distinguir entre uma revolução política, uma revolução social ou uma revolução técnica e industrial. E, desde a Revolução Francesa, a expressão “*révolution*” ou “*revolution*” - ou em qualquer outra língua que possamos utilizar - adquiriu aquelas possibilidades semânticas flexíveis, ambivalentes e ubíquas que vimos investigando até aqui”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro**, Op. Cit., p. 62.

²⁷⁷ Ou ainda, os movimentos sociais podem ser uma reação ao funcionamento dos sistemas.

²⁷⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., 226.

²⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro**, Op. Cit., p. 77.

político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” ²⁸⁰.

É claro que essa revolução semântica pode levar 500 jovens às ruas, pode ter como consequências que eles incendeiem um banco. Mas o significado revolucionário não está nisso, pois bastaria levá-los presos e acabaria a revolução, como em termos se deu no âmbito do movimento estudantil brasileiro de 1968²⁸¹. Em termos, pois, como citou VENTURA em seu livro, essa geração deixou uma revolução cultural (semântica) como legado, sendo que “de todos os que escreveram no calor da hora sobre os acontecimento de 68, só Morin estava certo: ‘Vão ser precisos anos e anos para se entender o que se passou’” ²⁸². Ou seja, apesar de terem ocorridos as prisões o conteúdo do movimento perdurou por meio das transformações semânticas produzidas, ainda que não incorporadas de forma imediata. Os sentidos atribuídos à liberdade hoje são em parte uma herança de maio de 68.

Tem-se, assim, portanto que, a semântica da liberdade, tal como foi produzida em 68, é sempre produção de sentido por meio da palavra liberdade, por meio dos conjuntos semânticos da liberdade. A transformação no sentido da liberdade se produz através da aplicação, da utilização semântica da liberdade, isto porque, como refere LUHMANN, “as estruturas semânticas se transformam mediante a adaptação de seu emprego a situações e mediante o esquecimento” ²⁸³. O sentido “novo” da liberdade é produzido na sociedade através da referência do sentido da liberdade ao sentido da liberdade, o que relembra as litografias “Queda d’água” e “Mãos que desenham”, de ESCHER²⁸⁴.

Com o exposto se quer afirmar que a liberdade, tal como tematizada pelos movimentos sociais de 68, não é a mesma liberdade da qual se falava já na Revolução Francesa, no século XX, nas Constituições etc.. Pode-se, portanto, falar que a liberdade assim como veio sendo pensada, representada nas Constituições é sempre liberdade, se luta por ela, mas não é liberdade sexual como se entendeu em

²⁸⁰ Ibid., p. 109.

²⁸¹ Para maiores detalhes recomenda-se a leitura do artigo de Consuelo de Castro, denominado “Réquiem para uma calça Lee” integrante do já citado livro Maria Antônia, bem como os demais artigos integrantes da coletânea. (CASTRO, Consuelo de. Réquiem para uma calça Lee. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia**. Op. Cit., p. 91 – 96).

²⁸² Ibid., p. 13.

²⁸³ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 427.

²⁸⁴ Conforme HOFSTADTER, Douglas R. *Gödel, Escher e Bach*. Op. Cit., p. 16.

68. Então a liberdade remete a indivíduos, dignidade, direitos humanos, Revolução Francesa, às Constituições, a liberdade da mulher, tendo ao longo do tempo seu conceito ressignificado (contando para isso com enorme contribuição dos movimentos sociais de protesto, especialmente em 1968). Conforme Pietro COSTA:

como em regra acontece na história dos ‘grandes conceitos’, o contínuo recolocar-se do termo nas mais diversas épocas históricas não deve induzir a imaginar uma fixidez inalterável dos significados: ao contrário, a vitalidade do termo nasce da sua maleabilidade, de sua disponibilidade em ser redefinido, reinventado, em diferentes contextos culturais (o que, ademais, não exclui permanências e continuidades subjacentes)²⁸⁵.

Pode-se dizer que o que se chama de liberdade, igualdade, demandas públicas, exigências ecológicas etc., são construções do observador. Essas demandas aparecem, portanto, quando se organiza uma produção de sentido nesse sentido. É justamente isso o que fazem os movimentos sociais de protestos.

Em suma, tais movimentos são revolucionários não porque mataram (ou porque morreram) milhares de pessoas, o que, aliás, é algo lamentável, mas porque descontrolam, no sentido de Derrida, as seguranças semânticas da liberdade. Conforme DERRIDA, a desconstrução é a “emergência repentina de um novo ‘conceito’, um conceito que não se deixa mais - que nunca se deixou - compreender no regime anterior”²⁸⁶. O caráter desestruturante²⁸⁷ dos movimentos sociais de protesto é, portanto, um caráter semântico²⁸⁸, de reflexividade social, tematizada no protesto.

Em outras palavras, a novidade dos temas anunciados pelos movimentos sociais de protesto é uma novidade comunicativa, a qual se insere no círculo da comunicação (podendo ser aceita ou rechaçada). Ela é derivada da recursividade comunicacional a qual são submetidos novos significados sociais (sentidos

²⁸⁵ COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia*: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010, p. 223.

²⁸⁶ DERRIDA, Jaques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001, pp.48-49.

²⁸⁷ Conforme Culler “desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável mas uma construção, produzida por discursos que se apóiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca desmantelá-la e reinscrevê-la - isto é, não destruí-la mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes”. (CULLER, Jonathan. *Teoria literária*: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999, p. 112). Para mais esclarecimentos vide ainda. CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record, 1997.

²⁸⁸ Para Luhmann “falamos de semântica sempre que se trata destas vantagens de sentido dignas de ser conservadas”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 704.

possíveis). Do sentido da liberdade existente antes de 68 se problematiza e se insere um novo sentido de liberdade pós-68. A nova comunicação, a informação tornada pública pelos movimentos sociais de protesto, move então a sociedade na medida em que introduz uma diferença que faz a diferença, na medida em que gera uma autêntica revolução nas semânticas sociais a qual circularmente transforma-se junto às estruturas sociais que por sua vez exigirão uma modificação semântica adequada às novas estruturas da sociedade.

Os movimentos sociais revolucionários não são revolucionários, no sentido clássico (marxista) dado ao termo. Eles constroem sentidos e difundem universalismos (liberdade) e têm a pretensão de serem revolucionários pelo universalismo. Contudo, tudo que se produz são semânticas, temas que circulam no entorno interno da sociedade, que circulam no entorno da política e do direito.

Então, o que acontece com esses temas propagados comunicativamente pelos movimentos? Tornam-se tema para a política e para o direito! E, como se verá, a força temática dos movimentos sociais de protesto será medida, na contemporaneidade, por sua capacidade de se transformarem em temas políticos e jurídicos.

Para obterem reconhecimento os temas dos movimentos deverão penetrar na linguagem, na semântica da política e do direito, sendo para tanto constitutivo também o papel dos meios de comunicação de massa, uma vez que como sugere BARALDI “a evolução da semântica é proporcional ao desenvolvimento dos meios de difusão da comunicação e à mutação da estrutura da sociedade” ²⁸⁹.

O interessante, o desafio dos movimentos sociais de protesto será este: devem levantar temas políticos e jurídicos para obterem reconhecimento e poderem produzir assim uma revolução semântica digna de seu caráter revolucionário. Para tanto, deverão contar com os meios de comunicação de massa que, na contemporaneidade, anunciarão os movimentos sociais de protesto e suas “novidades” temáticas. Os meios massivos têm a função de difusão e amplificação dos temas e por isso são imprescindíveis aos movimentos sociais de protesto. Isso remete diretamente ao próximo capítulo.

²⁸⁹ BARALDI, Claudio. Semántica. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 145.

CAPÍTULO II – SEGUNDO ATO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO NO PICADEIRO COMUNICACIONAL – MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA

Como vai a gazeta, Dr. Neco?

NECO:

Mal, seu Dermeval, mal. Numa cidade atrasada,

Onde não há crimes, desastres, roubos,

Onde nem mesmo as mulheres corneiam os maridos, como é que
pode haver imprensa? ²⁹⁰

Respeitável público: este capítulo tem início com uma afirmação bombástica: a de que se vive num grande e globalizado espetáculo. A conclusão é, na verdade, uma transcrição de Guy DEBORD²⁹¹, que escreveu em 1967 o livro “A Sociedade do Espetáculo”. Foi devido aos acontecimentos de 1968 que o livro e suas teses ficaram conhecidos, segundo o próprio autor. A sociedade observada no livro é aquela em cujo pano de fundo o espetáculo é uma representação da forma de dominação da burguesia sobre o proletariado e, de forma mais geral, constitui-se na representação de uma sociedade que levou as imposições do mercado espetacular a todos os seus membros. O império dos meios de comunicação, sua hegemonia cultural, foi denunciado pelo autor para quem a realidade passa a ser vista como simulacro. O espetáculo é tido como um espelho que inverte o real. Como refere DEBORD, “a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma a si a ordem espetacular à qual adere à forma positiva” ²⁹².

A vida real teria se tornado menos atrativa do que aquela representada pelos recursos tecnológicos segundo a análise debordiana. Nesta sociedade, tudo o que se precisa é de uma chance para aparecer e, ao mesmo tempo, “aquilo que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse” ²⁹³. O espetáculo escolhe seus conteúdos. O espectador apenas contempla e não vive. É uma vedete. O espectador encontra-se preso ao fetichismo das mercadorias, dado

²⁹⁰ Extraído do primeiro quadro da obra de Dias Gomes, “O bem amado”. ARRAES, Guel. *O Bem Amado* [filme]. Produtora Paula Lavigne. Comédia. Brasil: Disney, 2010. DVD, 107 min.

²⁹¹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

²⁹² Ibid., p. 15.

²⁹³ Ibid., p. 182.

que “o espetáculo não exalta os homens e suas armas, mas as mercadorias e suas paixões” ²⁹⁴.

Cumpra registrar que os meios de comunicação exerceram, para DEBORD, um papel crucial, já que “o espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia” ²⁹⁵. A mídia estaria produzindo então pseudoacontecimentos, pseudonotícias, vendendo - como cúmplice do capitalismo - a ilusão do presente eternizado. Os movimentos de 68 já denunciavam isso e sugeriam “consume menos, viva mais” ²⁹⁶. Coube aos movimentos sociais de protesto a tematização dessa polêmica, coube-lhe a função reflexiva (ainda que não de maneira exclusiva, uma vez que também exerceu um importante papel reflexivo a arte, e no âmbito do país, sobretudo, à música popular brasileira).

Os movimentos sociais de protesto de 68 bem que avisaram que a liberdade capitalista era a liberdade do consumo, da ditadura, da opressão, da obediência. Bem que avisaram que era outra a liberdade necessária (aquela em que seria proibido proibir, por exemplo), mas foram neutralizados pelos cassetes, balas, pela censura, pela tortura. A polícia silenciou e os meios de comunicação não noticiaram. Por quê? Porque o espetáculo (no sentido debordiano denunciado) não pode parar!

O que se pretende por meio deste capítulo, então, é tentar articular uma possível relação estratégica entre movimentos sociais de protesto e meios de comunicação de massa, na óptica de LUHMANN. Pretende-se demonstrar como os movimentos sociais de protesto poderão ser responsáveis pela produção de informação que será noticiada pelos meios de comunicação de massa – e as (des)vantagens daí decorrentes.

A opinião pública aparecerá neste cenário como meio de acoplamento estrutural entre os meios de comunicação de massa e a política, um dos sistemas parciais sociais que os movimentos sociais de protesto têm maior interesse em irritar a fim de realizar sua dramaturgical função, a qual será anunciada.

Neste capítulo, portanto, tratar-se-á de observar as estratégias que utilizam ou podem utilizar os movimentos sociais de protesto na contemporaneidade para

²⁹⁴ Ibid., p. 44.

²⁹⁵ Ibid., p. 171.

²⁹⁶ Bertolucci, em entrevista constante no DVD que integra o filme “Partner” dizia ter incorporado esse e outros slogans, ulteriormente citados, diretamente das manifestações de maio de 68, o que foi possível graças ao seu personagem principal ser interpretado por um ator francês (Pierre Clément) que regressava todo final de semana à Paris, nos intervalos das gravações. Op. Cit.

generalizarem-se como temas, comunicando-os com auxílio dos meios de comunicação de massa. Ainda, verificar-se-á de que forma isso poderá contribuir (ou não) para que as “bandeiras levantadas” pelos movimentos penetrem nas agendas (sistemas) políticas e jurídicas.

Se o salão social é um grande “baile de máscaras”, para usar outra metáfora, se todos dançam alienados ao som da mesma música, há que se pensar em como destacar-se na multidão e chamar a atenção, irritar e produzir uma diferença. Esse é um dos desafios dos modernos movimentos sociais de protesto.

2.1 CENA 4. O CIRCO PEGOU FOGO: MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Os movimentos sociais de protesto ao comunicarem seus temas, estando na periferia dos sistemas²⁹⁷, buscam causar ruídos nos centros (da política, do direito). Os movimentos chamam a atenção não só pelo caráter reflexivo, mas também porque comovem, comunicam não só pelo barulho²⁹⁸, mas também por agregar muitas vezes multidões silenciosas, indignadas²⁹⁹. Outras vezes, tudo o que conseguem são alguns poucos ativistas que comunicam seus temas por meio da exposição dos seus corpos nus (comunicam de outras formas), por meio do escândalo ou por meio da “imoralidade”³⁰⁰. Não parece haver dúvidas de que os

²⁹⁷ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004, p. 311.

²⁹⁸ Ninguém parece ficar, totalmente, incólume a um movimento social de protesto que grita à sua porta, em suas praças, invadindo o silêncio e reclusão individuais. O movimento provoca comentários, bons ou ruins, a respeito de si mesmo. O movimento, assim, movimenta-se e comunica.

²⁹⁹ Faz-se aqui uma breve referência ao que sucedeu com o movimento espanhol 15M, conhecido como movimentos dos indignados. Javier de La Cueva, um dos líderes do movimento registrou o sentimento dos manifestantes quando tiveram que deixar a praça em que estavam acampados por decisão judicial: “a noite de quinta, dia 20, às 24 horas, esse minuto de silêncio que se gerou, essas mãos levantadas, esse grande espírito coletivo dizia ‘estamos exercitando um direito do tipo pacífico, estamos aqui porque cremos na democracia, estamos aqui porque queremos que a democracia se exerça’”. Vide entrevista com o advogado e hacker Javier de La Cueva no site: http://www.youtube.com/watch?v=_nmoqiUGtnA, acesso em 01/03/2012.

³⁰⁰ Como notadamente já ocorreu em manifestações do Greenpeace e que atualmente é a estratégia do movimento feminista ucraniano Fêmen, o qual já encontra aderentes no Brasil.

movimentos sociais de protesto comunicam, muitas vezes, por chegarem aos meios de comunicação³⁰¹, mostrando que o circo pegou fogo.

É pelos meios de comunicação que muitos temas dos movimentos sociais de protesto se generalizam, tornam-se efetivamente públicos³⁰² e passam a ser temas de comunicações privadas (como mesas de bar), passam a reproduzir-se comunicativamente por toda a sociedade até penetrarem nos (sub)sistemas da política e do direito (quando isso, de fato, ocorre)³⁰³. Portanto, para compreender as estratégias dos movimentos sociais de protesto, deve-se também compreender as estratégias dos meios de comunicação a fim de identificar possíveis prestações recíprocas.

Mas, o que se quer dizer quando se fala em “meios de comunicação”? Aqui, antes de avançar, convém realizar um breve parêntese para retomar a diferença meio/forma tomada da física pela teoria luhmanniana³⁰⁴.

O meio (como a verdade) é sempre inobservável, contudo é ele (o meio) que permite a observação das formas. Como apregoa LUHMANN, inspirado em Fritz HEIDER³⁰⁵, “sem meio não há forma, e sem forma não há meio”³⁰⁶. O ar, nesse bojo, é o meio para a forma música. Mas ouvir BACH não pressupõe a destruição do ar. Sem o ar, contudo, não seria possível a existência (a observação) da Sinfonia nº 5 de BACH (forma).

O meio, portanto, se caracteriza por não se consumir pelo uso³⁰⁷. Como outrora observou LUHMANN, “as formas que às vezes se atualizam (coisas vistas, palavras ditas) acoplam os elementos do sistema para a utilização momentânea,

³⁰¹ Evidenciam Luhmann e De Giorgi que os movimentos de protesto “utilizam os meios de comunicação de massa para atrair a atenção”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 378.

³⁰² Conforme Luhmann “após se tornarem públicos, os temas podem ser tidos como conhecidos; sim, pode-se supor eu eles são conhecidos como conhecidos”. LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 31.

³⁰³ Neste escopo registram Luhmann e De Giorgi que “o tempo do movimento de protesto não é o tempo dos meios (de comunicação), mas também transcorre rapidamente. Em caso de não haver êxito, o movimento se dispersa até que haja um momento mais oportuno. No caso de êxito, o manejo simbólico do perigo e do remédio se transfere aos sistemas funcionais e suas organizações”. LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 378.

³⁰⁴ Conforme ressalta Rafael Simioni “uma das diferenciações fundamentais da Teoria dos Sistemas Sociais Autopoiéticos de Niklas Luhmann é a distinção ‘meio/forma’. Com ela torna-se possível responder, sob uma perspectiva sociológica diferenciada, a questão da autoconstituição de sistemas sociais baseados em comunicação. Os meios, nesta perspectiva, não transportam informação. Não transmitem concepções, informações ou mensagens. Eles não carregam nada. São substratos para a formação de formas”. SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Meio**, Op. Cit., p. 133/134.

³⁰⁵ Conforme LUHMANN, Niklas. *Introdução**, Op. Cit., p. 222.

³⁰⁶ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 152.

³⁰⁷ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 85.

mas não o destroem” ³⁰⁸. A linguagem, por exemplo, será um meio para a comunicação e, apesar do uso, não perecerá.

Consoante MARCONDES FILHO, “*medium*, assim é algo flexível, sempre propício a assumir formas; diante dele, os objetos (as imagens, os sons) impõem-se por sua ‘rigidez’, constituindo narrativas, melodias, filmes, encenações, performances” ³⁰⁹. O meio permite a cristalização de formas, sendo que a forma pagamento/ não pagamento, por exemplo, se reproduz no meio dinheiro. No meio poder se cristaliza a forma governo/oposição³¹⁰, etc.. *Os meios são equivalentes às pedras coloridas que viabilizam ao caleidoscópio criar sempre novas figuras*³¹¹.

Nessa senda, afirma CAMPILONGO que “os movimentos sociais atuam no meio ‘temas’. Os temas podem ser vários: situação da mulher, meio-ambiente, paz. Esses temas se cristalizam na forma protesto/não-protesto” ³¹².

Os meios de comunicação, por sua vez, funcionam como meios por ligar comunicações cujos conteúdos sejam compreensíveis (formas). Os temas comunicativos cristalizados pelos movimentos sociais de protesto podem vir a ser também os temas dos meios de comunicação, suas notícias. Isto porque, de acordo com NAFARRATE, “a função real dos meios de comunicação (...) está em lançar temas sobre os quais se tome uma posição” ³¹³, emerge aí uma possibilidade de prestação recíproca entre movimentos sociais de protesto e meios de comunicação.

Para aclarar melhor o que foi dito, cumpre precisar que os meios de comunicação, para a teoria luhmanniana, são estruturas criadas em diferentes etapas da evolução social a fim de resolver o problema da improbabilidade da comunicação³¹⁴. Nesse âmbito, LUHMANN dirá que “o conceito de comunicação nos deve explicar de que maneira – com base na comunicação – se faz provável o improvável: a autopoiese do sistema de comunicação chamado sociedade” ³¹⁵.

³⁰⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 151.

³⁰⁹ MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira: Niklas Luhmann, a comunicação vista por um novo olhar. In: LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005, p. 8.

³¹⁰ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 68.

³¹¹ MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio*, Op. Cit., p. 8.

³¹² CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 69.

³¹³ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 306.

³¹⁴ ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 118.

³¹⁵ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 155.

Não se pode olvidar, então, que LUHMANN insere os meios de comunicação como sistemas³¹⁶ pertencentes ao sistema social, isto é, como compostos por comunicações. Tampouco se pode esquecer que, para LUHMANN, comunicação não é um ato que transfere informação, mas sim um ato que parte de Alter, com caráter informativo e que deverá ser compreendido³¹⁷ por Ego, que irá rechaçar a informação ou concordar com ela. A comunicação é tida, portanto, como a diferença entre ato de comunicação e informação³¹⁸.

Conforme LUHMANN “uma comunicação ocorre quando alguém vê, ouve, lê – e entende que daí se depreende uma outra comunicação, que pode seguir-se a essa”³¹⁹. Se toda comunicação é recursiva³²⁰, se toda comunicação produz comunicação, então toda informação (a segunda cifra da comunicação) será sempre uma seleção do repertório comunicacional proveniente da memória social³²¹.

Cumpramos rememorar, ainda, que a comunicação é altamente improvável por três motivos: a) é improvável que Ego entenda; b) É improvável que a comunicação transcenda os presentes; c) É improvável que Ego aceite.

Pode-se dizer que, muito embora seja improvável que o outro aceite a comunicação, os movimentos sociais de protesto quando comunicam tentam fazer com que Ego aceite suas seleções como próprias. Em outras palavras, possuem a expectativa de que Ego (os sistemas parciais político e jurídico) atue em consonância às diretrizes correspondentes. Isto é, pretendem que a política e o

³¹⁶ Para Luhmann “os meios de comunicação são um dos sistemas de funcionamento da sociedade moderna, que, como todos os outros, deve sua capacidade reforçada à diferenciação autofortificada, ao fechamento operacional e à autonomia autopoietica do respectivo sistema”. LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 19.

³¹⁷ Esclarece este ponto Marcondes Filho, diferenciando a teoria sistêmica das teses hermenêuticas, uma vez que “entender não tem nada que ver com a hermenêutica do sentido, que busca explicar a verdade embutida nos textos clássicos, numa obra literária, numa obra de arte. Entender é apenas a condição para a comunicação seguinte, o elo de ligação entre duas falas ou entre duas frases. E é assim que é construída a comunicação, como um processo autopoietico que vai se estruturando continuamente, que inclui a ação, mas ela mesma não é ação. Elas é apenas o optar entre o sim e o não, entre continuar a conversa e suspendê-la”. MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio*, Op. Cit., p. 8.

³¹⁸ Conforme Marcondes Filho “a comunicação, em Niklas Luhmann, é a própria seletividade que se constrói na própria comunicação”. Id.

³¹⁹ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 19.

³²⁰ Como refere Luhmann “toda comunicação supõe comunicação – estimuladas por ela mesma e ante as quais reage”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 145.

³²¹ (BECHMANN, Gotthar; STEHR, Nico. Niklas Luhmann. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, Nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de março de 2013). Ainda, conforme Luhmann “a formação de sistemas com base na comunicação pressupõe o cuidado de reutilização ou, em outras palavras, pressupõe memória”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 166.

direito incorporem seus temas como próprios. Movimentos sociais de protesto, como se viu, são comunicativos e precisam, portanto, superar a improbabilidade da comunicação. Como fazê-lo? Que estratégias utilizar?

Indica LUHMANN que para superar a improbabilidade da comunicação formaram-se os meios de comunicação³²², tais como a linguagem, os meios de difusão (imprensa, rádio, televisão, meios de comunicação de massa); e os meios de comunicação simbolicamente generalizados.

O meio fundamental de comunicação, garantidor da autopoiese da sociedade, conforme a análise luhmanniana, foi a linguagem³²³. A criação da linguagem, ao mesmo tempo em que representou um alívio à memória social, atuou liberando a capacidade para ulteriores comunicações. A linguagem, segundo LUHMANN e DE GIORGI, teria surgido como um meio de comunicação oral e solucionou a primeira improbabilidade, uma vez que facilitou o entendimento³²⁴.

Embora a linguagem tenha sido o primeiro meio de comunicar, foi, no entanto, com a escrita, a simbolização daquela, que o número de receptores se ampliou de forma considerável. Com a escrita foram possíveis os registros aos quais se pode retornar várias e várias vezes³²⁵, e, sobretudo, pode-se comunicar entre ausentes (sem necessidade de interação)³²⁶. A escrita é um meio de difusão, na medida em que supera a limitação de presença nas comunicações. Com a escrita aumentou-se a redundância social³²⁷ e superou-se a segunda improbabilidade da comunicação (transcendência aos presentes).

Por outro lado, apenas após a invenção da imprensa a redundância social ganhou contornos antes inimagináveis³²⁸ fazendo nascerem os meios de comunicação de massa³²⁹. De acordo com a teoria luhmanniana, os meios de

³²² LUHMANN, Niklas. *Sistemas**. Op. Cit., p. 120.

³²³ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 157.

³²⁴ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 89 e ss.

³²⁵ Conforme Luhmann, “a escrita aumenta em primeiro lugar a quantidade de distinções que uma sociedade pode utilizar – armazenar, recordar”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 196.

³²⁶ Igualmente com Luhmann, tem-se que “com a escrita começa a telecomunicação, a possibilidade de alcançar com a comunicação aos que estão ausentes no espaço e no tempo”. Ibid. p. 198.

³²⁷ Ibid., p. 155.

³²⁸ Nesse sentido, argumenta Luhmann que “ainda que sobre esse ponto faltem estudos específicos, nós consideramos que com a imprensa a ideia de comunicação se transforma e, se nossa hipótese é correta, esse é seu efeito mais profundo. E assim: o modo em que se entende a comunicação é o modo em que se entende a sociedade”. Ibid., p. 292.

³²⁹ Os meios de comunicação de massa, portanto, diferenciam-se dos meios de difusão, pois no conceito daquele não se inclui a escrita, como neste, nem a imprensa enquanto não massiva. Os meios de comunicação massiva são um tipo especial de meio de difusão.

comunicação de massa surgiram quando do advento da imprensa massiva, isto é, quando a imprensa realmente atingiu efetividade³³⁰.

Definem-se com LUHMANN os meios de comunicação de massa, objeto desta parte da pesquisa, como sendo, “todas as instituições da sociedade que se servem de meios técnicos de reprodução para a difusão da comunicação. Consideram-se aqui, principalmente, livros, revistas, jornais produzidos de forma impressa, mas também processos de reprodução fotográfica ou eletrônica de qualquer tipo” ³³¹, *desde que fabricados massivamente, isto é, em grande quantidade a um público não identificável* (grifo nosso). Segue o sociólogo afirmando que:

Também a difusão de comunicação pelo rádio faz parte desse conceito, na medida em que for acessível a todos e não sirva apenas para manter a conexão telefônica entre participantes individuais. A produção em massa de manuscritos com base no ditado, como ocorria em oficinas medievais de escrita, não se inclui no conceito, como tampouco o acesso público a espaços onde a comunicação ocorre – quer dizer, o conceito não vale para conferências, representações teatrais, exposições, concertos, a não ser que essa divulgação suceda por meio de filmes ou disquetes. A restrição pode parecer arbitrária, mas a ideia principal é de que somente a fabricação industrial de um produto enquanto portador de comunicação – mas não a escrita enquanto tal – conduziu à diferenciação autofortificada de um sistema específico dos meios de comunicação. A tecnologia de difusão representa aqui, por assim dizer, o mesmo que é realizado pelo *medium* dinheiro para uma diferenciação autofortificada da economia: ela própria constitui apenas um meio (um *medium*) que permite a formação de formas que, então, diferentes do próprio *medium*, constituem as operações comunicativas que permitem a diferenciação autoconfinada e o fechamento operacional do sistema. É decisivo, em todos os casos, o fato de *não poder ocorrer, nas pessoas que participam, nenhuma interação entre emissor e receptor*³³² (grifos do autor).

São meios de comunicação de massa, portanto, aqueles que não apresentam interação entre Alter e Ego, como, por exemplo, ocorrem com os livros, jornais, revistas, rádio, televisão e o cinema. Nessa esteira, NAFARRATE indica que os meios massivos “se especializam em expandir a informação e com isso

³³⁰ Como corrobora Luhmann “para a diferenciação autofortificada de um sistema dos meios de comunicação, pode-se dizer que a aquisição decisiva foi a invenção de tecnologias de difusão, que não apenas poupa uma interação entre presentes, mas a exclui eficazmente, no que se refere às próprias comunicações dos meios de comunicação. A escrita isoladamente não teve esse efeito, pois foi concebida no início apenas como apoio da memória para a comunicação primariamente oral. Somente a impressão de livros multiplicou o bem literário de maneira bem acentuada, de forma que se tornou impossível uma interação oral efetiva *de todos* os participantes, assim como uma interação *visual*”. (grifos do autor). LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 36.

³³¹ Ibid., p. 16/17.

³³² Id.

produzem, sobretudo, redundância”³³³, ou seja, tais meios constituem-se em fonte contínua para a reprodução recursiva comunicacional. Eles são vetores da autopoiese social.

Os meios de comunicação de massa³³⁴, no âmbito da teoria sistêmica luhmanniana, são visualizados como sistemas autopoieticos e operacionalmente fechados, o que em outras palavras indica que eles produzem e reproduzem comunicações especializadas, diferenciando-se das demais comunicações da sociedade em geral³³⁵.

Pontua NAFARRATE que os meios de comunicação de massa devem ser entendidos “como um sistema singular que se encarrega de uma função e que com ajuda do código informação/não informação logra descrever o mundo (e a sociedade) e que se encontra acoplado de muitas maneiras com outros sistemas/função”³³⁶. Os meios de comunicação de massa diferenciam-se dos demais sistemas, pois são codificados pela diferença informação/não informação, sendo que, conforme LUHMANN:

Com informação, o sistema pode trabalhar. A informação é, portanto, um valor positivo, um valor de designação, com o qual o sistema descreve as possibilidades de seu próprio operar. Mas, para se ter a liberdade de poder ver algo como informação ou não, é preciso também a possibilidade de se tomar algo como não informativo. Sem semelhante valor reflexivo, o sistema estaria entregue a tudo o que aparece. E isso significa também que ele não teria condições de distinguir entre si mesmo e o ambiente, não poderia organizar sua própria redução de complexidade, sua própria seleção³³⁷.

³³³ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 305.

³³⁴ Registre-se que o tradutor do livro de Luhmann “A realidade dos meios de comunicação”, Ciro Marcondes Filho, optou por suprimir a expressão “de massa” na tradução, uma vez que entende “o termo é errado porque a comunicação ou é feita *para* as massas – para o grande público – ou é uma forma de produzir informações *em* massa (em grande quantidade e de forma indiferenciada). Jamais *de* massa que supõe ser um processo de uma massa se comunicar com outro, o que não é bem o caso. (MARCONDES FILHO, Ciro. Para entender a comunicação: contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008, p. 59). Contudo, preferiu-se utilizar a expressão tal como o faz Javier Torres Nafarrate (NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit.).

³³⁵ Refere didaticamente Marcondes Filho que “Luhmann dá o nome de ‘sistema’ a tudo que se autorregula. Nós, como pessoas, somos sistemas, a sociedade é um sistema, a política, a economia, a religião, a moral, os meios de comunicação, todos são sistemas. Mesmo dentro de nós não há só um sistema, pois temos o sistema nervoso, psíquico etc. E a característica dos sistemas é a de se autocriarem; os sistemas estão sempre se adaptando, se corrigindo, se tornando mais complexos. Ele chama isso de *autopoiese*” (grifo do autor). MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004, p. 86.

³³⁶ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 304.

³³⁷ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 39.

Para definir o que seja informação LUHMANN recorre a Gregory BATESON, para quem a informação é uma diferença que faz diferença³³⁸, o que em outras palavras representa que “informações não podem ser repetidas; elas transformam-se em não informação no momento em que se tornam acontecimento (...) as operações do sistema transformam contínua e necessariamente informação em não informação”³³⁹.

A princípio, os meios de comunicação de massa são livres para determinar qual comunicação será ou não incorporada como informação, até mesmo porque a autorregulação garante a identidade e autonomia essencial a todo sistema. Como esclarece MARCONDES FILHO, “os meios de comunicação abandonaram sua função original, como transmissão para se tornarem sistemas voltados a si mesmos, mecanismos de auto-regulação do sistema”³⁴⁰.

Contudo, como já explorado no primeiro capítulo, os sistemas observam não apenas o código, mas também a programação. Em outras palavras, novidades em si não têm valor de informação. Deve-se incluir outro tipo de seletores³⁴¹.

A programação, e não só o código, é essencial aos meios de comunicação, uma vez que no sistema tem que existir uma proposição de regras (flexíveis, modificáveis) que auxiliem a resolução do paradoxo da informatividade da não informação, “aqueles programas com a ajuda dos quais se pode decidir se algo no sistema deve ser tratado como informativo ou não”³⁴².

No que tange aos meios de comunicação de massa diferenciam-se, segundo Luhmann, três programações de forma especial: reportagem/notícias, publicidade e entretenimento³⁴³.

Quanto à programação notícia, tem-se que ela é um acontecimento diário. Para se selecionar se algo será ou não objeto de noticiamento, LUHMANN constata que as pesquisas empíricas têm revelado a utilização de alguns seletores. Adverte o autor, contudo, que por seleção não se compreende a ideia de liberdade de escolha. A seleção refere-se ao sistema próprio de funcionamento dos meios de

³³⁸ De acordo com Luhmann “a informação é uma diferença que transforma o estado de um sistema, quer dizer, que produz uma diferença”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 145.

³³⁹ Ibid., p. 43.

³⁴⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador de silêncios: formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 424.

³⁴¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 306.

³⁴² LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 39/40.

³⁴³ Ibid., p. 51.

comunicação “e não aos seus departamentos individuais (às redações), cuja liberdade de decisão na escolha de notícias que veiculam é muito menor do que os críticos em geral supõem” ³⁴⁴.

No âmbito das notícias 10 seletores são apontados pelo sociólogo como utilizados pelos meios de comunicação de massa para buscar temas que chamem a atenção do maior número possível de pessoas (produzindo redundância social). São eles: 1) a surpresa; 2) os conflitos; 3) os dados quantitativos; 4) a referência local; 5) a transgressão às normas jurídicas; 6) as transgressões às normas morais; 7) a abertura para julgamentos sobre ações e pessoas; 8) a atualidade do evento; 9) a manifestação de opiniões; e 10) o controle organizacional. Javier Torres NAFARRATE sintetiza a tese luhmanniana e agrupa os seletores em apenas 5: surpresa, conflito, quantidade, proximidade e pessoas ³⁴⁵.

O primeiro seletor das notícias, comentado por ambos os autores, é o fator surpresa. Segundo esse critério, a informação deve apresentar-se como novidade. Destaca-se que com isso não se quer afirmar que os acontecimentos têm de ser únicos, até porque “para reconhecer novidades precisamos de contextos conhecidos” ³⁴⁶. Contudo, repetições são desinteressantes e, portanto, evitadas.

É crucial que a informação seja sempre uma novidade. Cada vez que algo é publicado perde o cunho informativo, desatualiza-se (sendo apenas capaz de produzir redundância social). Tal como refere MARCONDES FILHO, “como a paixão e outros fenômenos extremos, a comunicação tem um instante mágico, a produção única e irrepetível do sentido, depois disso ela é declínio ou se desfaz” ³⁴⁷.

Os meios de comunicação de massa necessitam constantemente de informação nova (1º seletor). Nessa senda, refere NAFARRATE que “os meios de comunicação de massa representam todos os dias o mundo como algo novo, guiados pelo código informável/ não informável” ³⁴⁸. Cumpre destacar, contudo, que a compulsão pelo novo não é uma exclusividade dos meios massivos. Também a arte, a economia, a ciência são sedentas por novidades e, por isso, também são temas recorrentes dos meios massivos.

³⁴⁴ Ibid., p 57.

³⁴⁵ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 306.

³⁴⁶ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 57/58.

³⁴⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto**. Op. Cit., p. 100.

³⁴⁸ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 304.

No que tange à produção de surpresa e novidades, já se pode começar a verificar as proximidades dos movimentos sociais de protesto em relação aos meios de comunicação de massa. Os movimentos sociais de protesto ao mesmo tempo em que precisam dos meios de comunicação para difundir seus temas, os temas de seus protestos, de uma forma efetivamente generalizada (rompendo com a improbabilidade comunicacional), são também necessários para estes na medida em que cumprem com, não apenas esse (construção de novidades), mas também com vários outros critérios de seleção da programação notícia, como se verá na sequência.

Os movimentos sociais de protesto portam novidades. Surpreendem toda vez que alardeiam um novo tema. Por isso, há uma grande possibilidade de eles serem selecionados como notícia pelos meios de comunicação de massa e isso se dá, sobretudo, com os atuais movimentos sociais de protesto que tendem a não se prender a um único repertório comunicacional.

Os ativistas do Greenpeace, citados por LUHMANN, diversas vezes agem parecendo quererem valer-se da estratégia de usar os meios massivos para chamar a atenção. Ao protestar, por exemplo, contra grandes barcos, estando em pequenos botes ou lanchas, lembram “do complexo de Davi contra Golias”, chamando “atenção e atraindo compaixão”³⁴⁹. Os ativistas, agindo assim, surpreendem. Não apenas organizam o protesto, mas sim atuam de forma a “encená-lo para torná-lo extensivamente conhecido através dos meios de massa”³⁵⁰.

O que parece querer evidenciar LUHMANN com o exemplo é que não se conseguirá ganhar a batalha contra os gigantes navios estando em pequenos botes, por outro lado dessa forma se consegue chamar a atenção, comunicar o tema “luta contra a morte das baleias”. O Greenpeace, então, aventura-se para atrair a atenção dos meios de comunicação e conseguir assim a generalização dos temas contidos em seus protestos. É uma atuação estratégica, surpreendente, que objetiva mais promover a reflexão do que resolver, diretamente, o problema.

O segundo seletor para as notícias são os conflitos³⁵¹. Como afirma LUHMANN, eles são preferidos, pois “enquanto temas, os conflitos têm a vantagem

³⁴⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, p. 189.

³⁵⁰ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 293.

³⁵¹ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 58.

de jogar com uma incerteza que eles próprios produzem”³⁵². Os conflitos, devido ao dissenso, mantêm uma tensão a respeito do deslinde do caso conflitante, permitindo a interação, a participação por meio de palpites e prognósticos. Dessa forma, esclarece NAFARRATE, se buscará “informar sobre conflitos, já que os conflitos têm a vantagem de deslizar pela via do desconhecimento autoproduzido”³⁵³.

Movimentos sociais de protestos portam conflitos, como indica CAMPILONGO “os movimentos sociais orientam-se para os conflitos na expectativa que produzam mudanças”³⁵⁴. Novamente, com esse argumento se reforça a adequação dos movimentos sociais de protesto para serem selecionados como comunicação, como notícia, pelos meios massivos, bem como a dependência dos meios em relação aos conflitos (2º seletor).

O terceiro seletor da notícia são os dados quantitativos que atraem maior atenção pela simplicidade, carácter direto e informativo. Conforme LUHMANN, “quantidades são sempre informativas, porque qualquer número determinado não é nada além daquilo que é mencionado – ele não é maior nem menor. E isso vale independentemente se a pessoa entende ou não o contexto específico”³⁵⁵.

Hodiernamente costuma-se considerar maior o peso da informação que é composta por grandes números, “principalmente quando se referem a acontecimentos compactos do ponto de vista local e cronológico (muitos mortos em *um* acidente, perdas colossais em *uma* fraude)” (grifos do autor)³⁵⁶.

Movimentos sociais de protesto são capazes de agregar multidões e, com isso, por si só podem ganhar os meios de comunicação de massa. Eles podem ser quantitativamente atraentes e, como aduz LUHMANN, “as grandes manifestações, por serem fotogênicas, cumprem com um critério de seleção muito importante dos meios”³⁵⁷. Todavia, adverte o autor, para a perversidade de dita relação, uma vez que “a outra cara da moeda deste contexto é um grande desgaste temático e uma falta de sincronização entre as perspectivas temporais dos movimentos de protesto

³⁵² LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 58.

³⁵³ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 306.

³⁵⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 119.

³⁵⁵ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 59.

³⁵⁶ Id.

³⁵⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, p. 189.

e dos meios massivos. Os meios massivos cuidam da rápida ressonância da difusão de temas e justamente também da expropriação deles” ³⁵⁸.

Os movimentos sociais de protesto são informativos, são uma fonte profícua de produção de informação (novidade) para os meios de comunicação de massa. No escopo de LUHMANN e DE GIORGI, os meios massivos de comunicação são sistema autopoieticos e o protesto é seu “momento catalisador” ³⁵⁹. Isso, contudo, não significa que os meios massivos noticiarão os movimentos por concordarem com suas causas, mas sim “integram os protestos em parte porque necessitam deles ou pelo menos podem utilizá-los como provedor de informações” ³⁶⁰. Como, de fato, os movimentos sociais de protesto são noticiados (como salvadores, portadores de legitimidades ou subversivos) é questão em aberto que logo mais será problematizada.

O quarto seletor da notícia é a referência local, “os meios de comunicação de massa confirmam a suspeita de que o mais próximo atrai mais do que o afastado” ³⁶¹. Como anuncia NAFARRATE, “frente à contingência e volatilidade das relações e acontecimentos do grande mundo, a informação condensa as preferências do mundo próprio” ³⁶².

Apenas informações muito importantes, relevantes ou estranhas atingem longas distâncias. Como refere LUHMANN, “a distância precisa ser compensada pela gravidade da informação ou pela estranheza, ou pelo elemento exótico, que transmite ao mesmo tempo a informação de que tal evento dificilmente poderia ter ocorrido aqui” ³⁶³.

Movimentos sociais de protesto podem chegar aos meios de comunicação de massa justamente por causarem estranheza (poucos haviam pensado nas questões por eles trazidas à tona) ou até mesmo pelo exotismo (cite-se aqui o exemplo do nudismo como protesto). Quando alcançam os meios massivos, dadas a globalização e a generalização das informações propiciadas pelos meios (sobretudo, pela internet – meios eletrônicos -, mediante seus blogs, sites e redes sociais), os movimentos sociais de protesto podem ultrapassar o caráter local, alardeando seus

³⁵⁸ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 59.

³⁵⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 378.

³⁶⁰ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 59.

³⁶¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 306.

³⁶² Id.

³⁶³ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 60.

temas nos mais diversos cantos do mundo. Com isso, produzem redundância e fazem mover a sociedade. Foi, por exemplo, o que se deu com o movimento estudantil de 68, com o movimento ecológico e com o movimento feminista, para citar apenas alguns exemplos. Ou seja, ainda que sejam noticiados num âmbito local, o fato de serem noticiados pode fazer com que os movimentos sociais de protesto consigam atingir um contingente maior, ampliando assim também as chances de produzirem ruídos em outros sistemas (como a política e o direito).

A transgressão às normas (que é noticiada como transgressão social) seria o quinto seletor das notícias, especialmente aquelas transgressões carregadas de aspectos morais (6º seletor) - o que permite às pessoas fazerem julgamentos (7º seletor) ³⁶⁴. NAFARRATE sintetiza esses três seletores em um só: pessoas. Isso porque, para o autor, “as pessoas são o ponto culminante onde se cristaliza a seleção e a representação de notícias. Os acontecimentos, em geral, serão representados como se fossem parte de uma dramaturgia onde os atores são as pessoas. A relação com a pessoa facilita a moralização do acontecimento” ³⁶⁵.

No que diz respeito às transgressões de normas, sejam elas jurídicas, morais ou referidas ao politicamente correto, apresentam o potencial de serem utilizadas para gerar indignação ou vitimização coletiva. Por isso, violações são interessantes e apresentam-se como um trunfo, uma carta na manga para que a magia dos meios massivos se realize. Além do mais, “a maneira como o próprio escândalo é comentado pode-se tornar ainda outro escândalo” ³⁶⁶. Violações (jurídicas, morais) são, em geral, escandalosas e geram a dúvida sobre quem são os culpados.

Meios de comunicação de massa e também movimentos sociais de protesto têm proximidade com os escândalos. Eis outro exemplo das possibilidades de prestações recíprocas. Movimentos sociais de protesto precisam chamar a atenção para ativar a comunicação de seus temas. Uma das melhores formas de chamar a atenção é acoplar-se aos meios de comunicação de massa, como apontam LUHMANN e DE GIORGI, movimentos sociais de protesto “se utilizam dos meios massivos de comunicação para atrair a atenção” ³⁶⁷.

³⁶⁴ Ibid., p. 60/66.

³⁶⁵ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 307.

³⁶⁶ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 60.

³⁶⁷ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 378.

Meios massivos precisam de transgressões às normas (jurídicas, morais) para noticiar (6º e 7º seletor). Movimentos sociais de protesto ao criticar os sistemas funcionais, normalmente o fazem como transgressores (como se verá no próximo capítulo) que reivindicam mudança e inclusões (um escândalo!). Maio de 68, por exemplo, foi um movimento de libertação moral, sexual etc. Por meio desse movimento reivindicou-se a reconstrução semântica das normas morais, que viam o sexo com pudor, e também das jurídicas, as quais permitiam a censura, para citar o caso mais flagrante relacionado aos meios de comunicação.

Além disso, os meios de comunicação de massa ao tornarem públicas as demandas dos movimentos sociais de protesto podem apresentar o conflito e convocar os espectadores a opinar e julgar, ativando o segundo e sétimo seletor simultaneamente. Movimentos sociais de protesto são, portanto, especiais contributos aos meios de comunicação de massa.

O oitavo seletor da notícia é a atualidade. Situações recentes são mais atrativas do que eventos passados. Entretanto, numa sociedade em que tudo ocorre simultaneamente (policontexturalidade³⁶⁸), fica claro que mesmo diante dos fatos atuais haverá necessidade de selecionar o que interessa e o que não interessa ser noticiado. Como reconhece LUHMANN, “os meios de comunicação dão uma coloração especial àquilo que noticiam e à forma como noticiam; assim, decidem sobre o que deve ser esquecido, o que pode ser significativo apenas no momento e o que deve permanecer na lembrança”³⁶⁹. Neste ponto, fica nítida a possibilidade de manipulação dos meios massivos, que logo mais será abordada, bem como se reitera a pertinência das denúncias debordianas da sociedade do espetáculo. Os meios de comunicação de massa escolhem seus conteúdos.

Abre-se um parêntese para dizer que LUHMANN não nega que se vivencie uma “sociedade do espetáculo”³⁷⁰, tal como abordada por DEBORD, ao contrário, ele a reconhece implicitamente, uma vez que afirma existir uma publicidade que incita desejos, de forma que “cada um acaba tendo a impressão de que há algo mais bonito e melhor do que aquilo que ele próprio poderia conseguir por si mesmo”³⁷¹. O sociólogo assume também que, nessa situação, “as limitações são sofridas como

³⁶⁸ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**, Op. Cit., p. 468.

³⁶⁹ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 66/67.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 135.

³⁷¹ *Id.*

consequência da ausência de poder de compra”³⁷². Refere ainda LUHMANN que ao surgir o dinheiro em massa obviamente haverá uma distribuição injusta. Contudo, tais questões não são centrais para o autor, são seu *unmarked space*. Para uma análise mais profunda sobre esse ponto, deve-se recorrer a autores que observaram essa indicação como lado marcado, não é, certamente, o caso de Luhmann.

Retornando aos seletores das notícias, tem-se como nono seletor a manifestação de opiniões. Segundo LUHMANN, notícias opinativas servem a uma dupla função. Primeiro acentuam o que é objeto da opinião, permitindo ao tema uma permanência. Ainda, por meio da repetição de opiniões se reforça a reputação da fonte³⁷³. Em sendo assim manifestações de opinião atraem, especialmente, se partem de celebridades ou pessoas com reputação notória. Não há dúvidas de que movimentos sociais de protesto aderidos por celebridades normalmente têm mais chances de virarem notícia. Essa é uma estratégia de que se pode lançar mão, caso se deseje a inserção nos meios de comunicação de massa.

Manifestações de opinião, contudo, são altamente manipuláveis. Mesmo uma cessão de cartas dos leitores, jamais refletirá a opinião real dos leitores, porque sofrerá uma seleção anterior à divulgação que indicará o que é, ou não, digno de ser publicado. Ademais, celebridades e reputação notória podem ser criações dos próprios meios de comunicação³⁷⁴.

O último seletor (10º) da notícia é aquele que se dá nas organizações, as quais cumpre decidir, dentre as informações eleitas, aquelas que serão efetivamente veiculadas, isto é, fazem uma seleção de seleções. Por óbvio que todos os seletores anteriores são também utilizados pelas organizações. Em contrapartida, o fato de que nem tudo que se enquadra nos seletores vire realmente notícia alimenta ainda mais a suspeita de manipulação. Fica, por enquanto, em aberto essa questão, a qual será retomada no próximo item.

Expostos os seletores da notícia (surpresa, conflito, quantidades, referência local, atualidade, transgressões, manifestação de opinião e determinação organizacional) fica claro que se aos movimentos sociais de protestos interessa o acoplamento estrutural com os meios de comunicação de massa, a recíproca é verdadeira.

³⁷² Id.

³⁷³ Ibid., p. 68.

³⁷⁴ Esse assunto é o pano de fundo do filme “Para Roma com amor” de Woody Allen.

Os meios de comunicação de massa e os movimentos de protesto representam um para o outro um acoplamento estrutural perfeito³⁷⁵. Os meios massivos precisam de novidades, os movimentos de protesto costumam alardear temas novos; os meios massivos selecionam conflitos, movimentos sociais de protesto portam conflitos; meios massivos têm preferência por dados quantitativos, movimentos sociais de protesto costumam reunir muitas pessoas; meios massivos gostam de assuntos locais, movimentos sociais de protesto fazem localmente muito barulho, tendendo sempre à universalização de temas (protestam de forma local-global); meios massivos noticiam transgressões, movimentos sociais transgridem; meios massivos costumam optar por notícias de caráter moral ou que apontam culpados, levando os espectadores a atuarem como juízes; movimentos sociais de protesto são os culpados e querem que todos opinem, sua função é reflexiva; meios massivos selecionam temas que permitem a manifestação de opiniões; movimentos sociais de protesto manifestam opiniões e incitam o debate; meios massivos, em suas organizações, selecionam seleções, os movimentos sociais de protesto torcem para serem a seleção selecionada e com isso dar amplitude ao tema que protestam.

Movimentos sociais de protesto têm caráter reflexivo, protestam na sociedade contra a própria sociedade. Essa crítica precisa chegar aos holofotes, precisa ingressar no espetáculo. Já os meios de comunicação de massa precisam de assuntos para comunicar, assuntos novos, fervorosos, como os que portam os movimentos sociais de protesto.

Do que até agora foi demonstrado, registra-se que os movimentos sociais de protesto são informativos, fotogênicos, chamam a atenção e criam muitos temas, numa velocidade cada vez maior, sendo uma fonte profícua de produção de informação (novidade) para os meios de comunicação de massa. Como aduz LUHMANN, “a forma do protesto mostra grande parentesco com a comunicação que se dá através dos meios que a difundem. Cumpre os critérios estritos da seleção da

³⁷⁵ Como explica Bachur “tem-se um acoplamento estrutural quando dois sistemas *coincidem*, quando um mesmo elemento comunicativo desencadeia operações simultâneas em mais de um sistema”. BACHUR, João Paulo. Distanciamento e crítica: limites e possibilidades da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../JOAO_PAULO_BACHUR.pdf, acesso em 05/01/2012, p. 325.

atenção e da reportagem: novidade, conflito, referência local, violência e proximidade aos escândalos” ³⁷⁶.

O programa notícia, contudo, não é único explorado por LUHMANN que cita também a importância comunicacional da reportagem. A reportagem, por sua vez, faz uso dos mesmos seletores da notícia, sendo válido para ela tudo que foi dito anteriormente com um acréscimo qualitativo: a reportagem costuma ser feita pelo aprofundamento de assuntos abordados nas notícias que requerem maior atenção³⁷⁷. A reportagem provém de uma notícia que ganhou importância e foi tratada com profundidade e maior detalhamento. Com o surgimento dos meios eletrônicos, afirma LUHMANN, as reportagens muitas vezes são feitas com base em resgates de notícias anteriores. O que se faz é abordar o assunto de forma diferente a fim de produzir informação nova³⁷⁸.

Quando um movimento social de protesto vira tema de uma reportagem pode sentir a tranquilidade de ter, parcialmente, cumprido sua função (reflexivo-comunicacional) já que não apenas virou notícia, mas também foi considerado tema importante para ser aprofundado como reportagem. O movimento ganhou os meios de comunicação de massa. Inseriu-se no espetáculo! E, como aduz NAFARRATE “enquanto acontece algo que pode ser objeto de reportagem (ou que pode ser encenado como reportagem) de imediato aparece em todo o mundo” ³⁷⁹. Exageros a parte, pode-se dizer que tanto a reportagem quanto a notícia sobre a temática dos movimentos sociais de protesto permitem que os temas, universalizados, ganhem notoriedade como temas da comunicação social.

No que diz respeito aos programas publicidade e entretenimento, pesquisados por LUHMANN, dada a diminuta importância dos temas para fins desta pesquisa, far-se-á uma breve explanação dos referidos programas, sem mais delongas.

³⁷⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, p. 188.

³⁷⁷ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 69.

³⁷⁸ Luhmann nota que a diferença entre notícia e reportagem tornou-se fluída, sendo que “essa fluidez está no fato de que as notícias publicadas serem armazenadas eletronicamente e ficarem acessíveis para renovadas recuperações. Isso tem ocorrido em volume gigantesco, de tal forma que, conforme as necessidades, notícias antigas possam ser transformadas em reportagens. O sistema produz então continuamente informação com base em informações à medida que produz contextos de reportagens nos quais novidades há muito tempo abandonadas e esquecidas ganham novamente valor informativo”. Ibid., p. 70.

³⁷⁹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 236.

A publicidade é o segundo programa dos meios massivos (o primeiro são as notícias/reportagens, o terceiro é o entretenimento). LUHMANN a denuncia como sendo um “elogio à insensatez” ³⁸⁰, uma vez que seu uso escancara a faceta manipuladora dos meios de comunicação de massa. A função da publicidade (influenciar os gostos) é a confirmação da suspeita de manipulação dos meios massivos, assumindo “o pecado mortal dos meios de comunicação” ³⁸¹. Contudo, apesar de todos saberem dos artifícios utilizados nas publicidades, ela não cumpriria seu papel mercadológico se não encobrisse seu caráter manipulador. O direito tenta controlar esse caráter impedindo legalmente a publicidade enganosa e abusiva.

A publicidade costuma investir na ideia de liberdade de decisão (mas ela cria desejos antes inexistentes), vende produtos exclusivos de forma massiva – escancarando que não são exclusivos (é o cúmulo do cinismo). Fideliza apresentando “novos” modelos de velhos produtos³⁸². É um elogio à insensatez, de fato.

No caso do programa entretenimento, ele apresenta-se como um artifício por meio do qual se cria uma duplicação de realidade. A exemplo do que ocorre nos jogos, o entretenimento tem um começo e um fim bem destacado. Isso permite a separação clara entre realidade e ficção. O entretenimento, contudo, conecta-se à realidade por alguns elementos não ficcionais, como preceitua MARCONDES FILHO “o entretenimento não é irreal, trabalha com objetos reais, objetos, diz LUHMANN, de duplo lado, que permitem a passagem da realidade real à realidade ficcional” ³⁸³.

A história ficcional produz por si mesma sua própria plausibilidade, isto é, seleciona informações para compor uma história e descarta o resto como não informação (não importante). Por meio do entretenimento, conforme LUHMANN, “cria-se uma segunda realidade que respeita algumas condições determinadas, e, com base nessa perspectiva, a forma habitual de levar a vida aparece então como sendo a realidade real” ³⁸⁴.

Com auxílio dos seus programas (notícias/reportagens, publicidade e entretenimento) os meios massivos operam selecionando o que será ou não considerado informativo. Para tanto, os meios de comunicação de massa funcionam,

³⁸⁰ Ibid., p. 83.

³⁸¹ Id.

³⁸² Ibid., p. 83/91.

³⁸³ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 500/501.

³⁸⁴ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 94.

muitas vezes, acoplados estruturalmente a outros subsistemas (política, economia, ciência). A ciência, por exemplo, tem sido constantemente observada pelos meios de comunicação de massa que noticiam as descobertas científicas. Trata-se, neste caso, de heteroreferência, pois quem produz a descoberta não são os meios massivos e sim a ciência. Os acoplamentos estruturais e a heteroreferência não minam a autonomia do sistema.

De fato, cada um dos programas dos meios massivos (notícia/reportagem, publicidade e entretenimento) acaba por realizar acoplamentos estruturais com diferentes (sub)sistemas sociais. A arte o faz com o entretenimento (e daí derivam as discussões sobre a arte verdadeira e a arte trivial). A publicidade se acopla com o sistema parcial economia. As notícias e reportagens têm forte ligação com o subsistema política³⁸⁵.

Em sendo assim, interessará aos movimentos sociais de protesto uma maior proximidade com as notícias e reportagens, as quais possuem forte vínculo com o sistema político. Para aproximarem-se da política, os meios de comunicação de massa podem ser um interessante caminho aos movimentos sociais de protesto. O último item desse capítulo aprofundará essa reflexão.

Se os meios de comunicação de massa operam processando informação, tornando-a pública, e se os movimentos sociais de protesto desejam tornar seus temas públicos, devem ou podem se valer dos meios massivos. Resta, contudo, um pouco duvidoso saber se o produto dos meios (a notícia, a reportagem, os jornais, os livros, hoje: os blogs, os fórum, os sites) apresentam a realidade tal como é ou se criam a realidade, inclusive manipulando-a. Cumpre saber se a proximidade entre meios massivos e movimentos sociais de protesto é, de fato, vantajosa.

Nesse bojo, nascem as dúvidas: movimentos sociais de protesto são selecionados pelos meios de comunicação? Se sim, são retratados como realmente ocorrem ou são retratados misturados a opiniões e ideologias as quais contaminam a notícia sobre seus temas? O fato de serem noticiados, ainda que de forma distorcida, não seria, ainda assim, algo positivo para o atendimento da função dos movimentos? Afinal, ser comunicado como notícias pelos meios de comunicação, num sentido negativo ou positivo, auxilia, ou não, no cumprimento da função dos movimentos sociais de protesto?

³⁸⁵ Ibid., p. 115/117.

Retoma-se, assim, a primeira questão levantada na tese: em que consiste a realidade, a “verdadeira” realidade? A realidade seria condensável pelos meios de comunicação de massa? Ou, o que mais interessa para o universo da presente pesquisa: os movimentos sociais de protesto retratados pelos meios massivos são os “verdadeiros” movimentos? O artista reproduz a realidade quando pinta ou cria realidade? Os meios de comunicação de massa reproduzem a realidade quando noticiam, publicizam, entretêm ou criam uma realidade? O que é realidade e o que é construção de realidade? Tais indagações levam ao próximo item.

2.2 CENA 5. EXTRA, EXTRA: OBSERVAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM – A REALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO E A OPINIÃO PÚBLICA NA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS

Como seria bom se pudéssemos atravessar para a Casa do Espelho!
Tenho certeza de nela, oh!, há tantas coisas bonitas!
Vamos fazer de conta que é possível atravessar para lá de alguma maneira, Kitty.
Vamos fazer de conta que o espelho ficou todo macio como gaze, para podermos atravessá-lo³⁸⁶.

O questionamento acerca de se a realidade pode ser apreendida (pelos meios de comunicação, pela arte, pelo direito, pela ciência) ou se ela é apenas uma construção do observador, não é uma exclusividade luhmanniana. No que tange à epistemologia por diversas vezes se perquiriu e se tentou responder a essa angustiante pergunta. Paul KLEE, professor da Bauhaus, teria dito, conforme Jean Louis FERRIER que “a arte não reproduz o visível, a arte torna visível”³⁸⁷.

René MAGRITTE, por sua vez, pintou um cachimbo, no quadro “A traição das imagens”, e abaixo da pintura escreveu “isso não é um cachimbo”³⁸⁸. Quanta ironia e quanta perspicácia do artista belga. O que se vê, de fato, não é um cachimbo, mas sim uma representação dele. Por mais realista que seja a pintura, ela

³⁸⁶ CARROLL, Lewis. *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 164/165

³⁸⁷ FERRIER, Jean Louis. *Paul Klee*. Lisboa: Livros e Livros, 2001, p. 110.

³⁸⁸ Conforme FREITAS, Artur; VILAÇA, Michele Figueiredo. Imagem e Convenção Visual: a questão da representação visual a partir de uma análise comparada entre Nelson Goodman (linguagens da arte) e Charles Peirce (semiótica). In: *O Mosaico*. Revista Pesquisa em Artes/FAP, Curitiba, n.2, p.1-11, jul./dez. 2009, p. 6.

jamais será o real. Jamais se poderá pegar aquele cachimbo e fumá-lo. Trata-se de uma ilusão, de uma representação simbólica da realidade.

Trazendo tais indagações para o âmbito desta pesquisa, há que se perquirir, quanto aos meios de comunicação de massa, se eles reproduzem o visível, tornam a realidade visível (tornam os movimentos sociais de protesto visíveis) ou se “apenas” representam a realidade, retratam o “cachimbo” (os movimentos), recriando-o. Ainda, há que se perguntar se na representação há manipulação. Em outras palavras, os movimentos sociais de protesto são retratados como e segundo quais interesses? Mais, os movimentos sociais de protesto têm aclarado a chance de manipulação dos meios que os noticiam? Se sim, como denunciar as manipulações na medida em que todo protesto contra os meios de comunicação tende a ser feito pelos (ou por meio dos) meios massivos? Como sair desse paradoxo?

Do que se viu até o presente momento, tem-se que LUHMANN entende os meios de comunicação de massa como sistema. Como sistema, os meios massivos devem ser autônomos com relação ao entorno. Isso significa, ainda, que muito embora reconheçam e tematizem comunicações de outros subsistemas³⁸⁹, os meios de comunicação de massa não poderão tolerar intromissões de outros sistemas no seu modo de atuar, uma vez que acabando sua independência, acabará o próprio sistema.

O que é produzido em outro(s) subsistema(s) entra, apenas, como tema para a comunicação massiva. Conforme LUHMANN, os temas possibilitam o acoplamento estrutural dos meios de comunicação de massa com outras áreas da sociedade³⁹⁰. É o que se dá com os temas dos movimentos sociais de protesto e os meios massivos.

Que os sistemas sejam autônomos (como o são os movimentos sociais de protesto e os subsistemas sociais) implica, portanto, que a seleção de quais temas serão (ou não) noticiados seja uma decisão autopoietica dos próprios meios massivos, será sempre uma decisão interna ao sistema. Quando isso não ocorre,

³⁸⁹ Como aponta BARALDI, “os temas da comunicação devem se adaptar à seleção do que pode comunicar e o que pode ser comunicado *bem* conforme as técnicas dos *meios* (jornais, televisão, etc.)”. BARALDI, Claudio. Medios de difusión. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 47.

³⁹⁰ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 31.

está-se diante da corrupção ou bloqueio sistêmico³⁹¹. A ditadura, por exemplo, ao censurar os meios de comunicação de massa impõe-se num flagrante atentado à autopoiese do sistema dos meios massivos³⁹². Foi o que houve em 1968, para retomar o exemplo.

Para conservarem-se como sistema os meios de comunicação de massa precisam sempre se distinguir do meio, isto é, precisarão sempre operar elegendo o que pertence ou não ao seu sistema³⁹³ para isso fazem uso do código informativo/não informativo e dos programas como seletores. Muito embora a verdade ou, melhor dizendo, a suposição da verdade seja “indispensável para as notícias e as reportagens, os meios de comunicação não seguem o código verdade/não verdade, mas, mesmo em seu âmbito cognitivo de programação, o código informação/não informação”³⁹⁴.

Consoante LUHMANN os sistemas, em geral, constroem a realidade a partir da observação³⁹⁵ (toda observação é seleção). Ao elegerem o que pertence ou não ao sistema os meios massivos determinam o que se pode, ou não, observar. O código define as operações dos meios de comunicação de massa com auxílio dos já citados programas determinando o que é marcado (informação) e deixando em descoberto o restante, como *unmarked space*. Como isso se define também o limite do sistema e as suas possibilidades de observação.

Os meios de comunicação de massa, assim, atuam fazendo seleções e, portanto, excluindo o que não foi selecionado, isto é, desenvolvendo pretensões de validade por omissão. Como recorda MARCONDES FILHO “a seleção, ao escolher isto, refuta, ao mesmo tempo, aquilo, quer dizer, o *unmarked place*, das coisas não selecionadas”³⁹⁶. Os meios de comunicação de massa, portanto, na medida em que selecionam o visível, determinam zonas de invisibilidades.

Os meios de comunicação constroem realidade, pois veiculam uma observação específica, selecionada e, tal como aufere LUHMANN, “a focagem em relação ao que deve ser mais iluminado pode variar por causa de preconceitos

³⁹¹ Conforme MIRANDA, Daniela; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Direito, silêncio e corrupção: um diálogo com Luhmann e Habermas. *Revista da Faculdade de Direito*. Caxias do Sul, v. 5, p. 59-81, 2005.

³⁹² E o Pasquim foi um instrumento de resistência.

³⁹³ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 30.

³⁹⁴ Ibid., p. 70.

³⁹⁵ Conforme Luhmann “todo sistema opera, portanto, no âmbito da observação de segunda ordem”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia del**, Op. Cit., p. 275

³⁹⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 499.

ideológicos ou normativos, mas ela é inevitável mesmo diante de uma preocupação rigorosa com a neutralidade diante dos conhecidos conflitos de valores”³⁹⁷. Parece, então, inegável que ao se selecionar um fato em detrimento do outro haja manipulação, de forma que “em geral, não se pode separar o que se refere à conta informação e o que se refere à conta sinalização”³⁹⁸.

Revistas de esquerda e direita, nesta perspectiva, são democráticas, pois escancaram seus seletos e não por reconstruírem a verdade (totalizadora) do mundo. São democráticas, uma vez que a democracia só é possível diante da complexidade (excesso de possibilidades)³⁹⁹. A pluralidade de observações (ou de posições: liberais, conservadoras) não é maléfica, mas a supressão da diversidade o é. Contudo, tanto a observação realizada por uma quanto a da outra revista, de uma quanto de outra posição, não passa de uma realidade semiótica (construída). Não passa de um mundo assinalado como real. São indicações, distinções que partem de certas categorias e não de outras. Corroborando essa questão afirma LUHMANN que muito embora a realidade exista (não é uma ficção), a distinção realidade real/realidade semiótica “deve introduzir-se no mundo para que algo depois de tudo (...) possa ser assinalado como real”⁴⁰⁰.

De certa forma, portanto, tudo é manipulação. Assumindo a tese do construtivismo, admite-se que a realidade ontológica das coisas não é acessível, então, toda observação é seleção (distinção). Claro que há “testes de consistência”⁴⁰¹, o nosso mundo não é o mundo virtual, a matriz. Como aponta MARCONDES FILHO “o mundo externo não é negado, ele existe, todos o reconhecem; não obstante, ele não é um objeto apreensível, mas apenas um ‘horizonte’”⁴⁰². O mundo é apenas acessível por meio da observação dos observadores, isto é, pela observação de como os observadores constroem sua realidade.

Em outras palavras, deve-se reconhecer que toda observação produz um espaço não marcado que ela não observa. Toda observação produz seu ponto cego.

³⁹⁷ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 131.

³⁹⁸ Id.

³⁹⁹ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia e risco: vínculos com o futuro*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998, p. 33.

⁴⁰⁰ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 228.

⁴⁰¹ Cita Luhmann como um destes testes os estudos empíricos. (LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 147). Contudo, desde Weber já se questiona a neutralidade axiológica, não dos resultados, mas das escolhas dos objetos e marcos teóricos. Conforme FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 61-62.

⁴⁰² MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 495.

A observação divide o espaço em dois e apenas observa um dos lados da forma, deixando todo o resto como não observado. A realidade “total” é inobservável para todos os sistemas⁴⁰³. Toda comunicação (inclusive a dos meios massivos) é selecionada. O que se marca é o que interessa (o que é problemático). O que se marca é “algo contingente, omissível, como produto de uma decisão, condicionado por motivo”⁴⁰⁴.

Ironicamente, sabe-se que a comunicação dos meios massivos atua selecionando para atrair a atenção, ao mesmo tempo em que “suspeita-se dos motivos de fundo, de politicagens no sentido amplo”⁴⁰⁵. Mas toda seleção é motivada. O problema dos meios massivos é que a seletividade é inevitável, “da mesma forma como Tristram SHANDY não estava em condições de narrar a vida que vivia, tampouco pode haver correspondência ponto por ponto entre informações e fatos, entre realidade operacional e realidade representada”⁴⁰⁶, a realidade não é acessível onticamente nem pelos meios de comunicação, nem pelos outros subsistemas sociais, como a política e o direito.

Convém reforçar aqui que LUHMANN não é um partidário, entusiasta, das manipulações que, inevitavelmente, ocorrem nos meios de comunicação de massa (e em última instância, em toda observação), ele apenas constata tal situação e descreve, realisticamente, tal fato⁴⁰⁷.

As possibilidades manipuláveis, por outro lado, são definidas pelo teórico como limitadas⁴⁰⁸. Para LUHMANN os meios massivos não têm tempo para manipular tudo o tempo todo. Por outro lado, a suspeita de manipulação, na lógica luhmanniana, é mais preocupante para os meios (que precisam preservar sua confiabilidade) do que para os demais sistemas. Ademais, dirá o autor que não se pode afirmar categoricamente que os meios massivos desvirtuam a realidade, uma

⁴⁰³ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 156.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 72.

⁴⁰⁵ Ibid., Op. Cit., p. 75.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 56.

⁴⁰⁷ Contrariando Luhmann, Marcondes Filho admite três chances de não manipulação: a memória, a vivência e a visão de conjunto. Na óptica do autor “quando se tem uma memória anterior divergente do que está sendo mostrado (caso não contemplado por Luhmann), resiste-se à manipulação; da mesma forma de quando se viveu pessoalmente o fato (as ‘experiências pessoais’ que ele cita). Por fim, Luhmann não contempla a visão de contexto, que desqualifica a manobra manipulativa pelo fato de o receptor, operando a distinção entre quadro e moldura, detectar um paradoxo entre aquilo que o manipulador fala e a cena em que ele está inserido”. MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 506.

⁴⁰⁸ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 76.

vez que “isso iria pressupor uma realidade ontológica, existente, objetivamente acessível, reconhecível, independente de construção, em suma, o velho cosmos da essência” ⁴⁰⁹. Quem quer que diga conhecer melhor a realidade, para a teoria construtivista sistêmica, só pode dizer que está comparando a sua construção com outra, nada mais.

Movimentos sociais de protesto costumam denunciar a falta de neutralidade dos meios de comunicação (impondo as suas construções do mundo), contudo as atividades dos movimentos são programadas também para conquistar espaço nos meios massivos (e o devem fazê-lo para conseguir generalizar seus temas de protesto). De outro lado, os meios de comunicação são necessários aos movimentos sociais de protesto – as críticas precisam aparecer nos meios massivos para repercutirem-, sendo que cumpre um papel crucial, na atualidade, os meios eletrônicos, as comunicações via internet (sites, blogs⁴¹⁰), especialmente as que se dão nas redes sociais⁴¹¹.

Notadamente, as denúncias contra a manipulação dos meios massivos deverão ser noticiadas pelos próprios meios de comunicação de massa. A suspeita de manipulação, como apregoa LUHMANN, “permanece vaga enquanto não se apresentarem provas consistentes – o que sempre significa: quando não são fornecidas pelos próprios meios de comunicação” ⁴¹². Aí se instaura um paradoxo: a crítica aos meios massivos (por falta de neutralidade ou de qualquer outra índole) deve ser feita através dos meios de comunicação de massa para alcançar generalização comunicativa. Este é um paradoxo que os movimentos sociais de protesto têm que aceitar e aprender a lidar, ou seja, deverão saber chamar ainda mais a atenção para atrair os holofotes dos meios massivos. O escândalo tem que

⁴⁰⁹ Ibid., p. 24.

⁴¹⁰ É claro que esse papel só se realiza em países como o Brasil e não vale para aqueles que, como a China, têm o acesso à web altamente controlado (e limitado) pelo governo. Não se pode deixar de citar que mesmo em países supostamente democráticos, como nos Estados Unidos, pode acontecer atentados à liberdade de comunicação através dos meios eletrônicos, tal como houve com o fundador do Wikileaks.

⁴¹¹ Luhmann não conheceu a internet como ferramenta de comunicação de temas de protesto, tal como existe hodiernamente, contudo, ao especular a respeito dos meios eletrônicos asseverou que “tudo isso pode levar a que os contatos casuais de corpos em livre movimento diminuam – como ocorreu no caso da televisão. Assim o *desacoplamento social* do substrato medial da comunicação é levado ao extremo. Em nossa concepção isto significa que está por nascer um novo meio cujas formas dependam dos programas de computador” (grifo do autor). LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 300.

⁴¹² LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 79.

compensar a má fama – de manipuladora – dos meios para ser noticiável. A crítica aos meios massivos depende dos meios massivos.

Com tais afirmações LUHMANN confere aos meios de comunicação de massa o *status* de construtores da realidade, de observadores de segunda ordem. Assumindo que os meios massivos criam realidade LUHMANN relata que eles atuam, na modernidade, em substituição aos sábios, sacerdotes, à nobreza, à religião aos quais competia a função de auto-observação da sociedade no passado⁴¹³. Os meios massivos (enquanto sistemas), diz LUHMANN, atuam criando a realidade a partir de suas observações⁴¹⁴. A realidade dos meios de comunicação de massa é, conforme a observação luhmanniana, “aquilo que *para eles* ou *por meio deles* aparece como realidade *para outros*”⁴¹⁵.

Os meios de comunicação de massa funcionam, nessa senda, possibilitando observação de observações (observações de segunda ordem)⁴¹⁶. Os meios massivos realizam observações (produção contínua de informação) e, simultaneamente, disponibilizam as informações observadas ao público. Eles constroem uma espécie de “realidade pública”, tal como refere DE GIORGI:

A sociedade atual conhece a si própria através dos meios de comunicação de massa. Sua representação e sua operação dão-se sempre no presente. Os meios de comunicação tornam possível essa condição operativa da sociedade. Também tornam visível a simultaneidade de todas as operações que se realizam nos sistemas sócias da sociedade⁴¹⁷.

Concretamente, o que se dá é que os demais subsistemas sociais, como a ciência, a economia e os movimentos sociais de protesto, produzem suas comunicações (verdades científicas, operações econômicas, protestos) e os meios massivos elegem aquelas que são mais atrativas para reproduzirem. Dessa forma, os meios de comunicação de massa fazem possível a comunicação entre sistema e entorno. Eles vinculam comunicações e as introduzem como realidade, como conhecimento público, põe os temas na mesa (ou na capa, nos noticiários, nas

⁴¹³ Ibid., p. 141.

⁴¹⁴ Consoante Marcondes Filho “a realidade dos meios de comunicação pode ser tratada, segundo Luhmann, de dois ângulos: enquanto operação e enquanto observação. Na operação, importa que algo seja transmitido e recebido. Comunicação só ocorre quando alguém a recebe. Na observação, importa o que é mostrado às pessoas pelos meios de comunicação como realidade”. MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 494.

⁴¹⁵ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 20.

⁴¹⁶ Ibid. 149.

⁴¹⁷ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**, Op. Cit., p. 39.

enquetes) para o debate.

A observação da observação realizada pelos meios massivos constitui-se, assim, numa duplicação de realidade, uma vez que cria realidade⁴¹⁸ a partir da realidade construída pelos demais sistemas sociais. O público (leitores, telespectadores, etc.), por sua vez, ao observar a observação veiculada pelos meios de massa construirá outra observação a partir daquela. Ainda que a observação da observação não seja percebida pelos espectadores como construção e sim como realidade mostrada pelos meios, tratar-se-á de uma nova observação.

Cabe aqui desconstruir a ideia bastante difundida de que os meios de comunicação de massa informam para gerar conhecimentos e certezas, ao contrário “quanto mais informação tanto maior a incerteza”⁴¹⁹. Diante da complexidade de temas, os meios de comunicação desacreditam a si próprios, frequentemente corrigem-se, questionam-se e comentam seus conteúdos sob outros pontos de vista, “os meios de comunicação parecem ao mesmo tempo cuidar de minar sua própria credibilidade”⁴²⁰. Os meios massivos se desconstroem constantemente. Sua função não é, portanto, a de criar uma realidade consensual, mas a de difundir, ampliar os temas, comunicando o dissenso, comunicando as divergências, os conflitos. “Os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que elaboram informações, abrem um horizonte de incertezas produzidas por eles mesmos”⁴²¹. Sendo assim, outra de suas funções, e que interessa muito ao objeto desta tese, consiste na produção e processamento ininterrupto de irritações⁴²², tal como apontou LUHMANN:

Parsons já tinha observado a contribuição especial dos meios de comunicação para as trocas internas da moderna sociedade no que se refere ao aumento do grau de liberdade da comunicação – analogamente à função do dinheiro na economia. Esse diagnóstico pode ser ampliado quando se considera adicionalmente o aumento de irritabilidade da sociedade e interpenetração recursiva da comunicação produzida pelos meios de comunicação de massas com a comunicação cotidiana nas interações e nas organizações da sociedade. Por um lado, os meios de comunicação absorvem comunicações; por outro, estimulam o trânsito das

⁴¹⁸ Conforme Nafarrate “os meios de comunicação de massa representam todos os dias o mundo como algo novo guiados pelo código informação/ não informação”. NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 304.

⁴¹⁹ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 118.

⁴²⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 499.

⁴²¹ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 138.

⁴²² Corsi define irritação como a capacidade do sistema de reagir a situações ou eventos gerados por fatores externos. CORSI, Giancarlo. *Sociologia da Constituição*. Trad. Juliana Neuenschwander Magalhães. In. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte. n. 35. jan.-jun./2001. pp. 169-189, p. 173.

comunicações⁴²³.

As informações que circulam nos meios de comunicação de massa (advindas da ciência, do direito, dos movimentos sociais de protesto, etc.) produzem novas comunicações, por exemplo, demandam esclarecimentos, irritando a sociedade. A cada esclarecimento sucede outro (a cada comunicação sucede outra). Cada nova informação gera desdobramentos derivados da aceitação ou recusa do que foi comunicado. O que fazem os meios massivos de comunicação, neste hiperciclo, é elevar a complexidade dos contextos de sentido na medida em que escancaram o horizonte de plausibilidades (trazem à tona outros sentidos possíveis)⁴²⁴. Eles possibilitam, por assim dizer, o engate de um tema em outro, de uma comunicação em outra (de uma notícia em outra, de uma informação em outra). Eles reproduzem a sociedade. Para tanto, os movimentos sociais de protesto podem contribuir ao oferecerem contínuas informações (e novos sentidos, semânticas, novos temas comunicativos) aos meios massivos.

Tem-se que o que fazem os meios de comunicação de massa é a representação da esfera pública. A esfera pública é entendida como “o ambiente social interno dos subsistemas sociais – isto é, de todas as suas interações e de suas organizações-, mas também dos subsistemas sociais de função e dos movimentos sociais”⁴²⁵. A esfera pública é um meio geral de reflexão, de observar observações. Constitui-se no espaço de reflexão dos diversos sistemas. É um meio que permite o acoplamento e desacoplamento de formas.

Em outras palavras, os meios massivos costumeiramente reproduzem, reconstroem as diferentes esferas públicas tais como são criadas nos diferentes sistemas parciais de função (direito, economia, política). O mercado é a esfera pública da economia. A opinião pública é a esfera pública da política⁴²⁶. A opinião pública é um meio em que se acoplarão e desacoplarão formas políticas.

Os meios de comunicação de massa criam, reproduzem, a partir de seus seletores, o conteúdo comunicado na esfera pública (reproduzem opinião pública, por exemplo) que é o meio no qual circulam as comunicações públicas. Os meios

⁴²³ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 161.

⁴²⁴ Ibid., p. 138/139.

⁴²⁵ Ibid., p. 168.

⁴²⁶ Ibid., p. 169.

massivos geram, assim, uma construção da realidade, do mundo, a partir do qual a sociedade se orientará⁴²⁷.

Na medida em que a opinião pública, diz LUHMANN, reflete os movimentos sociais de protesto e “deve ser tomada em conta em todas suas reações”⁴²⁸, bem como na medida em que a opinião pública é um meio para auxiliar seleções na política⁴²⁹, seu estudo interessa a esta pesquisa. Interessa saber se os temas dos movimentos sociais de protesto podem (ou não) e como podem penetrar nas agendas políticas e jurídicas. Importa saber se os temas dos movimentos têm algo que ver (ou não) com a transformação evolutiva do sistema jurídico e político.

Até o momento, sabe-se que os movimentos sociais de protesto costumam tematizar os sentidos não contemplados, periféricos aos sistemas políticos e jurídicos. Sabe-se que os movimentos podem se utilizar dos meios de comunicação de massa para proliferar seus temas, mas ainda não se sabe se há vantagens daí decorrentes. Não se sabe se as prestações recíprocas com os meios de comunicação podem contribuir para que haja irritação do direito e da política pelos temas dos movimentos sociais de protesto. Para tanto, acrescentar-se-á a análise da opinião pública como meio em que se acoplam meios massivos e política a fim de aprofundar a investigação.

LUHMANN inseriu na análise da opinião pública elementos próprios de sua teoria geral da sociedade. Basicamente, isso significa que o conceito foi construído desprovido das influências morais, típicas da concepção clássica⁴³⁰. Para tanto o sociólogo refutou apreensões advindas da psicologia social (tais como os estudos empíricos sobre a opinião subjetiva das pessoas e políticos)⁴³¹, análises estas que, no entender luhmanniano, levaram ao desprestígio do conceito⁴³². Enquanto sociólogo LUHMANN não deixou de reconhecer os êxitos das pesquisas empíricas, contudo constatou que faltaram bases teóricas para fundamentá-las⁴³³.

⁴²⁷ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 873.

⁴²⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, p. 189.

⁴²⁹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 300.

⁴³⁰ LUHMANN, Niklas. *Stato di diritto e sistema sociale*. Napoli: Guida, 1990, p. 82.

⁴³¹ LUHMANN, Niklas. A opinião pública. In: ESTEVES, João Pissara (Org.), *Comunicação e Sociedade*. 2. Ed.. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

⁴³² Luhmann diagnostica que a pesquisa empírica ligada à opinião pública dissolveu seu próprio objeto de estudos. Por meio dos estudos empíricos, a opinião tornou-se a as respostas dadas em formulários e o caráter público tornou-se aquele que fosse selecionado como politicamente interessante aos políticos ou ainda circunscreveu-se à influência de grupos específicos na formação dessa opinião. Id.

⁴³³ Id.

A opinião pública foi identificada, pela teoria luhmanniana, como não derivada da opinião de indivíduos, uma vez que isso seria até mesmo impossível, pois as consciências atuam como caixas pretas⁴³⁴. Como esclarece MARCONDES FILHO à diferença de outras teorias, para LUHMANN, a opinião pública:

Não se confunde com os estados de consciência oscilantes dos indivíduos, estados esses inacessíveis à comunicação, mesmo sendo influenciados por ela. O quadro da distribuição dos possíveis votos do eleitorado, distribuídos entre os vários partidos, não é a opinião de ninguém, é outra coisa, mas pode ser mensurado empiricamente, não há dúvidas⁴³⁵.

Com isso se quer afirmar que a opinião pública não é o resultado de uma investigação sobre o que pensa um percentual do povo, até mesmo porque tais resultados são construção do observador, uma vez que quando se formula a pergunta investigativa de outra maneira se poderá obter outra resposta. A opinião pública tem, portanto, uma precária estabilidade, não sendo capaz de controlar nem as consequências nem o que se experimenta a partir dela⁴³⁶. Não se pode auferir o consenso da opinião pública pela medição do que as pessoas pensam⁴³⁷. A característica da opinião pública, então, não é ser uma opinião sobre algo específico.

Da mesma forma, a opinião pública foi desidentificada com um poder supremo que determina fatos políticos, “não é o instituto sucessor do corpo do monarca – destituído e assassinado”⁴³⁸. Não é uma espécie de poder invisível como Alice teve ao mover a rainha Branca, o rei e sua filha Lily de um lado para outro sem ser vista no livro “Através do Espelho e o que Alice encontrou lá”⁴³⁹. A opinião pública foi concebida, na teoria sociológica luhmanniana, como um meio para a observação de segunda ordem⁴⁴⁰, isto é, para a observação de observadores.

Todo sistema, dirá LUHMANN, necessitará observar suas operações no plano da observação de segunda ordem, uma vez que “nenhuma operação de observação pode observar-se a si mesma (...) para ver o que um observador não vê

⁴³⁴ (NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 299). Como aponta Marcondes Filho que “duas caixas pretas permanecem, apesar de todas as preocupações e de toda perda de tempo, ‘impenetráveis’, uma em relação à outra”. MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio*, Op. Cit., p. 7.

⁴³⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 479.

⁴³⁶ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 290.

⁴³⁷ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 67.

⁴³⁸ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 291.

⁴³⁹ Ao mover as peças, Alice matutava “tenho quase certeza de que não podem me ver. Alguma coisa me diz que estou invisível...”. CARROLL, Lewis. *Através**, Op. Cit., p. 167.

⁴⁴⁰ Id.

é necessário um observador de segunda ordem”⁴⁴¹. Na economia os observadores se observam mutuamente por meio do mercado. Na política “todas as atividades se encenam no espelho da opinião pública”⁴⁴².

A opinião pública é tratada, na teoria sistêmica luhmanniana, como um meio do sistema político sem codificação própria e com uma função específica: possibilitar as observações de segundo grau neste sistema. Como observação de segunda ordem, a opinião pública permite que o sistema político observe seu entorno (e, conseqüentemente, os subsistemas que estão no ambiente) de forma a possibilitar que o operar do sistema político se realize conforme o resultado dessa observação⁴⁴³.

A opinião pública é o espelho por meio do qual a política observará “a ressonância de suas ações pelos olhos de outros observadores”⁴⁴⁴. Contudo, dirá NAFARRATE “os políticos não veem neste espelho o que os seres humanos realmente pensam: veem somente a si mesmos e aos outros políticos que se movem frente ao espelho para o espelho”⁴⁴⁵. A opinião pública é um espelho que contém na parte de trás outro espelho, no qual tudo se vê refletido e que tudo reflete⁴⁴⁶. Como explica LUHMANN:

Em nenhum acontecimento nos vemos no espelho mas apenas a expressão que compomos para o espelho e lhe mostramos. Mas não é tudo. Para além disso, nas nossas costas vemos outros que também actuam em frente do espelho: outras pessoas, grupos, partidos políticos e versões do mesmo tema. O que quer que vejamos é só o perfil que é determinado pela nossa própria posição e movimento. O efeito assenta completamente na intransparência do espelho, isto é, numa separação total de tudo o que realmente ocorre na mente das pessoas reais ao tempo em que se olha para o espelho⁴⁴⁷.

A descrição da opinião pública como espelho recorda a litografia de ESCHER “Espelho Mágico”. Segundo o próprio artista, na referida litografia, retrata-se um espelho colocado na vertical sobre um chão ladrilhado no qual nasce um

⁴⁴¹ ESPOSITO, Elena. Operación/observación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 119.

⁴⁴² LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 667.

⁴⁴³ SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. A opinião pública e políticas públicas de educação para o consumo: instrumento de transformação da realidade social. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 19-36, jan-jun 2011, p. 22.

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 317.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 319.

⁴⁴⁶ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 934.

⁴⁴⁷ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 86.

animal de fábula, “pedaço a pedaço ele aparece até que, animal completo, anda para a direita. A sua reflexão dirige-se para a esquerda, porém prova ser igualmente real, pois atrás do espelho, ela aparece como realidade” ⁴⁴⁸. Na medida em que se replica a imagem ela perde sua plasticidade, “como peças dum ‘puzzle’ juntam-se, preenchem reciprocamente os espaços intermediários e unem-se no chão, sobre o qual está o espelho” ⁴⁴⁹. Da mesma forma, a opinião pública nasce como fábula (na acepção tradicional) e aos poucos reflete no espelho a realidade invertida, que aparece como real atrás do espelho (na acepção luhmanniana). As imagens refletidas, os sistemas refletidos, perdem sua plasticidade, assemelhando-se a um quebra-cabeça cujas peças são formadas por tudo o que se vê no chão sobre o qual está o espelho, no meio sob a qual se formam as comunicações públicas: a opinião pública.

Na lógica do espelho da opinião pública a política vê a si própria refletida. A opinião pública encerra o paradoxo do poder invisível do visível, tornando-se uma ideia chave ao sistema político na medida em que, como apregoa MARCONDES FILHO:

Ela mostra os temas da política, mas esconde aquilo que de fato se trata. Ela mostra continuamente temas e assuntos, exatamente para disfarçar e não ser recriminada. É a lógica do espelho, diz Luhmann: não se trata do espelho de virtudes, no qual o príncipe se reconhece, mas do espelho que o permite observar como observador e observar os outros, como são mostrados na opinião pública. Pelo espelho, continua, vê-se o rosto mas se vê, também, acima dos ombros, os outros que no mesmo espaço se olham no espelho: outras pessoas, outros grupos, outros partidos, outras versões do mesmo tema ⁴⁵⁰.

O que se vê na observação de segunda ordem proporcionada pela opinião pública não é consenso, unanimidade. De acordo com a ótica luhmanniana, a opinião pública permite ver o dissenso, sendo constituída por micro opiniões marcadas pela imprevisibilidade, caoticidade, não-linearidade ⁴⁵¹. Isto é, não se trata “somente de opiniões concordantes ou majoritárias, já que também a opinião pública dividida é opinião pública” ⁴⁵². A opinião pública na teoria dos sistemas sociais é marcada pela pluralidade, renunciando a uma imagem estática do mundo. A opinião

⁴⁴⁸ ESCHER, Maurits C. *Gravura e desenho*. Trad. Maria Odete Gonçalves-Koller. Köln: Taschen, 2004, p. 11.

⁴⁴⁹ Id.

⁴⁵⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador**, Op. Cit., p. 481.

⁴⁵¹ Ibid., p. 479.

⁴⁵² NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 290.

pública desvincula-se, assim, de uma unidade monolítica tal como foi configurada em sua acepção tradicional⁴⁵³.

Os temas plurais representados na opinião pública, dirá LUHMANN, servem para captar atenção, “eles indicam aquilo que no processo político de comunicação se supõe possa ter ressonância”⁴⁵⁴. A função do tema, assim, não é a de determinar o conteúdo da opinião pública, mas sim o de capturar atenção política⁴⁵⁵.

Segundo LUHMANN, os temas que mais capturam a atenção política são: 1) aqueles que ameaçam valores (como a ameaça à paz, o aspecto moral de um escândalo político, a interferência na independência da justiça); 2) aqueles ligados às crises ou o aparecimento dos sintomas de crise; 3) aqueles cujo *status* de quem o comunica é alto (autoridade, perito, celebridade); 4) aqueles que indicam sintomas de sucesso político, como o aumento do número de votos ou um assunto que se torna notícia de capa; 5) aqueles que portam novidades e que, por isso, revestem-se com aparência de importância política; 6) aqueles que anunciam dores e seus equivalentes, como fatos penosos, perda de dinheiro, etc.⁴⁵⁶. Temas que têm estas características penetram na opinião pública, ou melhor, penetram no que pode ser representado como opinião pública.

A opinião pública é uma representação generalizada de temas da comunicação que impressionam e disputam a atenção política. Ela constitui-se de conteúdos semânticos da comunicação os quais têm algumas características especiais: a) alta sensibilidade temática (pluralidade); b) atração por novidades (temas novos a movimentam); c) interesse pelo divergente, pelos conflitos (a opinião pública não se forma pelo consenso, mas pelo dissenso). Em sendo assim, os temas dos movimentos sociais de protesto na medida em que são plurais, novos e portadores de conflitos têm facilidade de penetrar, de serem representados no espelho da opinião pública.

⁴⁵³ Uma das mais tradicionais teorias sobre a opinião pública foi formulada por Walter Lippmann segundo o qual “aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas”. LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 40.

⁴⁵⁴ LUHMANN, Niklas. *A opinião**, Op. Cit., p. 8.

⁴⁵⁵ LUHMANN, Niklas. *Stato**, Op. Cit., p. 94.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 95/97.

E o que ocorre com os temas que penetram na opinião pública? Eles seguem um caminho próprio, podendo vir a se tornar temas políticos. Mas como isso ocorre? Como um tema da opinião pública penetra na política?

De acordo com a teoria sistêmica luhmanniana, há dois momentos na gestação dos temas, enquanto possíveis informações comunicacionais políticas. Primeiramente, fala-se na elaboração simbólica, momento no qual os movimentos sociais de protesto fornecem preciosas contribuições temáticas, pois introduzem informações com potencial para fazer a diferença, temas novos que são refletidos no espelho da opinião pública no qual o sistema política se observa.

Em um segundo momento se dá a integração da informação temática no âmbito do discurso político, “quando determinadas (e só determinadas) formas simbólicas se cristalizam sob a forma de mensagens políticas, informação relevante para o sistema político” ⁴⁵⁷. Alguns temas, finalmente, penetrarão nas agendas políticas. Claro que os temas que não ganham corpo devem, por sua vez, serem capazes de renovar-se, reproduzir-se, pois temas fossilizados não ascendem comunicativamente. Os temas têm que ser novos e atrativos para a opinião pública e para a política.

Como averiguou LUHMANN, pode-se verificar que os temas dispostos no meio opinião pública passam, inicialmente, por uma fase de latência, até começarem a serem debatidos mais amplamente. Muitos temas, neste íterim, perdem força e não seguem a carreira política, contudo, observa o sociólogo que:

Quando são pessoas corajosas que se saem bem na criação de um tema político, que apostam nele, que o divulgam, dedicando-lhe tempo, recursos, contatos (...). Esses, com sorte e habilidade conseguem que o tema não mais ocupe apenas aqueles que por eles se interessam, mas passe para as mãos dos que fazem política. Neste estágio inicial, os temas ainda podem ser censurados, bloqueados ou desviados para caminhos secundários onde circulam os assuntos alheios à política; os poderosos têm ainda a possibilidade de dizer sim ou não ao tema. Se, todavia, o tema ganhar popularidade e se converter em moda, assume então a função de uma estrutura do processo de comunicação. Torna-se parte integrante da opinião pública, no sentido que lhe dá o nosso conceito; aparece num artigo da imprensa diária, o que pressupõe que todos conhecem os antecedentes do tema. O fato de ele aparecer como uma coisa evidente impede que seja rejeitado. O tema, em si mesmo, já não está disponível para recusa, mas apenas as opiniões e debates sobre ele ⁴⁵⁸.

⁴⁵⁷ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 31.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 13.

O tema obtém reconhecimento, ele passa a ser debatido e ninguém pode alegar seu desconhecimento sem parecer desinformado. Quem tem o poder de encorajar o tema para que ele não seja deixado de lado são, entre outros, os movimentos sociais de protesto. São os temas dos movimentos, noticiados pelos meios de comunicação de massa, que dão, muitas vezes, o tom de popularidade necessária à aceitação política. Foi assim com o movimento feminista e com o movimento ecológico, para citar os exemplos mais salientes. Está sendo assim com o movimento dos homossexuais no Brasil e em diversas partes do mundo.

Cumpra aqui abrir um parêntese para retomar a importância dos meios de comunicação de massa na difusão dos temas que poderão ter ascensão política. Como esclarece LUHMANN os temas são rapidamente introduzidos e difundidos em parte pela atuação dos movimentos de protesto “que operam próximo aos meios de comunicação de massa, mas, sobretudo, se deve aos próprios meios de comunicação de massa” ⁴⁵⁹. Da mesma forma que os movimentos sociais de protestos fazem uso dos meios massivos para atrair atenção, os temas “podem impor-se à opinião pública com ajuda dos meios de comunicação de massa” ⁴⁶⁰.

No âmbito da sociedade moderna funcionalmente diferenciada os meios de massivos interferem no surgimento da opinião pública⁴⁶¹. Conta como opinião pública aquilo que é, efetivamente, produzido como opinião pública⁴⁶². Devido ao caráter massivo dos meios de comunicação a realidade construída por eles converte-se em realidade partilhada por um grande número de pessoas, eles produzem tendências, atuam “manipulando” a opinião pública⁴⁶³. A sociedade gera uma imensa rede de opinião pública. A comunicação constantemente selecionada pelos meios massivos “é, repita-se, causa e efeito da constituição da realidade social” ⁴⁶⁴.

Os meios massivos operam seleções da realidade, refletidas como opinião pública, em três diferentes dimensões: material, temporal e social. Na dimensão material selecionam-se dados quantitativos cujas cifras sejam importantes (PIB, queda da bolsa, crescimentos do número de acidentes, de danos indenizados); já na

⁴⁵⁹ Ibid., p. 932.

⁴⁶⁰ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 743.

⁴⁶¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 304.

⁴⁶² Ibid., p. 291.

⁴⁶³ Ibid., p. 75.

⁴⁶⁴ SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. Op. Cit.

dimensão temporal seleciona-se o novo; por sua vez os conflitos são o palco da dimensão social.

Os meios de comunicação de massa confrontam continuamente a sociedade com novos problemas⁴⁶⁵, ativam a opinião pública e, dessa forma, permitem que a sociedade se irrite, alarme e desperte⁴⁶⁶. A autodescrição da sociedade moderna já não se transmite oralmente (doutrina de sabedoria), tampouco se relaciona como os grandes pensamentos filosóficos que estipulam soluções sociais definitivas, mas se ajusta às normas dos meios de comunicação de massa⁴⁶⁷.

Naturalmente, a opinião pública moderna, nesta perspectiva, é tida como uma opinião que todos os dias poderá ser vulnerada, ferida e reconstruída na sua sensibilidade através dos meios de comunicação de massa.

Dito isto, deve-se retomar que a opinião pública não tem por função estabelecer-se como comunicação unilateral (consensual), mas sim a de iniciar uma discussão (dar início à comunicação), permitir uma reflexão comunicativa e com ela a aceitação ou o rechaço dos temas com potencial de atenção política. A opinião pública, de fato, “filtra os temas da política por meio da distinção entre consenso e dissenso”⁴⁶⁸. A opinião pública, ao fornecer temas, quebra com a unilateralidade dos pontos de vista e insere uma pluralidade de possibilidades⁴⁶⁹. Dessa maneira, a opinião pública “pode formar-se como estrutura de um processo de comunicação limitadamente aberto”⁴⁷⁰.

A opinião pública, na perspectiva luhmanniana, é o meio através do qual aparecem os temas para a comunicação política e sobre os quais é necessário tomar uma decisão. A opinião pública converte-se na estrutura temática da comunicação política, como assevera NAFARRATE, ela “produz e reproduz os esquemas sobre os quais se apoia o processo de decisão política”⁴⁷¹. A opinião pública atua dessa forma como um meio para auxiliar seleções na política, uma vez que reflete no espelho os sentidos políticos possíveis e sobre os quais a política deverá se posicionar (selecionando ou refutando), tal como refere LUHMANN:

⁴⁶⁵ Ibid., p. 48.

⁴⁶⁶ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 432/433.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 430.

⁴⁶⁸ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**, Op. Cit., p. 42.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 95/97.

⁴⁷⁰ LUHMANN, Niklas. *Stato**, Op. Cit., p. 91.

⁴⁷¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 300.

Muito mais que outros sistemas de funções, o sistema político depende da opinião pública. Para a política, a opinião pública é um dos mais importantes sensores cuja observação substitui a observação directa do ambiente. Os temas da opinião pública, as notícias e os comentários na imprensa e no audiovisual têm uma óbvia importância para a política e ao mesmo tempo escondem com a evidência o que é realmente importante. Tem simplesmente de aparecer nos jornais⁴⁷².

Os temas para resistir ao estágio inicial de latência e para fazer carreira política podem contar com os movimentos sociais de protesto os quais generalizam, universalizam o tema, tentando chamar a atenção da política e penetrar na opinião pública acoplando-se aos meios de comunicação de massa.

A política, assim, se orientará pelo espelho da opinião pública cujos temas são vinculados, muitas vezes, pelos movimentos sociais de protesto e noticiados nos meios massivos. Os temas dos movimentos sociais poderão penetrar na opinião pública, tornando-se temas políticos. A opinião pública, então, permitirá à política observar temas, os quais poderão ser seleccionados ou rechaçados no momento de tomada de decisão política.

Diante da complexidade social, a opinião pública deve produzir temas que desempenhem “as funções de regra no que respeita à articulação permanente de expectativas significativas e possam traduzir as necessidades sociais em problemas susceptíveis de uma decisão política”⁴⁷³. Os temas da política são aventados, primeiramente, no meio denominado opinião pública. É nela que se semeiam as pretensões de politização de um tema. Os movimentos sociais de protesto tematizam temas da política, a opinião pública incorpora tais temas e os reflete no espelho no qual a política se vê, o que exigirá seu posicionamento (decisão por assimilar ou refutar o tema). A opinião pública atua, assim, como observação de segunda ordem.

Os temas refletidos e que não se pode deixar de ver, tornam-se evidência, tornam-se populares. Todos passam a conhecê-lo a partir da divulgação, da representação da opinião pública realizada pelos meios de comunicação de massa. O tema torna-se reflexivo e o feito da reflexão é o de permitir a confrontação “do estado do sistema com sistemas diferentes, a se perguntar sobre as vantagens e desvantagens de cada um e a buscar a transformação do sistema de maneira mais

⁴⁷² LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 85.

⁴⁷³ LUHMANN, Niklas. *A opinião**, Op. Cit., p. 26.

favorável”⁴⁷⁴. A opinião pública configura-se, em última instância, como um fenômeno evolutivo⁴⁷⁵, uma vez que:

não é a pura moda das opiniões como se creia no século XVII, nem o *medium* da Ilustração racional, nem a *puissance invisible* com a qual se esperava no século XVIII a libertação das tradições. É o meio da descrição do mundo e da autodescrição da sociedade moderna, é o ‘Espírito Santo’ do sistema, é a disponibilidade comunicativa dos resultados da comunicação. A diferença do que se havia sedimentado nas expectativas do século XVIII, já não se trata de expressar a unidade na unidade de maneira representativa ou racional – inclusive poderosa. Se trata melhor dizendo do permanente processamento estrutural das diferenças e das distinções semânticas. O que se alcança dessa maneira é uma alta irritabilidade do sistema operativamente enclausurado da sociedade, assim também como a correspondente alta complexidade própria de cada uma das estruturas relevantes em simultânea absorção de incertezas⁴⁷⁶.

A teoria dos sistemas sociais, portanto, não segue a perfilhação tradicional (séc. XVIII) segundo a qual a opinião pública teria o poder de determinação da política, mas sim afirma que à política interessará observar-se no espelho da opinião pública no qual se verá não só a atuação política individual, mas também a dos concorrentes.

Assim como a areia é o meio onde se dará a forma pegada, a opinião pública é o meio onde se darão os acoplamentos e desacoplamentos de temas políticos (formas). *É, melhor dizendo, na opinião pública que se refletirá a forma acoplada política, movimentos sociais de protesto e meios massivos; onde os temas dos movimentos sociais de protesto serão tomados pelos meios de comunicação de massa e observados pela política no espelho da opinião pública a qual é sensível aos temas dos movimentos sociais de protesto* (grifo nosso).

A opinião pública deve ser definida como estrutura temática da comunicação pública, o que basicamente implica reconhecer seu potencial de auxiliar seleções diante das contingências⁴⁷⁷. Estrutura frágil, oscilante, longe de instituir consenso, a opinião pública, representada pelos meios de comunicação de massa, permite a reflexão da sociedade⁴⁷⁸.

A opinião pública é, melhor dizendo, a representação de temas frente aos quais é difícil tomar uma posição. A função da opinião pública é a de legitimar a

⁴⁷⁴ ESPOSITO, Elena; CORSI, Giancarlo; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 138.

⁴⁷⁵ LUHMANN, Niklas. *A opinião**, Op. Cit., p. 28.

⁴⁷⁶ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 937/938.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 82/83.

⁴⁷⁸ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**, Op. Cit., p. 45.

produção de temas da política e de promover, dar recursos, sentidos para a decisão política. Neste âmbito, aduz LUHMANN que “o mecanismo de redução da comunicação política, que o conceito de opinião pública abrangia, não consiste, portanto, nas próprias opiniões, mas nos temas da comunicação política” ⁴⁷⁹.

A política, por sua vez, deverá “estar em permanente alerta, conforme o julgamento dos meios de comunicação, de modo a compor sua imagem em função deles” ⁴⁸⁰ e da opinião pública. O sistema político não pode ser insensível ao que se representa como opinião pública. Por sua vez, os movimentos sociais de protesto, ao definirem um tema próprio (diferenciando-se dos demais temas de protesto), acabam construindo temas frente à opinião pública que é sensível às novidades e aos conflitos. Uma vez penetrando na sensibilidade da opinião pública os temas dos movimentos sociais de protesto têm uma carreira política aberta e, simultaneamente, precisarão se enriquecer, se transformar para manter os temas vivos, por vezes transformando-os em outros.

O sistema político que se orienta à opinião pública e, conseqüentemente, aos temas dos movimentos sociais de protesto tem mais chances de transformar-se evolutivamente, adaptando-se à complexidade social, como se verá no próximo item. Mas como é que um tema da opinião pública logra impor-se dessa maneira (se é que logra)? Como um tema ganha relevância política? Esta dúvida leva ao próximo ponto de observação.

2.3 CENA 6. VIDA E MORTE (SEVERINA) DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO: UM CASO POLÍTICO

E se somos Severinos iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina⁴⁸¹.

“Cortem-lhe a cabeça! Cortem...” ⁴⁸², dizia a Rainha de Copas o tempo todo e de forma bastante arbitrária no país das maravilhas. Era só uma passagem (irônica) do livro, mas poderia ser uma forma “antiga” de fazer política em que a

⁴⁷⁹ LUHMANN, Niklas. *A opinião**, Op. Cit., p. 8.

⁴⁸⁰ LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria**, Op. Cit., p. 172.

⁴⁸¹ MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

⁴⁸² CARROLL, Lewis. *Alice**, Op. Cit., p. 97.

decisão (poder) da Rainha vinculava os súditos. Lewis CARROLL teve como pano de fundo de seu texto a Inglaterra Vitoriana do século XIX. Sua personagem - Rainha de Copas - parece fazer referência à inglesa Rainha Vitória, a qual já não tinha mais poder de comando, uma vez que o sistema de governo da Inglaterra iniciava à época sua incursão na monarquia parlamentarista. Provavelmente por isto as ordens de decapitação da despótica Rainha da fábula nunca eram cumpridas, como confessou o Grifo à Alice “isso tudo é fantasia dela: nunca executam ninguém”⁴⁸³. À época não só na Inglaterra, como em toda a Europa, o parlamentarismo dava seus primeiros passos⁴⁸⁴.

O século XIX, retratado metaforicamente na obra de CARROLL, testemunhou importantes transformações advindas da Revolução Francesa, ocorrida em 1789, e da Revolução Industrial. Com a criação do Estado moderno na Europa se logrou instituir uma Constituição como fundamento do direito, legitimou-se a separação dos poderes, estabeleceu-se o parlamento, decretou-se eleições democráticas, fundou-se os partidos, limitou-se o poder do soberano e deu-se ao povo um lugar político relevante chamado de representação popular. Tudo isto veio acompanhado de uma teoria política adequada aos dilemas da época⁴⁸⁵.

O Estado ascendeu como ideia central por excelência, “o século XIX resolve o problema antigo da tradição política entre *oîkos* e *polis* mediante uma nova diferença: Estado/sociedade”⁴⁸⁶. Do liberalismo iluminista decorreu uma transformação na semântica política, sendo esta uma das contribuições mais importantes do período. Muda-se a semântica da política que muda a estrutura social e assim circularmente. Já não serão tão significativas questões como pertencimento à determinada família ou estrato social, nem o credo religioso ou qualquer outro padrão da antiga ordem⁴⁸⁷. Como substitutivos inserem-se as regras de acesso. Pronuncia-se a igualdade e liberdade entre sujeitos⁴⁸⁸. A semântica política transmuta-se da distinção *oîkos/polis* (Antiguidade), passando pela distinção familiar/público (Ordem Medieval) até chegar à distinção Estado/sociedade no

⁴⁸³ Ibid., p. 109.

⁴⁸⁴ Conforme Pietro Costa “o quadro aparecerá diferente com o advento, primeiro na Inglaterra e depois no resto da Europa, no curso do século XIX, do ‘parlamentarismo’”. COSTA, Pietro. *Soberania**, Op. Cit., p. 87.

⁴⁸⁵ LUHMANN, Niklas. *Teoría política em el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza, 2007, p. 36/37.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 85.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 48.

⁴⁸⁸ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 84.

cenário do Iluminismo⁴⁸⁹.

A política involucrada pela lógica da vontade geral, fruto do ideário revolucionário francês, passou por uma tentativa de ser pensada sem conflitos, sem facções, sob um consenso generalizado. Contudo, “muito rapidamente se teve que mudar isto na medida em que se havia que tomar decisões controvertidas”⁴⁹⁰. Isto levou à formação de dois lados no cenário político: um lado esquerdo defensor radical dos ideais instituídos na Revolução Francesa e um lado direito com tendências restaurativas. Como pontua NAFARRATE:

Imediatamente depois da Revolução Francesa se tentou prescindir à formação de partidos. Pretendia-se que o parlamento, sobretudo personificado pela Assembleia Nacional, representasse a *volonté générale* e se acreditava que somente desta maneira se poderia substituir ao rei na qualidade de soberano. Os conflitos ideológicos que resultaram daí começaram a ser muito visíveis sem que se chegasse de imediato à formação de partidos. Não é senão até a metade do século XIX que se tornou costume no cenário político a bifurcação esquerda/direita, quando os socialistas emergiram e formaram um partido organizado por seus membros e com isso ocuparam o lado esquerdo do espectro político. Como automaticamente se havia também criado o espaço da direita, aos políticos que operavam dentro desta constelação não sobrou outra opção que formar um partido⁴⁹¹.

Depois deste acontecimento, a diferença esquerda/direita passará a marcar o cenário político da época alcançando uma extensão mundial⁴⁹². A distinção esquerda/direita permitirá uma oscilação entre os lados, tornando possível a mudança de posições dos temas políticos⁴⁹³. Como refere NAFARRATE “o esquema esquerda/direita permite encenar os conflitos de forma a possibilitar que o tema possa mudar de posição. A unidade do sistema se projetará nessa forma de oscilação e é assim que o sistema estará preparado para enfrentar o futuro”⁴⁹⁴.

Desde que a soberania representativa, oitocentista, fundada na vontade nacional, cedeu espaço aos partidos, os quais assumiram o protagonismo da vida política, o parlamento tornou-se o âmbito de ressonância das decisões partidárias.

⁴⁸⁹ E, como aponta NAFARRATE, “depois da Idade Média a separação entre religião e política se converteu em estrutura consolidada da sociedade e isto significa que o sistema político tem que fundamentar desde si mesmo sua própria legitimação”. Ibid., p. 214.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 156.

⁴⁹¹ Ibid., p. 259/260.

⁴⁹² Como refere Nafarrate “Desde a revolução na França o esquema direita/esquerda se estende mundialmente e com ele se mantém viva a recordação da Revolução Francesa”. Ibid., p. 156/157.

⁴⁹³ Id.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 157.

Conforme Pietro COSTA, “a unidade da ordem política; é muito mais uma nova forma sociopolítica, a ‘forma-partido’, que se propõe como momento de costura entre níveis diversos da ordem como um todo” ⁴⁹⁵.

A democracia generalizou-se no período como soberania popular através da representação parlamentar, tendo cumprido a função de superar a distinção da estratificação social, bem como abolindo o privilégio⁴⁹⁶. Chega ao fim, assim, a política que condensou os sentidos, que assumiu uma semântica da estratificação, e reinará outra que não aceitará mais tais sentidos.

Os movimentos sociais de protesto encontrarão aí um campo profícuo de temas, denúncias contra manutenções dos privilégios, um cabedal infinito de tematizações contra situações que, subvertendo a lógica política de gênese iluminista, se ancoram ainda na antiga ordem. Da semântica da igualdade surgem novas demandas por igualdade. Os movimentos sociais de protesto são os propulsores, os autofalantes, o local de vocalização, de problematização e de generalização dos sentidos semânticos políticos advindos do período. A generalização da igualdade, da liberdade e os universalismos do século XIX constituem o cenário ideal para que os movimentos sociais de protesto comuniquem seus temas. Não por acaso o nascimento de tais movimentos dá-se neste contexto.

Esgotadas⁴⁹⁷ as missões iluministas (supressão de privilégios), têm-se as condições para que a política se diferencie funcionalmente. A arquitetura dos Estados Constitucionais, também herdeira das conquistas do Iluminismo, abrirá caminho para novas evoluções sociais.

Com isso se quer dizer que as sedimentações de sentido produzidas no contexto racional iluminista, embora úteis ao combate dos privilégios, das diferenciações e da fragmentação das estruturas sociais, não parecem mais adequadas à lógica contemporânea, uma vez que, como analisa DE GIORGI:

⁴⁹⁵ COSTA, Pietro. *Soberania**, Op. Cit., p. 89.

⁴⁹⁶ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**, Op. Cit., p. 41.

⁴⁹⁷ É evidente que com isso não se quer afirmar que tenham sido concretizadas, no plano material, as promessas iluministas, nem tampouco que haja eficácia plena das normas que preceituaram a igualdade e a liberdade entre sujeitos (ao menos no Brasil isso não se concretizou integralmente). Contudo, o fato de que, por exemplo, a influência do parentesco na ocupação de cargos políticos ou os benefícios de ordem sejam combatidos e tidos como ilegais, inconstitucionais, ilegítimos, comprova a eficácia semântica dos sentidos produzidos no período. O fato de nada disto ser lido atualmente como algo natural, justificável, demonstra por si só que a racionalidade iluminista tenha triunfado semanticamente.

A primeira representação a ter ficado obsoleta é a que utiliza a distinção entre a sociedade civil, entendida como o universo das necessidades e o reino da individualidade, e o Estado, entendido como sociedade política, lugar da centralização das decisões e governo da diversidade. Essa descrição permitia apontar um primado da política, entendida como sistema de controle da sociedade. Disso se extraía a ideia de um centro e de uma periferia da sociedade e a ideia da política como sistema de alocação de recursos controlado pelo direito e que, baseado em princípios universais, garantia a justiça das distribuições. Eram os pressupostos do Iluminismo que serviam de alicerce para a arquitetura constitucional da sociedade moderna. Essa arquitetura encontrava sua expressão mais alta no ideal democrático e na estrutura do parlamentarismo moderno: uma estrutura que, assentada numa refinada engenharia constitucional, devia permitir a representação de interesses, a defesa do bem comum, a tutela da diversidade entendida como garantia do direito das minorias. Isso tudo pressupunha a centralidade da ideia de nação e a possibilidade de representação de um centro decisório capaz de exprimir o interesse geral⁴⁹⁸.

Não haverá, contudo, equivalentes funcionais que possam substituir tais categorias na modernidade, faltarão alternativas e o futuro preocupa⁴⁹⁹. A teoria política sucumbe junto às promessas da política gerada no Iluminismo e tematizará a crise do Estado, seu fracasso e a ingovernabilidade. Segundo LUHMANN o que se nota é uma síndrome de lamentações que reflete a ausência de uma teoria da sociedade, por meio da qual se deverá “abandonar as expectativas dirigidas ao que é impossível, mas com isso se abandona também o contínuo auto-engano (e também a desilusão)”⁵⁰⁰.

Diante da assincronicidade entre estrutura social e semântica torna-se crucial buscar uma autodescrição da sociedade mais adequada ao estágio de complexidade social atual. LUHMANN, assim, conceberá a sociedade moderna como desprovida de uma instância central que represente completamente a sociedade. A política será situada, na teoria dos sistemas, como parte do sistema social, policêntrico, observada no âmbito de uma teoria da sociedade⁵⁰¹. As observações sistêmicas partem da formulação de uma política da sociedade. A sociedade é o sistema político (jurídico, etc.) e também é o entorno interno social do sistema político e jurídico. “Se comunica dentro e fora”⁵⁰².

Três constatações lógicas derivam desta situação: 1) o rompimento com a diferenciação tradicional política/sociedade; 2) a perda da primazia do político, ou de

⁴⁹⁸ Ibid., p. 37.

⁴⁹⁹ Id.

⁵⁰⁰ LUHMANN, Niklas. *Teoría política**, Op. Cit., p. 75.

⁵⁰¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 233.

⁵⁰² Ibid., p. 91.

qualquer outra instância, na garantia da ordem social; e, 3) a consideração da política como comunicação.

A política não está isolada da sociedade, nesta ótica, ela é uma diferenciação interna da sociedade, “o sistema político pertence à sociedade, que é o marco de referência no qual deverão ser enquadradas as reflexões sobre política”⁵⁰³. A política é entendida como um dos sistemas parciais da sociedade, cuja comunicação política realizará também, mas não exclusivamente, a sociedade. E, tal como anuncia CAMPILONGO:

Como partes do sistema social, os sistemas político e jurídico são auto-organizados e autodeterminados. Isso equivale a dizer que esses sistemas não podem ser pensados separadamente da sociedade. Ao contrário, os dois sistemas são partes integrantes e inseparáveis do sistema social. Por isso, desta perspectiva, dicotomias do tipo “direito e sociedade” ou “Estado e sociedade” não fazem sentido⁵⁰⁴.

Cai por terra, assim, a clássica distinção Estado/sociedade que remete à separação entre política e sociedade⁵⁰⁵. Numa sociedade sem vértice e sem centro⁵⁰⁶ não será mais possível sustentar o Estado e a política tais como concebidos na teoria tradicional. A política não poderá ocupar uma posição central, de resolver todos os problemas, sem ser destruída⁵⁰⁷, sobrecarregada. De tal sorte é tida como problemática a visão que assenta na política uma responsabilidade global pela sociedade, que a converteu “em destinatário último de toda injustiça experimentada ou percebida”⁵⁰⁸. Aponta AZEVEDO que “Luhmann propõe repensar as possibilidades da política, que não pode mais garantir uma regulação global da sociedade, como era a pretensão dos modernos Estados de Bem-Estar”⁵⁰⁹.

É característico da sociedade moderna funcionalmente diferenciada que cada sistema social parcial (política, direito, etc.) seja autônomo, bem como que desempenhe uma função específica, exclusiva, vital ao funcionamento da sociedade

⁵⁰³ Ibid., p. 73.

⁵⁰⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 70.

⁵⁰⁵ LUHMANN, Niklas. *Teoría política**, Op. Cit., p. 41.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 43.

⁵⁰⁷ VALLESPÍN, Fernando. Introduccion. In: LUHMANN, Niklas. *Teoría política em el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza, 2007, p. 20.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 148.

⁵⁰⁹ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Estado*, Op. Cit., p. 134.

como um todo ⁵¹⁰. Os subsistemas sociais, tais como a política, têm a função de reduzir a complexidade social ao mesmo tempo em que perpetuam a complexidade, como na sequência se demonstrará.

Para LUHMANN a política deverá tematizar seus limites e impor sua própria autonomia sistêmica a fim de desempenhar uma função própria, operando com um código próprio e tendo como entorno os demais sistemas sociais. No caminho evolutivo para que se dê este cenário, que culminará na diferenciação funcional da política, não há dúvidas de que a semântica do Estado desempenhou um importante papel para abrir terreno à diferenciação do sistema político.

O conceito de Estado permitiu à política iniciar o caminho de independência, isto é, ela pôde com recurso ao Estado manter sua identidade. A semântica estatal⁵¹¹ permitiu que se delimitassem temas próprios da política e, de modo especial, legitimou o ingresso de interesses populares como possíveis temas políticos⁵¹². Prato cheio para as tematizações dos movimentos sociais de protesto, sem dúvida.

De acordo com a tese luhmanniana, o Estado perdeu sua centralidade tal como concebida pelas teorias políticas clássicas. Da mesma forma, a política não será mais o centro, o sistema mais importante da sociedade (tampouco a economia poderá ocupar tal posição). E, então, o que acontece?

Com escopo na teoria dos sistemas sociais, tem-se que a política deve “deixar de operar como *subsistema* que atua para resolver problemas próprios de *toda* a sociedade e se *restringir* ao que constitui o seu objeto funcional” (grifos do autor) ⁵¹³. Ela deverá perder sua centralidade para poder cumprir sua função. A função exclusiva da política será concebida, neste bojo, como a de “manter a capacidade de tomar decisões que vinculem coletivamente” ⁵¹⁴.

Cumprido referir que sendo a política um subsistema (ou um sistema parcial) da sociedade que opera com base na comunicação, as decisões políticas são nada

⁵¹⁰ VALLESPÍN, Fernando. Introducción*, Op. Cit., p. 13.

⁵¹¹ A respeito da semântica do Estado, aponta Nafarrate que através dela “se poder dar um passo para colocar-se na situação de que a política já não se refira nem a cidade, nem tampouco ao contexto doméstico. O Estado retoma a expectativa contida no contexto da sociedade civil e da res publica, e ainda que no século XIX se distingue entre Estado e sociedade comercial, se espera que o Estado leve adiante a unidade da ordem social frente à multiplicidade de interesses individuais”. NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 233.

⁵¹² E, como indica Nafarrate “o desenvolvimento do Estado de Bem Estar tende a uma crescente inclusão de temas e interesses como próprios da política”. Ibid., p. 279.

⁵¹³ VALLESPÍN, Fernando. Introducción*, Op. Cit., p. 26.

⁵¹⁴ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 143.

mais que comunicações políticas⁵¹⁵. E, como refere LUHMANN:

Há que se ter em conta que a política não é simplesmente um conjunto de ações que se influenciam mutuamente. Num sentido mais básico, a política em primeiro lugar é comunicação, quer dizer, é uma síntese permanente de informação, ato de comunicar e compreensão que o sistema reproduz de um momento a outro⁵¹⁶.

Por outro lado, dizer que as decisões políticas vinculam significa referir que apresentam validade normativa e por isso não podem ser postas em questão. Ademais, sendo o vínculo coletivo, ele vinculará também os tomadores de decisão. Cumpre referir que quando se fala em decisão não se está referindo a um processo interno, psicológico, advindo da consciência ou da vontade de alguém. “O decisivo é que a decisão cedo ou tarde seja lida como decisão, como decisão que foi programada, evitada, realizada”⁵¹⁷.

A vinculação coletiva das decisões políticas se perfectibiliza socialmente pelo uso do meio de comunicação simbolicamente generalizado denominado poder⁵¹⁸. Por meio do poder a seletividade política será reforçada e motivada. Como meio de comunicação simbolicamente generalizado o poder favorece a transmissão de decisões, de forma que os detentores do poder selecionem uma alternativa para os outros, tal como o deve fazer a política. “O sistema político codifica e generaliza simbolicamente o poder, na forma de um meio específico de comunicação”⁵¹⁹. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados, como o poder, reduzem as chances de que haja rechaço da comunicação, isto é, o uso do poder permite que as decisões políticas se imponham como vinculações coletivas.

A política, para a teoria dos sistemas sociais, constitui-se numa zona de possibilidades de forma que tudo o que cai em seu círculo temático será passível de decisão e vinculado coletivamente pelo poder. Nesta estrutura, não se pode fixar conteúdos políticos por excelência⁵²⁰, uma vez que os temas e decisões políticas são contingentes, poderiam ser diferentes. Como enfatiza NAFARRATE, “o paradoxo consiste em que a decisão *antes da decisão é distinta* que a decisão

⁵¹⁵ Conforme Nafarrate “decisões não são senão formas específicas de comunicação”. Ibid., p. 177.

⁵¹⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 210.

⁵¹⁷ Ibid., p. 248.

⁵¹⁸ LUHMANN, Niklas. Poder. Trad. Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília: UNB, 1985, p. 12.

⁵¹⁹ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Estado*, Op. Cit. p. 134.

⁵²⁰ Id.

depois da decisão” ⁵²¹ (grifos do autor).

Dizer que as comunicações políticas (decisões) são contingentes significa dizer que elas são passíveis de mudanças por novas comunicações/decisões políticas. Toda decisão só é decisão porque poderia ser de outra maneira. A respeito da contingência das comunicações políticas explica NAFARRATE que:

Antes da decisão a contingência é algo aberto: pluralidade de alternativas, possibilidade de seleção, possibilidade de escolher algo determinado. Depois da decisão se trata de contingência fechada: somente ficam no foco as possibilidades que se fizeram visíveis com a decisão e então se vê com clareza que a decisão poderia ter sido tomada de outra maneira ⁵²².

A política, observada dessa forma, constitui-se num sistema autorreferencial, fechado e autopoietico, na medida em que cria a si própria a partir das decisões que toma ⁵²³. Convém lembrar que com isto não se quer afirmar que o sistema possa agir de qualquer maneira, “quer dizer que o sistema somente mediante suas próprias operações (justamente políticas) pode definir o que, como política, chama a atenção e tem futuro” ⁵²⁴.

Como sistema a política operará, segundo o âmbito luhmanniano, por meio do código binário governo/oposição, de forma que “o valor positivo ‘governo’ é o valor de designação do sistema; o valor negativo ‘oposição’ é o valor de reflexão do sistema” ⁵²⁵. O manuseio exclusivo de tal código confere autonomia ao sistema político. Em outros termos, o código garante a reprodução autopoietica da comunicação política ⁵²⁶.

O código governo/oposição é, segundo LUHMANN, característico das denominadas democracias. Com isso se quer dizer que a política que não possua o lado oposto, uma oposição constituída, será uma fraude, tal como o era o falsário que ganhava a vida apostando no cara e coroa, mas que sempre ganhava, pois as suas moedas só tinham caras ou só tinham coroas. Descoberta a fraude, todas as moedas foram consideradas falsas e as apostas foram anuladas, dado que a moeda não era uma autêntica moeda. Assim como a moeda é constituída pela unidade da

⁵²¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 249.

⁵²² *Ibid.*, p. 143.

⁵²³ HELLMANN, Kai-Uwe. Aristóteles y nosotros. In: NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004, p. 53.

⁵²⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 210.

⁵²⁵ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 159.

⁵²⁶ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Política**, Op. Cit., p. 71.

diferença entre cara e coroa (não há coroa sem cara, nem cara sem coroa; isso seria uma falsidade), da mesma forma, a política é a unidade da diferença entre governo/oposição.

A democracia só se perfectibiliza num ambiente que opera com base no código binário governo/oposição. A democracia costuma ser considerada existente quando se garantem formas de participação. Contudo, pergunta-se: Quem está legitimado a produzir decisões? A maioria ou a minoria? Quem diz o que é interesse geral? Quem pode tomar uma decisão? Democracia, no horizonte da teoria dos sistemas, relaciona-se com a autoimunização da política e não com participação. São mecanismos que imunizam o sistema político contra a sociedade.

O sentido verdadeiro de democratização não se relaciona com a participação, mas com a competência universal da política. Ela pode tomar decisões sobre tudo. Isto é democratização da política, todos os demais dispositivos têm outra função que é imunizar o sistema político frente ao consenso. Quando se fala em consenso, se pensa em consenso material, acredita-se que uma maioria toma decisões. Contudo, de fato, quando a política toma decisões ela tem como consenso material pouca participação.

Convém lembrar que a função da política não é a de prover o consenso e oferecer resposta ao consenso. As democracias modernas funcionam porque elas utilizam consenso ficto para produzir consenso real e elas se imunizam frente esses consensos. Em outras palavras, o interesse geral e a vontade geral são fictícios.

A democracia, concebida em termos luhmannianos, se dá quando se garante a manutenção de uma alta complexidade, mesmo diante da tomada de decisões, o que significa que a democracia se realiza quando se deixa em aberto às possibilidades de decisões novas, diversas, plurais⁵²⁷. Um sistema político é democrático quando permite o incremento de complexidade e o controle seletivo dos temas políticos que circundam o ambiente.

Para compreender o processo de tomada de decisão política deve-se ter em conta que o sistema político, de acordo com LUHMANN, adquiriu na modernidade uma lógica tridimensional contra uma lógica bidimensional que caracterizava a política nas sociedades estratificadas (codificada num esquema binário entre superior/inferior). A política, dirá LUHMANN, será, na sociedade funcionalmente

⁵²⁷ VALLESPÍN, Fernando. Introduccion*. Op. Cit., p. 27.

diferenciada, fundada no tripé Política, Administração e Público.

No âmbito das instituições (Administração) serão tomadas as decisões vinculantes, cujos limites e prioridades são dados pela política, que tem influência do público por meio das eleições. “A administração se vincula a si mesma e ao público por suas decisões, e este último por sua vez pode reagir frente a decisões através das eleições políticas” ⁵²⁸. Há uma relação de circularidade em que o público relaciona-se à política que se relaciona à Administração que toma decisões que vincula o público. Nesse sentido, são decisões políticas aquelas tomadas por instâncias políticas, “incluindo a decisão que toma o povo nas eleições” ⁵²⁹. Dessa maneira, o sistema controla a si mesmo, como aponta NAFARRATE “para cada subsistema, o controle do controle reside agora no seu pertencimento a um contexto comunicativo. No caso da Administração, por exemplo, está na relação com o público e na sua relação com a política” ⁵³⁰.

O centro organizativo da Administração, segundo CAMPILONGO, é o Estado⁵³¹, o qual se constitui como local (organização) no qual as decisões que vinculam politicamente são tomadas⁵³². E, conforme LUHMANN:

A autorreferência ou autodescrição desse sistema como Estado permite também orientar a política dentro de uma ordem hierárquica que dote de *efeitos jurídicos* as decisões da política. É neste sentido que o Estado exerce a função de discriminar *assimetricamente* a política, diferenciando e hierarquizando as decisões. Em qualquer caso, o que conduz esse processo é afiançar o *sentido* da política dentro dos limites de um sistema ao qual a referência semântica do Estado permite cobrar uma identidade própria com a qual se enfrenta o entorno e recebe seu influxo. Este sistema assim constituído possui uma dupla referência: é aberto e fechado, fechado no marco de sua própria autorreferência e aberto com relação à informação do entorno que lhe afeta e ao qual se sente vinculado⁵³³.

“Para a política do mundo o decisivo está na capacidade dos Estados de comunicar decisões que vinculem coletivamente” ⁵³⁴. Cumpre referir, contudo, que o

⁵²⁸ LUHMANN, Niklas. *Teoría política**, Op. Cit., p. 64.

⁵²⁹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 177.

⁵³⁰ Ibid., p. 280.

⁵³¹ Segue-se também o entendimento de Luhmann, tal como registrado por Nafarrate, segundo o qual “o que nós designamos como Estado corresponde à centralização da função da política que de fez independentemente do estamento da nobreza. Por conseguinte, nós partimos da função social de tomar decisões que vinculam coletivamente e falaremos de Estado tão somente no caso em que o conceito seja utilizado como autodesignação de uma ordem política já claramente constituída, e isto não aconteceu senão na época moderna”. Ibid., p. 212.

⁵³² CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Política**, Op. Cit., p. 74.

⁵³³ LUHMANN, Niklas. *Teoría política**, Op. Cit., p. 41.

⁵³⁴ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 242.

Estado não é a única organização⁵³⁵ da política, embora seja sua organização central⁵³⁶. Conforme NAFARRATE “a organização estatal é tão somente uma parte do sistema político que se coloca junto a outras organizações: partidos políticos, organizações de representação de interesses, as especializadas em lobbys”. Em outros termos:

Por certo, o sistema político como Estado inclui uma unidade de decisões e de efeitos (Heller), mas a política é muito mais que somente atividade estatal. Qualquer comunicação que se dirige a órgãos estatais, justamente por isso, já é comunicação política. Política é o que realizam todos os partidos políticos e todo tipo de *lobby* político, toda informação que na perspectiva política é positiva ou negativamente selecionada na imprensa, rádio ou televisão, qualquer comentário oficial, reflexionado ou não reflexionado, de altos funcionários ou políticos, todo tipo de intrigas, o fomento ou não fomento de carreiras políticas e, naturalmente, também a eleição política com aquilo sobre o qual supostamente ou de fato possa ter influência⁵³⁷.

No interior do sistema político diferencia-se um centro e uma periferia. Deve-se ressaltar, contudo, que o centro não é mais importante que a periferia. Se por um lado o Estado é o centro decisional, por outro são as organizações políticas periféricas (partidos políticos, associações econômicas, profissionais que atuam politicamente), dotadas de maior complexidade, as responsáveis por preparar e encaminhar as decisões ao centro⁵³⁸. Isto porque as organizações periféricas, como os partidos, lidam com a variedade, enquanto as organizações estatais com a redundância⁵³⁹. E, como ressalta NAFARRATE:

Quanto mais ampla seja a base de interesses que se tenha que ativar na política, quanto mais temas políticos se tenha que politizar (quanto mais democrático seja o sistema), tantas mais organizações se farão necessárias na periferia com o fim de processar temas, de colocar a prova a capacidade de consenso, de preparar as decisões. O estar ativo na periferia tem a vantagem de que ali não se tomam as decisões que vinculam coletivamente, de tal sorte que na periferia haja mais espaço para que se exponham abertamente os desejos e em todo caso que se dramatize⁵⁴⁰.

São as periferias que mantêm alta a complexidade do sistema, uma vez que

⁵³⁵ Conforme Nafarrate “a organização é um sistema de decisões enclausurado operativamente e que, dado o caso, ao executar novas decisões as pode interpretar precisamente como novas”. Ibid., p. 251.

⁵³⁶ Ibid., p. 232.

⁵³⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 210.

⁵³⁸ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Política**, Op. Cit., p. 74.

⁵³⁹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 232.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 257.

“na periferia se decide a medida de sensibilidade (irritabilidade) que um sistema se pode permitir em sua relação com o entorno” ⁵⁴¹. Neste espaço periférico estão alocados também os temas ativados pelos movimentos sociais de protesto. Contudo, tal situação por si só não explica como e quando os temas dos movimentos passam para o centro do sistema e seguem carreira política, tornando-se temas da política. Resta ainda a dúvida: como, de fato, se produzem as decisões políticas?

Como sistema fechado, autopoietico e autorreferente a política produz decisões políticas ou, para ficar mais aclarado, produz comunicações políticas de forma recursiva, “o que pode ser relevante politicamente deriva então de sua conexão com aquilo que já possua relevância política” ⁵⁴². A política faz contínua referência a si mesma e sua autorreferência “permite a abertura interna do sistema a temas cambiantes” ⁵⁴³. Cumprir registrar que, no horizonte da teoria dos sistemas:

Clausura operativa não quer dizer que o sistema seja independente do entorno. Quer dizer mais bem que o sistema é recursivo, que se orienta pelos valores que ele mesmo produziu, que está provido de memória própria, que oscila no quadro de suas próprias distinções e que, conseqüentemente, produz e desenvolve seu próprio passado e próprio futuro⁵⁴⁴.

A política escolhe os temas que entrarão na sua pauta. Numa lógica recursiva apenas serão selecionados do entorno temas com reconhecimento de sua relevância política. A política irá selecionar os conflitos que denominará de conflitos políticos e, como indica NAFARRATE:

Conflitos políticos serão aqueles que reproduzem o horizonte esquemático do código governo/oposição. Em alguns casos se trata simplesmente de conflitos encenados, mas já isto assinala a garantia estrutural de perduração do sistema político desde o momento em que tem que afrontar e decidir sobre conflitos de opiniões sociais ou conflitos de interesses. A eles corresponde a preferência dos meios de comunicação de massa por informar sobre conflitos e não, por exemplo, sobre posições concordantes – a ‘opinião pública’ se estrutura também neste sentido-. A atenção pública se concentrará, pois, nos conflitos políticos, assim como o esporte no triunfo ou na derrota, e a bolsa na caída ou subida dos índices. O que fascina não é a unidade, senão a diferença ou, todavia, com melhor especificação: a unidade da diferença⁵⁴⁵.

⁵⁴¹ Ibid., p. 261.

⁵⁴² LUHMANN, Niklas. *Teoría política**, Op. Cit., p. 53.

⁵⁴³ Ibid., p. 55.

⁵⁴⁴ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 163.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 175.

Pode-se por meio de um exemplo verificar a pertinência da observação acima exposta. A representação que se tem é que a política toma decisões sobre problemas que são problemas reais. O homossexualismo e sua aceitação jurídica é um problema há muitos anos. O homossexualismo, como bem sinalizou Luís Roberto BARROSO, em sustentação oral no Supremo Tribunal Federal, “é um fato da vida” ⁵⁴⁶ que há época das Ordenações Manuelinas era punido com a morte na fogueira, seguida do confisco dos bens e condenação das duas próximas gerações do homossexual que eram consideradas infames. O homossexualismo anunciado e admitido por Oscar WILDE em um poema no século XIX levou-o a cumprir pena de dois anos de prisão combinada com trabalhos forçados⁵⁴⁷. Mas quem abre um jornal hoje vê que o parlamento, no Brasil e em vários outros países, está discutindo ou acaba de discutir a descriminalização do homossexualismo e a aceitação do casamento civil entre homossexuais. A pergunta que advém deste fato é porque agora, porque apenas nos últimos 20/10 anos veio à tona este assunto? E porque este tema e não outro é assunto da política? Como se constrói a relevância política de um problema político?

Na perspectiva da teoria dos sistemas a relevância política de um tema se dá porque no interior do sistema político se constrói essa relevância. Ela é o resultado da seleção no interior no sistema político. A política utiliza a técnica de deslocamento do problema, isto é, no momento em que se têm muitos interesses temáticos ela opta por um tema em detrimento dos demais. Consoante DE GIORGI o deslocamento do problema é uma estratégia de redução da complexidade utilizada pelos sistemas, a qual “consiste em traduzir a extrema complexidade do mundo em complexidade interna, relativa ao sistema, e, portanto, na redefinição do problema, deslocando-o para o interior” ⁵⁴⁸. O deslocamento do problema é uma situação em que se redefine no interior do sistema um problema tratado como complexidade própria.

Com isso se quer dizer que o tema escolhido será tratado pelo sistema e deslocará os outros problemas que perdem a relevância. Pode-se no máximo

⁵⁴⁶ Transcreveu-se no texto alguns dos trechos da sustentação oral de Luís Roberto Barroso no STF, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ECIWP1c9-Vg>. Acesso em 06/06/2013.

⁵⁴⁷ Id.

⁵⁴⁸ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del diritto e legittimazione*: critica dell'epistemologia giuridica tedesca da Kelsen a Luhmann. Bari: De Donato, 1979, p. 154.

escrever um livro, publicar o tema rechaçado nos jornais, mas os temas não serão relevantes para a política por isto, não há determinismos. Em outras palavras, um tema proliferado pelos movimentos sociais de protesto e mesmo um tema da opinião pública não é capaz de impor-se à política apesar de ter sido amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa. Da mesma forma que um sistema não tem acesso direto ao entorno, ele “não pode entrar em contato como o entorno” ⁵⁴⁹, o entorno não tem acesso direto ao sistema (político, jurídico). Mas como então um tema torna-se tema político?

Para entender o processo de seleção do sistema político se deve observar a memória da política. Todo sistema social, incluído o sistema político, dependerá da forma de comunicação que ativará “o que a memória seja capaz de recordar ou esquecer” ⁵⁵⁰. O sistema político ativará e reproduzirá sua memória com base em suas operações comunicativas, uma vez que, como entende LUHMANN “o sistema político é autorreferencialmente fechado, e o que define como política é o que se determina como política. E é precisamente este fechamento o que o faz sensível a todas as exigências excessivas possíveis” ⁵⁵¹.

A função da memória, ao contrário do que se costuma imaginar, não é a de lembrar, mas, sobretudo, a de esquecer. Como no conto de Jorge Luis BORGES ⁵⁵² que relata o caso de Funes, o qual ao cair de cavalo fica paraplégico e começa a rememorar cada detalhe, tornando-se capaz de nunca esquecer, vindo a morrer; lembrar-se de tudo é fastigioso, impede o pensar, toma a mente de detalhes que seria melhor esquecer. A memória permite o esquecimento e, eventualmente, alguma lembrança. Quando isto não ocorre, há um problema.

Não se pode confundir a memória com recordação. Recordação é reativação de conteúdos de sentido. Uma das consequências da queda de Funes ⁵⁵³ do cavalo é que ele podia recordar tudo. E ele morre porque é sufocado por recordações. Funes morre por um curto-circuito do tempo. Ele está destruído pelo peso do tempo. Conforme descreve DE GIORGI, Funes não tinha memória, ele “pode somente

⁵⁴⁹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 200.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 198.

⁵⁵¹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 209.

⁵⁵² BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: *Prosa completa*. Vol. 1, Barcelona: Bruguera, p. 477/484.

⁵⁵³ Id.

“duplicar o tempo dos eventos e afundar no mar indistinguível do seu fluir”⁵⁵⁴. Memória não é recordar. Ela é a unidade da distinção entre recordar e esquecer⁵⁵⁵. Assim que memória pode ser indicada como um esquecer seletivo. Não só os sistemas psíquicos tem memória, não só eles reativam continuamente a seletividade do esquecer. O direito, a arte tem memória. A função da memória é da contínua presença do presente no sistema social. Sem memória um sistema psíquico seria inundado num rio de recordações e teria que morrer como Funes.

No interior da política opera uma memória do sistema político. A memória do sistema político não tem relação com a memória de outros sistemas, por exemplo, o sistema psíquico⁵⁵⁶. A memória do sistema político é a capacidade da política de se reconhecer em sua função através dos temas que ela caracteriza como temas da política. Por meio da memória um sistema combina redundância e variedade. Como aponta NAFARRATE:

Somente com ajuda da memória – que participa em todas as operações – um sistema está em situação de distinguir entre passado e futuro e em ambas direções praticar seletividade. Partindo do presente pode esquecer o passado – ou como exceção recordá-lo -, ou pressupor o futuro em todas as distinções que utilize: portanto, o sistema pode oscilar dentro da distinção entre passado e futuro. Pode então trabalhar com a distinção sistema/entorno e deixar aberta a possibilidade de escolher entre temas dirigidos a sua própria referência (autorreferencialidade) ou temas dirigidos a referência do outro (heteroreferencialidade)⁵⁵⁷.

A memória consiste na capacidade de revitalizar continuamente os velhos temas e abrir-se aos novos temas, sem, contudo, poder prognosticar o que sucederá. A política reage à sua memória, podendo assim oscilar entre diversas possibilidades. Com isso não se quer afirmar que haverá consequencialismo, racionalidade nas decisões políticas, há, ao contrário, indeterminação. O que ocorre é que a política tomará uma posição e outra posição e outra posição e outra posição e essa é a única certeza: a de que haverá uma decisão advinda de recursividade da memória política.

A função da memória é da reconstrução do presente. Um sistema psíquico é destinatário e ator da sua memória. Nos sistemas sociais, no direito, através do

⁵⁵⁴ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, tempo e memória*. Trad. Guilherme Leite Gonçalves. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 54.

⁵⁵⁵ Id., p. 59.

⁵⁵⁶ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 201.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 200.

próprio direito se reproduz e ativa a memória, como se verá no próximo capítulo. Na política se indica os temas da política que serão os temas da decisão. O que acontece é que esses mesmos temas foram já temas de outras decisões. As novas decisões mudam as velhas decisões. “Cada transformação é modificação de uma transformação precedente” ⁵⁵⁸.

A política pretende controlar as consequências de suas decisões, mas, de fato, produz novas condições para se tomar novas decisões. O sistema político produz problemas sociais e não soluciona problemas sociais. De uma parte o sistema político corre através de si mesmo como os cães correm atrás do próprio rabo. Através de decisões, a política tenta solucionar o problema de outras decisões que são pré-requisito para futuras decisões.

O sistema política utiliza a distinção entre interesse e valor. Quando se diz que a política tem essa memória, que a política organiza a sua memória, deve-se ter em conta que ela retoma temas e decisões e as transforma em relação a interesses de uma parte e valores da outra parte. Valores e interesses são os componentes da memória da política ⁵⁵⁹.

Os valores não determinam nada em específico, mas constituem-se no primeiro plano da memória. Eles permitem que haja a reprodução da comunicação sem necessitar de motivos “para pôr em discussão a orientação deles” ⁵⁶⁰. Como indica LUHMANN:

O limite da politização dos temas é muito baixo. Somente há que mencionar um valor com o qual não se cumpre suficientemente em um contexto dado; no caso da política de risco este valor seria a *segurança*, e assim já nasce um tema. O resto é trabalho de impedimento ou de atraso. Para reforçar esta demanda se inventa frequentemente o “direito a...”. Por certo, é um argumento paradoxal, porque se existisse tal direito a atividade política seria justamente desnecessária, e este direito se poderia requer frente ao Tribunal. Mas na retórica política só importa encontrar expressões que prejudiquem o que contradiz; e com isso quase inevitavelmente surge a impressão de que é assim, tal como se afirma ⁵⁶¹.

Os valores têm pressuposição de legitimidade, ninguém será contra a paz, por exemplo. Os valores se referem à discriminação entre esquecer e lembrar, com base neles se recorda o que deve ser feito e se sustenta a legitimação. Valores com

⁵⁵⁸ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, tempo**, Op. Cit., p. 56.

⁵⁵⁹ Ibid., p. 205.

⁵⁶⁰ CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 158.

⁵⁶¹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 209.

referências universais (a justiça social, o bem comum, o bem da nação, as ameaças ao meio ambiente, as futuras gerações) produzem consenso politicamente.

Já os interesses são o segundo plano da memória, por meio do qual se identificam e se torna provável que os valores sejam reiterados. Os interesses lesionados, por exemplo, reativam a importância dos valores, faz com que os interessados se posicionem a respeito dos valores ⁵⁶². Convém lembrar que interesse geral é aquilo que a estrutura política entende como geral. Aqui vale a ideia de pressuposição (do silêncio de quem escuta) que é a única realidade que se tem. A realidade é o espaço da produção dos acontecimentos que é uma possibilidade entre outras. É o resultado de uma seleção. Também a política o que faz é determinação de sentido, isolando um e abrindo outros. Há o fechamento e abertura da produção de sentido. Interesse geral é uma artificialidade que se transforma em realidade quando a política discute essa ideia.

A memória, que participa em todas as operações de um sistema, permite que haja o futuro, ainda que não se saiba qual, e no caso da política ela reage com base em valores e interesses. Com base nos valores e nos interesses a memória política enfrenta sua indeterminação, identificando e generalizando o que teve relevância política e abrindo-se para as futuras comunicações políticas.

A memória política se reativa como unidade da diferença entre interesse e valor. Justiça social, os interesses dos jovens na rua, os problemas financeiros, com a sexualidade, etc., podem ser ativados como problemas políticos. Para isto depende-se da memória política. A memória opera sempre e continuamente fazendo com que num sistema, como o sistema da política, se selecione algo em detrimento de outro algo.

O esquecer, portanto, também é seletivamente ativado continuamente. As técnicas mais modernas da difusão da comunicação produzem problemas com a memória da sociedade, porque o presente da sociedade está inundado de possibilidades comunicativas, assim que o esquecer seletivo é sempre mais complexo (sempre haverá mais a esquecer). “O sistema terá que trabalhar cada vez mais com uma cota de não-decisões” ⁵⁶³. A ameaça real para a sociedade é a de ter o mesmo problema de Funes, o memorioso, e começar a lembrar de tudo ao invés de esquecer. Isto é, a ameaça de um curto-circuito.

⁵⁶² DE GIORGI, Raffaele. *Direito, tempo**, Op. Cit., p. 56.

⁵⁶³ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 258.

A política, no horizonte da teoria dos sistemas sociais, não é a vontade de um presidente, não se pode a partir disso determinar o que se será tema da política. Ao mesmo tempo não se pode, desde fora, impor como tema o que seja tema da política. A única possibilidade que se tem é sair para a rua. E, “na medida em que os movimentos de protesto e os meios de comunicação fazem seus tais problemas, o sistema político é requerido diretamente” ⁵⁶⁴.

O importante é que a política apresente temas que toquem interesses, quanto mais universais possíveis, e valores, quanto mais universais possíveis. Note-se que entre esses dois horizontes pode-se pôr qualquer conteúdo. O importante é que se podem apresentar dessa maneira os temas políticos: como valores universais ou interesses universais.

Que o sistema político seja fechado não significa que ele seja isolado do entorno, ao contrário, todo sistema só é sistema no entorno. Mas, então, como se relaciona a política com seu entorno, no qual se encontram, também, os movimentos sociais de protesto? Nas palavras de LUHMANN, encontra-se uma resposta:

Como tudo e que é operativamente fechado, este sistema sempre processa por sua vez autorreferencialmente e referido ao entorno. Faz política somente pela política (quer dizer, o que os políticos se atribuem a si mesmos como mérito pessoal), mas igualmente sempre busca também no entorno temas mediante os quais poderia fazer política. Justamente porque o sistema é operativamente fechado, se abre aos estímulos que provêm do ambiente que, não obstante, somente podem ser trabalhados internamente, isto é, somente politicamente. Consequentemente, as irritações do entorno, por exemplo, uma crescente sensibilidade de amplos círculos em relação a inflação ou ao desemprego, a longo prazo se transformam em tendências estruturais, ainda que o sistema somente mediante operações próprias pode mudar suas estruturas. Isto não quer dizer que o sistema se adapte e se assemelhe cada vez mais com o ambiente no sentido de uma tendência de *desdiferenciação*. Mas bem ao contrário. Aumenta a diferenciação quando o sistema pode continuar sua autodeterminação porque as irritações a que reage o sistema sempre são condições do entorno que se importam ao sistema ⁵⁶⁵.

Tendo isto em conta, pode-se compreender como a política pode transformar temas dos movimentos sociais de protesto em temas próprios. Os temas dos movimentos sociais de protesto, na medida em que eles utilizam interesses e valores, encontram amplas possibilidades de ativarem a memória política.

A política toma decisões através do poder do qual dispõe e essa decisão é

⁵⁶⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 196.

⁵⁶⁵ Ibid., p. 211/212.

tomada quando a política diz que entre interesses e valores tem sentido um tema, ela por si mesma, por sua memória, toma decisões. Na medida em que os temas dos movimentos sociais de protesto portam valores e interesses com caráter universal, a política poderá se apropriar destes temas os quais se enquadram em aspectos relevantes politicamente (tocam interesses e valores que tem capacidade de ativar a memória política). A política, então, põe essas decisões como decisões políticas no mercado da opinião pública e das ideias. E assim o tema ganha *status* político. E, tal como enfatiza NAFARRATE:

O estado do sistema se enriquece com aqueles interesses que tomam a forma de valores manipulados pelos movimentos de protesto. Quem tipicamente recruta esses valores são os intelectuais. Aqui os valores ficam tão fortemente unidos aos interesses que se ganha uma síntese reflexiva. Se apela a valores como a paz, a igualdade dos valores, a insubstituição da natureza, recorrendo a ações que contradizem precisamente ditos valores. Se busca mobilizar os interesses das mulheres, ou os interesses dos que não foram afetados pelas decisões – e, todavia de forma mais velada – os interesses daqueles que andam buscando interesses para se comprometer. Aqui enquanto a memória se expressa moralmente, toma a forma de consciência – em todo caso de uma consciência a qual pode haver muitas e por meio da qual não se podem lograr grandes coisas, ou somente se pode lograr algo político no caso, por exemplo, de que a exortação seja ouvida. Às exigências ‘éticas’ acentuadas – que tratam de conseguir o que a política teria que lograr com as armas ou com a resignação-, mas bem haveria que considerá-las como permanente reprodução operativa da memória⁵⁶⁶.

Naturalmente, quando a política ocupa esse espaço da comunicação, quando ela incorpora os temas dos movimentos sociais de protesto, tira assim o espaço destes os quais precisam se renovar para seguirem seu curso a partir de novas tematizações na forma de protesto.

Cientes de sua dramaturgia, pois ao produzirem ressonância e serem absorvidos pela política perecem, os movimentos sociais de protesto seguem seu destino na esperança de que ele se concretize. E, como uma Fênix, precisarão renascer, criando novos temas para seguir comunicando num fluxo contínuo.

O primeiro drama dos movimentos sociais de protesto, pela própria configuração da sociedade funcionalmente diferenciada, é saber que poderão ser vítimas da não seleção, poderão não penetrar na política, poderão não ser ativados no círculo recursivo da memória política. Porém, “a tematização da recusa nos

⁵⁶⁶ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 206/207.

sistemas sociais constitui o conflito”⁵⁶⁷, isto é, fornece mais combustível para que os temas dos movimentos ardam, se inflamem, como fogueiras. Ademais, como contingência, toda decisão política deixará de contemplar outras possibilidades e daí sempre poderão advir “reações em contrário”⁵⁶⁸.

O segundo drama dos movimentos sociais de protesto é que uma vez selecionados, eles morrem. Quando a política incorpora um tema levantado pelos movimentos sociais de protesto, este perde seu sentido, então os movimentos morrem ou se recriam, buscando novos temas. O tema selecionado, contudo, deixa de ser tema dos movimentos.

Mas se for para morrer, que os temas dos movimentos sociais de protesto morram de morte morrida, ao contrário de Severino, que morreu de morte matada⁵⁶⁹. Que morram porque alcançaram seus propósitos e não porque, como Severino, as balas, os outros o silenciaram. Ainda que nem todos os severinos movimentos possam, de imediato, ver a seleção de seus temas contemplados no sistema político (e isso seria impossível, levaria a um curto-circuito do sistema), que tenham persistência e assombrem como fantasmas, vaguem pela opinião pública, renovem-se para os meios de comunicação de massa até um dia, encerrando-se em possibilidades, tendo produzido ressonância política, abram-se em um horizonte de novas plausibilidades.

O percurso até agora indicado permitiu apontar como se pode introduzir variabilidade numa estrutura de produção de sentido tal como o é a política. Importa frisar, ainda, que não se pode programar a política pelo futuro porque o futuro se transforma de maneira que não se pode prever, questão que será aprofundada no último capítulo desta tese. Por este motivo, pela imprevisibilidade do futuro, tem-se que os temas políticos ao produzirem estabilização se desestabilizam. Quanto mais se estabilizam mais se desestabilizam através de si. Em sendo assim, a política ativará e reproduzirá a sociedade⁵⁷⁰, ao mesmo tempo em que, estabilizando e desestabilizando-se se converterá em fonte de inúmeros temas de protesto, dos quais se apropriarão, muito provavelmente, os movimentos sociais de protesto.

Por fim, cabe referir que a política quando toma decisões com isso constrói

⁵⁶⁷ LUHMANN, Niklas. *Poder**, Op. Cit., p. 6.

⁵⁶⁸ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 249.

⁵⁶⁹ MELO NETO, João Cabral de. *Morte**, Op. Cit.

⁵⁷⁰ Conforme Nafarrate “quando se comunica se reproduz a sociedade”. NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**. Op. Cit., p. 247.

programas jurídicos, produz normas. Há repercussão da política no direito no sentido de que as decisões políticas valem como programas jurídicos. “As decisões da política assumem a forma jurídica” ⁵⁷¹. Naturalmente, uma vez que o programa jurídico está construído não é mais um programa político. Deve-se evitar a ideia de condicionamentos recíprocos, pois isso não ocorre, não há conexões recíprocas.

Um programa político se transforma em um programa condicional jurídico porque a política toma decisões e na medida em que existem essas decisões constroem-se normas jurídicas que passam a ser um problema do direito. Assim, não se pode dizer que a política tem relevância no direito. A política toma decisões através do poder do qual dispõe e essa decisão terá caráter jurídico, mas isso não quer dizer que há influência da política no direito, e vice-versa. Mas quando faz assim a política, quando ela toma tais decisões? Quando a política acha que entre interesses e valores tem sentido um tema, ela por si mesma, por sua memória, toma decisões que serão traduzidas como normas jurídicas. E assim o direito passa a operar com material jurídico autonomamente à política.

Emerge, neste ponto, uma dúvida: qual é, então, a ressonância (se é que há) dos movimentos sociais de protesto como relação às tematizações do direito? Qual a função do direito, como ele opera e qual o local dos movimentos sociais de protesto neste cenário? Tais indagações remetem ao próximo capítulo. Que comece o terceiro ato!

⁵⁷¹ DE GIORGI, Raffaele. O direito na sociedade de risco. Trad. Guilherme Figueiredo Leite Gonçalves. *Opinião Jurídica*. Fortaleza: Faculdade Christus, ano 3, n. 5, vol. 1, jan./jul 2005, p. 383-393, p. 31.

CAPÍTULO III: TERCEIRO ATO: CARTOGRAFANDO A FUNÇÃO DO DIREITO – EVOLUÇÃO JURÍDICA E A DRAMATUGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

As duas formas sociais que temos hoje,
como sistemas administrativos puros de poder,
traíram a tal ponto a própria ideologia a qual permanecem ancoradas,
que a rebelião contra elas não pode ser justa,
ainda que isto não signifique que sempre se faça justiça⁵⁷².

O dramaturgo suíço Friedrich DÜRRENMATT no livro “Os Dinossauros e a Lei”⁵⁷³ resgata uma história extraída do clássico “Mil e uma noites”. Nela o profeta Maomé observa do alto uma fonte localizada ao pé de uma montanha na qual um cavaleiro, ao dar água para seu cavalo, perde um saco de moedas sem se dar conta. Assim que o primeiro cavaleiro deixa o local, chega um segundo cavaleiro que pega o saco e vai embora. Quando um terceiro cavaleiro chega à fonte, o primeiro cavaleiro, tendo dado falta das moedas, retorna, encontra e acusa o terceiro cavaleiro de furto e este, não tendo moedas a devolver, acaba assassinado pelo primeiro cavaleiro. Maomé grita a Alá dizendo que ele é injusto. Eis que Alá conta que, de fato, as moedas haviam sido furtadas do pai do segundo cavaleiro que apenas recuperou sua herança e diz que o terceiro cavaleiro havia violentado a mulher do primeiro de forma que a vingança teria se concretizado. Celso CAMPILONGO⁵⁷⁴, ao retomar esta mesma história, fez dela analogia com os movimentos sociais dizendo que estes agem como os cavaleiros, isto é, visualizam apenas a partir de seus interesses e objetivos. Já Maomé foi identificado como próximo à observação do sistema jurídico, inserido na sociedade, mesmo crendo estar de fora. A visão de Alá equivaleria à observação sociológica. Para iniciar as reflexões sobre a função do direito e suas relações com os movimentos sociais de protesto, tema a que se destinará este capítulo, pergunta-se: Maomé faria justiça ao caso a partir de sua observação dos fatos? A justiça, então, seria ou não um fim do direito? Qual a função do direito? Mais, como evolui o sistema jurídico e de que

⁵⁷² DÜRRENMATT, Friedrich. Megaconferenza*, Op. Cit., p. 33.

⁵⁷³ Ibid., p. 5.

⁵⁷⁴ CAMPILONGO, Celso. *Interpretação**. Op. Cit.

forma os movimentos sociais de protesto podem contribuir (se é que podem) à transformação do direito? Qual(is) a(s) possível(is) relação(ões) entre movimentos sociais de protesto e direito? Estas dúvidas permitem, novamente, o abrir das cortinas.

3.1 CENA 7. SER OU NÃO SER (JUSTO): EIS A QUESTÃO! SOBRE A FUNÇÃO DO DIREITO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE LUHMANN ATÉ 1980

Aprender ou não aprender, eis a questão⁵⁷⁵.

O tema função do direito é um tema central na filosofia do direito e na teoria do direito e que se tornou um tema central também na sociologia do direito⁵⁷⁶. Na filosofia do direito o tema função do direito é sempre coligado à representação do Estado ou à representação da justiça, a partir das quais se definiu como função do direito, por exemplo, realizar a vontade divina ou realizar uma forma possível de justiça⁵⁷⁷.

Na teoria do direito a função do direito se libera do fundamento de natureza exclusivamente filosófica e passa a referir à natureza jurídica, ao ordenamento jurídico. A função do direito passa a ser a de dar segurança às previsões futuras, a de garantir a manutenção da propriedade, garantir a igualdade, garantir a liberdade⁵⁷⁸.

Mas, porque o direito não realizou as suas funções? Se fosse função do direito realizar uma forma de justiça, uma vez que ele a realizasse, ele acabaria. Contudo, o direito não acaba, não se conclui. Por quê? Primeiramente há que se perquirir qual a justiça que o direito tem que realizar. Seria destrutivo e perigoso um direito que realizasse apenas uma ideia de justiça, porque isso derivaria em

⁵⁷⁵ LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales**, Op. Cit., p. 437.

⁵⁷⁶ Conforme Luhmann “a sociologia do direito tem que esclarecer qual seria a função que caberia ao direito nessa diferenciação, e quais seriam as consequências disso sobre o próprio direito”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 104.

⁵⁷⁷ Nesse sentido encontram-se os posicionamentos dos adeptos do jusnaturalismo, da teoria crítica e do direito alternativo e, em certa medida, os pós-positivistas.

⁵⁷⁸ Refere-se ao positivismo jurídico clássico.

violência⁵⁷⁹. Quando há uma ideia de justiça social, por exemplo, que diz que os hebreus são um perigo para a sociedade, o direito faz justiça por meio da destruição dos hebreus. Se a ideia de justiça significa cancelar a propriedade privada, aqueles que acreditam existir uma propriedade privada vêm isso como uma violência.

Tem-se que uma ideia de justiça é uma ideologia⁵⁸⁰. Um único valor de justiça não é nunca um valor, mas uma parte de dois valores, como aponta DE GIORGI “há uma parte da distinção justamente porque há uma outra”⁵⁸¹. Justiça é uma distinção cuja outra parte é uma injustiça. É uma ideia do observador. Habitou-se a considerar o valor como uma unidade: a justiça, a igualdade, a violência, o direito. Mas para indicar um valor, é necessário sempre utilizar uma distinção, entre direito e algo diferente (direito/moral, direito/não direito).

Para poder indicar algo e ver alguma coisa é sempre necessária uma distinção porque através dessa distinção se pode dizer, por exemplo, que algo viola o princípio da igualdade. Como preceitua LUHMANN “a igualdade é uma forma que vive graças ao fato de que tem uma contraparte: a desigualdade. A igualdade sem a desigualdade não teria sentido: e vice-versa”⁵⁸². Uma distinção possui sempre dois valores. Ao se utilizar um desses valores, considera-se o outro como negação. O valor negativo, contrariando o positivo, não tem correspondência com a ideia de bom ou mau. Isso significa que não é possível considerar a igualdade sem considerar a desigualdade. Se a função do direito fosse realizar a igualdade, a produção de normas que produzem condições de igualdade seria suficiente. Por que o direito não atinge esse objetivo? Porque essa não é a sua função.

Tem-se que a função do direito se transforma com a transformação da sociedade⁵⁸³ e também se pode pensar que a função do direito, por exemplo, numa sociedade arcaica é diversa da função do direito em Roma, que é diferente da função do direito na Idade Média, que é diferente da função do direito na sociedade moderna. Portanto, não é possível considerar a função do direito independentemente da estrutura da sociedade na qual o direito é direito. O direito é

⁵⁷⁹ Assume-se, como Luhmann, que “o postulado da justiça serve como fórmula da contingência”. LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 297.

⁵⁸⁰ De acordo com Alcover o conceito de ideologia “Luhmann aplica à utilização reflexiva dos valores, quer dizer, à valoração de valores”. ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 219.

⁵⁸¹ DE GIORGI, Raffaele. *O risco**, Op. Cit., p. 50.

⁵⁸² LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 167.

⁵⁸³ LUHMANN, Niklas. *La differenziazione del diritto: contributi alla sociologia e alla teoria del diritto*. Trad. Raffaele De Giorgi e Michele Silbernarg. Bologna: Il Miluno: 1990, p. 83.

o resultado necessário da estrutura social⁵⁸⁴. Deve-se observar o direito no âmbito da sociedade em que o direito é direito.

O direito está sempre vinculado à forma de sociedade vivenciada. LUHMANN parte da ideia do direito enquanto estrutura de um sistema social. O direito estaria dentro da sociedade, ligado a ideia de sociedade e não se poderia pensar o direito diferentemente da forma de sociedade em que ele está⁵⁸⁵.

No âmbito da teoria dos sistemas a sociedade é observada a partir de quatro formas de evolução (transformação) social. A primeira forma observável pode chamar-se de fórmula da diferenciação segmentária da sociedade (sociedades arcaicas são diferenciadas em seu interior através de pequenos segmentos – tribos) que são caracterizados como interações⁵⁸⁶. As modalidades da produção da sociedade são reciprocidades entre os diferentes segmentos que operam diferentes formas de reciprocidade. O limite da sociedade é o limite da lembrança. Por isso essas sociedades se preocupam com as genealogias. As comunicações são orais e verbais, as comunicações têm limites temporais e, dessa forma, estão expostas à destruição. Nesta sociedade não há outras formas de comunicação.

Outra forma social que se pode observar é o que se chama centro/periferia⁵⁸⁷. Se as primeiras sociedades tinham apenas segmentos iguais, passa-se a produzir uma primeira forma de diferença que é espacial. Os centros são centros da comunicação e as periferias são periferizações comunicativas. A diferenciação centro/periferia é caracterizada pelos grandes impérios da humanidade. O centro é o centro da produção de comunicação, no qual se tomam decisões, se abrem espaços econômicos e se reconstrói a possibilidade de agir (direito e política ainda não são diferenciados). O centro é o vértice e ao redor se periferiza as possibilidades de agir (é uma forma de exclusão).

Nas sociedades centro/periferia as transformações bloqueiam o poder no centro que produz uma diferença vertical. Assim, a unificação do poder e da religião fez possível condensar poder, conhecer, etc. As genealogias verticais surgem aí. Essas sociedades realizam através das primeiras formas da verticalização estruturas estratificadas em seu interior. O centro se consome, pois não é mais o centro do

⁵⁸⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 7.

⁵⁸⁵ Id.

⁵⁸⁶ Ibid., p. 176.

⁵⁸⁷ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 288.

espaço, mas da estratificação vertical (nobreza)⁵⁸⁸. Através dessas verticalizações se pôde periferizar os excluídos⁵⁸⁹.

Com a estratificação⁵⁹⁰, que é a forma da diferenciação no interior da sociedade que mais tempo dura, se concentra numa parte da sociedade poder, riqueza, saber, etc. As religiões estão no centro e tem a função de legitimar a diferença entre as naturezas das pessoas. Saber e conhecer coincidem. Nobreza e religião estão nas mesmas mãos.

Cumprir lembrar que uma nova forma da diferenciação não extingue as demais. Quando se construiu a estratificação ainda existiam (e existem) segmentos e centros/periferias, mas o que caracteriza prevalentemente as sociedades é uma das possibilidades de distinção e não outra.

Seguindo o panorama traçado por LUHMANN, tem-se que a forma estratificada começa a se despedaçar e se abrem as possibilidades novas que são as sociedades modernas, as quais apresentam uma forma totalmente diferente das demais.

Na sociedade moderna as diferenças são diferenças no interior da sociedade. Transformam-se as relações entre os sistemas e as relações entre cada um dos sistemas e a sociedade. No interior desses sistemas operam condições que antes não existiam⁵⁹¹. Direito, verdade, dinheiro e poder se binarizam, transformam os meios simbolicamente generalizados em códigos, se estabilizam dois valores (direito/não direito). Essas binarizações fazem possível um fechamento do espaço de cada um dos sistemas sociais. A partir deste momento para que um conhecimento no interior da sociedade seja conhecimento ele tem que ser ou verdadeiro ou falso e é o sistema que determina quando algo é verdadeiro ou falso⁵⁹².

Para acessar a economia precisa-se ter ou não ter dinheiro. Na política o poder não tem mais relação com a propriedade. A sociedade não tem mais centro,

⁵⁸⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., 282.

⁵⁸⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 288.

⁵⁹⁰ Id.

⁵⁹¹ Como esclarece Neves "A diferenciação funcional na sociedade moderna, cada vez mais complexa, marca a principal diferença com relação às sociedades arcaicas, cuja característica era a segmentação, e das sociedades antigas, estratificadas a partir de ordens superiores/inferiores ou camadas baixas, médias e altas. A sociedade moderna é marcada, portanto, não mais por hierarquias (classes, camadas), mas por funções diferenciadas". NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Niklas Luhmann *, Op. Cit., p. 11.

⁵⁹² LUHMANN, Niklas. *Ciencia**. Op. Cit., p. 146.

vértice, nem periferias no sentido espacial, nem hierarquias no sentido da diferença entre as qualidades das pessoas, não há nem acima, nem embaixo, nem centro e periferia, prevalentemente. O que determina a construção de problemas sociais e as possibilidades de solução é a nova forma imprevisível da diferenciação⁵⁹³.

As outras sociedades tinham a forma de estabilidade. A nobreza tinha dinheiro, poder e a capacidade de dizer a verdade. Essas formas de proteção não existem mais, prevalentemente. Também os conhecimentos tinham sua forma de proteção. Sabia-se que as verdades existiam, bastava descobri-las. A sociedade moderna, contudo, é a sociedade abandonada a si mesma⁵⁹⁴. Ela enfrenta problemas que ela mesma produziu e ela se dá conta desse problema. Os problemas sociais são produzidos na sociedade e precisam de solução na sociedade. Observando cada um dos diferentes sistemas que se diferenciaram pode-se ver que cada um deles tem uma especificação, tem competência para solucionar só um problema social. Em outras palavras, os sistemas se especificam na solução de um problema. O direito não tem mais competência nos problemas da política. Agora um problema jurídico é produzido exclusivamente no interior do direito, a forma de diferenciação prevalente nessa sociedade é a da especificação funcional. E a solução do problema é a função dos sistemas⁵⁹⁵.

Então, se o direito tem uma função em que consiste a unidade desta função, a especificidade desta função? Para outras teorias o direito promove a pacificação social⁵⁹⁶. Observando, porém, o direito no horizonte da teoria dos sistemas, essa não pode ser sua função porque o direito produz conflito. Ele transforma conflito social em problemas jurídicos, ele processualiza os conflitos e introduz uma temporalidade jurídica que não tem relação com a temporalidade social⁵⁹⁷.

Sendo o pano de fundo desta tese a sociedade moderna, na qual advieram os primeiros movimentos sociais de protesto, interessa verificar a função do direito no âmbito desta sociedade. Se direito e estrutura social convergem, deve-se

⁵⁹³ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 176 e ss.

⁵⁹⁴ A desontologização da sociedade moderna implica que “esta sociedade depende inexoravelmente de si, é deixada, como escreveu Luhmann, a si mesma, sem alternativas”. Conforme DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit., p. 387.

⁵⁹⁵ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 116.

⁵⁹⁶ Desmistificando isto, afirma Luhmann que “a relevância social do direito é inegável; sua função integradora, contudo, pode ser posta em dúvida”. *Ibid.*, p. 183.

⁵⁹⁷ Dessa forma, tem-se “a certeza de que qualquer que seja o resultado do conflito, qualquer que seja a expectativa ou qualquer que seja a resistência ou desilusão, haverá um direito”. Conforme DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit., p. 392.

reconhecer as características do direito moderno para assim observar como os movimentos sociais de protesto relacionam-se nessa forma diferenciada da sociedade.

Para observar a função do direito na modernidade será utilizada a reconstrução da teoria luhmanniana. LUHMANN abordou o tema em três momentos distintos que serão retomados. O primeiro, do início da década de sessenta até meados da década de oitenta, é a fase em que o autor trabalhou a teoria dos sistemas a partir de uma revisão crítica da concepção parsoniana⁵⁹⁸. Esta fase será objeto deste item/cena. Num segundo momento o direito será observado como meio de comunicação simbolicamente generalizado para então se fixar como um sistema funcionalmente diferenciado. Já num último momento tem-se a fase conhecida como fase autopoietica, devido a inserção na teoria de elementos da biologia, mais especificamente conceitos de dois biólogos chilenos: Humberto MATURANA e Francisco VARELA⁵⁹⁹. A reconstrução do direito como meio de comunicação simbolicamente generalizado, bem como a observação da fase autopoietica luhmanniana serão objetos da próxima cena/item.

Para a formulação de sua teoria dos sistemas, LUHMANN parte da constatação de que a sociedade moderna é profundamente complexa, contingente e funcionalmente diferenciada⁶⁰⁰.

A complexidade do mundo é evidenciada pelo fato de que “sempre existem mais possibilidades do que se pode realizar”⁶⁰¹. Todavia, enquanto as possibilidades de eventos possíveis são múltiplas, o agir e a experiência são sempre limitados. Não se pode simultaneamente fumar e não fumar, por exemplo. Sempre há que se optar por uma ou outra ação. Isto em outros termos indica que por complexidade entende-se tudo aquilo que é um excesso de possibilidades e, em termos práticos, significa seleção forçada (deve-se optar por uma ou outra opção e não decidir também é uma ação possível). Nestes termos, refere DE GIORGI que:

⁵⁹⁸ Como revela De Giorgi “a teoria dos sistemas, que se serve do método funcional-estrutural, construído com base na revisão crítica do estruturalismo funcional de Parsons, é onde o problema da redução da complexidade do mundo é elaborado em toda sua importância epistemológica, é assumido como fundamento da teoria”. DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 148.

⁵⁹⁹ MATURANA, Humberto R. *A Árvore do Conhecimento*: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

⁶⁰⁰ LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales**. Op. Cit., p. 339.

⁶⁰¹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 45.

a superabundância do possível sempre supera aquilo que nós somos capazes de elaborar através da ação ou da experiência. O próprio conteúdo da experiência atual sempre remete a infinitas outras possibilidades e implicações que podemos transpor em nossa consciência. Nossa experiência, portanto, é marcada por pretensões excessivas que se exercem em seus conflitos, e a tornam incerta, ameaçando sua capacidade de se orientar no mundo com sucesso. Essas pretensões excessivas que a experiência traz consigo (*Selbstüberforderung*) se exprimem, por um lado, como superabundância do possível em relação à experiência que ainda não se tornou atual, e, por outro, como certeza do risco toda vez que a experiência se torna atual. O universo do possível que pesa sobre a experiência apresenta a dupla estrutura da complexidade e da contingência⁶⁰².

A contingência⁶⁰³ implica o entendimento “de que as possibilidades apontadas para as demais experiências poderiam ser diferentes das esperadas”⁶⁰⁴. Em suma, contingência indica a possibilidade de que um dado seja diferente daquilo que é. Como aponta DE GIORGI “contingência significa perigo de desilusão, necessidade de ir de encontro a riscos uma vez que a seleção tenha sido efetuada”⁶⁰⁵. Toda escolha carrega em si a latência da possibilidade de frustração com a opção eleita, uma vez que a seleção se faz num ambiente de incerteza, de imprevisibilidade, sujeita a danos futuros. Se a sociedade é complexa ela também é contingente, obriga a opção por uma das possibilidades em detrimento das outras, abre-se para o risco.

Toda ação é precisamente como foi (mas poderia ser de outra forma). Toda ação, portanto, deriva de um pressuposto de incerteza. Para lidar com a incerteza formam-se e estabilizam-se expectativas⁶⁰⁶ relativamente imunes a desapontamentos⁶⁰⁷. Expectativas, nesse sentido:

⁶⁰² DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 149.

⁶⁰³ Exemplifica Schwartz de forma bastante interessante este conceito “duas pessoas estão prestes a se conhecer. Cada um determina suas condutas mediante observações recíprocas. A observa B e resolve comportar-se X. B observa e resolve comportar-se X (mas poderia de comportar Y). Por uma simples suposição, geram certeza de realidade (assim como poderiam ter gerado incerteza). Estabelecem seus limites a partir de si mesmos. E mediante as ações de um e de outro, podem estabelecer ações outras que levarão à ação de ambos (o casamento)”. SCHWARTZ, Germano. A fase pré-autopoiética do sistema luhmanniano. In: ROCHA, Leonel; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. *Introdução à teoria do sistema autopoiético do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005., p. 70.

⁶⁰⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 45.

⁶⁰⁵ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 149.

⁶⁰⁶ Como aponta Nicola “a expectativa nada mais é do que a antecipação de uma possibilidade que pode ou não se produzir”. NICOLA, Daniela Ribeiro Mendes. Estrutura e função do direito na teoria da sociedade. In: ROCHA, Leonel Severo (org.). *Paradoxos de Auto-observação: percursos da teoria jurídica contemporânea*. Curitiba: JM Editora, 1997., p. 223.

⁶⁰⁷ Como anuncia LUHMANN “frente à contingência simples erigem-se estruturas estabilizadas de expectativas, mais ou menos imunes a desapontamentos – colocando as perspectivas de que à noite

são condensações de referências de sentido que indicam o que indica e como se delineia uma determinada situação. Tem a função de orientar de modo relativamente estável a comunicação e o pensamento frente à complexidade e à contingência do mundo ⁶⁰⁸.

Antecipam-se possibilidades ⁶⁰⁹, criam-se expectativas e orienta-se a partir delas. Contudo, dentro desse universo de possibilidades existem no mundo as possibilidades atualizadas por outros homens, as quais “também se apresentam a mim, também são minhas possibilidades” ⁶¹⁰. Dessa forma, a contingência simples, do campo da percepção, é elevada à dupla contingência do mundo social. Alter e Ego apresentam-se como duas caixas pretas em que o operar de um é “cego” em relação ao outro. A dupla contingência ⁶¹¹ revela-se, neste cenário, por meio da absorção das perspectivas de outros homens como próprias de Ego.

Diante da dupla contingência devem-se ter expectativas sobre as expectativas dos outros (deve-se esperar expectativas alheias), mais que isto, deve-se ter uma expectativa sobre a expectativa que o outro tem de si ⁶¹². Nesse sentido, indica LUHMANN que:

Sob as condições de dupla contingência, portanto, todo experimentar e todo agir social possui uma dupla relevância: uma ao nível das expectativas imediatas de comportamento, na satisfação ou no desapontamento daquilo que se espera do outro; a outra em termos de avaliação do significado do comportamento próprio em relação à expectativa do outro. Na área de integração entre esses dois planos é que deve ser localizada a função do normativo – e assim também do direito ⁶¹³.

O direito é um dos sistemas sociais que reduzirá complexidade criando estruturas de expectativas, as quais informarão o comportamento adequado para

segue-se o dia, que amanhã a casa ainda estará de pé, que a colheita está garantida, que as crianças crescerão”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 47.

⁶⁰⁸ CORSI, Giancarlo, ELENA, Espósito e BARALDI, Cláudio. *GLU**, Op. Cit., p. 79.

⁶⁰⁹ Consoante Alcover “toda expectativa é uma antecipação do futuro”. ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 193.

⁶¹⁰ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 46.

⁶¹¹ Conforme Corsi “dupla contingência significa que a constituição do mundo social se apresenta através de um horizonte duplo de perspectivas, que são perspectivas de Ego e Alter. Ego pode observar um dado ainda na perspectiva das possibilidades atualizadas nas seleções de Alter, que, em virtude disso, se tornam também possibilidades de Ego”. CORSI, Giancarlo, ELENA, Espósito e BARALDI, Cláudio. *GLU**, Op. Cit., p. 68.

⁶¹² As expectativas produzem uma realidade independente da realidade. Pense-se numa sala de aula. Os alunos escutam porque têm expectativas, creem que os outros escutam porque têm interesse de escutar, as pessoas têm expectativas de expectativas. As expectativas operam e são mais fortes quanto mais reflexivas (expectativas de expectativas).

⁶¹³ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 47.

cada situação, melhor dito, estipula qual comportamento “está em conformidade com o direito e não com o discrepante” ⁶¹⁴. Em outras palavras, ele absorverá a incerteza da dupla contingência⁶¹⁵. Os sistemas sociais, tais como o direito, “estabilizam expectativas objetivas, vigentes, pelas quais as pessoas se orientam” ⁶¹⁶ e, como aponta DE GIORGI:

O sistema expõe fragmentos do mundo e orienta a experiência com base nestes fragmentos, deslocando o interesse pela superabundante quantidade do possível para conexões delimitadas de ações sociais. Estas conexões produzem o efeito ilusório, mas necessário para orientar a ação, de que o mundo seja expresso no projeto elaborado pelo sistema, que a complexidade a ser enfrentada, elaborada, seja aquela já reduzida no sistema. No sistema se produz, de fato, uma especificação da complexidade do mundo. Os problemas são identificados como problemas do sistema, de sua manutenção. A atenção, portanto, se desloca toda para o interior do sistema e nele se concentra, afastando-se do mundo, onde seria impossível se orientar⁶¹⁷.

Os sistemas sociais estruturam-se, constituem-se sob a forma de expectativas de expectativas⁶¹⁸. As estruturas “delimitam o optável” ⁶¹⁹, mascarando assim a complexidade do mundo. Ao mesmo tempo, as chances de desapontamentos seguem existindo e quando o desapontamento ocorrer devem-se ativar mecanismos de manutenção ou reparo na estrutura. Se diante da modificação de uma expectativa está-se disposto a aprender, a adaptar-se, se pode falar que está diante de uma expectativa cognitiva. Se, ao contrário, se sustenta a expectativa, o que permite “seguir a vida protestando contra a realidade decepcionante” ⁶²⁰ (como fazem os movimentos sociais de protesto) está-se diante de uma expectativa normativa, que é contrafática⁶²¹. Cumpre lembrar que nem toda expectativa cognitiva estará condicionada à assimilação ou à adaptação diante do

⁶¹⁴ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 204.

⁶¹⁵ LOPES JR., Dalmir. Introdução. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir. *Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004, p. 11.

⁶¹⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 52.

⁶¹⁷ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 150.

⁶¹⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 115.

⁶¹⁹ Ibid., p. 54.

⁶²⁰ Ibid., p. 56.

⁶²¹ Novamente pense-se numa sala de aula. Está diante de uma expectativa cognitiva quando um aluno que vai à aula e naquele dia não há aula, ele assimila isso, aprende e retorna na próxima semana. Está-se diante de uma expectativa normativa quando o aluno não aprende com essa expectativa frustrada, quando ele reivindica a aula, vai falar com o diretor para reclamar, etc.

desapontamento. Da mesma forma, nem toda expectativa normativa resistirá à assimilação⁶²², uma vez que o direito pode evoluir (transformar-se).

Segundo LUHMANN cumpre ao sistema social “orientar e canalizar o processamento de desapontamentos de expectativas” por meio da estabilização de estruturas, pela imunização de expectativas contra desapontamentos. Nessa senda, aduz DE GIORGI que:

A estrutura opera, por assim dizer, uma proteção das alternativas, as oculta, tornando-as latentes. Desta forma, a estrutura engana a respeito da complexidade real do mundo: fixa um pequeno fragmento do possível, e orienta, dentro deste fragmento, as expectativas. As expectativas, assim, são sempre expostas à frustração na medida em que o possível, as alternativas, foram apenas escondidas, tornadas latentes. A toda estrutura, portanto, é imanente o problema da frustração das expectativas⁶²³.

Nesta fase do pensamento luhmanniano, o direito pode ser visto como uma Estrutura de Generalização Congruente de Expectativas Comportamentais Normativas⁶²⁴. Ou seja, o direito é visto como a estrutura do sistema social; e a congruência (coerência) das expectativas é utilizada no sentido de uma seleção mais estreita.

A generalização é um processo imunizador que afasta outras possibilidades que não as selecionadas pela estrutura. A generalização é uma estratégia de redução de complexidade, pois ao produzir uma indiferença estável contra variações possíveis gera uma simplificação comportamental, isto é, reduz a complexidade.

Para LUHMANN, nessa primeira fase, a função do direito seria reduzir a complexidade por meio da produção de sentido. Isso a partir da seleção de expectativas comportamentais que podem ser generalizadas em três dimensões de sentido: dimensão temporal, dimensão social e dimensão prática.

Na dimensão temporal, as expectativas são estabilizadas contra frustrações através da normatização; ou seja, a generalização possibilita através da normatização (expectativas estabilizadas contrafaticamente) que exista uma maior segurança contra a frustração⁶²⁵. Nesse sentido, LUHMANN afirma que “a

⁶²² Ibid., p. 63.

⁶²³ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 155.

⁶²⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 121.

⁶²⁵ (Conforme LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 109). NICOLA, por sua vez, refere que “a sanção é a estratégia utilizada pelo direito para a normatização do comportamento face aos desapontamentos. A aquisição da grande improbabilidade evolutiva assinalada pela positividade diz respeito à possibilidade de alteração do direito como uma questão de routine. O que é direito hoje,

normatização dá continuidade a uma expectativa, independente do fato de que ela de tempos em tempos venha a ser frustrada” ⁶²⁶. Neste plano as expectativas generalizam-se, imunizando-se contra desvios, resistindo à frustrações. As expectativas são protegidas no tempo contrafaticamente. “Portanto, as normas são expectativas de comportamento generalizadas no plano temporal, estabilizadas independentemente de eventos e casos individuais” ⁶²⁷.

Na dimensão social as expectativas são institucionalizadas (isto é, elas são amparadas sobre o consenso esperado a partir de terceiros); e é “através da institucionalização que o consenso geral é suposto, independentemente do fato de não existir uma aprovação individual” ⁶²⁸. Trata-se de antecipação de consenso. Neste plano as expectativas generalizam-se impedindo o dissenso pelo estabelecimento de uma pauta de comportamento comum que valerá para todos. O consenso ficto permite que se pressuponha que quase todos estão de acordo e, conforme DE GIORGI:

Quem tem opiniões diferentes deve tomar a iniciativa de contradizer, deve se expor e, ao mesmo tempo, enfrentar o risco desta exposição pessoal, ou seja, o risco de que ao seu comportamento seja imputado o caráter de desvio e que o sistema coloque em movimento mecanismos destinados a imunizar as consequências desestabilizadoras que podem derivar deste comportamento. Mas tudo isto, comenta Luhmann, é tão difícil que esta provocação das instituições não acontece, e a instituição sobrevive ao decréscimo do consenso efetivo ⁶²⁹.

Ao oporem-se ao direito institucionalizado como tal, os movimentos sociais de protestos enfrentam o risco de que seu comportamento seja reputado como desvio, como discrepância e que o direito contestado siga inalterado, isto é, seja mantido contrafaticamente. Por outro lado, que o consenso seja fictício e não real, deixará sempre aberta esta zona de temas para protesto. Os que não estão de acordo podem vocalizar essa situação e pugnar pelo reconhecimento de expectativas próprias como expectativas generalizadas.

Na dimensão prática (material) as generalizações protegem as expectativas contra incoerências e contradições. “A dimensão material se refere ao conteúdo das

pode não sê-lo amanhã. Trata-se da principal esfera de variação do sistema”. NICOLA, Daniela Ribeiro Mendes. Op. Cit., p. 234.

⁶²⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 52.

⁶²⁷ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 157.

⁶²⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 52.

⁶²⁹ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 158.

expectativas e sua generalização supõe a abstração de pontos de referência, de princípios de identificação sobre os quais se baseiam as expectativas” ⁶³⁰. Neste plano, as expectativas são fixadas através de um sentido idêntico, como explica LUHMANN:

o sentido patrocina o encadeamento das expectativas, regula a passagem de uma expectativa a outra, a assimilação de experiências e desapontamentos no contexto das expectativas, a possibilidade de substituição de antigas por novas expectativas, e também o alcance da revogação da cadeia de expectativas no caso de desapontamentos, assim como o tipo e o tempo necessário das possibilidades de assimilação daí resultantes. ⁶³¹

Na dimensão prática (material) estabilizam-se unidades de sentido e contextos de sentido. “O esforço que tende à compreensão da complexidade através da identificação do sentido leva, por sua vez, à especificação das estruturas de sentido generalizadas” ⁶³². Isto não elimina a complexidade, mas permite a especificação das estruturas de sentido generalizadas, protegidas contra incoerências e contradições de sentido. Agrupa-se, na dimensão prática, um complexo de sentidos que informa o significado comunicativo das expectativas. Neste plano, refere ALCOVER que:

Luhmann analisa o grau de abstração do conteúdo das expectativas. Para a fixação de conteúdos de expectativas Luhmann recorre ao conceito de “princípios de identificação” (pessoas, roles, programas ou valores). Com base nesses, em ordem de menor a maior abstração, se generalizam em direção às expectativas cujo grau de abstração dependerá do princípio utilizado ⁶³³.

Através do processo de normatização (dimensão temporal) garante-se a continuidade das expectativas diante dos desapontamentos, na dimensão social produz-se o consenso ficto e na dimensão prática (material) fixam-se os sentidos idênticos. Desse modo, o direito generaliza congruentemente expectativas comportamentais normativas.

A congruência do direito diz respeito ao fato dele ter que lidar com as discrepâncias entre as dimensões transformando-as em congruências

⁶³⁰ ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 214.

⁶³¹ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**, Op. Cit., p. 158.

⁶³² LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**, Op. cit., p. 156.

⁶³³ ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 172.

(compatibilidades). Pode, por exemplo, existir um excesso de normas (dimensão temporal) que não possam ser simultaneamente institucionalizadas (dimensão social). A fim de garantir a compatibilização das dimensões são utilizados, prevalentemente, no direito moderno, as sanções, os procedimentos e os programas decisoriais.

Para garantir “a consistência das expectativas normativas no tempo, através da canalização da frustração, o direito escolhe a sanção” ⁶³⁴. A sanção promove não apenas congruência, mas também consolida expectativas de expectativas por gerar confiança coletiva no direito. Os procedimentos, por sua vez, são uma técnica da dimensão social através da qual se ganha consenso ficto e, em certa medida, também consenso real, já que os que participam do procedimento eliminam alternativas por meio de decisões coletivamente vinculantes. Como explica ALCOVER “nos procedimentos, como mecanismos de institucionalização seletiva, se decide que pretensões normativas podem dar consenso efetivo, ou quando menos hipotético” ⁶³⁵. Já no plano prático (material) eliminam-se princípios (pessoas, papéis, valores) incompatíveis com a sanção e o procedimento ⁶³⁶. O direito é reduzido a programas decisórios (condicionais e finalistas) ⁶³⁷.

Nas palavras de LUHMANN “o direito é imprescindível enquanto estrutura” ⁶³⁸, porque sem a generalização congruente de expectativas comportamentais normativas os homens não podem orientar-se entre si, não podem esperar suas expectativas” ⁶³⁹. Nesse sentido, o direito representa um alívio ⁶⁴⁰ para as expectativas, reduzindo o risco da expectativa contrafática ⁶⁴¹. Nessa senda, como preceitua DE GIORGI:

A concepção do direito a qual chega a análise sociológica de Luhmann entende o direito de maneira seletiva e funcional: o direito é prestação seletiva, é congruência seletiva através da qual se constrói uma estrutura

⁶³⁴ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 161.

⁶³⁵ ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 229.

⁶³⁶ DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 161.

⁶³⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit.

⁶³⁸ Uma estrutura é constituída por um conjunto de expectativas jurídicas. Um conjunto de expectativas forma uma estrutura de expectativas.

⁶³⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 156.

⁶⁴⁰ Pense-se no rompimento de uma relação amorosa. São múltiplas as opções diante desse fato, contudo o direito constitui-se num alívio vez que orienta as condutas e diz, por exemplo, que matar o outro, difamá-lo, expor uma foto sua na internet não são opções a serem consideradas. Isso reduz complexidade, mas não garante nada.

⁶⁴¹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 115.

dos sistemas sociais. O direito não é um ordenamento coercitivo, um ordenamento do comportamento humano que tenha a função de manter e fazer respeitar determinados modelos de comportamento; não é regulação de conflitos; nem é uma qualidade originária do dever ser, assim como o direito não é a sanção, ou seja, um mecanismo puramente factual que emana do Estado. O direito é uma “facilitação das expectativas”; facilitação que “consiste na disponibilidade de caminhos de expectativas congruentemente generalizadas, ou seja, de indiferença altamente inoculada contra outras possibilidades, que reduz notavelmente o risco da expectativa contrafática”. Portanto, a função do direito consiste nesta prestação seletiva de sua estrutura, que opera uma escolha de expectativas de comportamento que se deixam generalizar de maneira congruente nas três dimensões – temporal, material e social – com base em mecanismos de generalização altamente compatíveis entre si⁶⁴².

Por meio da generalização imunizam-se simbolicamente as expectativas perante outras possibilidades nas três dimensões⁶⁴³. O direito age, assim, como redutor da complexidade (excesso de possibilidades). Cabe ao direito generalizar congruentemente expectativas comportamentais normativas⁶⁴⁴, sendo que para LUHMANN:

A função do direito reside em sua eficiência seletiva, na seleção de expectativas comportamentais que possam ser generalizadas em todas as três dimensões, e essa seleção, por seu lado, baseia-se na compatibilidade entre determinados mecanismos das generalizações temporal, social e prática. A seleção da forma de generalização apropriada e compatível é a variável evolutiva do direito⁶⁴⁵.

O sistema jurídico, portanto, isola sentidos possíveis e neutraliza (temporariamente) outros sentidos. No mundo, contudo, seguem vagando outras possibilidades, enquanto o sistema estabelece sua unidade fixando, selecionando alguns comportamentos em detrimento de outros (e este é um ponto altamente explorável, passível de tematização pelos movimentos sociais de protesto). Um sistema, tal como o sistema jurídico, apenas poderá cumprir a sua função, isto é, solucionar determinados problemas na medida em que orientar para alternativas⁶⁴⁶.

⁶⁴² DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del**. Op. Cit., p. 160.

⁶⁴³ Segundo ALCOVER “o conceito de generalização supõe a superação, em cada uma das dimensões, das descontinuidades existentes e a eliminação dos riscos e perigos típicos de cada dimensão” ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 220.

⁶⁴⁴ E tal como anuncia ALCOVER “não pode existir uma sociedade na qual não se desenvolva a função que Luhmann assinala ao direito e que serve para defini-lo: a generalização congruente de expectativas de conduta”. Ibid., p. 169.

⁶⁴⁵ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 116.

⁶⁴⁶ Conforme DE GIORGI. *Scienza**, Op. Cit., p. 152.

No horizonte da teoria dos sistemas, o direito moderno é observado como marcado pela positividade⁶⁴⁷, pela contingencialidade. Nesta linha, tem-se que as aquisições evolutivas proporcionadas pela positivação do direito permitiram que ele se apresentasse paradoxalmente como estrutura de expectativas comportamentais normativas (contrafáticas) e cognitivas (que derivam em aprendizagem). Nessa senda, admite DE GIORGI que a positivação:

Estabiliza as estruturas das expectativas normativas paralelamente à legalização de sua transformabilidade; fixa como resistentes às frustrações algumas estruturas de expectativas, e, ao mesmo tempo, mantém constantemente presentes, como possíveis, as outras possibilidades temporariamente excluídas através da seleção operada. A positivação do direito, nesse sentido, realiza a coexistência de certeza e incerteza, permite investir energias destinadas a fazer resistência às frustrações, mas também energias “prontas para aprender” diante das transformações da estrutura⁶⁴⁸.

Todo direito aparece, assim, como contingente. “Cada sim implica em muitos não”⁶⁴⁹. A complexidade revela-se na medida em que na dimensão temporal o que é direito pode variar. Na dimensão social tem-se o incremento do consenso ficto, pois o direito vale cada vez mais generalizadamente. Na dimensão material a complexidade exprime-se “no número de temas juridificáveis que, agora, não se pode mais controlar e que cresce em relação à velocidade com a qual os tempos de validade podem ser mudados”⁶⁵⁰. Qualquer tema pode passar de não jurídico para jurídico (eis aqui o gancho perfeito para os movimentos sociais de protesto).

Nessa senda, tudo o que for considerado como não direito estará disponível tematicamente para protestos. Tudo que foi deixado à margem pelo sistema pode ser problematizado como tema dos movimentos sociais de protesto que atuam de forma reflexiva⁶⁵¹. Como refere DE GIORGI todo o direito positivo é posto e pode ser transformado por força de uma decisão, de forma que “só é necessário que o tema que deve ser juridicizado, ou o direito que deve ser transformado, passe por um

⁶⁴⁷ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 93.

⁶⁴⁸ Conforme DE GIORGI. *Scienza**, Op. Cit., p. 163.

⁶⁴⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 226.

⁶⁵⁰ Consoante DE GIORGI. *Scienza**, Op. Cit., p. 162.

⁶⁵¹ Como refere Alcover “as possibilidades excluídas não desaparecem e se mantém como possibilidades de mudança e a normatização se converte em um mecanismo reflexivo”. ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 241.

processo de filtragem que produza seletividade e a isole como direito em relação a outras possibilidades que continuam presentes” ⁶⁵².

Apenas diante do direito positivo (altamente contingente) os movimentos sociais de protesto podem cumprir uma função, podem problematizar o não direito e lançarem novos temas juridicizáveis. A sociedade moderna e o direito moderno configuram-se, portanto, como o palco constitutivo dos movimentos sociais de protesto.

Mas será que o direito, transformado em meio de comunicação simbolicamente generalizado, codificado na forma direito/não direito, mantém o potencial reflexivo dos temas dos movimentos sociais de protestos? A fim de responder a essa questão, deve-se perquirir como o direito atingiu esse patamar. Esta pergunta leva à próxima cena/item.

3.2 CENA 8. MÃOS QUE DESENHAM: DO DIREITO COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO SIMBOLICAMENTE GENERALIZADO À AUTOPOIESE JURÍDICA – A FUNÇÃO DO DIREITO DA SOCIEDADE

Uma mão direita segurando um lápis esboça sobre a folha um punho de camisa.
Trata-se apenas de um esboço rápido,
mas um pouco mais à direita um desenho detalhado de uma mão esquerda emerge
de outro punho e, elevando-se em relação ao plano, ganha vida ⁶⁵³.

Diante da litografia de ESCHER “Drawing Hands” ⁶⁵⁴, acima descrita, um observador ficaria paralisado ao tentar identificar onde começa (e, portanto, termina) o desenho. As mãos desenhadas são autoimplicadas. Uma desenha a outra. Uma é condição de possibilidade da outra. A fase luhmanniana que será abordada nesta cena recorda o ilusionismo de ESCHER, pois o direito passará a ser observado como condição de possibilidade do próprio direito. Cumpre, contudo, antes de

⁶⁵² Conforme DE GIORGI. *Scienza**, Op. Cit., p. 163.

⁶⁵³ ESCHER, M. C. *O mundo**, Op. Cit., p. 91.

⁶⁵⁴ Id.

chegar neste ponto, cartografar a “metamorfose” ⁶⁵⁵ jurídica a fim de revelar, num terceiro momento/cena, como a evolução do direito pode relacionar-se (ou não) aos temas dos movimentos sociais de protesto.

Diante do desapontamento das expectativas, como se viu, duas são as possibilidades diferentes para controlar a desilusão. Uma delas é aceitar (aprender) e a outra é não ter disponibilidade para aprender. No primeiro caso tem-se uma postura cognitiva, no segundo uma postura normativa. Nesse sentido, o complexo das expectativas normativas se chama direito, o qual regula a estabilização das expectativas. Primeiramente LUHMANN conferiu ao direito, justamente, a função de estabilizar expectativas normativas, contrafáticas. Elas são técnicas para controlar o futuro. O direito, dessa forma, permitiria saber o que vai acontecer se não se produz conformidade com o direito.

Após os anos 80, contudo, a teoria luhmanniana passa por uma transformação ⁶⁵⁶ que implica a reconstrução do tema função do direito ⁶⁵⁷, já que, como anuncia o próprio LUHMANN “a especificação funcional o direito baseado no processamento de expectativas normativas não é suficiente como explicação da diferenciação evolutiva do sistema jurídico” ⁶⁵⁸.

Nesta fase, LUHMANN substituirá as clássicas distinções iluministas sujeito/objeto e todo/parte pelo esquema sistema/entorno, rompendo de vez com a teoria da ação parsoniana. Da mesma forma, no âmbito do sistema jurídico o estudo da norma e da tipologia de valores é refutado e se parte da distinção sistema/entorno ⁶⁵⁹. Para compreender esta fase do pensamento luhmanniano torna-se crucial observar como o direito se tornou um sistema funcionalmente diferenciado, bem como verificar as repercussões daí advindas.

Como abordado no primeiro capítulo desta tese, as sociedades foram gradualmente substituindo o processo de comunicação exclusivamente oral a partir

⁶⁵⁵ Trata-se de uma referência a uma das principais obras de Escher “Metamorfose II”. Ibid., p. 108/109.

⁶⁵⁶ Não se trata de uma refutação da fase anterior, mas de acréscimos que complementam o caminho iniciado por Luhmann, como apontou Mansilla “A introdução de conceitos novos não leva a que Luhmann modifique substancialmente seu pensamento (motivo pelo qual não seria adequado falar de sua obra antiga em comparação com sua obra de maturidade), senão que simplesmente lhe permitiu dizer com conceitos mais afins, de maior precisão e fundados empiricamente, o mesmo que vinha afirmando desde antes”. MANSILLA, Darío Rodríguez. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Confianza*. Barcelona: Anthropos, 2005, XVI-XVII

⁶⁵⁷ ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho**, Op. Cit., p. 305.

⁶⁵⁸ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 127.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 96.

do desenvolvimento da escrita⁶⁶⁰. Dessa maneira, a comunicação deixou de ser possível apenas a partir das interações (entre presentes) e pode se estender aos ausentes. Este fato permitiu um incremento das comunicações e as tornaram, por outro lado, mais improváveis. A improbabilidade inicial de entendimento tentou-se superar pela criação da linguagem. Já a improbabilidade de que a comunicação ultrapassasse a interação entre presentes tentou-se superar por meio do desenvolvimento da escrita e dos meios de comunicação de massa. Pode-se dizer, por exemplo, que embora não se tenha vivenciado o Holocausto, ou mesmo os atuais movimentos sociais de protesto no Brasil, pode-se saber de sua existência, por meio da escrita, mais precisamente, por meio dos meios de comunicação de massa. Contudo, nem a linguagem nem a escrita garantem que a comunicação seja aceita ou rechaçada, isto é, não garantem a sua continuidade recursiva. Para tanto, foram desenvolvidos os meios de comunicação simbolicamente generalizados⁶⁶¹.

Foi no âmbito das sociedades complexas, segundo LUHMANN e DE GIORGI, que evoluíram os meios de comunicação simbolicamente generalizados⁶⁶² entre os quais estão o amor, o dinheiro, o poder e o direito. A função de um meio de comunicação simbolicamente generalizado é a de facilitar a aceitação de uma comunicação⁶⁶³. Como refere LUHMANN:

Os meios proporcionam uma motivação para aceitar quando a aceitação se tornou improvável. O ato de comunicar, o ato de compreender e aceitar/rechaçar são postos sob condicionamentos amplos cuja abstração ajude a superar a imensa extensão das probabilidades e a distância entre a compreensão e a aceitação/rechaço, de tal maneira, que não pareça inútil tentar uma comunicação⁶⁶⁴.

Um meio de comunicação simbolicamente generalizado é um meio exitoso de comunicar uma informação. Ao ser considerado um meio de comunicação simbolicamente generalizado o direito deixa de assumir o caráter fundamental de estabelecer expectativas normativas contrafáticas e passar a ter outra função, anunciada por LUHMANN, segundo o qual:

⁶⁶⁰ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 81 e ss.

⁶⁶¹ LUHMANN, Niklas. *Ciencia**. Op. Cit., p. 132.

⁶⁶² LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 96.

⁶⁶³ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., XVI.

⁶⁶⁴ LUHMANN, Niklas. *Ciencia**. Op. Cit., p. 133.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados (sobretudo o direito) não servem primariamente para assegurar as expectativas antes os desapontamentos. São meios autônomos em relação direta com o problema da improbabilidade da comunicação, ainda que pressuponham a codificação sim/não da linguagem e se encarreguem da função de tornar provável a aceitação de uma comunicação naqueles casos onde o rechaço é provável⁶⁶⁵.

Os meios, como se viu no segundo capítulo, não são observáveis, mas sim deduzidos a partir de formas. Como o ar só pode ser observável a partir do momento em que transporta sons (formas), os meios de comunicação simbolicamente generalizados não existem fora da sociedade. Eles são invisibilizações, mistificações⁶⁶⁶. São a unidade de uma diferença.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados se binarizaram em códigos, os quais, como toda distinção, constituem-se numa unidade que separa duas partes⁶⁶⁷. Os códigos são a forma dos meios. Os códigos mais do que apenas simbólicos, são diabólicos⁶⁶⁸ já que distinguem dois valores (direito/não direito; verdade/falsidade)⁶⁶⁹.

Nos meios de comunicação simbolicamente generalizados o valor positivo do código assume a preferência. Isso permite a facilitação da aceitação das comunicações daquilo que se indica como positivo (verdade, direito, amor). Nesta esteira, como sublinham LUHMANN e DE GIORGI:

A unidade do código (como a de toda distinção) consiste em uma forma que separa duas partes. Portanto, com rigor, não pode ser representada somente por uma parte. Por sua parte, as preferências realizam precisamente isso: bloqueiam tanto a questão da unidade do código como o problema da aplicação das operações codificadas ao código mesmo, que levaria a um paradoxo. Em lugar disso as preferências fixam postulados como: a comunicação de uma verdade é uma comunicação verdadeira; quem ama não pode e não deve evitar a declaração de seu amor; a afirmação do direito é legítima; a intercambialidade (disponibilidade) é um caráter da propriedade (...). O código, por assim dizer, se autoriza a si

⁶⁶⁵ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 245.

⁶⁶⁶ Ibid., p. 139.

⁶⁶⁷ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 167.

⁶⁶⁸ Como exemplo do caráter diabólico dos códigos, cita-se o caso da verdade. Para Luhmann “quando se quer observar a unidade, aparece a diferença. Quem persegue fins, produz consequências secundárias. Um meio de comunicação simbolicamente generalizado, que pretende lograr a emergência de verdade, funciona por isso sempre como um meio de comunicação diabolicamente generalizado, deixando resíduos crescentes de não verdades. Com o que se sabe, aumenta desproporcionalmente o que não se sabe ou o que ainda não se sabe”. LUHMANN, Niklas. *Ciencia**. Op. Cit., p. 143.

⁶⁶⁹ BARALDI, Claudio. Medios de comunicación simbolicamente generalizados. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**. Op. Cit., p. 108.

mesmo a operação, sem para isso necessitar recorrer a valores superiores⁶⁷⁰.

Se ao valor positivo dava-se preferência, ao valor negativo conferia-se, apenas, uma função reflexiva⁶⁷¹. Isto assinala a possibilidade de trânsito de um valor ao outro. O que está de um lado pode passar ao outro. O cruzamento da fronteira de um lado ao outro do código é facilitado e, por exemplo, uma verdade pode mais tarde passar a não ser mais considerada verdadeira⁶⁷².

Os meios apresentam caráter recursivo, autoimplicado, uma vez que “toda comunicação específica de um meio, tem que se referir sempre a outras comunicações no mesmo meio para estabelecer o próprio meio”⁶⁷³. Ademais, os meios de comunicação simbolicamente generalizados caracterizam-se pelo fato do código valer apenas num âmbito específico⁶⁷⁴, isto significa, por exemplo, que o dinheiro não poderá se transformar em verdade, poder, direito ou amor. Nesse sentido, como indica MANSILLA “os meios de comunicação simbolicamente generalizados servem para a transmissão de complexidade reduzida”⁶⁷⁵.

Direito, verdade, dinheiro e poder (entre outros) se binarizaram, transformaram-se em meios simbolicamente generalizados, em códigos. “Os meios simbolicamente generalizados são, portanto, meios binariamente codificados”⁶⁷⁶. Estabilizaram-se dois valores (direito/não direito) e essas binarizações fizeram possível um fechamento do espaço de cada um dos sistemas sociais. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados, dessa forma, antecederam a formação dos sistemas funcionais os quais se valeram de vários artifícios dos meios para se constituírem⁶⁷⁷. E, como afirma LUHMAN, os meios de comunicação simbolicamente generalizados não surgem:

Até que dentro da sociedade mesma não há surgido uma complexidade maior nas dimensões de espaço e tempo. Então a comunicação se dirige cada vez mais a situações todavia desconhecidas. Se a evolução ajuda, a sociedade se serve, por um lado, da diferenciação dos sistemas e, por

⁶⁷⁰ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 167.

⁶⁷¹ LUHMANN, Niklas. *Poder**, Op. Cit.

⁶⁷² LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., 281.

⁶⁷³ LUHMANN, Niklas. *Ciencia**, Op. Cit., p. 144.

⁶⁷⁴ BARALDI, Claudio. Medios de comunicación simbolicamente generalizados. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 110.

⁶⁷⁵ MANSILLA, Darío Rodríguez. *Nota**, Op. Cit., XXIV.

⁶⁷⁶ LUHMANN, Niklas. *Ciencia**, Op. Cit., p. 144.

⁶⁷⁷ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 186.

outro, da formação de meios especiais para reduzir a contingência vinculando o condicionamento à motivação, quer dizer, se serve dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. A diferenciação destes meios impulsiona por sua vez a diferenciação do sistema, quer dizer, dá ocasião para que se diferenciem importantes sistemas sociais encarregados de uma função⁶⁷⁸.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados abriram a clareira, o caminho para se chegar aos sistemas funcionais⁶⁷⁹. Nessa senda como afirmam LUHMANN e DE GIORGI “se chega ao pleno desenvolvimento dos meios de comunicação simbolicamente generalizados somente quando se realiza o pressuposto de uma diferenciação funcional do sistema da sociedade”⁶⁸⁰.

O direito pode ser tratado também como um meio da comunicação que tem uma generalização com base simbólica. Essa forma de tratar o direito permite abordar a função do direito através de outra perspectiva. Como meio de comunicação simbolicamente generalizado o direito moderno pode se diferenciar da política, da moral e da economia. O aspecto mais relevante do direito, neste ponto, é a diferenciação frente a esses sistemas que utilizam também meios de comunicação simbolicamente generalizados (poder, valor, dinheiro).

Essa perspectiva permite ver como o direito se diferenciou como sistema⁶⁸¹, bem como permite ver como o direito se binarizou e se codificou. Tem-se o direito como meio de comunicação e como sistema. A binarização dos valores fez possível a construção de uma estrutura universal. O direito se universalizou⁶⁸² e é diferente do direito em outras sociedades. Ele pode se aplicar a qualquer acontecimento de maneira que sua riqueza estrutural pode ser universalizada e isso aconteceu de forma que se pode dizer que o direito é um sistema universal da sociedade, como aduz LUHMANN o sistema jurídico “é também um sistema que pertence à sociedade e a realiza”⁶⁸³.

A sociedade pode ser compreendida como um sistema que se diferencia do seu entorno. A sociedade é um sistema universal que se transforma em ambiente de si mesma quando ela internamente se diferencia em subsistemas⁶⁸⁴. Esse sistema

⁶⁷⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., 157.

⁶⁷⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 138.

⁶⁸⁰ Ibid., p. 162.

⁶⁸¹ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 198.

⁶⁸² Ibid., p. 358.

⁶⁸³ Ibid., p. 110.

⁶⁸⁴ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, Democracia**. Op. Cit., p.12.

da comunicação é uma unidade que se diferencia internamente. Os diferentes sistemas que surgem no interior da sociedade (como o direito, a economia, a política) são a manifestação da unidade da diferença⁶⁸⁵. Nasce, assim, a ideia da simultaneidade, do acontecer de tudo ao mesmo momento⁶⁸⁶ e da impossibilidade de controlar o que ainda não aconteceu, melhor dito, pode-se controlar sem saber o que vai acontecer.

A falta de um centro⁶⁸⁷ e da falta de um vértice e da incontrollabilidade é um problema imanente da sociedade moderna. Essa sociedade precisa de mais decisões que qualquer outra sociedade e tomar decisões na simultaneidade é muito complexo. Essa sociedade é o lugar genético da complexidade. A crescente complexidade foi justamente o que ensejou primeiramente os meios de comunicação simbolicamente generalizados e depois a diferenciação social em subsistemas.

Os sistemas parciais da sociedade (direito, política, economia) utilizaram os códigos dos meios que se estruturam de forma autorreferencial⁶⁸⁸ e passaram a atuar de forma operacionalmente fechada. Sendo os códigos abertos, no sentido de que não orientam a eleição dos valores, os meios de comunicação simbolicamente generalizados utilizavam programas através dos quais se podia dizer em que circunstâncias a atribuição do valor negativo e positivo era correta ou falsa⁶⁸⁹. O mesmo foi realizado pelos sistemas funcionais, tais como o direito.

Cada sistema parcial, diferenciando-se dos demais, construiu a sociedade a partir de sua perspectiva. Na simultaneidade cada sistema constrói a realidade de sua perspectiva exclusiva. Para tanto cada sistema construirá sua própria clausura operativa⁶⁹⁰. Cada sistema diferenciado funcionalmente operará um código, um esquema binário próprio, exclusivo⁶⁹¹. Nessa estrutura binária encontrar-se-á uma facilitação das operações recursivas do sistema.

⁶⁸⁵ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., 349.

⁶⁸⁶ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 101-102.

⁶⁸⁷ Como refere Luhmann “na sociedade moderna- quer dizer, na sociedade onde os meios de comunicação simbolicamente generalizados se desenvolveram plenamente – não existe um supra meio que possa referir todas as comunicações a uma unidade que lhe sirva de base”. LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., 280.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 290.

⁶⁸⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 169.

⁶⁹⁰ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 98.

⁶⁹¹ Como afirma Luhmann “cada sistema tem um código constituído por uma relação inversa entre um lado positivo e outro negativo: economia = ter/não ter; política = poder/ não poder; direito = justo/ injusto. Dessa maneira, o código fixa fundamentalmente dois valores ante os quais o sistema pode oscilar permanentemente”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 28

No direito a clausura operativa do sistema é possibilitada pelo código binário direito/não direito. Diante disso, pode-se afirmar que somente dentro do direito é que pode existir alguma disposição daquilo que é direito e daquilo que é não direito. Como refere LUHMANN “somente o direito pode dizer o que é direito” ⁶⁹². Com a adoção de um código o sistema fecha-se operacionalmente. Consoante anuncia LOPES JR.:

o direito portanto define seu universo através de um código, que diferencia aquilo que faz, daquilo que não faz parte de sua comunicação. A comunicação do sistema jurídico passa a ser especializada, não importa, por exemplo, a informação de que os partícipes de uma interação escovam os dentes todas as manhãs, esta informação não chega a fazer parte do sistema jurídico porque não pode ser entendida em termos de direito/não direito ⁶⁹³.

O que se quer dizer? Quer-se dizer que toda e qualquer operação que disponha daquilo que é direito/não direito, é automaticamente reconhecida como uma operação própria, interna ao sistema jurídico. E é a codificação binária a forma estrutural que permite que o direito possa seguir incessantemente (auto) produzindo elementos para poder continuar produzindo mais elementos.

Partindo de um ponto de vista objetivo, “o código é uma tautologia e, em caso da autoaplicação, um paradoxo; o que significa que ele não pode produzir por si só informação” ⁶⁹⁴. O paradoxo existe quando o código aplica-se a si próprio, ou seja, perguntando-se se o próprio código é conforme ou não conforme ao direito, acaba-se por distinguir o que é direito e não direito ⁶⁹⁵. Porém, conforme LUHMANN:

a distinção mediante a qual se observa não pode ser designada, senão que a sirva à observação do ponto cego, isto é, de condição (não racional) de sua própria racionalidade. Um observador deste observador que não aceitar isto, unicamente verá tautologias e paradoxos ⁶⁹⁶.

No direito o paradoxo estrutural constitui-se na medida em que se produz simultaneamente direito e não direito. A diferenciação direito/não direito codifica o

⁶⁹² LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 106.

⁶⁹³ LOPES JR., Dalmir. Op. Cit., p. 19

⁶⁹⁴ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 246.

⁶⁹⁵ Explica Rocha que “o direito apresenta-se, assim, como um código comunicativo (a unidade de diferença entre direito e não-direito), no sentido de manter sua estabilidade e autonomia – mesmo diante de uma imensa complexidade (excesso de possibilidades comunicativas) – através da aplicação de um código binário”. ROCHA, Leonel. *Da epistemologia**. Op. Cit., p. 42

⁶⁹⁶ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 247.

sistema jurídico. LUHMANN entende que “o sistema jurídico se desparadoxiza pela adoção desse código” ⁶⁹⁷, significando que o direito em geral somente poderá ser criado a partir da criação do não direito. O código é reflexo da diferenciação funcional dos sistemas e delimita as suas fronteiras. O código possibilita a autonomia do sistema frente aos demais, isto é, permite sua autolimitação ⁶⁹⁸.

O código possui caráter universal ⁶⁹⁹ e exclui terceiras possibilidades. Sua função é atuar como regras de duplicação; a esquematização binária duplica ficticiamente uma realidade que é única e a trata como contingente, como refere ALCOVER:

os códigos seriam a forma de sentido com a qual os sistemas ascendem ao mundo. Mediante uma estruturação de sentido bipolar, os fatos do mundo adquirem ressonância no sistema, deixam de ser meras perturbações e se transformam em informações: o mundo se determina e se converte no ambiente próprio do sistema ⁷⁰⁰.

Nesta perspectiva, a autonomia do sistema jurídico decorre do fato de que somente nele se decide o que é ou não direito. A codificação permite a diferenciação funcional: “o código é a forma sobre a qual o sistema se diferencia a si mesmo do entorno e organiza sua própria forma operativa fechada” ⁷⁰¹.

Em suma, os códigos são, portanto, “distinções com as quais um sistema observa as próprias operações e define sua unidade: permitem reconhecer quais operações contribuem a sua reprodução e quais não” ⁷⁰². Ou seja, o código jurídico regula todas as comunicações internas ⁷⁰³ e fora do direito não se pode fazer nada com o direito, como preceitua LUHMANN “a função do sistema jurídico consiste em: assegurar a possibilidade de articulações jurídicas na sociedade e para a sociedade, e essa função só pode ser percebida após a diferenciação do sistema jurídico” ⁷⁰⁴, isto é, pelo operar codificado.

⁶⁹⁷ LUHMANN, Niklas. A restituição do décimo segundo camelo: do sentido de uma análise sociológica do direito. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir. *Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004, p. 57.

⁶⁹⁸ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 118.

⁶⁹⁹ Aduz Luhmann que “os códigos são diferenciações abstratas e universalmente aplicáveis”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 29.

⁷⁰⁰ ALCOVER, Pilar Gimenez. *El derecho**. Op. Cit., p. 126

⁷⁰¹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 29.

⁷⁰² CORSI, Giancarlo. ESPOSITO, Elena; BARALDI, Cláudio. *GLU**. Op. Cit., p. 42

⁷⁰³ O código binário fundamenta a identidade do sistema jurídico.

⁷⁰⁴ LUHMANN, Niklas. *A restituição**. Op. Cit., p. 60.

Ao conceito de código liga-se o conceito de programação. Os programas⁷⁰⁵ são aqueles que estabelecem os critérios para a correta atribuição dos valores de tais códigos, “de tal maneira que um sistema que se oriente até eles possa alcançar complexidade estruturada e controlar seu próprio proceder”⁷⁰⁶. Os códigos não funcionam como critério para optar por um de seus próprios valores, eles não são regras de preferência, ao contrário dos programas⁷⁰⁷. Por exemplo, “o código verdadeiro/falso próprio da ciência somente assinala simetricamente a diferença: o verdadeiro é o não falso ou o falso é o não verdadeiro; e não indica uma preferência pela verdade frente à falsidade”⁷⁰⁸. LUHMANN explica que:

porque o código binário deixa, a sua vez, ao sistema em um grau de indeterminação muito alto, na prática os sistemas têm que estabelecer regras de decisão que determinem as condições de dirigir-se aos valores do código de uma maneira correta ou falsa. A este conjunto de regras de decisão chamamos de programa⁷⁰⁹.

O código e o programa⁷¹⁰ (utilizados conjuntamente) permitem ao sistema combinar em seu interior o fechamento⁷¹¹ com abertura ao ambiente⁷¹². Os códigos geram programas, “os códigos são um lado da forma, cujo outro lado são os programas”⁷¹³. Mas qual programa é utilizado pelo direito?

⁷⁰⁵ Como explana Luhmann “Os programas são ao contrário condição dadas para a justiça da seleção das operações”. LUHMANN, Niklas. *Comunicazione Ecologica*: può la società moderna adattarsi alle minacce ecologiche? Milano: Franco Angeli, 1992, p. 116.

⁷⁰⁶ CORSI, Giancarlo. ESPOSITO, Elena; BARALDI, Cláudio. *GLU**. Op. Cit., p. 132.

⁷⁰⁷ Nesse sentido, Luhmann refere que “o código está em condições de atribuir, de forma relativamente independente da distribuição do mundo-ambiente do sistema, um complemento rigorosamente correspondente a cada item, ou seja, por exemplo, uma negação correspondente a cada comunicação lingüística, uma sentença falsa a cada sentença verdadeira, uma contabilidade oposta a cada crédito ou débito, as letras a cada som, etc. Assim ele produz acoplamentos próprios ao sistema, como pressuposto de todas as demais operações independentemente das ocasiões (mas não da distribuição destas, ao menos para a duração real ou para a probabilidade do processo)”. LUHMANN, Niklas. *Poder**. Op. Cit., p. 29.

⁷⁰⁸ ALCOVER, Pilar Gimenez. *El derecho**. Op. Cit., p.127.

⁷⁰⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 29.

⁷¹⁰ Pontua Luhmann que “há a disposição, para a programação de decisões, dois gêneros fundamentais: programação finalística e programação condicional. Os programas finalísticos partem dos resultados desejados e daí procuram, considerando as condições secundárias, encontrar os meios propícios; são racionalizados através do cálculo da rentabilidade. Nos programas condicionais as premissas de decisão têm, em contrapartida, a forma de causas, de informações, que estão em condições de resolver determinadas decisões, sempre que estejam presentes”. LUHMANN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 110.

⁷¹¹ Como refere Luhmann “a diferença entre código e programa estrutura a autopoiese dos sistemas funcionais”. LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. Cit., p. 30.

⁷¹² ALCOVER, Pilar Gimenez. *El derecho**. Op. Cit., p. 126.

⁷¹³ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 123.

O programa decisório típico do sistema jurídico é o programa condicional. O programa condicional (se/então) determina as condições mediante as quais se deve tomar uma determinada decisão. Essa programação chama-se condicional porque é uma tentativa de controlar pelo passado toda manifestação possível de situações no futuro. E, conforme LUHMANN, “sua forma é a seguinte: se forem preenchidas determinadas condições (se for configurado um conjunto de fatos previamente definidos), deve-se adotar uma determinada decisão” (grifo do autor)⁷¹⁴. Em suma, essa programação é condicional porque ela diz qual é a condição que se ocorrer acarretará determinadas consequências.

No âmbito da teoria luhmanniana é, justamente, por meio do programa condicional que o sistema jurídico é capaz de combinar o fechamento normativo (código) por meio da abertura cognitiva. Isso ocorre porque a determinação de que um fato da realidade esteja presente e, portanto, que a decisão é conforme ou não ao direito só pode ser determinada cognitivamente. Esta situação permite que fatos externos sejam levados em conta pelo sistema jurídico, mas somente como informação interna ao sistema. Nas palavras de LUHMANN aberto cognitivamente “não significa outra coisa que o sistema gera as informações correspondentes desde a posição da heterorreferência e as atribui a diferenças situadas no entorno”⁷¹⁵. Nessa senda, os programas determinam sob que “aspectos e em que ocasiões o sistema deveria processar cognições”⁷¹⁶.

O direito é entendido como normativamente fechado, uma vez que ele se reproduz, apenas, de acordo com seus próprios critérios e programas. São as normas jurídicas que permitem a abertura do sistema, “mas que, em seguida a abertura, traz para si, dita comunicação, desta vez já sob o amparo de seu código específico”⁷¹⁷. O direito passa a ser concebido como normativamente fechado e cognitivamente aberto⁷¹⁸. Como refere LUHMANN “a forma direito, sem embargo, se encontra na combinação de duas distinções: expectativas normativas/expectativas cognitivas e a distinção entre código direito/não direito”⁷¹⁹.

⁷¹⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 28.

⁷¹⁵ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 141.

⁷¹⁶ Ibid., p. 149.

⁷¹⁷ SCHWARTZ, Germano. Autopoiese e direito: auto-observações e observações de segundo grau. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 108.

⁷¹⁸ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 133.

⁷¹⁹ Ibid., p. 188.

Cumpra registrar que a abertura cognitiva é sempre controlada pelo sistema, isto é, “a distinção entre fechado normativamente e aberto cognitivamente se pratica somente dentro do sistema” ⁷²⁰. O sistema filtra o que, e como, situações do entorno obtém valor de informação por meio e dentro do direito. Nesta linha, define DE GIORGI que:

Fechamento de um sistema significa que, aos estímulos ou aos distúrbios que provenham do ambiente, o sistema só reage entrando em contato consigo mesmo, ativando operações internas acionadas a partir de elementos que constituem o próprio sistema. Disso resulta a autorreferência e a autopoiese do sistema: o sistema produz e reproduz os elementos dos quais é constituído, mediante os elementos que o constituem. Os sistemas fechados são, porém, ao mesmo tempo, sistemas abertos, na medida em que a própria reprodução se dá em um ambiente sem o qual o sistema não poderia nem existir, nem se autorreproduzir ⁷²¹.

O direito é concebido, assim, como um sistema que produz suas operações e suas estruturas a partir de si mesmo, isto é, como um sistema autopoietico ⁷²². O termo autopoietico foi incorporado por LUHMANN das lições dos biólogos Maturana e Varela. Nas palavras de Maturana, a ideia de autopoiese diz respeito ao fato de que “os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios” ⁷²³. Isto é, quando se fala em autopoiese, faz-se referência a sistemas que autoproduzem seus próprios elementos. Nesta perspectiva, como afirma MANSILLA:

a antiga preocupação luhmanniana pelo tema da autorreferência e da auto-organização pode – com o conceito biológico de autopoiese – encontrar uma expressão muito mais acabada, que lhe permitirá referir-se aos sistemas sociais e psíquicos como possuindo a característica de gerar os próprios elementos que o compõem ⁷²⁴.

Que o sistema jurídico seja e evolua como um sistema autopoietico significa que ele opere em contínuo contato consigo mesmo e, como explica LUHMANN “somente o sistema do direito pode originar sua clausura, reproduzir suas operações, definir seus limites: não existe nenhuma outra instância na sociedade

⁷²⁰ Ibid., p. 141.

⁷²¹ DE GIORGI, Raffaele. Luhmann e a teoria jurídica dos anos 1970. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. O direito na sociedade complexa. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 186/187.

⁷²² Ibid., p. 104.

⁷²³ Maturana, Humberto R. *A Árvore**. Op. Cit., p. 52.

⁷²⁴ MANSILLA, Darío Rodríguez. Nota*, Op. Cit., XVI-XVII.

que poderia determinar o que é conforme (ou discrepante) com o direito”⁷²⁵. Frise-se, portanto, que não existe comunicação jurídica fora do direito.

Partindo de um ponto de vista temporal o código é e permanece invariável. É o código que representa como o sistema produz e reproduz sua própria unidade⁷²⁶. A reprodução autopoietica é a reprodução da possibilidade de reutilização do código⁷²⁷. Em outras palavras “a comunicação jurídica não é reconhecível senão pertencendo a um código e sendo capaz de enlaçar-se com outras comunicações jurídicas graças a esse código”⁷²⁸.

Assim, nesta perspectiva, a segurança jurídica consiste na segurança de que os assuntos se tratem exclusivamente de acordo com o código do direito e não de acordo com o código do poder ou de qualquer outro interesse não contemplado pelo direito⁷²⁹.

A função do direito, nessa senda, parece ser tautológica. A função do direito, no âmbito dessa fase da teoria dos sistemas, consiste em produzir direito com base no direito. Como afirma LUHMANN “o direito é o que o direito determina como direito”⁷³⁰. Essa é a única garantia do direito moderno. Através dessa construção do direito se obtém um resultado que é constitutivo dessa sociedade, o fato de que o direito só pode operar através de operações jurídicas e a economia só pode operar através de operações econômicas, etc. Essa função circular fornece à sociedade a possibilidade de imunizar-se frente a si mesma.

Da mesma forma que um organismo se imuniza contra um vírus a partir de si mesmo (do próprio corpo, no interior do organismo), também o direito, através da ativação de operações próprias, imuniza-se. Nesse sentido, o direito não pode ter suas decisões tomadas com base em códigos de outros subsistemas⁷³¹. Igualmente o direito imuniza a sociedade contra autoagressões. A sociedade precisa através do

⁷²⁵ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 125.

⁷²⁶ Como ensina Schwartz “nessa estrutura binária há sempre um valor positivo (ou designativo), que traduz a capacidade comunicativa do sistema, e um valor negativo (valor sem designação), que reflete a contingência da inserção do valor positivo no contexto sistêmico. Dessa interação, exsurge uma unidade. Assim, por exemplo, sempre que se trata do código Direito/ Não-Direito, trata-se de uma operação do sistema jurídico. Ou, quando se está diante de uma operação Governo/Oposição, trata-se do funcionamento do sistema político, bem como o código Pagamento/Não-Pagamento se encontra na funcionalidade do sistema econômico”. SCHWARTZ, Germano. *A fase**. Op. Cit., p. 75

⁷²⁷ LUHMANN, Niklas. LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 238.

⁷²⁸ Ibid., p. 126.

⁷²⁹ SCHWARTZ, Germano. *Autopoiese**. Op. Cit., p. 107.

⁷³⁰ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 110.

⁷³¹ SCHWARTZ, Germano. *Autopoiese**. Op. Cit., p. 107.

direito garantir que um sistema não bloqueie outros sistemas. A sociedade precisa ser imunizada frente a essa ameaça e, segundo LUHMANN “o direito é uma espécie de sistema que imuniza a sociedade” ⁷³².

Quando o sistema da economia, por exemplo, bloqueia o direito, a sociedade não tem mais garantia, se está bloqueando algumas das possibilidades de evolução social sem saber o que vai acontecer. O que geralmente acontece é a implosão do sistema econômico.

Constitui-se uma ameaça a prevalência de uma perspectiva frente à outra, a existência de uma rehierarquização da sociedade. O neoliberalismo foi a teorização e prática política disso. Por meio do neoliberalismo se hierarquizou outra vez a partir da individualidade, se reconstruiu a ideia de que os indivíduos se autorregulam e que o mercado seria o lugar de autorregulação da sociedade. São essas prevalências de sistemas que ameaçam a estrutura da sociedade. Essa ameaça não tem que ver com a complexidade. São tentativas de bloquear a característica dessa sociedade. As ditaduras, para citar outro exemplo, não são só política, mas também são formas de hegemonização por meio da sobreposição da economia ou da religião na sociedade. As rehierarquizações são problemáticas.

Assim tem-se que o direito nessa sociedade deverá operar como uma técnica que impede a realização dessas ameaças. Ele deve operar de maneira que faça possível à sociedade operar somente com as técnicas seletivas do direito no interior do direito. Em outras palavras o direito não dá garantias, mas opera como um sistema imunitário, através da qual essa sociedade controla as ameaças que ela produz através de si na medida em que o direito opere, apenas, a partir de si mesmo. O direito faz possível dessa maneira a produção de complexidade típica dessa sociedade.

Nessa sociedade o problema que tem que ser solucionado é a autoimunização da sociedade contra as ameaças e o direito o faz produzindo direito com base no direito. Essa é a única garantia que se pode esperar do direito. Não há, contudo, caminhos predeterminados para que o direito cumpra sua função imunizadora, já que “como sucede em geral na imunologia, para tais casos não

⁷³² LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 219.

existe previamente nenhuma resposta concreta prévia” ⁷³³. Ademais, como preceitua LUHMANN:

O direito necessita tempo para construir a resposta de imunidade. As situações são demasiado complexas para que o direito possa responder ponto a ponto à aleatoriedade das disposições psíquicas e situacionais e a solução dos problemas que se impõem à sociedade. Também se poderia falar de sistema de imunização no sentido de que, uma vez encontrada a solução, se reduz a probabilidades de novas “infecções”, o que reduz o tempo do procedimento⁷³⁴.

Nesse sentido, a função do direito, que é produzir o direito com base no direito, é a única garantia que a sociedade moderna tem para enfrentar o seu futuro. O problema é se essa função continua a fazer possível uma construção do futuro como essa sociedade precisa, mas como este tema não é central para esta pesquisa, não se poderá explorá-lo com maior profundidade. Por ora interessa pontuar que a garantia que se tem não é um direito que busque a justiça. Não é um direito superior frente ao direito positivo. Isso seria a morte do direito positivo. Seria um monopólio ameaçador. O que se representa como justiça do sistema é contingente, pode mudar e depende do que acontece no ambiente.

As velhas garantias, como a justiça, bloquearam o direito, impediriam que o direito se adaptasse à complexidade da sociedade. As ideias de justiça são monopolizadoras e o sistema do direito não pode ser monopolizado pela ideia de uma justiça. As justiças inventam os inimigos, os pecadores, as diferenças entre as naturezas das pessoas, a negação ou a universalidade da propriedade. Elas são exclusivas. A justiça do sistema do direito tem que ver com a capacidade imunitária do direito, com a capacidade de autoprodução de tudo o quanto é jurídico, exclusivamente, pelo direito⁷³⁵.

Como na litografia “Mãos que desenham” ⁷³⁶ de ESCHER o direito é autoimplicado, uma mão desenha a outra, do direito se extrai direito e essa é a única garantia possível que pode dar o sistema jurídico nessa sociedade. É a única forma possível de tentar imunizar a sociedade a partir do direito. Resta saber, então, como

⁷³³ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 219.

⁷³⁴ Ibid., p. 220.

⁷³⁵ Como adverte Luhmann “pode ser que os filósofos moralistas opinem de maneira diferente – para o sistema do direito só existe o direito positivo”. Ibid., p. 342.

⁷³⁶ A tradução oficial é “Desenhando”, contudo, pareceu mais adequada uma tradução literal para fins desta tese.

o direito evoluciona, transforma-se, a partir de si mesmo, quais suas relações com a política, bem como resta perquirir se os movimentos sociais de protesto tem potencial de interferir (ou não) nessa autopoiética construção. Uma pista é dada por CAMPILONGO, segundo o qual “o direito desempenha, diante dos conflituos temas procedimentalizados no seu interior, um papel de imunizador da sociedade em relação a seus conflitos e, assim, também aos movimentos sociais” ⁷³⁷. Estas provocações remetem à cena vindoura.

3.4 CENA 9. COMO SE DÁ A (R)EVOLUÇÃO: DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO

O ramo brota do caule⁷³⁸.

No Brasil uma onda de movimentos sociais de protesto invadiu o país em junho passado, período em que ocorreu a Copa das Confederações sediada em terra tupiniquim. Jornais do mundo inteiro acompanharam as manifestações, que voltarão a serem abordadas no último capítulo desta tese, relatando os temas dos protestos e anunciando as principais reivindicações dos movimentos. Apesar da pluralidade de demandas e reivindicações, os movimentos parecem ter algo em comum: a esperança de poder influenciar os rumos políticos (e jurídicos) do país. A esperança de revolucionarem o mundo, os sistemas. Essa questão interessa também ao universo deste estudo.

Se uma das hipóteses de investigação da pesquisa que se apresenta consiste na indagação acerca das (im)possibilidades dos temas dos movimentos sociais de protesto contribuírem, influírem, na evolução da política e do direito, deve-se primeiro responder: afinal, ao que está-se querendo, melhor dito, o que é que se entende por evolução? É preciso retornar à gênese sociológica da ideia de evolução para esclarecer o uso da expressão no âmbito da teoria sistêmica antes de perquirir se os movimentos sociais de protesto são (ou podem ser) revolucionários no sentido por eles pretendidos e acima esboçado.

No século XIX não apenas o cenário político, mas também o jurídico e o

⁷³⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 149/150.

⁷³⁸ SERRES, Michel. *Ramos*. Trad. Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 15.

sociológico passaram por drásticas mudanças. O contraste entre mundos (feudal/capitalista) levou os primeiros sociólogos a buscarem explicações para o cenário social encontrando nele nexos de causalidade⁷³⁹. As teorias progressistas (teoria das fases) transformaram-se em ícone do período e suas ideias aparecem em COMTE e DURKHEIM. Contudo, a concepção da evolução em termos de progresso, como “um processo macro-histórico e causal (...), não sobreviveu à crítica e foi gradualmente despida de todas as suas características iniciais”⁷⁴⁰.

As teorias progressistas mantinham a lógica de reciprocidade total (ponto por ponto) entre sistema e ambiente. Nesta linha, um evento do ambiente é tido como determinador de um evento no sistema. Haveria uma cadeia de determinações que condicionariam o futuro. Isto se deu porque a inspiração, o modelo encontrado para a sociologia no século XIX, foi aquele das ciências naturais pautado nas ideias de neutralidade, causalidade e racionalidade. A analogia entre ciências naturais e sociais foi problematizada já por WEBER⁷⁴¹, mas, sobretudo, radicalizada por autores mais contemporâneos que atribuíram aos sociólogos franceses (COMTE e DURKHEIM) um pejorativo *status* de “darwinistas sociais”.

Os críticos diziam que à medida que as teses dos primeiros sociólogos promoviam “hierarquizações raciais, intelectuais, de classe”⁷⁴², corolárias à ideia – tida como problemática – de evolução, elas deveriam ser repudiadas. LUHMANN concordará com a necessidade de superação das teorias sociológicas tradicionais (as teses progressistas devem ser revistas, uma vez que suas raízes unilaterais, contínuas e irreversíveis parecem problemáticas), porém, contrariando a denominação dos críticos, propõe que a reformulação parta, justamente, das teses de DARWIN⁷⁴³.

Em LUHMANN, como ulteriormente fora referido (1º capítulo), três são as teorias basilares, mas não exclusivas, utilizadas na construção de sua meta teoria social: a teoria dos sistemas, a teoria da comunicação e a teoria da evolução. As duas primeiras já foram, em certa medida, exploradas no âmbito desta tese. Resta,

⁷³⁹ GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Trad. Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 2/12.

⁷⁴⁰ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 101.

⁷⁴¹ Conforme FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

⁷⁴² RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas**, Op. Cit., p. 87.

⁷⁴³ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 101.

contudo, esclarecer como a teoria evolucionista luhmanniana se conecta à lógica darwinista e por quais motivos, bem como porque ela interessa a esta pesquisa.

Uma das contribuições de DARWIN foi apartar uma concepção teológica da existência⁷⁴⁴, destronando a exclusividade da teoria da criação em detrimento de uma teoria racional da evolução. A partir dos estudos darwinianos (A origem das espécies), pode-se encontrar uma explicação segundo a qual de um único tipo de vida deriva-se várias outras espécies. LUHMANN fará uso dos pressupostos desta teoria⁷⁴⁵, reativando o encontro entre sociologia e biologia iniciado no século XIX, porém atualizando as interfaces a uma perspectiva contemporânea.

Cumprе referir que na descrição luhmanniana não estão encartados pressupostos moralistas, segundo os quais haveria descrições que diferem boas e más sociedades, evoluídos e atrasados grupos sociais etc., tal como aparece em COMTE e em DURKHEIM, em certa medida; até mesmo porque LUHMANN, em sua observação sistêmica, rompe com as ontológicas verdades e desloca esta análise (a da verdade) para a ideia da construção das teorias pelos observadores. Ainda, como referem LUHMANN e DE GIORGI “a teoria da evolução não é uma teoria do progresso”⁷⁴⁶. No âmbito da teoria dos sistemas, renuncia-se a associar evolução e progresso⁷⁴⁷.

À teoria da evolução darwinista LUHMANN acrescentou as contribuições da concepção biológica autopoiética, entre outras (cibernética, etc.), de forma que o desenvolvimento de uma teorização “‘da ordem a partir do ruído’ e da ‘auto-organização’”⁷⁴⁸ foi efetuada pelo autor. Conforme PEIXOTO e MONTEIRO NEVES:

A teoria da evolução e a teoria sistêmica compartilharam durante todo o século XX conceitos comuns que foram desenvolvidos na tentativa de uma teoria geral dos sistemas, que abrangesse desde a organização da matéria até a formação dos sistemas psíquicos e sociais, com elementos conceituais comuns. Estes eram os conceitos de adaptação, seleção, ambiente, evolução. A teoria dos sistemas, assim, utiliza conceitos da teoria evolutiva, e fala-se nos funcionais evolutivos que ocorrem reciprocamente nos diversos sistemas sociais e transformam ‘aquilo que é desviante’ (acontecimentos e ações desviantes) em elemento do respectivo sistema⁷⁴⁹.

⁷⁴⁴ LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria**, Op. Cit., p. 145/146.

⁷⁴⁵ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 302.

⁷⁴⁶ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 200.

⁷⁴⁷ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 348.

⁷⁴⁸ ARAUJO, Cícero; WAIZBORT, Leopoldo. Sistema e evolução na teoria de Luhmann (mais: Luhmann sobre o sistema mundial). *Lua Nova*, São Paulo, 47: 179-251, 1999, p. 179.

⁷⁴⁹ RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas**, Op. Cit., p. 88/89.

Para LUHMANN a análise darwiniana é mais “uma teoria sobre a evolução da evolução” ⁷⁵⁰, a qual busca descrever as funções evolutivas (variação, seleção, estabilização de características hereditárias), por meio de mecanismos que transformam (fazem evoluir) estruturalmente as espécies, de forma autorreferencial. Em outras palavras, “explica a evolução através do fato de que os mecanismos para a variação, para a seleção de soluções úteis e para a estabilização são diferenciados e distribuídos por subsistemas diferentes” ⁷⁵¹. Os reflexos da teoria darwiniana aparecem na teoria luhmanniana para explicar como evoluem os sistemas e subsistemas sociais funcionais.

LUHMANN verificou que na medida em que as sociedades evoluíram chegou-se a um processo de diferenciação no qual os sistemas foram formados para cumprirem diferentes funções, isto é, para solucionar diferentes problemas, reduzindo complexidade social. Cada sistema possui elementos e estruturas próprias a partir das quais poderá cumprir com a sua função de redução da complexidade a partir da orientação das comunicações. Entre estes sistemas está o sistema político o qual, como se viu, tem a função de tomar decisões coletivamente vinculantes. O direito também é um dos subsistemas funcionalmente diferenciados advindo da sociedade moderna. Convém acrescentar, neste ponto, uma explicação sobre o uso da teoria evolutiva na teoria dos sistemas, a partir da qual se poderá perquirir como evolui o sistema jurídico.

Na ótica luhmanniana, os elementos do sistema social são operações comunicativas as quais se reproduzem continuamente. Os elementos são sempre eventos que se combinam e desaparecem, não possuindo duração temporal. A combinação, seleção de relações entre elementos de um sistema constitui as estruturas, que são instáveis, todavia, ao mesmo tempo, elas permitem a estabilização do sistema, uma vez que se mantém (repetem) e se condensam, permitindo que às operações (comunicativas) se conectem novas operações ⁷⁵².

Nos sistemas sociais as estruturas são expectativas, as quais orientam as comunicações na medida em que apresentam possibilidades de comunicação. Em outros termos, as estruturas permitem a decisão sistêmica a respeito dos temas que podem ser tratados pelo sistema. O sistema social opera com base em

⁷⁵⁰ LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade**, Op. Cit., p. 102.

⁷⁵¹ Id.

⁷⁵² LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales**, Op. Cit., p. 260.

comunicações e as expectativas são os elementos da estrutura do sistema. A mudança das expectativas pode provocar mudanças (aprendizagem) no sistema. Nessa senda, esclarece CORSI que:

Esta capacidade de mutação própria das estruturas está na base não somente da possibilidade de aprender, senão também de evolução e produção de informações. A evolução, em efeito, procede selecionando e eventualmente estabilizando mutações estruturais, ao mesmo tempo em que a informação se cria nos sistemas como diferença que se deve ela mesma a mutações estruturais⁷⁵³.

No horizonte da teoria dos sistemas os sistemas evoluem quando ocorrem os processos de variação, seleção e reestabilização. De modo geral, um sistema social sofre variação quando nele se introduz uma mudança nos elementos (comunicativos). A variação produz uma modificação nos elementos do sistema⁷⁵⁴. Como informa LUHMANN “através da *variação* se modificam os *elementos* do sistema, quer dizer, as comunicações. A variação consiste na reprodução desviante de elementos por elementos do sistema. Em outras palavras, consiste numa comunicação inesperada, surpreendente” (grifos do autor)⁷⁵⁵. A variação é sempre dada por um desvio dos elementos existentes. Por óbvio que a possibilidade de variação só existe diante de seleções ulteriormente realizadas. Só se pode falar de variação dos elementos diante de uma estrutura previamente selecionada.

Havendo a variação, a seleção ocorre quando os elementos desviantes são escolhidos para funcionar como estrutura. Os processos de seleção se dão sempre internamente ao sistema. As variações selecionadas são estabilizadas pelo sistema quando as novidades são integradas às estruturas existentes, como explana LUHMANN “com base na comunicação desviante, a seleção elege as referências de sentido que tenham valor para formar estruturas, idôneas para o uso repetido, capazes de construir e condensar expectativas”⁷⁵⁶. As expectativas que não atendam à estrutura, isto é, que não tenham muita aptidão para dar força à recursividade das comunicações, são rechaçadas e deixadas ao esquecimento.

Contudo, não bastam a variação e a seleção para que se tenha o processo evolutivo de um sistema. Precisa também ocorrer a reestabilização. Haverá

⁷⁵³ CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU**, Op. Cit., p. 74.

⁷⁵⁴ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 217.

⁷⁵⁵ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., 358.

⁷⁵⁶ Id.

reestabilização quando “a variação *selecionada apresenta* duração, e, agora, como elemento do sistema, contribui para sua reprodução como unidade autopoietica” (grifos do autor) ⁷⁵⁷. Através da reestabilização se integra os sentidos da nova estrutura selecionada no sistema o que permite sua transformação (evolução). O sistema, assim, estará novamente apto para sofrer variações, seleções e reestabilizações. As possibilidades de evolução são infinitas numa sociedade complexa.

A evolução realiza a transformação de estados improváveis em prováveis⁷⁵⁸. Tanto a sociedade como os subsistemas funcionalmente diferenciados evoluem, segundo LUHMANN, por meio da relação circular entre variação, seleção e reestabilização. Nesta linha, referem LUHMANN e DE GIORGI que “na perspectiva da teoria dos sistemas, a evolução não significa outra coisa que as transformações da estrutura, já que podem efetuar-se somente no interior do sistema (de modo autopoietico), não se produzem ao arbítrio do sistema” ⁷⁵⁹. A evolução é um processo interno e coordenado internamente pelo sistema.

Em outros termos, tomando por base a teoria evolutiva de LUHMANN, tem-se que nos sistemas sociais as sequências de operações seletivas do processo comunicacional devem ocorrer por decisão autônoma dos sistemas parciais (político, jurídico). Não há que se falar em influência direta do exterior no interior. A evolução depende da mudança, autoproduzida, das estruturas do sistema e dependem, fundamentalmente, da ocorrência de reestabilização. O que pode o entorno fazer é, apenas, produzir irritações. Quando se fala em irritação está-se referindo:

À forma pela qual um sistema pode produzir ressonância em relação aos acontecimentos do meio externo, embora as próprias operações só circulem no interior do sistema e não sejam apropriadas para estabelecer contato com o meio externo (o que significaria que ocorreriam em parte internamente, em parte externamente). Esse conceito de irritação explica a duplicidade do conceito de informação. Um componente é liberado para registrar uma distinção que se inscreve como desvio daquilo que já é conhecido. O segundo componente descreve a alteração resultante das estruturas do sistema, a saber, a incorporação naquilo que como condição do sistema é tido como pressuposto para as operações seguintes. Trata-se, como se diz, de uma diferença que faz a diferença⁷⁶⁰.

Os sistemas, em outros termos, transformam irritação do ambiente em

⁷⁵⁷ RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas**, Op. Cit., p. 90.

⁷⁵⁸ LUHMANN, Niklas. *El derecho**, Op. Cit., p. 350.

⁷⁵⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 203.

⁷⁶⁰ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 47/89.

informação do próprio sistema. Mas o sistema sempre reconstrói a irritação do ambiente a partir de suas próprias operações, internamente. O ambiente nunca age diretamente em um sistema sem com isso gerar bloqueio ou corrupção sistêmica (os contatos só são possíveis estruturalmente, nunca operacionalmente⁷⁶¹). Em sendo assim, a opção por adaptação é sempre interna, do sistema.

Contudo, indubitavelmente “quanto mais complexo se torna um sistema e quanto mais forte expor-se a irritações, tanto mais variedades pode o mundo permitir sem perder em realidade” ⁷⁶². Esta declaração de LUHMANN permite ver que um sistema jurídico que se expõe, que assimila as irritações do ambiente, tais como as produzidas pelos movimentos sociais de protesto, agrega variação, se complexifica e obtém maior aderência à realidade.

Isto significa que o sistema jurídico (e também o político) quanto mais se abrir cognitivamente às irritações do ambiente, mais contato com a realidade produzirá. Tanto mais evoluídos, tantas mais transformações sofrerá um sistema quanto maior for sua abertura às ressonâncias do entorno. Quanto mais o direito se abrir às demandas dos movimentos, mais ele evoluirá, já que como anuncia CAMPILONGO “a variabilidade interna do sistema jurídico encontra espelho na mutabilidade dos temas dos movimentos sociais” ⁷⁶³. Mais variada e mais complexa será a estrutura interna do direito quanto mais ele se abrir cognitivamente ao entorno, quanto mais ele se abrir aos temas dos protestos, ainda que jamais seja possível igualar a complexidade do ambiente com a do sistema (sempre mais simplificada).

Não há que se falar se sincronia entre sistema e movimentos sociais de protesto, não há relação causal do tipo demanda/resposta entre ambiente e sistema. Há produção de ruídos que podem, ou não, serem incorporados às operações internas de um sistema, como adverte LUHMANN “o direito evolui a partir de si mesmo e o entorno social aporta impulsos causais que são os que provocam as variações e seleções eventualmente inovadoras” ⁷⁶⁴.

Fato é que nem todas as demandas dos movimentos sociais de protesto poderão ser incluídas pelo sistema jurídico (e político) até mesmo porque muitas são

⁷⁶¹ Ibid., p. 119.

⁷⁶² Ibid., p. 24.

⁷⁶³ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 129.

⁷⁶⁴ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 343.

contraditórias e incongruentes entre si. O entorno sempre será mais complexo, terá mais possibilidades do que os limites do sistema poderão tolerar. Cumpre destacar, contudo, que a opção por adaptação nunca é do entorno (não vem de fora, dos movimentos sociais de protesto), mas sempre do sistema próprio (ocorre internamente e por ativações próprias do sistema). As estruturas do sistema, portanto, guiam a sua própria evolução.

As teorias progressistas mantinham a lógica de reciprocidade total (ponto por ponto) entre sistema e ambiente. Nesta linha, um evento do ambiente é tido como determinador de um evento no sistema. Haveria uma cadeia de determinações que condicionariam o futuro. A teoria dos sistemas sociais rompe com a ideia de causalidade. Para uma causa existe uma infinidade de explicações. O problema da causalidade é um problema do observador. É o observador que eleger a causa que ele considera ou não em sua observação. A causalidade é uma construção sistêmica, a causalidade é autoproduzida vez que as causas são selecionadas pelas estruturas do sistema. Isto leva a teoria a uma resposta calcada na contingencialidade. Conforme Guilherme Leite GONÇALVES:

A ideia de causalidade autoproduzida traz duas consequências importantes para a concepção de evolução. Bloqueia qualquer pretensão de determinação de um evento do ambiente – e vice-versa – e obsta tentativas de determinação das operações passadas por aquelas futuras. Esta interrupção do vínculo de determinação, produzida pela obrigação de seleção das causas, subordina a evolução dos sistemas sociais à experiência da contingência: não existem garantias de que a atribuição de uma causa a determinado efeito tenha sido mais acertada do que se a escolha tivesse recaído sob outras alternativas⁷⁶⁵.

A influência (irritação) do entorno no sistema não é determinada de forma causal. O sistema econômico e o sistema jurídico, por exemplo, são tão somente ambiente um do outro. Alterações na economia irritariam o direito, mas não o determinam. A irritação pode ocorrer uma vez que “cada transformação de um sistema parcial é ao mesmo tempo uma transformação do entorno dos demais sistemas parciais”⁷⁶⁶. Muito embora haja uma tendência do sistema em adaptar-se ao entorno (os sistemas estagnados perecem⁷⁶⁷), não é determinante que uma

⁷⁶⁵ GONÇALVES, Guilherme Leite. Evolução, contingência e direito. In: Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas. Working Paper: 2008.

⁷⁶⁶ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 282.

⁷⁶⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 111.

alteração no ambiente repercuta e provoque irritação no sistema, que seja acolhida por ele como informação significativa.

Porém, para que ocorra a variação no sistema deve haver uma irritação do ambiente que permita a introdução de uma novidade na comunicação, a qual será tratada pelo ambiente. O sistema, portanto, precisa de instabilidade comunicativa (incerteza de expectativas⁷⁶⁸) para evoluir. Nestes termos, aduz LUHMANN que “os impulsos do entorno aparecem como causalidades que afetam os sistemas já evoluídos os quais aproveitam os impulsos reintroduzindo-lhes a um desenvolvimento dirigido”⁷⁶⁹. Resta observar como esse processo ocorre no direito.

No sistema jurídico, à luz das cenas anteriores, tem-se que se produzem expectativas normativas contrafáticas. Essa produção se autorregula por meio de um código específico (direito/não direito) articulado com um programa condicional (se/então). O direito, como um sistema autopoietico, produz direito a partir de si mesmo. Nessa senda, tem-se que o sistema jurídico evolui quando se comunicam expectativas normativas inesperadas⁷⁷⁰, isto é, quando surgem expectativas de que determinados temas se tornem jurídicos (como o fazem os movimentos sociais de protesto). Tais expectativas são desviantes, já que não se encontravam expectadas contrafaticamente no âmbito da estrutura anterior. Para que as expectativas normativas desviantes sejam reconhecidas pelo sistema jurídico como direito deve ainda ocorrer seleção e reestabilização. Não basta a ocorrência da variação.

O direito utiliza procedimentos (como, por exemplo, o procedimento judiciário⁷⁷¹) por meios dos quais se fará a seleção de quais variações serão contempladas e quais serão rechaçadas pelo sistema jurídico. Com isso não se quer afirmar que o conteúdo das decisões seja antecipável por meio dos procedimentos, ao contrário, há incerteza e abertura para o novo. Através da seleção pelos procedimentos há, apenas, a certeza de que haverá uma decisão, independentemente do conteúdo ser de antemão determinável. Os procedimentos decisórios tem uma função seletiva, nesse sentido⁷⁷².

Uma vez tomada uma decisão ela deverá ser reestabilizada no sistema que determinará o sentido abstrato a ser generalizado pelo direito, de forma que,

⁷⁶⁸ Ibid., p. 117.

⁷⁶⁹ LUHMANN, Niklas. *El derecho**, p. 347.

⁷⁷⁰ Ibid., p. 319.

⁷⁷¹ LUHMANN, Niklas. *Legitimação**. Op. Cit., p. 9.

⁷⁷² GONÇALVES, Guilherme Leite. *Evolução**. Op. Cit.

consoante CAMPILONGO “quem constrói sentido, promove seleções e governa a interpretação do sistema jurídico é o próprio sistema jurídico” ⁷⁷³. Dessa forma, expectativas normativas desviantes (tais como as tematizadas pelos movimentos sociais de protesto) por meio de um procedimento judicial serão tidas como aceitas ou rechaçadas. Será proferida uma decisão que atestará (e criará) a conformidade jurídica da expectativa desviante.

O paradoxo constitutivo do direito é que ele cria direito a partir de si mesmo, fundado em si mesmo. Para aclarar melhor como se dá a autopoiese jurídica, cumpre lembrar que o direito, assim como a política, é um sistema dotado de memória. A memória do sistema jurídico encontra-se na jurisprudência. Essa é “sensível só a si mesma, se deixa irritar apenas por si mesma” ⁷⁷⁴. Na jurisprudência imbricam-se significados imersos nos contextos das operações jurídicas. Tais contextos são, por sua vez, também o resultado de operações jurídicas. Observam-se observações ulteriormente observadas, constrói-se significados a partir de significados já construídos. A jurisprudência brota de si mesma. É uma rede de significados jurídicos, de semânticas autoimplicadas. A jurisprudência é produção de direito através de direito e é, também, produção de novos sentidos a partir de velhos sentidos. Como explica DE GIORGI “a jurisprudência, então, recupera em sua memória modalidades reconhecidas de elaboração do material decisional” ⁷⁷⁵. A jurisprudência, enquanto memória, trata de operações recursivas, que remetem umas às outras.

Recorre-se, novamente, a ESCHER e sua litografia “Fita de Moebius II” para retratar o que se acabou de dizer. Na litografia sobre uma fita “andam nove formigas vermelhas, uma atrás da outra, e elas passam sobre o lado exterior e também sobre o interior” ⁷⁷⁶. Contudo, a fita só tem uma superfície. A jurisprudência recorda também os estranhos anéis de HOFSTADTER, citado por DE GIORGI, que indicam algo de dentro do sistema que sai e incide no sistema como se estivesse fora⁷⁷⁷. Assim como as formigas, e como os estranhos anéis, a jurisprudência parece sair de si, mas apenas recorre a si. Como na “Cascata” de ESCHER na qual a água que desce e sobe é sempre a mesma e “assim, o moleiro pode manter seu moinho

⁷⁷³ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 8.

⁷⁷⁴ DE GIORGI, Raffaele. *Jurisprudencia*. (Mimeo).

⁷⁷⁵ Id.

⁷⁷⁶ ESCHER, M. C. *O mundo**, Op. Cit., p. 132.

⁷⁷⁷ DE GIORGI, Raffaele. *Jurisprudencia*. (Mimeo).

funcionando perpetuamente, vez por outra acrescentando um balde de água para compensar a perda por evaporação” ⁷⁷⁸, também a jurisprudência funciona perpetuamente a partir de si, permitindo de tempos em tempos o ingresso de novas águas na corrente já formada. Do caule brotam os ramos e, como lembra CAMPILONGO:

Reproduzir ou modificar, dar continuidade ou inovar, reforçar a reta ou desviar: um sistema complexo deve estar permanentemente aberto a essas possibilidades. Sem reprodução, um sistema perece. Metáfora recorrente dessa lógica é a que compara variação e redundância (modificação e continuidade) ao desenvolvimento do “tronco” e dos “ramos”: formato do qual derivam múltiplos resultados. Sem tronco não é possível redundância, ou seja, a continuidade da árvore. Mas sem o tronco também não há variação: a novidade é o frescor dos ramos ⁷⁷⁹.

Toda decisão jurídica deve se justificar numa rede de significados, em contextos semânticos estabilizados, isto é, na jurisprudência. E o juiz, então, “interpreta interpretações, redescreve descrições, reinsere circularidades” ⁷⁸⁰. Quando um juiz, por exemplo, fundamenta sua decisão na Constituição, que é a unidade da diferença entre política e direito, ele está construindo sentidos, ele implica-se e não pode ver isso. A evolução deriva dessa imprevisibilidade da produção de sentido que nem mesmo o produtor é capaz de ver.

Pode ocorrer que uma demanda dos movimentos sociais de protestos seja assimilada pelo direito. Pode ser que do caule brote esse novo ramo. Pode ser que a jurisprudência volte-se a si mesma para reconstruir sua semântica de modo a acolher o tema do protesto. Neste caso, igualmente à absorção de um tema dos movimentos pela política, sua assimilação jurídica implica sua morte. A assimilação do tema pelo direito representa o fim do movimento e esta é, novamente, a sua dramaturgia: a sua função reflexiva se esgota quando os movimentos perecem. Claro que eles podem ressurgir e reinventar-se, mas no triunfo jazem os movimentos. Os heróis morrem no final de sua saga. Eis seu caráter dramático.

Contudo, é certo que nem todos os temas, nem todas as expectativas desviantes, seguirão por esse caminho. Como já ressaltado, os sistemas funcionais, como o direito, deverão selecionar, incluir temas que pertencerão ao seu interior, excluindo os demais como ambiente. Dessa forma, o funcionamento do direito é

⁷⁷⁸ ESCHER, M. C. *O mundo**, Op. Cit., p. 144.

⁷⁷⁹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 111/112.

⁷⁸⁰ DE GIORGI, Raffaele. *El juez constitucional*. (Mimeo).

paradoxal (inclui e exclui, simultaneamente) e contingente (o que foi excluído pode se tornar incluído e assim sucessivamente). Evidencia-se, assim, que toda decisão jurídica advém de uma condição de indecidibilidade e, por isso, carrega o fardo de que poderia ter dito diferente do que foi e que poderá ser diferente no futuro.

Diante de uma expectativa normativa dos movimentos sociais de protesto o direito pode responder renegando-a por meio de uma decisão. A princípio isto levaria aos participantes do procedimento a adotarem uma postura cognitiva, conformando-se com a decisão. Quando o direito não aprende, quando uma expectativa cognitiva não produz variação, alterando os elementos e as estruturas do sistema, o direito segue impondo-se contrafaticamente. Contudo, os movimentos sociais de protesto “não se adaptam, não aprendem e não estão dispostos a assimilar decisões – inclusive jurídicas – que, supostamente, os discriminam, prejudicam ou excluem da distribuição dos recursos sociais” ⁷⁸¹. Os movimentos sociais de protesto, então, exploram a situação de que são apenas os afetados pelas decisões tomadas por outros. Então, o que eles fazem? Problematicam a bitolação dos códigos, denunciam os riscos das decisões jurídicas etc.

Assim como uma moeda não é cara nem coroa o direito não é o lícito ou o ilícito, mas a unidade dessa diferença. Contudo, esse paradoxo de autofundação do direito é invisibilizado pelo próprio direito. Os movimentos sociais de protesto, ao contrário, costumam revelar o potencial trágico do paradoxo, reclamam das exclusões e inclusões contínuas. Denunciam, alardeiam e não se conformam.

Os movimentos sociais de protesto tratam de denunciar que uma decisão sempre pode ser diferente do que foi. Uma decisão é, também, um paradoxo, é a unidade da diferença de alternativas. Só se decide a respeito do indecidível. O que fazem os movimentos sociais é, justamente, problematizar todos os paradoxos e problemas inerentes ao funcionamento dos sistemas sociais. Eles tematizam os temas de um sistema (do direito, da política), e também os temas de um sistema renegado por outro sistema (um tema do direito renegado pela política e vice-versa), buscando a inclusão generalizada de todos os temas na comunicação política e jurídica. Nesse sentido, a função reflexiva dos movimentos sociais de protesto consiste em que:

⁷⁸¹ Ibid., p. 105.

Surgem leituras alternativas. Afinal, 'um outro mundo é possível'! Reclama-se uma 'justiça global'. Critica-se a sociedade. (...) Quem faz a crítica aos sistemas diferenciados funcionalmente? Quem denuncia suas perversões? Quem desvela as assimetrias produzidas por sistemas que supostamente deveriam incluir igualmente a todos? *Esse papel cabe aos movimentos sociais* (grifo nosso)⁷⁸².

Entre os movimentos sociais CAMPILONGO identifica dois diferentes grupos: os movimentos de integração e os de desintegração. Os primeiros criticam os sistemas funcionais e desejam a supressão das diferenças, buscam o fim dos sistemas funcionalmente diferenciados. Agem como parasitas que exigem do hospedeiro (direito), sem se comprometer com ele. Buscam o rompimento do código direito/ não direito pela inclusão de valores outros no direito. Querem a destruição do direito e de todos os sistemas funcionais. Já os movimentos de desintegração fazem do direito um aliado. Conhecem as regras do jogo e dela tiram vantagem e, quando não tiram, aprendem, não rejeitam as decisões jurídicas, assimilam o resultado negativo e seguem tentando vitórias dentro do direito positivo. Como assevera CAMPILONGO:

Sistemas funcionais operam dentro de limitadas margens de escolha. Comportam infindáveis temas de comunicação, mas não são afeitos a tratar desses temas fora de seus mecanismos de codificação, programas específicos e engates comunicativos de operações e observações internas ao próprio sistema. Movimentos de desintegração se apercebem dessas diferenças. Utilizam os sistemas funcionais – no caso que nos interessa, o direito – de acordo com os elementos do sistema. Nos trilhos da codificação binária do direito e de suas limitadas margens de escolha, buscam produzir informação. Ao reverso, movimentos de integração hostilizam binários. São trens descarrilados. Na linguagem mitológica e fabular de LUHMANN, cavalgam moralmente cavalos selvagens. Sem rédeas nem cabrestos pelos cantos da sociedade: no lugar de informação, ruído e irritação da sociedade pela sociedade⁷⁸³.

Nesta linha, os movimentos sociais de protesto cooperam, competem, agem predatoriamente ou ainda parasitam o direito. Quando evocam interpretações criativas, fundamentam tecnicamente os pedidos, colaboram para a viabilização de uma decisão que gere variação, cooperam. Quando buscam alternativas ao direito (e não o direito alternativo), geram competição. Desejam substituir o direito. Quando querem apenas desautorizar o Judiciário, denunciar sua parcialidade, suas

⁷⁸² CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 14/15.

⁷⁸³ Ibid., p. 150/151.

contradições, atuam como predadores do direito. Quando parasitam acoplam-se e alimentam-se do hospedeiro, retiram dele energia⁷⁸⁴.

Seja como for o que precisam se dar conta os movimentos sociais de protesto é que embora bitolados por códigos binários, esta é a maneira na qual os sistemas parciais da sociedade, tais como o direito, conseguem atualmente lidar com seus problemas reduzindo (e produzindo) complexidade social. Os sistemas, codificados, por meios de seus programas e recorrendo a sua memória selecionam, incluem e excluem temas simultaneamente. Suas decisões, assim, serão sempre contingentes. E nisso não há apenas desvantagens aos movimentos. O direito amanhã poderá ser outro. Do caule sempre poderá romper um novo ramo. Como também pode secar, crescer, florescer, morrer e renascer. De qualquer maneira, é certo que no direito, quando se produz uma decisão, excluem-se, ao mesmo tempo, outras alternativas. O sistema jurídico é sempre, contudo, uma alternativa às alternativas dos movimentos.

Cumprido, ainda, referir que quando o direito decide, sendo a decisão um paradoxo, o que ele realiza é a distribuição de riscos⁷⁸⁵, isto é, expande a imprevisibilidade. Isso não se vê porque os sistemas costumam invisibilizar seus paradoxos. Mas, se suas decisões são sempre contingentes, “o direito não tem como evitar os riscos”⁷⁸⁶. Numa perspectiva sistêmica, o risco passa a derivar da contingência advinda da complexidade⁷⁸⁷ da sociedade (distinguindo entre o que foi e o que não foi decidido)⁷⁸⁸.

O risco das decisões jurídicas fica evidente, também, uma vez que a decisão jurídica trabalha apenas sobre uma “realidade” jurídica, da qual ficam pré-excluídas todas as demais realidades da sociedade complexa. LUHMANN denomina esse problema de policontextualidade, cujo conceito significa que:

a sociedade cria numerosos códigos binários e os programas que dependem destes, e ademais começa com criações de contextos que têm diferenciações muito distintas (ultimamente, de novo: homens/mulheres). A

⁷⁸⁴ Ibid., p. 167/168.

⁷⁸⁵ Id.

⁷⁸⁶ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 131.

⁷⁸⁷ Conforme Luhmann “a complexidade significa obrigação à seleção, obrigação à seleção significa contingência, e contingência significa risco”. LUHMANN, Niklas. *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*. Barcelona: Paidós, 1990, p. 69

⁷⁸⁸ SCHWARTZ, Germano. *O tratamento jurídico do risco no direito à saúde*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 41.

lógica tampouco se escapa desta regra, sem dúvida, pode entender seu contexto específico como a simplificação da policontextualidade. Se algo é inevitável, então um dos contextos emerge como aspecto indireto para a diferenciação dos outros como, por exemplo, o contexto político de governo/oposição para a rejeição da diferenciação verdade/falsidade⁷⁸⁹.

Em outros termos: tudo que acontece, acontece simultaneamente, ou seja, tem-se policontextualidade. Isso significa incontabilidade. No direito, isto significa que as decisões jurídicas não têm condições cognitivas para observar toda a complexidade do ambiente. A decisão jurídica está obrigada, como condição de possibilidade, a manter-se dentro da estrutura do sistema jurídico. Então, logo se pode ver que todos os demais sentidos não jurídicos como os gerados na economia, na política, na ciência, na religião etc., não são observáveis pela estrutura do sistema jurídico. O futuro é apenas provável, não há determinismos. Nesse sentido, as decisões jurídicas, contingentes, são sempre arriscadas, pois não há como controlar o futuro.

O direito, então, o que faz é decidir na incerteza e distribuir riscos. Ele revela, assim, não apenas a sua dramaturgia, mas sua comédia⁷⁹⁰. O direito não pode tratar o risco. E os movimentos sociais de protesto tampouco o fazem. Eles são como os cavaleiros do conto de abertura desse ato, cavalgando moralmente cavalos selvagens, como ironizou LUHMANN, crendo ver o todo e acreditando no seu potencial justiceiro, na sua observação acertada dos fatos.

Já o direito, como Maomé, não consegue lidar com as incongruências dos movimentos, os quais observa, a não ser distribuindo os riscos. O sistema jurídico só pode abrir-se a algumas demandas e deixar outras à deriva e o faz sem garantias quanto ao futuro. Como um caramujo ele, apenas, pode espiar às vezes para fora para logo voltar-se a si mesmo a fim de proteger-se das ameaças, para imunizar-se e imunizar a sociedade. Sua forma de imunização é tão somente aquela que garante que apenas do direito advirá direito. A garantia do direito é a sua autopoiese.

As observações sociológicas, como as desta tese, podem ver, como Alá, tudo isso, mas diferente de Alá ela tem pontos cegos. O que fazem, então, os movimentos, diante desse cenário grotesco, de tragicomédia? Eles colocam-se no

⁷⁸⁹ LUHMANN, Niklas. *La ciencia**. Op. Cit., p. 468

⁷⁹⁰ DE GIORGI, Raffaele. Es una comedia? Es una tragedia? (Mimeo).

lugar dos afetados pelas decisões dos outros e, ao mesmo tempo, agarram-se em suas seguranças, denunciando os riscos.

Os riscos, então, passam a ser manipulados como temas dos movimentos sociais de protesto na sociedade moderna. Eles exigem do direito e da política providências. Os movimentos sociais de protesto clamam por seguridade e denunciam os riscos das decisões. Eles protestam por um mundo seguro para todos. Mas será o que o risco se opõe, de fato, à segurança? Será possível aos sistemas funcionais decidirem pelo lado seguro? Pode-se, realmente, controlar o futuro como desejam os movimentos sociais de protesto? Tais questões remetem ao ato final.

CAPÍTULO IV – QUARTO ATO: SÓ SE OBSERVA O OBSERVÁVEL - A SOCIEDADE DE RISCO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO: DRAMATURGIA, FUNÇÃO E AQUISIÇÕES EVOLUTIVAS

Pai (poeta) - Quando você olha ao redor, o que vê?
Caos absoluto
Mas visto de cima, visto como se fosse por Deus
de repente tudo se encaixa.
Meus filhos acreditam que manifestações, protestos e eventos
Acreditam que essas coisas possam não apenas provocar a sociedade,
mas também transformá-la.
(Filho) - Com assim? Se Langlois é destituído, não devemos fazer nada?
Se imigrantes são deportados,
estudantes espancados, não devemos fazer nada?
(Pai) - Só estou dizendo que um pouco de lucidez não faria mal.
(Filho) - Então estão todos errados, menos você?
Na França? Itália? Alemanha? Estados Unidos?
(Pai) - Antes de poder mudar o mundo, deve entender que você é parte dele.
Não podem ficar observando de fora.
(Filho) - É você quem está de fora⁷⁹¹.

Os temas se constroem através da comunicação. A produção do sentido se promove através da comunicação. O tema central desta tese é o de descrever a função dos movimentos sociais de protesto. Como hipótese tem-se que nas transformações do direito e da política os movimentos sociais de protesto tenham uma função. Existiam muitas possibilidades de se abordar este tema⁷⁹². Escolheu-se aquela que parte do horizonte da teoria dos sistemas sociais. Para esta teoria a transformação da temporalidade é um problema constitutivo e não só semântico da sociedade.

Com base na teoria dos sistemas sociais tem-se que tudo o que acontece, acontece na sociedade. Ainda, tudo que acontece na sociedade acontece no tempo. E qual é este tempo? Todas as sociedades tiveram uma representação do tempo. Elas temporalizaram o tempo.

⁷⁹¹ BERTOLUCCI, BERNARDO. *Os sonhadores*. Imprensa, França: Fox Home Entertainment. Vídeo, 114 min. color. son. 2003.

⁷⁹² E, deve-se frisar que, tal como apontou De Giorgi, “já temos a certeza de que os temas que usamos como objetos, ou os objetos que usamos como temas, são uma construção nossa, giramos agora em torno de nós mesmos, enquanto continuamos girando em torno do vazio”. DE GIORGI, Raffaele. Sobre o direito: Kafka, Dürrenmatt e a ideia de Luhmann sobre o camelo. In: *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 4. , n. 7, janeiro-junho de 2007, p. 29-43, p. 29.

A primeira sociedade que se considera moderna a si mesma é a sociedade atual⁷⁹³. Foi no âmbito desta sociedade que se construiu a semântica do risco, que se produziram alarmes. Foi nesta temporalidade que o risco se transformou em fonte inesgotável de protestos. Se algo é arriscado, se produz riscos, fala-se em prevenção, em cálculo, em previsão, se cobra providências, se protesta no presente contra os danos futuros, como se eles fossem algo evitável.

Na sociedade atual, o risco é tido como algo evitável. Mas será mesmo assim? Tem razão os movimentos sociais de protesto quando gritam pedindo mais segurança, mais controle, menos danos? O que é que não podem observar os movimentos sociais de protesto quando marcam o lado do risco? O risco se opõe à segurança? Há alternativas para essa alternativa? Há alternativas aos movimentos sociais de protesto? Seriam eles também, como o risco, produto e produtores dessa sociedade? Qual seria, então, a função dos movimentos sociais de protesto? Quais as aquisições evolutivas que se podem observar por meio da observação sistêmica advindas da articulação dos movimentos sociais de protesto, da política, dos meios de comunicação de massa, da opinião pública, do risco e do direito? O que se vê e o que não se vê? É possível romper com os pontos cegos das teorias? Ou o que há são apenas (distintas) cegueiras?

SARAMAGO dizia que o sentido de seus romances é o de produzir desassossego⁷⁹⁴. A origem do desassossego é o de romper com as ideias postas, como aquelas que dizem ser a política responsável por resolver todos os problemas sociais, como aquelas que pensam ser o ordenamento jurídico capaz de realizar justiça, como aquelas que acreditam que os riscos possam ser evitados. O desassossego, isto é, produzir questionamentos, ajuda a pensar de maneira diferente. Leva a pensar e ver o que não se vê e pensar no que não se pensa. Leva a produzir inquietudes. Se se produzem inquietações, se se produzem dúvidas, se produzirá algo que tenha sentido. Então, para desassossegá-lo, para produzir dúvidas e sentidos, tem início o último ato.

⁷⁹³ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 386.

⁷⁹⁴ Conforme consta na apresentação do site da Fundação José Saramago, diz o outrora ganhador do prêmio Nobel de Literatura “escrevo para desassossegá-lo, não quero leitores conformados, passivos, resignados”. Disponível em: <http://josesaramago.org/354654.html>, acesso em 09/05/2013.

4.1 CENA 10. ENSAIO SOBRE A (NOSSA) CEGUEIRA OU A HISTÓRIA SEM FIM: A SOCIEDADE DO RISCO

Eu escrevi um poema triste
E belo apenas da sua tristeza.
Não vem de ti essa tristeza
Mas das mudanças do Tempo,
Que ora nos traz esperanças
Ora nos dá incerteza...⁷⁹⁵

Em “Ensaio sobre a cegueira” o personagem inicial da trama de José SARAMAGO depara-se com uma situação inusitada “estou cego, estou cego, repetia com desespero enquanto o ajudavam a sair do carro, e as lágrimas, rompendo, tornaram mais brilhantes os olhos que ele dizia estarem mortos”⁷⁹⁶. Logo mais a cegueira que atingiu o homem tornou-se surto, alcançando pouco-a-pouco toda a população. Tratava-se, contudo, de uma cegueira “branca”, problema para o qual não existia nenhuma solução alicerçada em experiências anteriores. A partir de então, tudo passou a ser ressignificado, o futuro perdeu todas as suas vazões de segurança. Não havia nada no passado que pudesse indicar um caminho para os novos cegos. Tudo estava aberto. Uma única pessoa (a mulher do médico), poupada milagrosamente da doença, podia observar tudo e descrever as cenas do livro. Ela, contudo, teve que se fingir de cega para poder acompanhar o marido no isolamento (manicômio) ao qual todos foram levados, num primeiro momento, a fim de conter o surto. Pouco adiantou, pois logo todos estavam cegos, menos ela.

A mulher do médico era uma observadora de segunda ordem e só porque ela via o que os outros não viam o livro se fez possível. Foi ela também que testemunhou a inescrupulosidade humana, dizendo sobre a imprevisibilidade da ação do outro que “é preciso esperar, dar tempo ao tempo, o tempo é que manda, o tempo é o parceiro que está a jogar do outro lado da mesa, e tem na mão todas as cartas do baralho, a nós compete-nos inventar os encartes com a vida”⁷⁹⁷. Mas, o que é o tempo? E o que o tempo reserva para o futuro? Há um futuro determinado, há um futuro determinável? Há como movimentar o presente para garantir um futuro

⁷⁹⁵ QUINTANA, Mario. *A cor do invisível*. São Paulo: Globo, 2003, p. 86.

⁷⁹⁶ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷⁹⁷ Ibid., p. 301/302.

específico? Podem-se minimizar os riscos do futuro? “O que será o amanhã, responda quem puder” ⁷⁹⁸.

Para descrever adequadamente como a construção da semântica do risco se produziu, bem como a fim de relacioná-la aos movimentos sociais de protesto, é necessário ter em conta que todas as sociedades tiveram uma representação do tempo. Elas temporalizaram o tempo de modos diferentes. “As distintas sociedades utilizaram distintos modelos de tempo” ⁷⁹⁹. Para os gregos, por exemplo, era constitutivo da sociedade o passado e o problema do presente era continuar o passado, atuar de maneira a reproduzir o que já havia acontecido. A estabilidade estava na reinclusão de tudo na cosmologia, na reprodução da ordem do Cosmos⁸⁰⁰. Diké, que era a representação da justiça⁸⁰¹, tinha como função a realização da justiça por meio da reconstrução da ordem universal. Diké tinha como irmã as horas⁸⁰², a temporalidade, a representação do tempo. Para os gregos o futuro se controlava pelo passado.

Os romanos, que tiveram uma herança dos judeus instituída na lógica do pecado e da culpa, viam o moderno como algo perigoso. Consideravam a novidade como algo perigoso, pois era algo não experimentado, sem provas⁸⁰³. Também eles eram ligados ao passado.

Os cristãos inventaram a ideia de culpabilidade, de determinabilidade, e, a partir disto, para se garantir o futuro era apenas necessário agir de maneira específica. O diferente era o pecado e, como revela DE GIORGI “a constatação do pecado permite imputar o dano à perversão da vontade daquele que age” ⁸⁰⁴. Os futuros até então eram tidos como determinados, o problema, então, era só conhecê-lo⁸⁰⁵.

A humanidade no passado vivia o tempo da eternidade⁸⁰⁶. A primeira sociedade que se considera moderna a si mesma é a sociedade atual. Essa

⁷⁹⁸ SIMONE. O amanhã. *As melhores (coletânea)*. Letra de João Sérgio. Rio de Janeiro: Sony, 1988.

⁷⁹⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 77.

⁸⁰⁰ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, tempo**. Op. Cit., p. 76.

⁸⁰¹ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. São Paulo: Atlas, 2003.

⁸⁰² Conforme SILVEIRA, Denis Coitinho. *Os sentidos da justiça em Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 57.

⁸⁰³ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, tempo**. Op. Cit.

⁸⁰⁴ DE GIORGI, Raffaele. *O risco**. Op. Cit., p. 49.

⁸⁰⁵ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit.

⁸⁰⁶ Conforme Marcondes Filho “assim pensava a humanidade no passado. Seu tempo era o tempo da eternidade, em que para frente, no futuro, estendia-se uma linha interminável, assim como era a linha

representação permite a essa sociedade dizer de si mesma que é mais desenvolvida, que é a mais presente no presente. O centro do progresso é onde se produz o presente. A partir desta representação se consegue chegar à representação na qual o homem faz, toma decisões, leva o passado até o presente.

A sociedade moderna se representa uma ideia diferente de construção do futuro. Primeiramente, isto se deu através dos conteúdos de sentidos chamados de Iluminismo, das ideias de uma razão aberta para todos. A função da razão se transforma numa referência universal, no período iluminista, e tem uma função na eliminação do privilégio. “O século passado, mas também este que acabou de começar, vincularam seu tempo histórico ao paradoxo da razão”⁸⁰⁷.

O tempo em que opera a razão, em que se constrói a sociedade não é mais a eternidade, tampouco é o passado. Se a sociedade se pode representar como moderna ela não se interessa mais pelo passado e pelo futuro, só pelo presente. Trazendo HEGEL pode-se dizer que o presente é o agora⁸⁰⁸, mas no momento que se diz agora o agora não existe mais.

Do passado pode-se dizer que é uma temporalidade que não existe mais. Do futuro que é uma temporalidade que não existe ainda⁸⁰⁹. A representação do presente é a representação de um paradoxo: é a unidade da distinção entre a diferença futuro/passado⁸¹⁰. O presente é o que não é mais passado e que ainda não é futuro. Pode-se indicá-lo através de negações e duplas negações. O presente é a realidade que não têm realidade. “Desde a perspectiva da ontologia o presente seria um nada – nada como unidade da distinção entre passado e futuro”⁸¹¹. Mas, como esta realidade pode ser constitutiva da realidade?

O presente é o tempo que não tem tempo. Não se pode representar nada que não seja no presente, mas não se pode representar o presente. O presente só pode ser representado de forma paradoxal, como a unidade da diferença⁸¹². E cada vez que se constrói algo esta unidade se transforma.

para trás, no passado, igualmente infinita”. MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca tempo: é no lento que a vida acontece*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 12.

⁸⁰⁷ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 385.

⁸⁰⁸ SERRA, Alice Mara. O infinito negativo: primeiro escrito de Hegel sobre o tempo. In. *Revista eletrônica de estudos hegelianos*. Ano 8, n. 14, Junho/2011, p. 73-80, p. 74.

⁸⁰⁹ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**, Op. Cit., p. 153.

⁸¹⁰ DE GIORGI, Raffaele. O direito *. Op. Cit., p. 386.

⁸¹¹ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**. Op. Cit., p. 249.

⁸¹² DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 386.

A temporalidade do agir não é a temporalidade cronológica. Já os gregos sabiam disso ao distinguir Khronos e Kairós⁸¹³. A temporalidade social não é a mesma de cada temporalidade psíquica. O único presente que se está produzindo nesse momento é o presente dessa comunicação. Cada um destes presentes não possui uma ontologia que levará ao futuro. Cada um deles se abre aos futuros sem saber a qual futuro⁸¹⁴.

Qualquer acontecimento não só consome tempo, mas também produz tempo, porque o futuro é sempre diferente do que era antes. Então, a sociedade moderna é a unidade que se considera moderna. A ideia do presente é a representação dos passados que não existem mais. É uma ideia paradoxal do presente. Tudo o que acontece, acontece só no presente e, como refere LUHMANN “tudo o que acontece, acontece simultaneamente”⁸¹⁵. Tal fato, dirá DE GIORGI leva à necessidade de reconhecer a contingência do futuro, de forma que:

Se considerarmos que tudo o que acontece, acontece no presente, podemos ver que, nesta sociedade, não podem existir centros de controle, autoridades que ofereçam últimas palavras, seguranças na construção da realidade, que forneçam certezas para o futuro. Os vínculos que a sociedade precisa para construir o futuro podem assumir unicamente o caráter modal da contingência. Podia ser diverso de como é⁸¹⁶.

Sabe-se muito pouco do passado e nada do futuro. Os futuros são abertos e esta é a primeira sociedade que tem estes futuros abertos, não têm determinações.

Se em outras sociedades os futuros eram tidos como determinados e o problema era só conhecê-lo, não havia riscos concebidos. Então, não só essa ideia de tempo, da modernidade da modernidade, mas também a ideia de risco é uma construção moderna.

Parafraseando MARCONDES FILHO pode-se afirmar, contudo, que a sociedade de risco não surgiu de repente, como para Gregório, que ao ter acordado descobriu que havia se transformado numa barata⁸¹⁷. Como surgiu essa ideia de risco, de uma sociedade de risco, em risco?

As primeiras civilizações não tratavam do risco da mesma forma como ele é tratado hoje. A ideia de risco, inclusive, não fazia parte do imaginário social dos

⁸¹³ RIBEIRO, Joaquim Chaves. *Vocabulário e fabulário da mitologia*. 1 ed. São Paulo: Martins, 1962.

⁸¹⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 55.

⁸¹⁵ LUHMANN, Niklas. *El derecho**, Op. Cit.

⁸¹⁶ DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit., p. 387.

⁸¹⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca**, Op. Cit., p. 7.

povos precursores; estes explicavam o mundo muito baseado nos mitos. Nas sociedades “sem escrita” ⁸¹⁸ prever o futuro, bem como, de certa forma, controlá-lo, era privilégio dos deuses. Os processos de adivinhação também regiam o futuro neste período em que inexistia uma concepção de risco, pois se acreditava que o futuro não era passível de controle humano. Assim, o homem estava totalmente à mercê dos fenômenos que ocorriam ao seu redor. O futuro pertencia aos deuses até então.

Quando o cristianismo ascendeu, nas sociedades pré-industriais, a concepção de risco passou a ser associada ao pecado e à compensação ou ira de um único deus. O futuro continuou um mistério, mas passaram a existir padrões claros de conduta moral e de fé com os quais se poderia ter ajuda divina ⁸¹⁹. A Igreja instituiu a noção de culpa e “o pecado surge como um equivalente funcional servindo de explicação para a desgraça” ⁸²⁰.

Com a Reforma e o advento da modernidade, a razão toma o centro das questões mundanas. O racionalismo transforma a concepção de risco e admite um certo controle das situações. Nesta fase é que a palavra risco começa a ter uso corrente. Na verdade, apenas ao largo da transição da idade média para a modernidade é que se começa a usar a expressão risco ⁸²¹.

Deste modo, a passagem para a modernidade ⁸²² é marcada pela noção de que o futuro depende dos homens e não é uma escolha dos deuses ⁸²³. Há também uma ruptura com a concepção medieval que associava a ideia de dano à de pecado. Ocorre uma mudança de perspectiva: o que as sociedades antigas atribuíam à sorte, as sociedades modernas atribuem ao risco ⁸²⁴.

A *concepção moderna de risco substitui a de destino*, pois introduz a compreensão de que boa parte dos acontecimentos antes entendidos como

⁸¹⁸ Termo adotado pelo antropólogo Lévi-Strauss. LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 29.

⁸¹⁹ BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 18

⁸²⁰ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 51.

⁸²¹ Id.

⁸²² Adota-se a posição de Giddens para quem modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p. 11.

⁸²³ BERNSTEIN, Peter L. Op. Cit.

⁸²⁴ BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

fatalidade são, na verdade, uma consequência das próprias atividades e decisões humanas, em vez de exprimirem significados ocultos da natureza ou intenções indizíveis da Deidade⁸²⁵.

Num primeiro momento, isto conduziu à análise sistemática da probabilidade (a medida de confiança que algo vai acontecer), e chegou-se ao limiar da quantificação do risco, o qual remetia à frequência dos eventos passados. O cálculo das probabilidades se tornou a matéria-prima dos seguros⁸²⁶. Tradicionalmente, portanto, o risco recebeu um tratamento estatístico, ou seja, recorreu-se aos cálculos de risco; o racionalismo convencionava que, dentro do possível, os danos deveriam ser evitados⁸²⁷.

Hodiernamente constata-se a necessidade de se efetuar uma correção importante no interior do modelo quantitativo de cálculo de risco. Às conhecidas discussões sobre o cálculo, percepção, valoração e aceitação do risco, se soma a problemática da seleção dos riscos, a qual não obedece relações de causalidade⁸²⁸.

Apesar disso, ainda alimentam-se os mecanismos de tomada de decisão com os dados passados, acreditando em suas relações de causalidade previsíveis. Isso, inclusive, no direito.

Fato é que com a sociedade moderna se representou uma ideia nova, distinta, de construção do futuro. Como assinalou LUHMANN “a sociedade moderna representa o futuro como risco”⁸²⁹. E, como bem acrescenta DE GIORGI, “se o representa, o constrói”⁸³⁰. Foi no âmbito dessa sociedade, portanto, que se construiu a semântica do risco. Mas o que isto, de fato, significa? E de que maneira isso se liga aos movimentos sociais de protesto? Em que medida a sociedade de risco interessa a esta pesquisa?

A sociedade moderna, representada largamente pela razão, fundamento sem fundamento, “referência destituída de referências”⁸³¹, ao não poder sair do paradoxo da racionalidade, “não podendo renunciar a representação do futuro como dever ser, protege-se do presente declarando a sociedade moderna como sociedade

⁸²⁵ TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

⁸²⁶ BERNSTEIN, Peter L. Op. Cit.

⁸²⁷ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit.

⁸²⁸ LUHMANN, Niklas. El concepto del riesgo. In: BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996, p. 124.

⁸²⁹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 81.

⁸³⁰ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 389.

⁸³¹ Ibid., p. 384.

do risco, como sociedade em risco” ⁸³². Os primeiros sociólogos a pensarem modernamente o risco foram Ulrich BECK, Anthony GIDDENS e Niklas LUHMANN.

BECK acompanha a passagem da sociedade industrial de massa para o que ele define como sociedade de risco. Segundo o sociólogo, os novos riscos além de emergirem escapando de todas as instituições de controle da era moderna ainda são produtos destas próprias instituições, são produtos da própria tentativa de controle. A degradação ambiental, por exemplo, é colocada como uma das principais consequências não previstas pela lógica da sociedade moderna, embora esteja nela a base da sua produção ⁸³³.

Para BECK a sociedade global dos riscos é observada como uma sociedade de riscos inasseguráveis ⁸³⁴, sendo que a própria sociedade industrial produziu suas ameaças e se autotransformou em sociedade de risco ⁸³⁵. Assim, decorre do desenvolvimento da sociedade moderna a produção de riscos políticos, ecológicos e individuais que escapam, devido à sua proporção, ao controle e proteção das instituições existentes ⁸³⁶.

A sociedade industrial, segundo BECK, produziu seus próprios perigos que viajam com o vento (nuvem atômica), com a água (chuva ácida) e colocam em crise as fronteiras tradicionais de proteção (especialmente a dos Estados-Nacionais) ⁸³⁷. Todavia, para BECK os riscos dependem das decisões e, em princípio, podem ser controlados; já o perigo escapa ou neutraliza os requisitos de controle da sociedade industrial.

Por sua vez, GIDDENS ⁸³⁸ concebe o risco como algo diante do qual não se pode escapar; dividindo-se em dois tipos: o risco exterior e o risco provocado ⁸³⁹. A forma típica do risco exterior seria aquela originada pela natureza, em suma, aquela que nos chega de fora; o risco provocado, por sua vez, resulta do impacto das

⁸³² Ibid., p. 385.

⁸³³ BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nova modernidad*. México: Paidós, 1998.

⁸³⁴ As armas de destruição massiva, a ameaça da bomba nuclear, de um vazamento em uma Usina Nuclear não poderiam ser compensada em termos de prêmios de seguros.

⁸³⁵ BECK, Ulrich. *La sociedad**. Op. Cit., p.13.

⁸³⁶ BECK, Ulrich. Teoría de la sociedad del riesgo. In. BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

⁸³⁷ BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002, p. 49.

⁸³⁸ GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 73.

⁸³⁹ Floriani explica que “o risco externo, associado mais com a idéia de natureza, independente das ações humanas e, portanto, da tradição distingue-se cada vez mais do risco fabricado ou criado pelo impacto crescente do conhecimento e da técnica sobre o mundo”. FLORIANI, Dimas. *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá, 2004, p. 66.

criações tecnológicas sobre o meio⁸⁴⁰. GIDDENS, assim, refere que a novidade desses últimos riscos aumenta a sua incontrollabilidade. Isto é, o aprimoramento do risco provocado impede o enfrentamento desses através de premissas de certeza⁸⁴¹.

Para GIDDENS há um acréscimo de risco à medida que o homem aprimora o risco provocado e justamente devido à novidade desses riscos não se pode enfrentá-lo a partir de premissas de certeza. Exemplificando: as vítimas de Chernobil e do uso de produtos transgênicos não são ainda, totalmente, conhecidas, nem as suas consequências. Outro exemplo controverso é o do aquecimento global: derivaria esse do risco provocado?

GIDDENS destaca a necessidade de se encarar o risco como algo positivo, pois é necessário aceitar o risco para que se possa geri-lo⁸⁴². O risco, então, seria algo controlável.

BECK possui uma teoria que se detém no plano político-institucional da produção e distribuição dos riscos, já GIDDENS analisa os embates tradição/moderno e destino/risco/segurança. O primeiro concentra-se na escala coletiva e o segundo faz a ponte entre o coletivo e o individual. Ambos trazem a discussão do risco como inerente à modernidade reflexiva. Ambos opõem o risco à segurança.

Quando se pensa em risco se pensa em algo que seja oportuno evitar, que seja oportuno não fazer⁸⁴³. Pensa-se em danos evitáveis, em danos que decorrem das decisões de alguns poucos, submetendo a muitos. Pensa-se em vítimas. Esta semântica, dado seu potencial para tornar visíveis escândalos, converte-se numa fonte inesgotável de temas para protestar, e para noticiar, afinal através da lógica do risco se pode “alarmar a sociedade”⁸⁴⁴. Como menciona DE GIORGI:

Segundo alguns, a catástrofe é iminente e inevitável. Segundo outros, apenas uma revolução universal pode salvar a sociedade. Outros, ainda, pedem o retorno a uma fé comum; outros suplicam que sejam salvas, pelo menos, a natureza ou as gerações futuras⁸⁴⁵.

⁸⁴⁰ GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 1997, p. 35.

⁸⁴¹ GIDDENS, Anthony. *As consequências**. Op. Cit.

⁸⁴² Mais ou menos como na psicanálise, onde o reconhecimento do “trauma” faz com que se possa administrá-lo de forma “positiva”.

⁸⁴³ LUHMANN, Niklas. *Sociologia del**, Op. Cit., p. 56.

⁸⁴⁴ Ibid., p. 47.

⁸⁴⁵ DE GIORGI, Raffaele. *O risco**. Op. Cit., p. 54.

O tom catastrófico dessa sociedade ajusta-se ao perfil temático dos movimentos sociais de protestos, uma vez que estes tendem a observar a sociedade “com base em suas consequências” ⁸⁴⁶. O risco permite imputações, permite a busca por culpados, o risco remonta à ideia de responsabilização. Daí podem derivar múltiplos temas para protestos. Daí também podem derivar muitas notícias dos meios massivos. E o tema do risco pode ser refletido no espelho da opinião pública na qual a política se vê, podendo irritá-la.

A tematização dos riscos pelos movimentos sociais de protesto facilitou a difusão do assunto nos meios massivos, tornando o tema relevante socialmente. Conforme DE GIORGI “o tema do risco tornou-se objeto de interesse e preocupação da opinião pública, quando o problema da ameaça ecológica permitiu a compreensão de que a sociedade poderia produzir danos incontrolláveis” ⁸⁴⁷. Os movimentos sociais de protesto tornaram rapidamente conhecidas as ameaças ecológicas e incitaram a desconfiança em relação às tecnologias⁸⁴⁸. Eles inseriram o tema risco no âmbito dos seus protestos, o encenaram, o dramatizaram e com isso chegaram aos meios de comunicação de massa e confirmaram sua significância no espelho da opinião pública⁸⁴⁹. Com isso, alarmaram também a política.

No mote das denúncias tematizadas pelos movimentos sociais de protesto está a própria sociedade. Ao incorporar o tema do risco, os movimentos reclamam das consequências produzidas nessa sociedade. Muitas vezes o cunho do protesto caminha no sentido de querer substituir as construções atuais pelas construções pugnadas como melhores pelos movimentos. Outras vezes não propõem nada, apenas reclamam dos outros e lhes imputam responsabilidades. Protestam na sociedade como se estivessem fora dela, como se falou no primeiro capítulo desta pesquisa.

Contudo, tal como ocorre como as formigas de ESCHER, a fita (a sociedade) é sempre a mesma. Não se está de fora, mas sempre dentro. São esses estranhos anéis que não conseguem ver os movimentos sociais de protesto quando opõem o risco à segurança como o fazem BECK e GIDDENS. Há alternativas para essa alternativa? Uma alternativa é a proposta no horizonte da teoria dos sistemas.

⁸⁴⁶ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 377.

⁸⁴⁷ DE GIORGI, Raffaele. *O risco**. Op. Cit., p. 54.

⁸⁴⁸ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 191.

⁸⁴⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 189.

Enquanto BECK e GIDDENS compreendem o risco em oposição à ideia de segurança, LUHMANN estabelece o risco em oposição ao perigo⁸⁵⁰, colocando a segurança como uma ficção operativa do sistema, de forma que:

Daremos outra forma ao conceito de risco. Nos serviremos, mais concretamente, da distinção entre *risco* e *perigo*. Esta distinção supõe (e assim se diferencia precisamente de outras distinções) que há uma insegurança em relação aos danos futuros. Pode considerar-se que o possível dano é uma consequência da decisão, e então falamos de risco e, mais precisamente, do risco da decisão. Ou bem se julga que o possível dano é provocado externamente, é dizer, é atribuído ao meio ambiente; e neste caso, falamos de perigo⁸⁵¹.

Nesta perspectiva, não há que se falar em segurança nas decisões. Não há como evitar o risco. A noção de segurança deixa de ser algo delimitável e passa-se a compreender que todo processo de decisão é contingente. Esta visão aponta para o leque de opções abertas ao futuro quando se coloca o risco como ponto reflexivo das decisões.

No âmbito da teoria de Niklas LUHMANN o conceito de risco implica o reconhecimento de que as decisões condicionam as possibilidades de danos futuros, ainda que não se saiba de que modo este processo ocorra. Segundo LUHMANN é impossível uma decisão ser tomada num contexto de oposição risco/segurança. A única oposição existente é entre risco e perigo⁸⁵². Como reforça DE GIORGI:

De fato, se nos liberarmos do fascínio ilusório e ameaçador proveniente da ideia de segurança e, como alternativa ao risco inerente às decisões dos sistemas, considerarmos o perigo como possibilidade de verificação de um dano no futuro que uma outra decisão poderia evitar, então, poderemos ver que, na sociedade moderna, se produz redução do perigo e incremento do risco⁸⁵³.

Nessa senda, o risco é lido como associado ao processo decisório e o perigo como associado a não participação no processo decisório. Veja-se o exemplo do fumante: ao decidir-se por fumar, o fumante passa a submeter-se às consequências

⁸⁵⁰ Como explica Rocha “a diferença entre risco e perigo está ligada à possibilidade ou não da tomada de decisões. Por exemplo, um motorista de automóvel corre risco ao dirigi-lo numa auto-estrada, já o passageiro corre perigo. O motorista decide as manobras a serem executadas, e o carona apenas observa”. ROCHA, Leonel Severo. Análise pragmático-sistêmica e teoria do direito. In. *Revista Faculdade de Direito*. N. 11. Caxias do Sul: UCS, 2000, p. 56.

⁸⁵¹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit., p. 65.

⁸⁵² Id.

⁸⁵³ DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit., p. 390.

de sua escolha, ainda que ninguém possa precisar, com certeza, se ele, por exemplo, terá ou não um enfisema pulmonar, câncer ou impotência sexual. Isto significa que a decisão por fumar é contingencial. Da mesma forma, optando por não fumar, nada garante que o não fumante não terá enfisema pulmonar, câncer ou impotência sexual. A decisão por não fumar também é contingencial. Por outro lado, o perigo ocorre quando uma pessoa que não participou no processo decisório sofre as consequências da decisão tomada por outra pessoa. Assim, o fumante passivo está submetido ao perigo e não ao risco, já que a escolha de outrem afetará a sua vida, sem que tenha havido uma decisão pessoal do agente. Risco implica decisão, perigo implica estar suscetível à decisão de outrem, significa não ter podido decidir e arriscar-se.

A diferenciação risco/perigo expõe a faceta sempre arriscada das decisões, permite verificar que a tomada de uma decisão no presente condiciona o que acontecerá no futuro, ainda que não se saiba como, e que tais decisões deverão ser tomadas sem existir uma certeza sobre o que de fato ocorrerá. Afinal, a negação da aceitação dos riscos é em si mesma um fator arriscado.

Neste bojo, o processo de decisão - a que estão expostos os sistemas funcionais político e jurídico - sempre será contingencial (devido a sua seletividade) e, portanto, implicará risco. Isto significa que a decisão tomada pode não ser a correta, mas ela alivia a contingência (o excesso de possibilidades). Dessa forma, não há como decidir optando pelo lado seguro, porque a segurança não existe (ou existe apenas como ficção operativa do sistema). Como aponta LUHMANN:

é impossível que existam situações nas quais se possa – ou inclusive, que se tenha que – eleger entre risco e segurança, entre uma alternativa arriscada e outra segura. Este problema nos obriga a ajustar mais precisamente nossa conceitualização. Com frequência se afirma tal possibilidade eletiva. A alternativa aparentemente segura implica então a dupla segurança de que não surja nenhum dano e de que se perca a oportunidade que possivelmente poderia realizar-se por meio da variável arriscada. Sem dúvida, este argumento é enganoso, posto que a oportunidade perdida não era, em si mesma, nenhuma coisa segura⁸⁵⁴.

Neste escopo, surge então a questão de saber se o direito pode orientar-se às suas consequências. SCHWARTZ verifica que:

⁸⁵⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do**. Op. cit., p. 64.

a decisão jurídica é uma seleção contingencial que visa a (re)construir o futuro (variável) com base no passado (invariável – fato), procurando-se apreender o nó cego que é o presente (que só pode ser entendido pela distinção passado/futuro). Desse modo, uma decisão jurídica é dada em determinado tempo. Mais, produzirá tempo. Que tempo? Futuro se produz diferença; passado, quando sublima a repetição⁸⁵⁵.

As decisões jurídicas, então, apresentam-se, apenas, como alternativas⁸⁵⁶ (velhas ou novas), de modo que “a própria decisão a respeito da mudança ou da manutenção do Direito torna-se objeto da decisão”⁸⁵⁷. O risco do sistema jurídico evidencia-se uma vez que ao direito não é permitido não decidir, mesmo alegando a existência de lacunas ou a inexistências de normas legais⁸⁵⁸. Ou seja, as decisões no sistema jurídico possuem, também, caráter autopoietico e paradoxal⁸⁵⁹. O paradoxo se apresenta, pois a decisão é motivada pela impossibilidade da não decisão o que leva o direito a autopoieticamente se recriar, testar e reutilizar decisões anteriores⁸⁶⁰, ora abrindo-se ao novo ora reiterando o velho.

O risco é entendido, assim, como uma “aquisição evolutiva do tratamento das contingências que, se exclui toda a segurança, exclui também todo o destino⁸⁶¹”. O direito, então, não pode se orientar com base nas suas consequências senão na dicotomia probabilidade/improbabilidade que é a fórmula de vínculos com o futuro.

Nesta perspectiva, não se pode mais falar em decisão segura, pois os acontecimentos sociais são provocados por decisões contingentes (poderiam ser de outra forma). Entende ROCHA que:

o risco é um evento generalizado da comunicação, sendo uma reflexão sobre as possibilidades de decisão. A sociedade moderna possui condições de controlar as indeterminações, ao mesmo tempo que não cessa de produzi-las. Isto gera ao “paradoxo” na comunicação. Nesta ordem de raciocínio, concordamos com Luhmann, no sentido de que a pesquisa jurídica deve ser dirigida para uma nova concepção da sociedade centrada

⁸⁵⁵ SCHWARTZ, Germano. *O tratamento**. Op. Cit., p. 147.

⁸⁵⁶ Como afirma Luhmann “a decisão tem sempre que ver com uma alternativa: um dos caminhos elegíveis – os quais, por sua vez, contêm situações, acontecimentos e também subsequentes decisões que resultam desta primeira decisão”. LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit., p. 369.

⁸⁵⁷ NICOLA, Daniela Ribeiro Mendes. *Estrutura**, Op. Cit., p. 235

⁸⁵⁸ Como reforça Luhmann “o futuro depende de decisões que se tomam no presente e que uma vez postas em marcha, são irreversíveis”. LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 38

⁸⁵⁹ Como refere Magalhães “para a teoria dos sistemas autopoieticos o termo paradoxo se refere a um fenômeno da observação e da descrição – o fato de que a aceitação de uma descrição tenha como consequência a aceitação de uma descrição oposta”. MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. O uso criativo dos paradoxos do direito: a aplicação dos princípios gerais do direito pela corte de justiça europeia. In: ROCHA, Leonel Severo (org.). *Paradoxos de Auto-observação: percursos da teoria jurídica contemporânea*. Curitiba: JM Editora, 1997, p. 249.

⁸⁶⁰ SCHWARTZ, Germano. *O tratamento**. Op. Cit., p. 147

⁸⁶¹ DE GEORGI, Rafaela. *Direito, democracia**. Op. Cit., p. 198.

no postulado de que o risco é uma das categorias fundamentais para a sua compreensão⁸⁶².

Como aludido, os riscos, numa concepção luhmanniana, são entendidos como uma forma de descrição presente do futuro, isto é, tendo em conta os riscos é possível optar entre as alternativas possíveis. Em suma, o risco implica aceitação de que a forma do futuro é a forma da probabilidade⁸⁶³. E, nestes termos:

Se o futuro tem que ser visto sob o aspecto do somente provável, quer dizer, do improvável, de isto se infere que no presente a diferença de opiniões se reproduza continuamente. Pode ser que se manifestem desejos por mais informação, mais participação, mais diálogo, mais acordos ou precisamente como protesto⁸⁶⁴.

O caráter de contingência do futuro, o risco do futuro contingente pode também explicar os motivos que levaram o tema a se tornar um dos principais focos dos movimentos sociais de protesto na atualidade⁸⁶⁵.

Nessa sociedade a chance de se ser afetado pelas decisões dos outros e a percepção de que se produzem, cada vez mais, decisões arriscadas nos sistemas funcionais, como o direito e a política, incita protestos. Leva à problematização das construções sociais, bem como de todos os sistemas funcionais, uma vez que em última instância toda decisão poderia ter sido diferente e com isso deixado de produzir o dano.

Essa sociedade torna-se reflexiva, já que “o temor de que algo saia mal tem aumentado e com ele se aumenta o risco que se atribui às decisões”⁸⁶⁶. Essa sociedade, na medida em que torna o conflito e a contingência como seus elementos constitutivos e evolutivos dependerá e produzirá cada vez mais movimentos sociais de protesto. E, como enfatiza LUHMANN:

A diferenciação risco e perigo, em particular, o agravamento da decisão arriscada e da condição de ser afetado indica dependências socioestruturais. Nisto – como mostramos acima – se deve pensar, sobretudo, na diferenciação funcional da sociedade e na codificação dos sistemas funcionais. Uma sociedade estruturada desta maneira produz em séries situações afins ao protesto, e logo introduz a seleção para extrair

⁸⁶² ROCHA, Leonel. *Da epistemologia**. Op. Cit., p. 36.

⁸⁶³ LUHMANN, Niklas. *Observaciones de la modernidad: racionalidade y contingencia en la sociedad moderna*. México: Paidós, 1997, p. 131.

⁸⁶⁴ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 186.

⁸⁶⁵ Ibid., p. 186.

⁸⁶⁶ Ibid., p. 40.

uma ou outra para a formação de sistemas no sentido dos movimentos de protesto⁸⁶⁷.

Por meio dos protestos essa sociedade apresenta sensibilidade com relação às consequências das decisões estruturais, contingentes, que permeiam a sociedade mesma⁸⁶⁸. Como referem LUHMANN e DE GIORGI “a sociedade moderna encontrou uma forma da autopoiese para observar a si mesma: em si mesma contra si mesma”⁸⁶⁹, trata-se dos movimentos sociais de protesto. São eles que problematizam temas deixados de lado pelos sistemas funcionais, são eles que questionam a decisões dos sistemas funcionais, são eles que revelam o “lado B” da sociedade moderna e o paradoxo constitutivo das decisões.

O risco entra em questão quando se verifica que, paradoxalmente, o que possa ocorrer no futuro depende das decisões tomadas no presente. Nessa perspectiva, a contingência é percebida como um valor próprio da sociedade moderna, estando, indiscutivelmente, relacionada com a ideia de risco. Não existe decisão segura, isenta de risco. Assim, tanto uma decisão política como uma decisão jurídica ao serem tomadas abrirão a “caixa de pandora” dos protestos. Uma vez que nem o direito e nem a política poderão controlar o futuro de suas decisões, imunizando-as contra os riscos, tampouco terão condições de imunizá-las contra os protestos.

As decisões de todos os sistemas funcionais e suas consequências imprevisíveis no futuro se constituirão em fonte de novos e novos protestos. Os temas dos movimentos sociais de protestos não se esgotarão. Eles podem saltar de um tema ao outro⁸⁷⁰, de um risco a outro, no âmbito desta sociedade que reduz complexidade e aumenta complexidade continuamente.

Nesse ponto, cabe uma observação de segunda ordem a respeito da atuação dos movimentos sociais de protesto os quais podem protestar contra alguns riscos, mas não sem gerar outros, uma vez que eles:

Identificam organizações as quais se define como causadores do mal e que estão em condição de pagar, motivo pelo qual é amplamente possível tratar sobre os necessários acordos conciliatórios. Mas, como consequência de tais acordos, se produzem novos tipos de riscos, por exemplo, aqueles para

⁸⁶⁷ Ibid., p. 187.

⁸⁶⁸ Ibid., p. 191.

⁸⁶⁹ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 379.

⁸⁷⁰ Ibid., p. 190.

as empresas pequenas que, como consequência da nova regulamentação, ficam excluídas dos negócios, enquanto as empresas grandes se podem restabelecer em direção a alternativas cujo perigo não se descobriu ainda. Por certo período parece que o manejo simbólico dos perigos e das desvantagens estão colocados nos lugares adequados. Mas em cada momento podem nascer novos protestos⁸⁷¹.

A sociedade moderna incrementa riscos, transforma perigos em riscos. Por exemplo, com a criação do guarda-chuva, refere LUHMANN, se transformou o perigo da chuva (não decorrente de decisões) em risco (decorrente de decisões) e daí a decisão por levar ou não levar o guarda-chuva, bem como a possibilidade de perdê-lo ou quebrá-lo pode significar danos, tudo isso sendo produto das decisões⁸⁷². O que fazem os movimentos sociais de protesto é criticar os “guarda-chuvas”, denunciar suas fragilidades, alterar para o risco do esquecimento. Por vezes propõem como alternativa a “capa de chuva”, muitas vezes nem isso. Mas o que não veem é que a alternativa ao risco não é a segurança senão um outro risco.

O que não veem os que não veem que não veem, ou melhor, o que não veem os movimentos sociais de protesto é (como já anunciado no primeiro ato) que sua atitude é de colocar-se como melhor que os demais, quando na verdade, tudo o que conseguem fazer é assemelhar-se a Satanás. Utilizam a técnica de “assinalar um limite em uma unidade contra essa unidade”⁸⁷³. Assim, caem em tentação de se “considerar melhor e com isto perde(m) de vista a existência de Deus”⁸⁷⁴. Os movimentos sociais de protesto pensam ver o que os outros não veem, pensam observar tudo como a mulher do médico (a única poupada pela doença)⁸⁷⁵. Porém, eles são também cegos quando usam o tema do risco opondo-o à segurança.

Não há nenhum olhar privilegiado sobre a realidade. Não há nenhuma instância social que seja capaz de escolher melhor, de ver melhor. Quando os movimentos sociais de protesto tematizam o risco eles o confrontam, como BECK e GIDDENS, com a segurança. Mas a segurança não é o oposto do risco. Ao risco opõe-se o perigo e toda decisão está exposta ao risco, assim como não decidir também é um risco. Claro que os movimentos sociais de protesto podem protestar contra a energia nuclear, mas eles não podem colocar-se num lugar acima da

⁸⁷¹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 378/379.

⁸⁷² Id.

⁸⁷³ LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría**, Op. Cit., p. 377.

⁸⁷⁴ Id.

⁸⁷⁵ SARAMAGO, José. *Ensaio**. Op. Cit.

sociedade, também eles não sabem o que será da sociedade se essas usinas não forem instaladas. Ninguém sabe, porque essa é a sociedade dos futuros abertos, dos riscos.

Não existe uma decisão segura. Não há seguro quanto ao futuro. Decide-se no presente, mas o futuro continuará incontrollável. Toda decisão é arriscada, incontrollável quanto a seus efeitos futuros. Essa sociedade, como os cegos de SARAMAGO⁸⁷⁶, tateia para ver porque não pode ver.

É justamente nessa sociedade, a sociedade que concebe o risco, que os protestos têm mais vazão. Ao mesmo tempo, é nessa sociedade que se pode observar que os movimentos sociais de protesto ao indicarem os riscos não veem os perigos e ao terem seus temas contemplados pelo direito ou pela política na forma de decisão não terão uma solução definitiva para os problemas sociais, mas sim terão um futuro aberto com novos temas para protestar, como novos riscos, danos.

Contra a arrogância dos que pensam ver melhor, opõem-se os pontos cegos. Mas ao responder assim, não estaria também LUHMANN vitimado por sua teoria numa posição que evoca para si um acesso privilegiado das observações? Essa pergunta remete à leitura do apêndice desta pesquisa. Não há tempo para elaborá-la com mais cuidado por ora e, como um determinado coelho⁸⁷⁷, segue-se com pressa para não se chegar atrasado.

Os movimentos sociais de protesto com seus temas, especialmente quando fazem uso da temática do risco, transmitem a impressão de que há um único mundo e “de que afora ele só há o deserto”⁸⁷⁸. Sua função de alarme, de reflexividade, contudo, só se operacionaliza diante da ilusão de que os sistemas possam ser controlados desde o entorno, com a ilusão de que poderá dar-se a transformação (controlável) dos sistemas desde fora, da ilusão de causalidade e determinismos. Porém, como todos os sistemas, os movimentos sociais de protesto operam na cegueira e só podem operar nessas condições.

Tudo o que podem fazer os movimentos sociais de protesto é, mediante seus temas, provocar ruídos e irritações comunicacionais. Os ruídos e irritações do ambiente são essenciais à dinâmica dos sistemas, que operam como operam, a partir de si mesmos, mas abertos cognitivamente ao entorno. Os sistemas, tais com

⁸⁷⁶ Id.

⁸⁷⁷ A referência remete ao livro *Alice no País das Maravilhas*. CARROL, Lewis. *Alice**. Op. Cit.

⁸⁷⁸ MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca**, Op. Cit., p. 9.

o direito e a política, adaptam-se ao entorno, evoluindo, transformando-se permanentemente e abrindo-se aos futuros sempre novos, arriscados e incertos.

Nesse sentido, se pode começar a ver a função de integração dos movimentos sociais de protesto ao unirem sob o tema dos riscos o direito e a política, fazendo para tanto uso dos meios de comunicação de massa e do espelho da opinião pública (tema que será melhor debatido nas cenas subsequentes).

Cumpre rememorar, contudo, que não há opções seguras ao futuro. Essa é uma autoilusão dos movimentos sociais de protesto que pensam ver melhor e pugnam pelo aceite de suas (pseudo)certezas. Sem a autoilusão, porém, os protestos provavelmente não existiriam. A cegueira é, nesse sentido, condição de possibilidade para a existência dos movimentos. Cegamente também direito, política, meios e comunicação de massa e opinião pública se irritam, muitas vezes, a partir do tema do risco alardeado pelos movimentos sociais de protesto.

Toda decisão como as tomadas no âmbito da política, do direito, como as advindas do acolhimento das irritações provenientes dos temas comunicados pelos movimentos sociais de protesto, passam a serem vistas no horizonte da teoria dos sistemas sociais como um processo complexo, caracterizado pelo risco, ou seja, que tem o risco como variável imanente e que deve absorver insegurança. Com isso se quer dizer, concordando com Tércio FERRAZ JR., que:

absorção de insegurança significa, pois, que o ato de decidir transforma incompatibilidades indecidíveis em alternativas decidíveis, ainda que, num momento subsequente, venha a gerar novas situações de incompatibilidade eventualmente até mais complexas que as anteriores. Absorção de insegurança, portanto, nada tem a ver com a ideia mais tradicional de obtenção de harmonia e consenso, como se em toda decisão tivesse em jogo a possibilidade e eliminar-se o conflito. Ao contrário, se o conflito é incompatibilidade que exige decisão é porque ele não pode ser dissolvido, não pode acabar, pois então não precisaríamos de decisão, mas de simples opção que já estava, desde sempre, implícita entre as alternativas. Decisões, portanto, absorvem insegurança, não porque eliminem o conflito, mas porque o transformam⁸⁷⁹.

Tudo o que podem fazer os sistemas funcionais é absorver inseguranças, transformar conflitos e distribuir riscos. Os sistemas funcionais, portanto, operam cegamente e assemelham-se “com um viajante de trem, que só conhece um país ou

⁸⁷⁹ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução**. Op. Cit., p. 313.

um povo através de seu vagão”⁸⁸⁰. Tudo o que há são códigos bitolados, incertezas e cegueiras.

Os danos futuros podem ou não ocorrer. O futuro está aberto e é incerto, todavia os futuros presentes serão determinados de maneira desejável ou indesejável, mas não se sabe nesse momento como ocorrerão, como explica LUHMANN, “podemos, sem dúvida, saber agora que nós mesmos e outros observadores saberão no futuro presente qual é o caso e que julgarão sobre este de modo diferente do que fazemos no presente”⁸⁸¹. Conquanto talvez isso não ocorra de maneira unânime, o futuro sempre é um horizonte aberto para tematizar as não decisões, isto é, a contingência do futuro e seus riscos permitem a formulação de novos temas (para protestar, inclusive).

É certo que os novos temas lançados na sociedade pelos movimentos sociais de protesto apresentam algo crucial: eles revelam as contingências do mundo, assinalam que “há outros mundos, outras formas de viver”⁸⁸². Os movimentos movimentam, desassossegam como diria SARAMAGO⁸⁸³. E sem desassossego há causalidade, determinismo, fatalidade. Contra a fatalidade (nossa) de cada dia, têm-se os movimentos sociais de protesto! Cumpra perquirir porque e em que medida essa é a sociedade do risco, mas também dos movimentos sociais de protesto, bem como os ganhos evolutivos daí advindos, especialmente para os sistemas funcionais. Nessa atmosfera de mistérios, incertezas, perplexidades e esperanças, abrem-se as cortinas do penúltimo ato.

4.2 CENA 11. A SOCIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO: DRAMAS REVELADOS

A evolução social é geradora de conflitos⁸⁸⁴.

“É só do incerto que pode vir o novo, a transformação, o enriquecimento”⁸⁸⁵. Os riscos da sociedade moderna revelam as incertezas, deixam cair as máscaras

⁸⁸⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca**, Op. Cit., p. 33.

⁸⁸¹ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**, Op. Cit., p. 59.

⁸⁸² MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca**, Op. Cit., p. 9.

⁸⁸³ Vide nota 793.

⁸⁸⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 120.

das seguranças e descortinam um rosto impreciso, o rosto do novo, da transformação, das possibilidades de enriquecimento e não apenas das catástrofes (conquanto as chances de haver danos não possa ser eliminada ou controlada desde o passado). É no presente que se constrói o futuro sem se saber qual.

A sociedade moderna é representada pela semântica do movimento⁸⁸⁶, agora despojada das vestes da racionalidade e aberta a um horizonte sem fim de possibilidades e de sentidos que, prontos para serem resgatados, naufragam ao redor de ilhas que são os sistemas funcionais.

Essa sociedade que considera a si própria como moderna é a sociedade da contínua mudança, “da contínua produção do que é outro”⁸⁸⁷. Nesse eterno vir a ser, se o risco é característico dessa sociedade, os movimentos sociais também o são. “Não por acaso, há quem defina a sociedade moderna tanto como sociedade dos movimentos sociais quanto sociedade do risco”⁸⁸⁸.

A sociedade moderna é a sociedade que permite ver os paradoxos da decisão, que é sempre a unidade da diferença entre alternativas, bem como os paradoxos fundantes dos sistemas funcionais, que sempre elegem alguns temas, excluindo outros. Permite ver que sempre pode vir o novo e a transformação, uma vez que tudo que é poderia ser diferente. Tanto o fato do risco ser característico dessa sociedade como o fato de nela se proliferarem os temas de protesto são sintomáticos. O risco revela a faceta da complexidade da sociedade, da contingência e da possibilidade das decisões ocasionarem danos no futuro, sempre aberto. Os movimentos sociais de protesto, por sua vez, também revelam a faceta da complexidade dos sistemas sociais, da contingência dos sistemas e da possibilidade das decisões se abrirem ao novo, à variação que levará à transformação, à evolução, sem se saber qual.

À diferença de outras sociedades, essa sociedade está abandonada a si mesma. Isso quer dizer que ela não tem suporte, não tem apoio em representações da sociedade que deixam descrevê-la como produzida pela vontade de Deus, como produzida por determinações naturais etc. Então, a sociedade moderna não dispõe mais dos grandes “contos”, das grandes descrições da sociedade como outras

⁸⁸⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. *Perca**, Op. Cit., p. 69.

⁸⁸⁶ DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit., p. 387.

⁸⁸⁷ *Ibid.*, p. 386.

⁸⁸⁸ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 31.

dispunham. Em outros termos, ela não tem mais uma ontologia como era possível, por exemplo, com a sociedade da idade média, com a sociedade da nobreza, com a sociedade na representação do marxismo, na representação do liberalismo. Essa sociedade, além disso, não tem fins últimos para alcançar, para perseguir. Nesse sentido, a sociedade está abandonada a si mesma⁸⁸⁹. Como refere DE GIORGI:

Desde o momento em que a sociedade moderna começou a considerar-se moderna, as características da modernidade estão em mudança contínua. Também, em contínua mudança, estão as semânticas que representam aquelas características. Sobre o plano das operações se realizam através da estrutura da sociedade moderna, *aquilo que caracteriza sua recursividade é a capacidade de autotransformação. A sociedade moderna, em outras palavras, é caracterizada pelas ordens que se substituem a partir de si e, portanto, pela contínua produção daquilo que é outro*. Esta sociedade torna-se instável a partir de si e não pode ser observada através da distinção entre ordem e desordem. Ordem e desordem não podem se confrontar entre si. Podemos dizer, então, que, já no âmbito de suas operações, *a sociedade moderna não tolera nenhuma ontologia. Esta sociedade depende inexoravelmente de si, é deixada, como escreveu Luhmann, a si mesma, sem alternativas*⁸⁹⁰ (sem grifos no original).

Então, o que faz essa sociedade? Ela pode utilizar, para realizar a sua representação, as representações que constituem as semânticas que estão segmentadas na opinião pública. A semântica, como se viu na terceira cena/item, constitui sentidos, conteúdos de sentido dignos de serem conservados na sociedade. Como indicou LUHMANN:

Todas as sociedades conhecem não somente a linguagem senão ademais os modos de expressão nela condensados: nomes, palavras especiais, modos de expressão, definições de situações e receitas, provérbios e relatos mediante os quais se conserva a comunicação digna de ser conservada para voltar-se a utilizá-la. A tais condensações chamamos semântica⁸⁹¹.

A semântica, nesta linha de raciocínio, é o conjunto de sentidos por meio dos quais uma sociedade se representa a si mesma. Em sendo assim, o que significa dizer que essa sociedade pode utilizar, para realizar a sua representação, as representações que constituem as semânticas que estão segmentadas na opinião pública? Cumpre retomar o tema para evitar confusões.

⁸⁸⁹ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit.

⁸⁹⁰ Ibid., p. 387.

⁸⁹¹ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, Op. Cit., p. 570.

Por opinião pública, revisitando a conceitualização exposta no segundo capítulo desta pesquisa, não se refere à opinião dos indivíduos. Identificam-se com o conceito as segmentações de sentido que são altamente vulneráveis às novidades. Ela é um meio de observação de segunda ordem que permite à política observar-se. Os temas da opinião pública, como se viu, buscam captar a atenção política. Dessa forma, só aqueles temas que tenham essas características (que tenham vocação para chamar atenção) podem interferir no que se construirá como opinião pública. Pode-se notar aqui que a opinião pública será sensível aos temas dos movimentos sociais de protesto, uma vez que os movimentos difundem temas com potencial para chamar a atenção.

A opinião pública é sensível aos temas novos, que portam conflitos, que trazem dados quantitativos e provocam alarmes. Essas mesmas características encontram-se muito fortemente nos temas portados pelos movimentos sociais de protesto daí sua forte conexão. Deve-se acrescentar que, como esclarece LUHMANN, os temas da opinião pública são rapidamente introduzidos e difundidos em parte pela atuação dos movimentos de protesto “que operam próximo aos meios de comunicação de massa, mas, sobretudo, se deve aos próprios meios de comunicação de massa” ⁸⁹². As sedimentações de sentido, portanto, que estão segmentadas na opinião pública, apresentam relações com os temas dos movimentos sociais de protesto e ganham projeção por meio dos meios massivos.

Os meios de comunicação massiva são um tipo especial de meios de difusão. Para fins deste estudo, como ulteriormente referido, consideram-se meios de comunicação de massa todos aqueles meios de difusão da comunicação que são fabricados massivamente, isto é, em grandes quantidades e que se servem de meios técnicos de reprodução, impossibilitando identificar o público para o qual se difunde a comunicação ⁸⁹³.

Os meios massivos, como se viu, operam seleções da realidade (refletidas como opinião pública) na dimensão material, temporal e social. Seleciona-se realidade na dimensão material por meio da seleção de dados quantitativos cujas cifras sejam importantes, na dimensão temporal por meio da seleção de temas novos e na dimensão social buscando conflitos. Dessa maneira, os meios massivos

⁸⁹² Ibid., p. 932.

⁸⁹³ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 36.

criam, reproduzem, a partir de seus seletores (vide cena 4), o conteúdo comunicado na esfera pública (e a opinião pública é a esfera pública da política). Mas como isso se dá?

Cumpre rememorar que os meios de comunicação de massa não apenas absorvem comunicação, como a estimulam. Eles, nesse sentido, irritam a sociedade, tornando a comunicação recursiva. E, retomando LUHMANN, tem-se que um tema projetado nos meios massivos que:

ganhar popularidade e se converter em moda, assume então a função de uma estrutura do processo de comunicação. Torna-se parte integrante da opinião pública, no sentido que lhe dá o nosso conceito; aparece num artigo da imprensa diária, o que pressupõe que todos conhecem os antecedentes do tema. O fato de ele aparecer como uma coisa evidente impede que seja rejeitado. O tema, em si mesmo, já não está disponível para recusa, mas apenas as opiniões e debates sobre ele⁸⁹⁴.

Nessa senda, tem-se que no âmbito da sociedade moderna, funcionalmente diferenciada, os meios massivos interferem no surgimento da opinião pública⁸⁹⁵. Conta como opinião pública aquilo que é, efetivamente, produzido como opinião pública⁸⁹⁶. Devido ao caráter massivo dos meios de comunicação a realidade construída por eles converte-se em realidade partilhada por um grande número de pessoas. Os meios de comunicação de massa produzem tendências, atuam “manipulando” a opinião pública⁸⁹⁷. A sociedade gera, assim, uma imensa rede de opinião pública. A comunicação constantemente selecionada pelos meios massivos é, portanto, “causa e efeito da constituição da realidade social”⁸⁹⁸ e também é o meio através do qual os temas dos movimentos sociais de protesto projetam-se como temas da opinião pública.

A função da opinião pública foi identificada, no segundo capítulo, como a de legitimar a produção de temas para a política. Em outros termos, a função da opinião pública é a de promover, dar recursos de consenso político, sendo que ela é altamente vulnerável, isto é, é uma opinião que todos os dias pode ser vulnerada,

⁸⁹⁴ Ibid., p. 13.

⁸⁹⁵ NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann**, Op. Cit., p. 304.

⁸⁹⁶ Ibid., p. 291.

⁸⁹⁷ Ibid., p. 75.

⁸⁹⁸ SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. A opinião pública e políticas públicas de educação para o consumo: instrumento de transformação da realidade social. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 19-36, jan-jun 2011, p. 22.

ferida e reconstruída na sua sensibilidade através dos meios de comunicação de massa. A opinião pública é altamente vulnerável e aberta aos novos temas.

A função da opinião pública é a de permitir que o sistema político observe seu entorno (os subsistemas que estão no ambiente) de forma a possibilitar que o operar do sistema político se realize conforme o resultado dessa observação⁸⁹⁹. Em outros termos, ela funciona como observação de segunda ordem para a política. Um tema que aparece como tema da opinião pública nos meios massivos tem grande potencial de irritar a política e tornar-se um tema político. Assim, quando os movimentos sociais de protesto conseguem acoplarem-se à opinião pública e aos meios massivos, ele aproxima-se do seu fim, no sentido de que ele tem altas chances de tornar-se um tema da política, esvaziando o sentido do movimento, o qual absorvido perecerá.

Dito isso, retoma-se à pergunta: o que significa dizer que a sociedade moderna pode utilizar, para realizar a sua representação, as representações que constituem as semânticas que estão segmentadas na opinião pública?

A sociedade moderna, abandonada a si mesma, por não ter referências ontológicas de sentido⁹⁰⁰, pode utilizar como tema de sua representação os temas que se encontram na opinião pública, as semânticas que circulam e que se reproduzem na opinião pública. Sendo que a opinião pública e os meios de comunicação de massa precisam sempre de novidades (informações que fazem a diferença), essa sociedade tem a necessidade de dispor sempre de mais temas que tenham essa característica. Isso é, necessitará cada dia mais de temas novos, capazes de chamar a atenção. Precisarà sempre mais de informações com potencial de fazer a diferença.

Nesse ponto se pode observar como a semântica do risco fornece inúmeros temas para a representação da sociedade moderna. Os temas do risco são temas sempre novos que produzem sensação de vulnerabilidade, preocupação, medo e que lidam com grandes quantidades. A ameaça de grandes catástrofes preocupa, gera pânico e pode ser retratada com números que impressionam. Dessa forma, quando, por exemplo, se diz que 500 milhões de metros quadrados de floresta estão ameaçados, essa informação tem maior apelo do que apenas dizer que se está destruindo a mata da floresta amazônica. O risco pode produzir uma sensação de

⁸⁹⁹ Id.

⁹⁰⁰ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 390.

que o mundo pode acabar amanhã, de que se está vulnerável. Ele enfatiza medos. Ele revela quantidades alarmantes.

Os temas do risco incluem, implicam, aprimoram, dessa maneira, a via da potencialidade. Tem-se a ameaça de uma epidemia universal, tem-se a ameaça da destruição universal. Os riscos remetem às potencialidades.

Como parece bem evidente os temas do risco são temas com forte apelo e, portanto, tornam-se facilmente a bandeira de diversos movimentos sociais de protesto. Eles tornam-se temas para diversos e diferentes movimentos fechados na forma protesto/não protesto. Essa força informativa do risco ativa, então, as relações entre meios de comunicação de massa, movimentos sociais de protesto e opinião pública. Assim, também, configuram-se como latência temática para a política.

É dessa forma que a opinião pública e os temas do risco, anunciados pelos meios massivos e anunciados pelos movimentos sociais de protesto, constroem a realidade da sociedade. É assim que a sociedade moderna, abandonada a si, representa-se pelos temas da opinião pública que são também temas dos movimentos, do risco e dos meios massivos.

A essas condições (de risco, de alarme, de novidades contínuas) a sociedade precisa sempre incrementar a tomada de decisões. A política, assim, deverá tomar decisões sobre esses temas, o direito também deverá tomar decisões, as organizações da economia tomarão decisões etc.. A realidade (comunicativa), então, se produzirá continuamente através das tomadas de decisões e revisão dessas tomadas de decisão. A sociedade se reproduzirá. Essa situação agudiza a função do direito como sistema da imunização da sociedade. Veja-se por quê.

Na linha do raciocínio até então desenvolvido, a sociedade quando produz realidade comunicativa, através dessa produção ela produz ameaças contra si, frente às quais precisará reagir. Em que consistem essas ameaças? Numa perspectiva luhmanniana as ameaças se dão na forma de conflitos derivados da falta de congruência e da existência de contradições entre os diversos sistemas sociais que operam concomitantemente e simultaneamente, isto é, em razão da policontextualidade da complexa sociedade moderna.

Havendo simultaneidade e inexistindo um centro de controle nessa sociedade, os sistemas sociais solucionam conflitos (decidem sobre um tema) e geram também novos conflitos para os sistemas e para o entorno (novos temas

surtem a partir do tema selecionado). A solução de um risco no direito, por exemplo, pode implicar um risco para a economia quando se monetariza o risco, o que no direito é muito frequente⁹⁰¹.

O sistema jurídico, contudo, reage a isso tudo se imunizando e imunizando a sociedade. E como o faz? O direito imuniza-se e imuniza a sociedade quando sua decisão cinge-se ao seu código próprio e aos programas próprios. Isso impede que haja corrupção, melhor dito, impede o bloqueio da sociedade pelo uso de códigos de outros subsistemas no âmbito do sistema jurídico. O direito imuniza-se e imuniza a sociedade dessa forma, mas não deixa de produzir decisões contingentes, arriscadas e, portanto, atua distribuindo riscos (como o é monetarizar o próprio risco⁹⁰²).

Esse cenário de policontextualidade e de tomada simultânea de decisões nos diversos sistemas é, sem dúvidas, um dos terrenos mais férteis à cultura dos movimentos sociais de protesto. Na simultaneidade de decisões incongruentes, enfim, em toda a estruturação dessa sociedade se encontra o tecido no qual se pode tecer, construir uma realidade comunicativa conflitiva, tendo como base os temas dos movimentos sociais de protesto.

O que se pode ver, também, é que os movimentos sociais de protesto exercem uma importante função de gerar, permanentemente, instabilidade no ambiente⁹⁰³, na periferia dos sistemas e, com isso, oferecer potencialidade de variações aos sistemas funcionais. E essa produção é incessante. Vejam-se os motivos.

Sendo que os movimentos sociais de protestos não podem terminar com a elaboração de temas, não podem se concluir com o alcance dos resultados porque isso leva a sua morte, eles precisam sempre construir novas ameaças, mantendo a realidade na forma da potencialidade. Nesse sentido, essa não é apenas a sociedade de risco, mas também é a sociedade dos movimentos sociais de protesto⁹⁰⁴. É a sociedade que não pode parar de gerar movimentos sociais de protesto, de alertar para as ameaças, que tem os movimentos como condição de

⁹⁰¹ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 391.

⁹⁰² DE GIORGI, Raffaele. O risco*. Op. Cit., p. 53.

⁹⁰³ Como indica CAMPILONGO “a evolução social depende de instabilidade e os conflitos são formas de provocação e ativação de situações instáveis”. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 116.

⁹⁰⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 31.

possibilidade para a instabilidade e, conseqüentemente, para a variabilidade dos subsistemas sociais, entre eles o sistema político e jurídico. Na esteira do que alude CAMPILONGO pode-se visualizar:

Movimentos sociais como sistemas de comunicação inoculados no sistema jurídico e que ativam fórmulas de imunização do direito que lhe permitem manter equilíbrio entre estabilidade e instabilidade, variação e redundância, mudança e conservação. Os movimentos sociais sensibilizam o direito para seu ambiente social e o sistema jurídico reordena, por procedimentos que implicam interpretação, as expectativas dos movimentos em relação ao direito⁹⁰⁵.

Em outras palavras, sendo a função dos movimentos sociais de protesto a de produzir temas da comunicação de maneira que os temas circulem, inevitavelmente, o direito terá que se ocupar dos temas que são produzidos pelos movimentos. Os sistemas da comunicação social (como o direito e a política) têm, nessa sociedade, a função comunicativa de reelaborar no seu interior temas que são relevantes desde sua perspectiva. Assim, toda vez que um tema dos movimentos sociais de protesto apresentar-se perante o sistema jurídico, esse terá que expressar uma avaliação de conformidade/não conformidade, licitude/ilicitude, direito/não direito. Inevitavelmente, portanto, os temas dos movimentos serão temas do direito, ainda que, por meio da decisão, venha a ser negada sua conformidade jurídica. Sendo assim, acertadamente, adverte CAMPILONGO que:

Movimentos sociais, pelo tipo de conflituosidade do qual são porta-vozes, ilustram exemplarmente de que modo o sistema jurídico reage às turbulências do ambiente e pode transformá-las e traduzi-las em variabilidade interna ao direito e em possibilidade de ampliação do horizonte de sentidos das comunicações jurídicas. Nada disso significa sincronia do tipo demanda-resposta do direito aos movimentos sociais, muito menos garantia de êxito na mobilização do direito pelos grupos de protesto. Mas ilustra como sistema e ambiente se 'auto-irritam' e se 'auto-estimulam' em razão das recíprocas, incessantes e contingentes instabilidades que os constituem⁹⁰⁶.

Nesse contínuo e recíproco observar-se, do direito e dos movimentos sociais de protesto, a política não pode apenas ficar olhando. Ela também precisará tomar decisões. Diante de um movimento social de protesto a política tem duas alternativas: ao decidir no sentido do movimento acaba com ele e oferece-lhe

⁹⁰⁵ Ibid., p. 10/11.

⁹⁰⁶ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 7/8.

espaço para novos temas. Ou, ao decidir contra os temas, permite a radicalização dos movimentos sociais de protesto.

Sublinhe-se que, assim, quando a política toma uma decisão as possibilidades não contempladas, excluídas, podem encontrar vida novamente por meio dos movimentos sociais de protesto que irão tematizar comunicativamente tal fato produzindo aumento de complexidade social. Quanto mais comunicações são produzidas na sociedade, mais complexa ela se torna, mais comunicação adentra no sistema social e maior será a necessidade de seleção do que irá seguir tendo relevância social, comunicativa. Ao contrário, quando um tema é absorvido pela política esse passa a ser um tema jurídico. O movimento social de protesto precisará, então, se reinventar, inventar novos inícios a fim de gerar instabilizações e irritações que poderão ou não ser assimiladas pelos sistemas.

Não se pode esquecer que a política e o direito, entre outros sistemas parciais, são ambiente interno do sistema social, são sistemas dentro do sistema sociedade, os quais emergiram da evolução social que provocou a diferenciação dos sistemas de acordo com suas funções. Em outros termos, isso significa que os sistemas existem para resolverem diferentes problemas (funções). Nessa senda, para que as comunicações sociais se caracterizem e se diferenciem nos diversos sistemas deve haver uma clara delimitação (de sentido), deve ser estabelecida uma fronteira clara com o ambiente, o qual é diferente para cada sistema.

A política, como se viu, tem como próprias as operações que determinam as comunicações (decisões) politicamente vinculantes. Para isso ela se vale do código governo/oposição. As decisões políticas são tomadas com base na memória política que operacionaliza a diferença passado/futuro com base em valores e interesses. Apenas no interior da política se tomam decisões politicamente vinculantes. Esse é o diferencial do sistema político e o limite que o separa do ambiente.

Os movimentos sociais de protesto, por sua vez, são sistemas (equivalentes) que operam com a diferença protesto/não protesto e que tematizam interesses e valores que pretendem se tornar politicamente vinculantes por meio da incorporação de seus temas no sistema político. Os movimentos sociais de protesto não são sistemas propriamente funcionais, como já se viu e como se voltará a abordar no último item. Mas alguns temas operacionalizados pelos movimentos sociais de protesto logram alcançar carreira política. Os temas de protesto podem ser

absorvidos pela política. Ao mesmo tempo podem se iniciar novos protestos, podem surgir novos temas e os movimentos sociais de protesto podem não perecer caso se renovem.

Resta evidente que a recusa de um tema, que não for incorporado politicamente, reitera o protesto que precisa rever as suas estratégias para chamar a atenção. O que não for objeto de decisão política vira objeto, tema, de novos protestos. Uma política inteligente, portanto, absorve o tema do protesto e, assim, o neutraliza. Contudo, o ciclo nunca se encerrará, pois os movimentos sempre terão como renascer. É assim que se podem descrever os movimentos sociais de protesto da sociedade moderna: como ativadores de novas potencialidades de sentido, como provocadores de novas semânticas, como Fênixs que precisam morrer para renascer.

Os sistemas político e jurídico, nessa sociedade, realizam acoplamentos estruturais entre si. Uma decisão política, por exemplo, torna-se material jurídico e quando isso acontece os conteúdos de sentido selecionados pela política deixam de ser parte do sistema político e passam a seguir a recursividade das operações jurídicas.

O sistema jurídico é ambiente da política. A política é ambiente do direito. Em outros termos, tais sistemas são autônomos, podendo realizar acoplamentos estruturais ou prestações recíprocas. Contudo, devem sempre manter sua autorreferência, sua autopoiese, sua autonomia. Não há que se falar que um sistema interfira diretamente no sistema de outro. Isso, quando ocorre, se denomina bloqueio ou corrupção sistêmica, como já anunciado.

Também os movimentos sociais de protesto não podem interferir na política ou transformar, diretamente, o direito. Em outros termos, não se pode assegurar que o direito tenha sempre sensibilidade, vulnerabilidade pelos temas sociais, pelos protestos. Os temas penetram no direito porque o direito constrói os temas como juridicamente relevantes.

Naturalmente, é claro que o direito é um sistema da comunicação social e que, portanto, utiliza semânticas da autorepresentação da sociedade no presente. Quer dizer que se na semântica social a palavra família hoje implica uma relação entre pais e filhos que protege a autonomia e a dignidade dos filhos, não poderá um juiz tomar uma decisão com base na qual um pai que tenha quebrado a perna do

filho, alegando motivos educacionais, seja tido como certo, ainda que exista uma norma com base na qual se possa dizer que o pai tem o dever de cuidar da educação do filho. Em outras sociedades isso poderia acontecer.

O que se quer dizer é que o direito como sistema social utiliza a semântica da autorepresentação da sociedade e, nesse sentido, utiliza também temas da opinião pública, utiliza sentido que está presente nas autorepresentações da sociedade como sentido do direito. Isso não quer dizer que os movimentos sociais penetrem no direito, que o direito é sempre sensível aos movimentos sociais. O sistema jurídico, apenas, fornece, provê, constrói interpretações que utilizam sentidos e o faz a partir de si mesmo em abertura cognitiva com o ambiente. Cumprir destacar que os sentidos no ambiente, desses últimos 20 anos, não são o mesmo sentido que circulava no começo do século XIX ou XX. Deve-se também deixar claro que o direito pode não apenas absorver sentidos como pode também movimentar novas semânticas, mas para isso ele deverá utilizar-se das semânticas já existentes.

Então, cumprir voltar a problematizar uma questão posta no capítulo anterior: como um tema dos movimentos sociais pode ser incluído no direito? Para responder a essa questão, deve-se responder primeiro o que se quer dizer com a palavra inclusão. Tome-se, para tanto, a ideia de igualdade. Os hermeneutas consideram que a igualdade é um princípio. Consideram a inclusão como um princípio. Consideram também que a verdade é um princípio. Mas tudo isso (igualdade, inclusão, verdade) não são princípios, são partes de uma distinção. Igualdade é uma parte de uma distinção cuja outra parte é a desigualdade. Cada igualdade, cada decisão, cada expansão da igualdade, cada transformação da igualdade, produz por consequência uma correspondente transformação na desigualdade. O tema igualdade foi muito problematizado pelos movimentos sociais de protesto. A política, a partir desse tema, poderá produzir uma lei dizendo que mesmo sendo todos iguais, como as mulheres são diferentes dos homens, os homens têm que prestar serviço militar e as mulheres não.

Em suma, não se pode dizer que todos são iguais, pois assim se está interferindo numa diferença, na desigualdade entre as pessoas. Em outros termos, o que quer dizer que todos são iguais? Que todos terão que pagar 40% de impostos? Se 40% para todos é uma manifestação de igualdade, isso está incrementando desigualdade entre as pessoas, pois para uns esse valor é alto e para outros é

baixo. Se se diz que todos têm que ir à escola, porque ela é obrigatória para todos, pretendendo que dessa maneira se inclua a todos, para aquelas pessoas que vivem a 150 km da escola mais próxima se está aumentando a desigualdade. Quando se diz que todos têm que trabalhar obrigatoriamente em um turno, para a mulher que está grávida aumentou-se a desigualdade. Então, o que faz o direito? Introduce uma norma que reconstitui a desigualdade. Dirá que a mulher grávida tem um tratamento diferenciado e dessa maneira está se construindo desigualdade com relação aos sexos. As diferenças são sempre duas. Então, a inclusão opera dessa maneira gerando exclusões. Como aduz LUHMANN:

“Inclusão” indica, então, a cara interna de uma forma, cuja cara externa é a “exclusão”. Por conseguinte, somente é pertinente falar de inclusão se há exclusão. De acordo com esta ideia, se pode dizer que a tarefa da teoria, a respeito desse tema, consiste em relacionar a diferença inclusão/exclusão com as exigências da formação de sistemas, e muito especificamente com as consequências de determinadas formas de diferenciação, que apareceram no curso da evolução social⁹⁰⁷.

Os movimentos sociais de protesto puderam concretar seus temas, especialmente, quando da criação do Estado de Bem Estar Social que se erigiu sob a semântica da inclusão de todos. Contudo, muito embora “a inclusão plena é a grande promessa da modernidade. Sua realização, não obstante, parece não ser mais que uma quimera”⁹⁰⁸. Não há como incluir (como direito o que era não direito, por exemplo) sem excluir ao mesmo tempo. O risco não se opõe à segurança e a inclusão tem como o outro lado a exclusão, esse é um ponto cego da observação dos movimentos sociais de protesto, pois eles protestam a partir do tema igualdade como se ela fosse algo generalizável. A cegueira, porém, como já referido é o que lhes permite operar (e isso também ocorre com os demais sistemas). O que quer dizer, então, inclusão?

A inclusão de todos tem outro sentido no horizonte da teoria luhmanniana. Tem o sentido de que todos os sistemas sociais, cada um dos sistemas sociais, operam através da inclusão de todos. Mas inclusão, nesse sentido, quer dizer algo muito preciso. Inclusão quer dizer em relação ao direito, por exemplo, que todos têm direito de acessar ao direito. A justiça, então, pode ser feita só através do direito.

⁹⁰⁷ LUHMANN, Niklas. *Complejidad y modernidade*: de la unidad a la diferencia. Trad. Josetxo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998, p. 171/172.

⁹⁰⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit., p. 54.

Isso significa que não se tem mais a alternativa de obter justiça pagando ou de obter justiça por meio da força. Pagando seria corrupção e a utilização da força seria uma violência. Ambas as opções são ilegais (não conforme o direito).

Porém, quando o direito inclui garantindo que todos tenham acesso ao direito isso não dá nenhuma garantia da inclusão nos outros sistemas sociais. Em palavras muito simples, nessa sociedade, se pode ter direito e ser pobre, se pode ser rico e não ter direito, se pode ter conhecimento e não ter direito. Ao contrário, pode-se estar numa condição de violação do direito, de exclusão do direito e ter conhecimento ou poder. Então inclusão quer dizer que em cada um dos sistemas não existe uma garantia da inclusão nos outros. Isso é uma diferença com relação a outras sociedades nas quais quem tinha direito e poder tinha também propriedade, verdade, força, amor, etc. Contudo, como afirma LUHMANN:

Embora a inclusão de uma pessoa em um determinado sistema nos diz pouco sobre sua inclusão em outro sistema – alguém pode ser um bom cientista sem necessariamente ser rico ou um político influente, ficar excluído de uma comunicação pode gerar uma reação em cadeia que termine por nos excluir de muitos outros sistemas⁹⁰⁹.

Essa questão é um grande desafio para a política e o direito e que costuma ser problematizada, tematizada pelos movimentos sociais de protesto. Cumpre frisar que na política não há inclusão de homens, mas de temas. A democratização da política não quer dizer que os homens são incluídos, quer dizer que a política tem competência universal sobre todos. As suas decisões são vinculantes para todos. A política pode se ocupar, portanto, de todos os temas. O direito, por sua vez, produz temas a partir de si mesmo e todas as decisões que produz são sempre contingenciais, isto é, sujeitas ao risco.

No direito, isto significa que as decisões jurídicas não têm condições cognitivas para observar toda a complexidade do ambiente. A decisão jurídica está obrigada, como condição de possibilidade, a manter-se dentro da estrutura do sistema jurídico. Então, logo se pode ver que todos os demais sentidos não jurídicos como os gerados na economia, na política, na ciência, na religião, etc., não são observáveis pela estrutura do sistema jurídico.

Os sistemas funcionalmente diferenciados, como o direito e a política,

⁹⁰⁹ Ibid., p. 57.

reduzem complexidade, pois por meio de seus códigos e programas, determinam as comunicações possíveis, orientando as expectativas sociais. Dessa forma, reduzem conflitos sociais. Isso, contudo, não neutraliza a ocorrência de novos conflitos que demandarão novas seleções dos sistemas. Nesse sentido, ao reduzir a complexidade os sistemas produzem complexidade, produzem conflito social. Essa impossibilidade de imunizar-se totalmente frente aos conflitos relaciona-se à simultaneidade e incontrolabilidade, isto é, à ausência de um poder central que coordene tudo, típica da sociedade moderna. A sociedade moderna é complexa, contingente, de risco e fornece inúmeros temas para protestar.

Nessa sociedade, uma vez que se produzem riscos através da comunicação, pode-se utilizar a amplificação que os riscos produzem na comunicação como tema dos movimentos de protesto. Essa é a sociedade dos riscos e dos movimentos sociais de protesto porque nessa interação os sistemas se amplificam. Quem, por exemplo, via as notícias dos meios de comunicação de massa a respeito do que estava acontecendo no Brasil em junho desse ano tinha a impressão de que o Brasil todo “estava queimando”.

Na cartografia da sociedade moderna não só o risco, mas também os movimentos sociais de protesto são marcadores de sentido. Os temas do risco e dos movimentos tornam-se, assim, temas da opinião pública, dos meios de comunicação, do direito e da política. Nessa sociedade os sistemas sociais são ordens redutivas que evoluem dado que operam de forma fechada, mas cognitivamente aberta. Isso significa que como indica DE GIORGI “estas ordens são dotadas de alto potencial adaptativo e, portanto, evolutivo. Também a política reestruturou-se cognitivamente orientando-se à opinião pública e à realidade produzida pelos meios de comunicação de massas e dispondo-se à contínua revisão de seus programas”⁹¹⁰. Para tanto os temas dos movimentos sociais de protesto oferecem inúmeras possibilidades de aquisições evolutivas.

A sociedade moderna, portanto, se complexifica, se amplifica, se representa como sociedade do risco e também como sociedade dos movimentos sociais de protesto. Dessa forma, essa sociedade se revela como uma máquina complexa, capaz de aprender a partir de si e evoluir, sendo para tanto fundamental não só os sistemas funcionais como os conflitos, os temas dos movimentos sociais de protesto

⁹¹⁰ DE GIORGI, Raffaele. O direito*. Op. Cit., p. 388.

entre os quais se encontra a temática do risco.

Apesar a incipiência dos movimentos sociais de protesto ocorridos no país em junho do corrente ano, arrisca-se realizar uma breve consideração a respeito do ocorrido à luz da teoria que sustenta esta tese. Trata-se, apenas, de uma reflexão inicial, uma vez que o que está muito próximo aos olhos não pode ser visto com clareza. Necessita-se de tempo, de distanciamento, para ver melhor. Contudo, feita essa ressalva, se produzirá, rapidamente, duas considerações sobre as manifestações dos “indignados” brasileiros que saíram às ruas em junho passado.

Primeiramente, cumpre referir que a visibilidade dada aos recentes protestos no Brasil pode se justificar tendo em vista que esses cumpriram com praticamente todos os seletores que tornam um tema atrativo para os meios de comunicação de massa. Rememorando o capítulo segundo desta pesquisa, tem-se que são seletores dos meios massivos: 1) a surpresa; 2) os conflitos; 3) os dados quantitativos; 4) a referência local; 5) a transgressão às normas jurídicas; 6) as transgressões às normas morais; 7) a abertura para julgamentos sobre ações e pessoas; 8) a atualidade do evento; 9) a manifestação de opiniões; e 10) o controle organizacional.

Pode-se verificar que os temas anunciados são temas conflitivos (conflito), que levaram às ruas milhões de pessoas (dados quantitativos), nos diversos Estados e capitais brasileiras (referência local). Os movimentos transgrediram normas (atuaram quebrando vitrines de lojas, pichando prédios públicos) e com isso abriram-se aos julgamentos morais (sobre o caráter bom ou mau dos movimentos), permitindo também os julgamentos sobre as ações e sobre os grupos, movimentando manifestações de opiniões. Nesse sentido, os movimentos surpreenderam e, dadas suas proporções, a fotogenia dos movimentos, tornou-se impossível aos meios de comunicação de massa não noticiarem os protestos, ainda que inicialmente tenha havido um controle organizacional que tentou desqualificá-los.

Dessa forma, construiu-se no país uma opinião pública, todos conheciam o tema, e a política pode se observar no espelho dessa opinião retratada nos meios de comunicação de massa. Produziram-se, assim, irritações na política de forma que houve um pronunciamento presidencial e foi prometida uma reforma política. Isto calou os movimentos, os quais precisam reinventar seus temas para não morrerem após a assimilação dos temas dos protestos pela política (o que de fato ainda não

ocorreu). O direito, por sua vez, seguiu operando com base no seu código e determinando se os atos dos participantes dos movimentos foi conforme ou não conforme o direito (atuou ora criminalizando, ora descriminalizando).

Ao contrário do que indicaram os maiores críticos dos movimentos ocorridos no Brasil, o fato de que eles saltaram de tema em tema foi, justamente, o que permitiu a perpetuação dos protestos, seu agigantamento e consequente caráter de escândalo, o que tornou os ocorridos no país também atrativo para os meios massivos internacionais. Tudo isso se permite ver com assento na teoria dos sistemas sociais.

O risco dos movimentos, então, passou a ser o de se esvaziarem pela solução dos temas, o que dramaticamente, aniquila-os. É preciso, então, reinventar o tema, reacendê-lo, para, assim, seguir produzindo instabilidade social e permitir que os sistemas político e jurídico variem. Nada disso significa, destaca-se, reciprocidade entre demandas-respostas, mas indica que os movimentos sociais de protesto podem também se autoobservar a partir do ocorrido no espelho da opinião pública e verificar quais são as estratégias que os tornam temas não rechaçados comunicativamente e que os aproxima de uma carreira política e jurídica. O futuro, contudo, permanece aberto e contingente. Resta, assim, perguntar, o que se vê quando se vê com os olhos da perspectiva sistêmica, quais as vantagens e aquisições evolutivas ao direito e à política. Essa provocação, leva à ultima cena.

4.3 CENA 12. UM POUCO ANTES DO FECHAR DAS CORTINAS: O GRITO! FUNÇÃO DOS CONTEMPORÂNEOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTESTO E AQUISIÇÕES EVOLUTIVAS

Se vê o que se vê⁹¹¹.

Mário de ANDRADE na crônica “Influências” disse que toda obra de arte sofre a interferência de elementos externos no momento de sua criação⁹¹². Será que

⁹¹¹ LUHMANN, Niklas. *Ciência**. Op. Cit., p. 168.

⁹¹² ANDRADE, Mário de. *Influências*. In: *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976, p. 81 e ss.

como as obras de arte, as quais no momento de sua criação sofrem tais influências, na visão de ANDRADE, também a política e o direito recebem interferências externas? Será que os movimentos sociais de protestos interferem nas decisões políticas e jurídicas? Inicia-se esta última cena com a pretensão de dar uma resposta realista a essas questões e com a finalidade de redescrever a dramaturgia e de indicar a função dos movimentos sociais de protesto na sociedade moderna, na sociedade que criou a semântica do risco e que é também o *locus* privilegiado desses movimentos.

Um dos mais notáveis artistas expressionistas (movimento que influenciou Mário de ANDRADE) foi Edvard MUNCH⁹¹³, cuja obra mais famosa certamente é “O grito”. MUNCH integra o quadro de pintores que se contrapõe ao impressionismo e à mera observação da realidade no plano artístico. É a objeção à expressão objetiva e a idolatria pela expressão subjetiva o teor do fazer artístico expressionista. O caráter dramático e as obsessões por temáticas como o sexo e a morte aparecem nas obras de MUNCH o qual foi influenciado pelos dramaturgos IBSEN e STRINDBERG, bem como por VAN GOGH e GAUGUIN⁹¹⁴. Os estados psíquicos, a subjetividade e não aquilo que objetivamente acontece é o objeto da pintura expressionista.

A dissolução entre a dicotomia homem e mundo, segundo MENEZES, levou MUNCH a constatar um processo interminável de constante movimento em que “as coisas sempre *são em relação a*, o homem ao ser parte do mundo e não sujeito dele, por ser mundo e só ser *no* mundo, é percebido por MUNCH como eterno devir, também como processo que se recria constantemente” (grifos do autor)⁹¹⁵. Esses traços (das relações, do ser no mundo) são sintetizados pelo pintor ícone do expressionismo em “O Grito”.

Os movimentos sociais de protesto, como se viu, são parte da sociedade e não estão fora dela. Eles parecem gritar como no quadro de MUNCH, pois querem transformar o mundo. Contudo, eles só podem ser “*no* mundo”, assim como as obras de MUNCH relatadas por MENEZES.

⁹¹³ Conforme LYNTON, Norbert. *O mundo da arte: arte moderna*. EXPED, 1978, p. 98/99.

⁹¹⁴ Conforme SILVEIRA, Regina. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais*, São Paulo: Itaú Cultural 2001. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/enciclopedias/artesvisuais>. Acesso em 02/06/2013.

⁹¹⁵ MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. A pintura trágica de Edvard Munch: um ensaio sobre a pintura e as marteladas de Nietzsche. *Tempo social*. Rev. Social. USP, São Paulo. V. 5, 67-111, 1993, p. 82.

Os movimentos sociais de protestos tematizam localmente temas universais, como o risco, para chamar a atenção. Igualmente ao que ocorre no quadro de MUNCH, o aspecto da cena criado pelos movimentos é dramático. Eles alardeiam possibilidades catastróficas, de destruição universal, como cães que ladram e mordem, anunciam os riscos possíveis, alertam. Dessa forma, os movimentos sociais de protesto podem promover escândalos e verem seus temas difundidos nos meios de comunicação, refletidos no espelho da opinião pública, ampliando as chances de verem, assim, seus temas seguirem a carreira política e jurídica.

Alguns teóricos, ao construírem teorias e observar os movimentos sociais dessa sociedade, seguem uma linha correlata ao movimento artístico expressionista ulteriormente mencionado, anunciando os movimentos sob o ponto de vista subjetivo, psíquico, dos atores coletivos, dos sujeitos que compõem e participam dos movimentos sociais⁹¹⁶. Outros optam por um caminho mais assemelhado ao movimento artístico impressionista e buscam retratar a “realidade” objetiva dos movimentos, preferem ser mais fidedignos ao que se vê. Optou-se nesta tese por outro caminho, um caminho que recorda sempre ESCHER, um caminho mais construtivista, um caminho nem voltado para fora nem voltado para dentro, mas um caminho que, para usar a metáfora de Machado de ASSIS no conto “O espelho”, reconhece não uma, mas duas almas “uma alma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro”⁹¹⁷, melhor dito, reconhece os movimentos sociais de protesto como movimentos contra a sociedade na sociedade. Movimentos sociais de protesto são, para este estudo, paradoxais: descrevem a sociedade na sociedade contra ela própria. Essa paradoxalidade torna evidente que os pontos de vista internos e externos aparecem, simultaneamente, na observação dos movimentos. De um lado a observação é externa, eles observam do entorno os sistemas funcionais. De outro lado a observação é interna, os movimentos sociais de protesto estão inseridos na sociedade. Ainda que se ponham em um nível superior, moralista, que julga conhecer a verdade, eles não são mais do que comunicações que circulam na sociedade. Para LUHMANN a função dos movimentos de protesto é a de negar a sociedade na sociedade⁹¹⁸. Eis seu aspecto paradoxal.

⁹¹⁶ Conforme GOHN, Maria da Glória (Org). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

⁹¹⁷ ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>, acesso em 10/05/2013.

⁹¹⁸ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**, p. 685.

Contudo, como se infere do diálogo entre o poeta e seus filhos no filme “Os sonhadores”, de BERTOLUCCI, que compõe a epígrafe de abertura deste último capítulo/ato, os movimentos sociais de protesto parecem crer, como os filhos do poeta, serem capazes de transformar a sociedade, esquecendo-se que eles são também parte da sociedade. Isso remete a um questionamento: como fazer uso criativo desse paradoxo? Em outras palavras, qual seria a função dos movimentos sociais de protesto nessa sociedade que construiu tantas semânticas, como a do risco, e que tem, justamente, nos movimentos e nos temas da opinião pública possibilidades de representar-se, tendo auxílio para tanto dos meios massivos? Caminha-se para responder a esses questionamentos.

Retomando o primeiro capítulo desta tese sabe-se que existem diversas teorias as quais buscam descrever os movimentos sociais a partir dos aspectos subjetivos dos atores sociais, de suas vontades, de suas demandas por identidade, a partir das carências estruturais, econômicas, desiguais da sociedade⁹¹⁹. Esse é o momento adequado para trazer à tona os pontos cegos dessas teorias e apontar as possibilidades que uma observação diferente, que parte da teoria dos sistemas sociais, tem a oferecer. É a última oportunidade para enfatizar, nesta pesquisa, a importância da construção proposta na observação do tema antes que se tenha que fechar as cortinas.

Das teorias reconstruídas na primeira cena desta tese (primeiro capítulo), inicia-se o desvelamento dos problemas, melhor dito, da observação dos pontos cegos existentes na perspectiva norte-americana tanto do período clássico como do período mais contemporâneo. No âmbito do paradigma norte-americano, tanto na fase clássica, mais ligada a questões psicológicas, quanto na fase contemporânea, com ênfase em aspectos políticos, é possível observar alguns pontos cegos com o auxílio da teoria dos sistemas sociais.

No que diz respeito às análises psicológicas há que se opor que o acesso à consciência dos indivíduos é impossível, pois essa opera como um sistema autorreferencialmente fechado⁹²⁰. Ao contrário do que pensam alguns teóricos não é possível ter acesso às intenções, às vontades dos particulares. Dessa maneira, a

⁹¹⁹ A respeito das teorias da participação, vide GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁹²⁰ NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann**, Op. Cit.

teoria dos sistemas opta por considerar os sistemas psíquico e biológico como ambiente do sistema social, sendo que, consoante LUHMANN:

Desse modo, assinalar que o psicológico e o biológico do indivíduo se situam no meio do social não exterioriza nenhum tipo de juízo ontológico sobre a importância dessas dimensões. Trata-se, exclusivamente, de uma posição de método, para situar precisamente como se coordena aquilo que é designado como sistema, e aquilo que pertence ao meio. Não existe, portanto, na teoria, um juízo de valor concernente à posição do ser humano. Inclusive, exigindo-se mais, seria possível chegar à conclusão de que a localização do ser humano no social propicia um campo de maior liberdade de reflexão em relação ao homem: a Teoria dos Sistemas, por exemplo, oferece mais possibilidades de pensar muito mais radicalmente a tendência ao individualismo, do que a teoria crítica da sociedade⁹²¹.

A desontologização da teoria dos sistemas permite despir-se de amarras ontológicas e questionar com isso também os fundamentos sem fundamentos, como a razão iluminista, o dever ser no direito, os sujeitos etc.. Todas essas categorias foram inventadas no período do Iluminismo e utilizadas de forma acrítica pelos juristas, pelas teorias. LUHMANN propõe um iluminismo sociológico que revele os pontos cegos dos pontos de partida das teorias construídas sobre fundamentos também construídos.

Já quando se falam em questões políticas, há que se observar que tais questões podem ser apenas apresentadas como temas da comunicação no horizonte da teoria dos sistemas. Diferentemente do que entende a teoria norte-americana na fase contemporânea, a política é, neste estudo, apenas um sistema parcial da sociedade codificado na fórmula governo/oposição, o qual pode ser irritado pelo ambiente, mas jamais influenciado diretamente por ele. Para fins desta pesquisa o sistema político é tido como um sistema composto por comunicações que são produzidas na forma de decisões vinculantes. Assim, o suposto cunho político dos movimentos sociais de protesto não se sustenta quando com isso queira-se afirmar que os movimentos podem ser capazes de determinar transformações no sistema político, de alterar de fora para dentro os rumos políticos⁹²². Os temas dos movimentos podem angariar uma carreira política, mas o sistema político funciona a partir de uma memória própria, ele ativa a si mesmo e determina com base em sua memória o que se tornará objeto de suas decisões

⁹²¹ LUHMANN, Niklas. *Introdução**. Op. Cit., p. 259.

⁹²² Para maior detalhamento, vide a coletânea: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

vinculantes. Claro que o entorno pode irritar a política, mas não há que se falar, portanto, em determinismos⁹²³.

Detalhando um pouco mais e especificando os pontos cegos de cada uma das principais teorias que compõem o paradigma norte-americano, se para a escola “Collective Behavior” é possível investigar os motivos psicológicos que levam à criação dos movimentos sociais, uma vez que como refere CAMPILONGO “há, nessas correntes de explicação, um fundamento de psicologia social: procuram compreender como os atores sociais constroem o sentido de suas ações”⁹²⁴ não só esse ponto psicologista, mas também a importância da ação social para o interacionismo simbólico (Escola da Chicago) deve ser problematizada.

Para a teoria dos sistemas o sistema psíquico é tão somente entorno do sistema social, sendo inacessível e incontrolável desde o ambiente⁹²⁵. Pode-se exemplificar isto com um simples recurso: basta requerer que o leitor perquirase quantas vezes “abandonou” a leitura desta tese, remetendo-se a temas alheios, bem como indagar se teve acesso ou controle sobre seus pensamentos. Esse simples exercício empírico comprova o argumento sistêmico. Um tema desta tese pode ter remetido a alguma lembrança do leitor, tendo acionado, irritado seu sistema psíquico, assim como muitas questões passaram despercebidas. Em outros termos, o sistema psíquico move-se por si mesmo, ele produz continuamente suas operações e estruturas sendo que o ambiente apenas pode irritar o sistema, mas jamais determinar suas operações. Como, então, se poderia partir dos sistemas psíquicos para encontrar pontos de congruência nos pensamentos e ideias dos integrantes dos movimentos? Como avaliar os movimentos a partir da subjetividade dos indivíduos a qual é para eles mesmos algo inacessível? Como se encontra um “espírito” do grupo, um fundamento para a ação social? As consciências são como caixas pretas, inacessíveis, no âmbito da teoria dos sistemas sociais. Assim, as expressões retratadas no quadro pintado pelas teorias que veem os movimentos sociais como resultado do psiquismo, da subjetividade dos atores, são suplantadas por uma análise desontologizada na teoria luhmanniana.

⁹²³ Vide capítulo III.

⁹²⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 22.

⁹²⁵ NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann**, Op. Cit.

Ainda, para a Escola de Chicago, “os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos” ⁹²⁶. Em todas as teorias da ação como a “Collective Behavior” investiga-se o atuar dos sujeitos que se integram ao movimento. No que tange à ação social se verifica um ponto cego de tais teorias visível por meio da perspectiva utilizada neste estudo. No âmbito da teoria dos sistemas, refere LUHMANN que:

Uma ação demanda, de fato, uma simplificação, uma redução de complexidade. Isto é ainda mais claro quando se considera um prejulgamento usual, compartilhado frequentemente pelos sociólogos, que consiste na destinação da ação a seres humanos individuais concretos. De fato, uma ação nunca está plenamente determinada pelo passado de um indivíduo. Inúmeras pesquisas descobriram os limites da possibilidade de uma explicação psicológica da ação. Na maioria dos casos, a situação domina a escolha realizada pela ação. Frequentemente, as observações podem prever melhor a ação, quando se baseiam no conhecimento da situação, mais do que no da pessoa. Por consequência, a observação das ações se destina, na maioria dos casos, não ao estado mental daquele que age, mas à realização paralela da autopoiesis do sistema social. No entanto, no mundo cotidiano, a ação é adjudicada ao indivíduo, sem contar o pressuposto bastante arraigado de que a ação constitui algo concreto. De modo algum, isso significa que seja preciso tirar a relevância do contexto da intenção subjetiva da ação; mas sim que o problema atual se localiza na profundidade do significado psicológico e biológico do indivíduo concreto: como ele, a despeito de toda a sua infinitude psicológica e biológica, pode permanecer vinculado à sociedade? À luz dessa indagação, percebe-se claramente que a *teoria da ação* cumpre com uma função amortecedora entre o indivíduo e a sociedade, já que pode ficar situada em qualquer dos dois lados, sem que se possa especificar se a ação é apenas individual, ou social (grifos do autor) ⁹²⁷.

A opção metodológica luhmanniana de abandonar a teoria da ação de PARSONS e WEBER, e de suplantar em seu lugar as categorias sistema/entorno, operação/observação etc. permite ver o que não se via no âmbito daquelas teorias. Dessa forma, substituindo “preconceitos e visões já cristalizadas no mundo” ⁹²⁸, como a diferença todo/parte, sujeito/objeto, a teoria dos sistemas permite ver suas autoimplicações, permite aos observadores de segunda ordem ver as distinções com as quais se trabalha de forma mais clara. Permite ver como o sistema se impõe perante o ambiente e visualizar suas fronteiras e operações. O uso de diferentes distinções alcançam diferentes resultados, como já evidenciado na cena 3 desta pesquisa.

⁹²⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos**, Op. Cit., p. 29.

⁹²⁷ LUHMANN, Niklas. *Introdução**. Op. Cit., p. 257/258.

⁹²⁸ Ibid., p. 261.

Para a teoria da Sociedade de Massas o que leva à existência dos movimentos sociais são as privações, necessidades e desconexões geradas pelas transformações sociais. Contudo, como bem pontua CAMPILONGO há dois paradoxos intrínsecos a essa ideia: primeiramente, muitas das vezes é o engajamento que leva à percepção das privações, por outro lado se todos tivessem isolados, como se supõe, a individualização possivelmente não levaria ao protesto. Sendo um protesto, na teoria dos sistemas, uma comunicação que deu certo, tornando o improvável em provável, como ele poderia ter partido, justamente, do isolamento entre indivíduos? O isolamento, certamente, geraria outras consequências⁹²⁹. Assim, o ponto cego da teoria da Sociedade de Massas é não ver que o caminho oposto (estar integrado e se dar conta das negações) é mais comum do que acreditar que as negações levem aos protestos. Ademais, se isso fosse inteiramente verdade, no Brasil, provavelmente, haveria permanentes protestos dadas as condições estruturais de privações a que está submetida grande parcela da população. De qualquer maneira, a teoria dos sistemas deixa ver outros aspectos, uma vez que os indivíduos, isolados ou não, ficam no entorno do sistema social.

No que diz respeito às teorias funcionalistas, segundo as quais a sociedade deve ser integrada e os valores partilhados, o conflito é observado como um problema. Assim, o que os movimentos sociais querem conquistar é um estado de equilíbrio e pacificação social, como assevera GOHN “a categoria básica de análise continua sendo o comportamento e a ação dos indivíduos; a mudança social dá-se por meio da mudança do comportamento dos indivíduos em instituições”⁹³⁰. Contudo, com base no horizonte da teoria dos sistemas é possível observar o conflito como inerente à sociedade complexa e daí extrair resultados positivos, como as possibilidades de evolução, e não apenas aspectos adversos⁹³¹. Ademais, numa sociedade complexa, de incontabilidades, de riscos, de futuros abertos, sonhar com um mundo pacificado não passa de uma quimera. Ainda, cumpre lembrar que “a evolução social é geradora de conflitos”⁹³². São os conflitos que permitem

⁹²⁹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 23/24.

⁹³⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos**, Op. Cit., p. 41.

⁹³¹ LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais**. Op. Cit.

⁹³² CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 120.

aquisições evolutivas, as transformações dos sistemas. A invariabilidade gera, ao contrário, estagnação.

Já as teorias sociopolíticas, emergidas da conjuntura da Guerra Fria, conferem aos movimentos sociais um caráter reformista e revolucionário, como enfatiza GOHN “para alguns autores o tema Reforma ou Revolução era a agenda do momento, e a compreensão dos movimentos sociais deveria passar pela discussão política da questão” ⁹³³. Contudo, como se demonstrou no primeiro item desta pesquisa, o que há de revolucionário nos movimentos sociais é a sua capacidade de tornar novamente temas da comunicação assuntos até então negligenciados pela política, pelo direito, enfim, pelos sistemas funcionais da sociedade moderna. Dessa forma, os movimentos têm uma função de desconstrução das semânticas existentes, de tornar o potencial em atual (ativando novos sentidos a partir de velhos sentidos). A revolução dos revolucionários é tão somente uma revolução semântica. Esse é um ponto cego não observável por meio das teorias sociopolíticas.

Quanto às teorias com influência weberiana, como as teorias organizacionais-institucionais, que concentram esforços para compreender a racionalização dos movimentos sociais e das ações coletivas, pode-se observar também alguns pontos cegos. Essa teoria buscar tratar das burocracias decorrentes da institucionalização dos movimentos. O que escapa a essa observação, na ótica luhmanniana, é que os movimentos sociais não são nem organizações nem interações⁹³⁴. Não se articulam em torno de decisões (organizações), nem dependem somente da interação entre presentes (muito embora a interação produza dados quantitativos relevantes). Outro ponto cego dessa teoria é que quando os movimentos sociais se personalizam juridicamente, em organizações, eles perdem uma das suas principais características: a chance de se volatilizar frente aos temas absorvidos, isto é, o caráter de troca de temas fica um pouco mais limitado e, assim, compromete-se, parcialmente, o caráter revolucionário (semântico) dos movimentos.

Sendo que as teorias norte-americanas mais contemporâneas são mais conhecidas e investigadas do que as teorias clássicas, cumpre verificar se nelas também há pontos cegos que podem ser observados com o aparato da teoria dos sistemas. Nos anos 70, primeiramente, nasce a Teoria da Mobilização dos Recursos focada, sobretudo, a observar de que maneira os partidos políticos e movimentos

⁹³³ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos**, Op. Cit., p. 37.

⁹³⁴ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit.

sociais disputam os recursos disponíveis. Com isso, essa teoria visa demonstrar que não basta a existência do conflito, deve-se ter capacidade para obter recursos financeiros para que os movimentos ascendam. Tal teoria, como diz CAMPILONGO “olha para *dentro* dos sistemas sociais”⁹³⁵ (cooptação de membros, recursos, etc.). Para LUHMANN, como já esclarecido, uma vez que os movimentos sociais não são nem organizações nem interações, eles embora necessitem de recursos, não podem ter sua função compreendida apenas por meio dessa variável. O horizonte econômico não chega a ser negligenciado, mas é suplantado por uma visão comunicativa dos movimentos, que busca observar como os temas dos movimentos alcançam o patamar político e jurídico. Com isso, se observa distintamente o fenômeno, perdendo a primazia do econômico em detrimento de uma análise funcional sistêmica. A Teoria da Mobilização dos Recursos não permite ver como operam o sistema político e jurídico, mas apenas o sistema econômico.

A segunda teoria norte-americana com proeminência na fase contemporânea é a Teoria da Mobilização Política, a qual, contrariando a teoria anterior busca justificar que não bastam recursos, devem-se aproveitar as oportunidades políticas para que os movimentos sociais tenham sucesso. LUHMANN não nega que as circunstâncias históricas sejam oportunidades para os movimentos sociais⁹³⁶, mas tampouco acredita que elas sejam determinantes para os movimentos. Oportunidades políticas podem ser aproveitadas pelos movimentos para produzirem temas, mas como os movimentos precisam sempre de novos temas, que chamem a atenção, eles mesmos criam as oportunidades políticas, mais do que apenas estão sujeitos a elas. Isso é o que se pode ver quando se troca o horizonte teórico com o qual se observa a realidade (construída pelas teorias).

No que diz respeito ao paradigma europeu, cujas teorias partem de uma visão mais global, olhando “para *fora* dos movimentos sociais”⁹³⁷, destaca-se a construção marxista. MARX acreditava que, por meio da revolução, as contradições estruturais da sociedade classista seriam superadas. O movimento operário é seu tema e após a grande contribuição marxista todos os movimentos não relacionados às condições de trabalho na fábrica foram denominados de “novos movimentos” para diferenciá-los dos “velhos” movimentos operários/sindicais. O que a teoria dos

⁹³⁵ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 12.

⁹³⁶ LUHMANN, Niklas. *Sociología del**. Op. Cit.

⁹³⁷ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação**, Op. Cit., p. 12.

sistemas permite ver é que a sociedade não é vista como propensa à unidade e ao consenso (não há uma classe universal). Ademais, a influência (irritação) do entorno no sistema não é determinada de forma causal. A economia, nesse sentido, não determina o direito. O sistema econômico e o sistema jurídico são ambientes um do outro. Alterações na economia irritariam o direito, mas não o determinam. Não bastaria, na perspectiva da teoria luhmanniana, alterar o sistema econômico para obter alterações no direito. Assim, diferentemente da teoria marxista que supunha estar no econômico as soluções estruturais da sociedade, por meio da teoria dos sistemas se observa como o operar do sistema econômico é cego e “alheio” ao operar jurídico⁹³⁸.

Para TOURAINE os movimentos sociais são lidos como agregados de agentes ou sujeitos coletivos. Sua teoria é muito centrada no Estado⁹³⁹. Contudo, o que não pode ver TOURAINE é que os sistemas sociais são sistemas de comunicação. A sociedade é policêntrica, não há vértices. O Estado é apenas o centro de tomada de decisões políticas. A sociedade é universal, composta por comunicação, e não se coordena pelo sistema político. Ela é policêntrica e policontextual. Em sendo assim, o ponto cego da teoria desenvolvida por TOURAINE é não ver que só há uma sociedade: a sociedade mundial. Isso pode ser observado no horizonte da teoria dos sistemas.

MELUCCI por sua vez estabelece conexões entre as necessidades individuais e os movimentos sociais. Os movimentos são vistos como formas de ação coletiva, baseadas na solidariedade, rompendo com limites do sistema de ação. MELUCCI destaca o papel dos líderes para preservação da identidade coletiva⁹⁴⁰. Conforme GOHN sua produção, ao contrário de TOURAINE, “que enfatiza sistemas macrosociais, está centrada mais no plano micro, na ação coletiva de indivíduos, tendo um enfoque mais psicossocial”⁹⁴¹. Com base na teoria dos sistemas sociais, como já destacado, é possível estabelecer críticas à teoria da ação. As explicações dos movimentos sociais não estão na índole subjetiva (ou inter/intrassubjetiva) dos atores coletivos ou individuais para LUHMANN. Os movimentos sociais de protesto são tidos como fechados na forma protesto/não

⁹³⁸ Vide capítulo III.

⁹³⁹ Vide nota 104.

⁹⁴⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos**, Op. Cit., p. 163.

⁹⁴¹ Ibid., p. 153.

protesto e abertos para os temas. Os homens, assim, são apenas ambiente do sistema social e seus pensamentos, que não se comunicam, não podem ser o ponto de partida das observações. Assim, a sociedade é vista como composta por comunicações e não por homens (atores sociais), rompendo-se, dessa forma, com a teoria ontologista da ação.

Já OFFE combina as perspectivas macro e micro na análise do social. Tem influência marxista e define que questões políticas rondam o cenário social, sendo tematizadas pelos movimentos sociais. O campo político e o sociocultural estariam, portanto, imbricados. Como indica GOHN “ao contrário de Touraine – que prioriza a análise sociocultural – e de Melucci – que prioriza a psicossocial – Offe prioriza a análise política”⁹⁴². A ação política, segundo OFFE, é uma ação social em que os movimentos detêm força social (influência gramsciana). Pode-se opor ao autor tanto as observações realizadas no âmbito da teoria da ação, por LUHMANN, tanto àquelas dedicadas ao funcionamento da política como sistema autônomo, autopoiético e funcionalmente diferenciado. Visto sob a perspectiva luhmanniana, escapa à OFFE eu sua análise o caráter de autonomia dos sistemas. Em sendo assim, nem a política, nem o direito, nem a economia se alteram a partir de fora, mas sempre a partir de si, tendo, para tanto, assimilado irritações do entorno, entre as quais podem estar os temas dos movimentos sociais de protesto.

O breve mapeamento dos pontos cegos das teorias chega ao fim com a observação do paradigma latino-americano⁹⁴³. A primeira teoria desse paradigma, a teoria da marginalização, atribui ao capitalismo à situação de marginalização dos países latinos, fato evidenciado pelos movimentos sociais. A solução seria romper com as amarras econômicas. Novamente, registre-se que a economia não é um sistema determinante na sociedade segundo a teoria luhmanniana. Logo, a economia e suas operações seletivas podem ser temas dos movimentos, mas crer que uma solução econômica resolveria o problema é crer que a economia é o centro da sociedade, o que de fato não se observa com amparo na teoria dos sistemas⁹⁴⁴.

Segundo os pressupostos da teoria da modernização, focada em mapear etapas de atraso e desenvolvimento social, não se pode observar que, de fato, a principal característica da sociedade moderna é a complexidade. Análises

⁹⁴² Ibid., p. 164.

⁹⁴³ GOHN, Maria da Gloria. *Nova teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 59-71.

⁹⁴⁴ LUHMANN, Niklas. *La sociedad**. Op. Cit.

simplistas, que acreditam na modernização como solução, não são adequadas para observar a sociedade atual. Não se sabe o que ocorrerá no futuro nem diante do “atraso” nem diante do “desenvolvimento”, sendo que essas categorias são suplantadas pela lógica de evolução às cegas dos sistemas, tal como desenvolvida por LUHMANN⁹⁴⁵.

Por fim, segundo a teoria da dependência países como o Brasil tornaram-se dependentes de potências econômicas mundiais, sendo os movimentos sociais lutas pela independência. LUHMANN não aceita a existência de Estados fragmentados, mas apenas de uma sociedade mundial que se diferencia do entorno pela comunicação. A lógica de dependência/autonomia não permite ver esta situação constatada pela teoria dos sistemas sociais. Ademais, como se viu, mais inclusão representa sempre mais exclusão. Inclusão/exclusão são os dois lados de uma mesma distinção, assim como a igualdade tem como outro lado a desigualdade⁹⁴⁶. Mais dependência implica mais independência e vice-versa.

Teorias como a adotada neste estudo permitem ver o que não se vê com base nas demais teorias. Contudo, certamente esta pesquisa é dotada de pontos cegos, distintos dos demais. As cegueiras são sempre questões de perspectivas. Como se pode extrair da litografia de ESCHER denominada “Outro mundo”, inspirada na infinitude do universo⁹⁴⁷, pontos de vista distintos permitem observar diferentemente. Da mesma forma que o universo retratado na referida obra, a sociedade não tem lados, nem vértice, nem centro. Tudo que há são construções do observador (são teorias), isto é, perspectivas. Sempre há “outros mundos” possíveis, observáveis. As teorias marcam as diferenças.

Então, diante dos pontos cegos existentes nas demais teorias, evidenciados pela teoria dos sistemas advém a pergunta: o que se pode observar com base no horizonte da teoria dos sistemas que as demais teorias não podem observar? Afinal, qual a vantagem de incluir essa observação “nova” e como se justifica a relevância de uma nova teoria?

Como se mencionou no primeiro capítulo/ato deste estudo, à exceção das teorias marxistas, faltam às teorias dos movimentos sociais uma análise estruturada

⁹⁴⁵ Vide o conceito de evolução no capítulo III.

⁹⁴⁶ DE GIORGI, Raffaele. *O direito**. Op. Cit.

⁹⁴⁷ ESCHER, M. C. *O mundo**. Op. Cit., p. 35.

no âmbito de uma teoria da sociedade. O que se têm são observações que observam apenas sociologicamente, psicologicamente ou na linha da ciência política os movimentos sociais, sem integrar a leitura ao campo jurídico-político. Esta tese pretendeu suprir essa lacuna e observar os movimentos sociais de protesto no âmbito da teoria da sociedade tal como estabelecida por LUHMANN, ligando a observação dos movimentos àquela dos sistemas político e jurídico.

Nesta pesquisa, partindo da teoria luhmanniana, pretende-se descrever a função dos movimentos sociais de protesto e observar as possíveis aquisições evolutivas à política e ao direito a partir da incorporação dos temas dos movimentos. Com aquisições evolutivas quer-se dizer que embora o futuro da política e do direito seja imprevisível, nas transformações de tais sistemas os movimentos criam instabilidade necessária à evolução dos sistemas, isto é, eles cumprem uma função. E como isso se dá?

Os movimentos sociais de protesto são ambiente do sistema político e jurídico e seu aumento de complexidade (do número de protestos), pode pressionar o sistema político e jurídico a adaptarem-se. Para verificar de que forma isso ocorre se deve retomar o conceito de complexidade.

Para LUHMANN uma das características da sociedade moderna que a diferencia das sociedades anteriores (segmentárias, estratificadas) é a complexidade. As sociedades modernas são complexas, o que significa que há um excesso de possibilidades comunicativas (de sentido), há um incremento de opções que antes não ocorria. Complexidade, por sua vez, implica contingência (seleção forçada) que implica risco (possibilidade de haver danos no futuro).

Diante da complexidade é função dos sistemas atuarem como redutores desse excesso de possibilidades. Os sistemas sociais para LUHMANN têm como função captar e reduzir a complexidade do mundo. Formam-se sistemas sociais e a partir daí ocorre uma seleção de possibilidades, com exclusão de outras, permanecendo as excluídas ainda como oportunidades.

Nessa sociedade, os sistemas sociais são formados a partir da seleção de possibilidades externas diferenciando-se assim das demais possibilidades que estão no ambiente. Quanto mais possibilidades (complexidade) houver no interior do sistema, mais complexo ele se tornará. Para acolher mais complexidade externa um sistema deve manter-se (conservar-se) e ajustar-se ao meio (mutável). O ambiente,

portanto, apresenta-se como sempre mais complexo do que o sistema de modo que se deve considerar que um sistema sempre exclui mais possibilidades que o mundo e que o próprio meio que o circunda.

A seleção de possibilidades no interior de um sistema não é arbitrária, mas respeita um sentido. Todo sistema possui limites, fronteiras. As fronteiras, melhor dizendo, as fronteiras de sentido devem variar muito pouco com relação ao meio, garantindo assim a estabilidade do sistema. Os sistemas fecham-se operativamente e abrem-se comunicativamente (respeitadas as fronteiras e os códigos) a fim de exercer uma função e de evoluir em co-evolução com o entorno.

Cumprir registrar, ainda, que LUHMANN, ao contrário de PARSONS que era estrutural-funcionalista e pressupunha a importância das estruturas nos sistemas sociais, é funcional-estruturalista. A função é, para LUHMANN, mais importante do que o conceito de estrutura. Mas, o que quer dizer função? Em PARSONS a estrutura era um substituto funcional da velha ideia de substância, e nesse sentido tinha um sentido substancialista, ontológico. Para a teoria dos sistemas sociais o que se considera estrutura é resultado das operações dos sistemas sociais. Assim entendida a estrutura é resultado de uma circularidade, ela faz possível as operações e também é o resultado das operações que faz possível. Observa-se a função, então, como sendo a solução de um problema social. Na política a função é a de tomar decisões vinculantes (e não alcançar o bem-estar dos particulares). No direito a função é a de produção de direito com base no direito (e não a realização da justiça).

Os movimentos sociais de protesto não são, nesta perspectiva, sistemas funcionais propriamente ditos, pois não detém uma função exclusiva. Pode-se constatar, por exemplo, que também a arte fornece à sociedade possibilidades de auto-observação. A arte, tal como os movimentos, oferece oportunidades de se observar as possibilidades excluídas na sociedade⁹⁴⁸.

Ademais, a função dos movimentos sociais de protesto depende das perspectivas da observação. Desde o seu interior sua função é construir novos espaços da comunicação que fazem possível a identificação dos movimentos. Desde essa perspectiva os movimentos sociais de protesto precisam, continuamente, se autoalimentar para não perecerem e inventar sempre mais temas

⁹⁴⁸ LUHMANN, Niklas. *El arte de la sociedad*. México: Iberoamericana, 2005.

para diferenciarem-se e não se confundirem com os demais. Devem, portanto, evitar se concluírem com a solução do tema. Com isso se quer afirmar que o movimento dos homossexuais, por exemplo, deve evitar que uma lei sobre as uniões homossexuais acabe com o protesto. Tais movimentos terão que inventar os filhos, a proteção social, a propriedade e gerar novos temas a partir do velho tema.

De outra parte, frente à sociedade os movimentos sociais de protesto têm a função de introduzir temas no sistema social da política e do direito (e, de maneira geral, nos diferentes sistemas sociais), e em cada um deles com funções diferentes. Nesse sentido o que fazem os movimentos é incrementar a complexidade da sociedade. Frente a cada um dos sistemas se pode analisar qual é essa função. Frente à política a função dos movimentos sociais de protesto é obter a inclusão dos temas de seus protestos no sistema político. Isso quer dizer ativar a política para que ela possa tomar decisões no sentido dos temas dos movimentos.

Frente ao direito sua função é a de obter que na construção do que considera e trata como realidade o direito utilize temas dos movimentos sociais. Para isso, os movimentos sociais de protesto precisam ser universais como temas⁹⁴⁹. O universalismo tem a vantagem de poder ser vazio. O caráter paradoxal do universalismo é que se pode preenchê-lo com qualquer sentido. O universalismo, então, abre a possibilidade de representações universais: a vida, o ambiente, as futuras gerações. Todos os conteúdos, em suma, podem ser universais e tem aptidão para serem temas dos movimentos sociais de protesto.

Pode-se verificar como os movimentos assim concebidos são funcionais ao poder, à política. O poder pouco inteligente expelle os movimentos sociais de protesto, o poder inteligente os absorve e uma vez isso realizado o tema político projeta-se no direito.

O direito é uma estrutura, um sistema, um conteúdo, que se desestabiliza por si mesmo e continuamente se reestabiliza. Esse contínuo processo de desestabilização e reestabilização é o que se chama de evolução do direito.

Os movimentos sociais de protesto, que são movimentos semânticos, fazem circular os temas e quando a política toma uma decisão, as decisões políticas têm a forma de direito. Assim que a desestabilização/reestabilização no interior da política se transforma em semântica de conceitos jurídicos e desestabiliza o direito porque,

⁹⁴⁹ Sobre os movimentos sociais globais vide GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

por exemplo, a liberdade da qual se falava em 68⁹⁵⁰ não era a liberdade que estava nas Constituições e não era a liberdade que estava na política, mas era liberdade. Quando o sistema político introduz esse novo senso de liberdade, o direito primeiro resiste, depois se abre. Como? Através da autotransformação de conceitos jurídicos. A autotransformação dos conceitos jurídicos é função dos tribunais, mas não só deles⁹⁵¹.

Quando um tribunal toma uma decisão, o tribunal usa conceitos jurídicos. Os conceitos jurídicos são sempre o resultado de aplicação de conceitos jurídicos a conceitos jurídicos. Os conceitos jurídicos sedimentados são chamados de jurisprudência. A jurisprudência se refere sempre à jurisprudência, assim que na jurisprudência têm-se, também, conceitos. Os livros descrevem conceitos. Os tribunais utilizam essas descrições para produzir também conceitos. A jurisprudência, como a cascata de ESCHER, é o resultado de conceitos que se observam como se estivesse fora da mesma. Quando a jurisprudência fala da jurisprudência é como se estivesse de fora, apenas observando. Isto significa que quando um juiz toma uma decisão e se refere à jurisprudência, ele está na jurisprudência como se estivesse fora da jurisprudência⁹⁵². Essa é a ideia de ESCHER. A cascata cai e volta a si, mas quando volta é outra. Da mesma forma quando os temas dos movimentos sociais de protesto caem nas graças dos sistemas jurídico e político eles caem e quando voltam a si devem ser outros.

Os movimentos sociais de protesto, portanto, não podem se deixarem acabar, concluir, terminar, morrer com uma solução qualquer dada a seus temas. E por isso eles se identificam com os temas, mas precisam reconstruírem-se todas as vezes que na política e no direito se encontrar uma solução ao tema. Eles precisam reinventar o tema, reformular o tema, recontextualizar o tema, relocalizar o tema para não terminar, não concluir e para não morrerem junto a ele. Nesse sentido os movimentos sociais de protesto produzem continuamente variações da comunicação.

Sendo que os movimentos fazem, continuamente, a inserção de novos temas, eles assim reabrem, o tempo todo, as possibilidades de evolução da política

⁹⁵⁰ Vide GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7 Ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 106/108.

⁹⁵¹ LUHMANN, Niklas. *El derecho**. Op. Cit.

⁹⁵² Id.

e do direito. Reabrem o espaço da evolução, porque, frise-se, não se pode prever qual será a seleção política dos temas. De uma parte, tem-se que com base nessa seleção política do tema, o sistema político poderá se restabilizar-se. De outra parte, não se pode ver como o sistema do direito utilizará as novas reformulações dos temas para tomar decisões. Dessa maneira todas as vezes que se produz estabilidade num sistema, se ativa instabilidade nos outros sistemas. Entre estabilidade e variação, entre estabilidade e instabilidade se abre a novos contextos que são sempre os mesmos. Isto significa que não é preciso abrir espaços novos, precisa-se apenas da reformulação dos temas para fazer possível a vida, a sobrevivência do sistema de um movimento social de protesto. Dessa forma se pode ver, por exemplo, que no Brasil os movimentos de junho começaram com o problema do passe livre e seguiram com mil temas que já não se podiam controlar.

É possível, então, revelar a função de integração dos movimentos sociais de protesto ao unirem sob seus temas o direito e a política, fazendo para tanto uso dos meios de comunicação de massa e do espelho da opinião pública. Também, é possível ver a função revolucionária dos movimentos ao permitirem a abertura dos sentidos novos a partir de velhos sentidos, o que poderá impulsionar os sistemas à evolução. A revolução dos revolucionários é uma revolução semântica. O grito dos movimentos sociais de protesto na sociedade moderna é um grito na sociedade contra a sociedade que move a sociedade. Mais do que angústias, revelam-se esperanças. A sociedade dos movimentos sociais de protesto pode ser vista como um caleidoscópio, um fractal, não um mosaico onde cada peça se encaixa e é harmônica com as demais. Os movimentos sociais de protesto são as pedras coloridas do caleidoscópio social e permitem sempre a formação de novas formas, novos temas, novos direitos e políticas. Contudo, para tanto, eles precisam morrer e renascer. Essa é a sua, eterna, dramaturgia.

Pode-se estabelecer, neste momento, uma relação entre o drama dos movimentos sociais de protesto e o drama de Prometeu⁹⁵³. Primeiramente, cumpre referir que muitos movimentos sociais atuam como Prometeu pretendendo dar vida ao homem construído por eles. Prometeu, segundo a mitologia, juntou partes de corpos mortos e roubou o fogo de Júpiter para tentar, de fora para dentro, ativar o sopro de vida em seu “Frankstein”. Contudo, sendo a vida autopoiética, criada

⁹⁵³ FRANCHINI, Ademilson S. *As melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*, vol 1. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 274.

apenas a partir de si mesma, Prometeu não consegue seu intento. Ele é, então, condenado por Júpiter, que o prende a uma pedra e determina que um abutre todos os dias, de hora em hora, devorará seu fígado, o qual milagrosamente se reconstituirá para ser novamente comido. Esse foi o suplício de Prometeu.

Igualmente, o direito e a política são sistemas autopoiéticos de forma que não se pode dar-lhes vida de fora para dentro como pretendem, inadvertidamente, fazer alguns movimentos sociais de protesto. Sua pena, por tentarem obstinadamente alcançar tal fim, é sempre terem que se reconstituir, reconstruir, reinventar, a fim de que possam ser devorados, não se sabe bem de quanto em quanto tempo (eis seu suplício) para, então, terem que ressurgir e estarem prontos, novamente, para serem comidos pelos abutres que são os sistemas político e jurídico, os quais, fechados em seus códigos, se alimentam cognitivamente do entorno no qual estão os movimentos. Assim como Prometeu, os movimentos sociais de protesto estão acorrentados na forma protesto/não protesto e vinculam-se aos seus temas que precisam ser reinventados, reconstruídos, para serem devorados pelos sistemas funcionais. Eis sua dramaturgia, eis seu suplício. Então, dramas revelados, é chegada a hora de fechar as cortinas. É hora do último grito.

NO APAGAR DAS LUZES - CONCLUSÕES PARALELAS AO FECHAR DAS CORTINAS

O objetivo desta tese foi o de descrever a função dos movimentos sociais de protesto. Formulou-se como hipótese investigativa verificar se nas aquisições evolutivas da política e do direito os temas dos movimentos sociais de protesto teriam, ou não, uma função. Indagou-se se haveria como se falar na existência de contribuições dos temas dos movimentos sociais de protesto nas transformações evolutivas do direito e da política ou se, ao contrário, não haveria como prever qual o futuro do direito e da política sendo as intenções de contribuição dos movimentos sociais de protesto um mito, irrealizável ou indeterminável, imprevisível.

Optou-se por perpassar não apenas o caminho jurídico, como, também, o político devido à verificação da existência de lacunas teórica neste âmbito. Faltam observações dos movimentos sociais de protesto à luz de uma teoria da sociedade, articulada ao campo jurídico-político.

A pesquisa realizada partiu, assim, de uma inquietação fundamental: verificar a função dos movimentos sociais de protesto na transformação da política e do direito. Em busca desta resposta observou-se também a influência dos movimentos sociais de protesto em outros subsistemas, notadamente nos meios de comunicação de massa e na opinião pública, conquanto essa questão não tenha sido central à pesquisa.

Como trajetória analítica, estruturaram-se os capítulos desta tese rememorando as cenas de uma peça teatral. Num primeiro ato resgataram-se as teorias tradicionais a respeito dos movimentos sociais, as quais tiveram seus pontos cegos externalizados na última cena. Apresentou-se, na cena inaugural, a proposta da teoria dos sistemas sociais para observar os movimentos, entendidos como movimentos sociais de protesto, fechados na forma protesto/não protesto e abertos aos temas. Dessa forma, começou-se a revelar o caráter revolucionário dos movimentos sociais de protesto na sociedade moderna, o caráter de desconstrução e reconstrução das semânticas até então estabelecidas.

Para fins de aproximação entre política e movimentos sociais de protesto, foram analisadas as possibilidades de prestações recíprocas entre os meios de

comunicação de massa e os movimentos, bem como foi evidenciada a função da opinião pública, divulgada pelos meios massivos, na construção de uma observação de segunda ordem do sistema político. Articulou-se, assim, uma relação entre os temas da opinião pública, dos meios de comunicação, da política e dos movimentos sociais de protesto.

Tratou-se, ainda, do sistema jurídico no âmbito da teoria sistêmica. Verificou-se a função do direito, bem como se observou como se produzem aquisições evolutivas no sistema jurídico diante das quais os temas dos movimentos apresentam uma função. Trabalhou-se o problema das decisões jurídicas como contingentes e arriscadas e o futuro foi evocado como algo imprevisível. O tema do futuro e do risco do futuro levou à problematização dessa sociedade como sociedade do risco e também como sociedade dos movimentos sociais de protesto. Dessa forma, chegou-se ao *gran finale* no qual foi apresentada a dramaturgia dos movimentos sociais de protesto.

Ainda que nesta tese se tenha respondido que os movimentos sociais de protesto são funcionais às transformações evolutivas da política e do direito, sendo que quando seus temas são absorvidos eles têm que se recriar para não morrer, bem como ainda que se tenha anunciado que a não absorção dos temas dos movimentos indica, não o seu fim, mas o seu prosseguimento, é preciso alertar que não se pretendeu dar uma resposta acabada ao tema, mas apenas observar questões deixadas à deriva pela maioria das teorias tradicionais.

Dito isto, pode-se concluir que o que esta pesquisa deixa ver também, além do já dito, é uma diferença evolutiva entre partidos políticos que têm ideologias, seguem linhas e os movimentos sociais de protesto. Esses, de maneira paradoxal, são mais livres porque são mais vinculados. Os movimentos sociais de protesto são livres porque podem inventar qualquer tema para protestar e são vinculados à evolução do tema (estão, como Prometeu, acorrentados). A evolução do tema dos movimentos sociais de protesto permite entrelaçar os temas da opinião pública, dos meios de comunicação, da política e do direito.

Os velhos partidos políticos tinham uma idealidade, uma ideologia, uma linha e buscavam a produção de consenso. Os movimentos sociais de protesto, por sua vez, tem relação com a dinâmica no interior da política (com dissenso), com a dinâmica no interior do direito (com a pluralidade) e com um vínculo que eles

constroem para inventarem-se como movimentos sociais de protesto. Dessa maneira, os movimentos permitem que nessa sociedade se produzam sempre mais sentidos, sempre mais sentidos novos, ainda que as referências sejam velhas. O futuro, então, se abre pelos movimentos sociais de protesto e não pelos partidos políticos. O futuro, como excedente de possibilidades, é o palco constitutivo e constituído pelos movimentos sociais de protesto. A evolução social, como se viu, depende dos movimentos e os movimentos dependem do futuro para se reinventar. Haja o que houver, é certo que se está diante da sociedade que inventou e necessita dos movimentos sociais de protesto para transformar-se, evoluir. Os movimentos sociais de protesto permitem a essa sociedade reinventar sempre novos inícios.

Isto posto, declara-se, assim, aberta a caixa de pandora, a caixa preta que cada um tem acesso exclusivo. Mesmo que haja rechaço ao invés de aceitação, o importante é que se produziu uma diferença. A possibilidade de evolução (enquanto novidade que leva à transformação) está aberta. Arriscou-se produzir mais complexidade, agregando mais uma teoria às já existentes. Há um excesso de possibilidades que daí decorre e com isso vem a contingência e o risco. Inseriu-se um tema comunicativo e evoca-se a partir dele: proteste! Afinal, o dissenso é altamente democrático.

A tese, para a autora, terá cumprido sua função se produziu informação, algo inesperado, se produziu uma diferença que fará diferença, se rompeu expectativas. Em outras palavras, espera-se que a tese tenha sentido, que é o que permite (é o meio) para a informação e a comunicação. Se isso ocorreu, rompeu-se a improbabilidade da comunicação. A adaptação, contudo, depende de cada leitor.

Assim como não se deve perguntar à DALÍ porque ele construiu o mundo de forma surreal ou porque ao fazê-lo não pintou também de forma impressionista (isso seria um tanto surreal), que não se pergunte, questione ou “critique” esta tese porque ela partiu de um ponto de observação específico e não somou outras formas de observar. Que não se olhe com arrogância, pois ninguém (nenhuma teoria) vê melhor. Essa é uma sociedade contaminada por uma cegueira branca, incurável, democrática e, portanto, complexa. Diante da complexidade, distintas podem ser as teorias, os “outros mundos”, observáveis.

Poder-se-ia perquirir se entre cubismo, impressionismo, expressionismo, dadaísmo etc., qual desses movimentos conseguiu observar melhor a realidade. Quem pintou a “verdade” do mundo? Dessa maneira, contudo, tudo o que se pode obter como resposta é que os movimentos artísticos, tais com as teorias sobre os movimentos sociais de protesto, tratam-se apenas de diferentes distinções, de diferentes observações por meio das quais se observa (diferentemente) a realidade por eles construída.

Da mesma forma, não se pleiteia que a teoria apresentada nesta tese seja considerada a melhor, a que observa melhor que as demais, mas sim, deve-se admitir que ela vê diferente. A vantagem da teoria sistêmica é, assim, que ela admite seus pontos cegos. É mais uma observação, mais uma perspectiva, com as desenhadas por ESCHER, que deve ser somada à teoria marxista e outras observações, não refutada, ainda mais sumariamente. Nesse sentido, evoca-se o “princípio da presunção da inocência da teoria”. Os críticos têm a julgado antecipadamente e sem análise do mérito. Isso é típico da Inquisição Teórica. E se há ditadura, devemos ser contra. Perder a ternura, jamais. Por isso se tentou amenizar o rigor da teoria sistêmica, sua abstração, como recursos literários poético-artísticos.

Um cubista não deve julgar um impressionista. Tampouco se pode utilizar todas as técnicas ao pintar um quadro. Assim como MUNCH, autor do quadro expressionista “O Grito”, também se teve que escolher qual a distinção a se utilizar, qual a escola, qual movimento, qual marco teórico a se agarrar. Certamente, PICASSO pintaria “O Grito” diferente. DALÍ, TARSILA DO AMARAL, VIARO, ANDERSEN, POTTY, LAZAROTTO, DOMÍCIO, cada uma a sua maneira, a partir de distinções díspares, de perspectivas, nem melhores nem piores, mas diferentes, não poderiam ver o mesmo, observar de forma igual.

Assim como na arte se constrói (distintas) realidades, nas teorias sociológicas, jurídicas, inventam-se teorias. Algum leitor menos aberto, menos sensível ao outro, ao novo, pode ao ler este texto dele dizer, “criticamente”, que é superado, conservador, reacionário. Um leitor pode acusar os outros sem notar que age aniquilando as diferenças. Um leitor marxista pode querer tentar fazer caber esta pintura (teoria) na sua moldura. Pode querer, para livrar-se do flagelo das suas incertezas, apenas aceitar as suas ‘verdades’. Pode olhar de cima, com soberba.

Um historiador pode olhar esta tese com lupas, lentes de aumento e agarrar-se ao grão de areia neste deserto de vazios teóricos, cegos, com os quais se tenta recontar a vida. Se pode condensar uma amostra, se pode condensar a areia, se pode supor, estimar o tamanho das dunas, mas elas se movem continuamente, se arejam, renovam. Todas as teorias são também parte do deserto. Por isso veem miragens. Sonham com o oásis. Deliram e bebem, devoram, sedentas, o pouco de água que lá encontram (quando encontram). As teorias tentam construir suas tendas no solo frágil da realidade que logo se desfaz, logo se reinventa.

Está-se abandonado quando se resiste ao novo, querendo enquadrar tudo nos mesmos moldes. Contudo, a única democracia possível, ou a mais necessária na academia, é aquela que aceita as diferentes observações como válidas. Contudo, quem quiser “comer” esta tese, para referir à metáfora antropofágica que na sequência será explicada, fique à vontade, mas não antes de devorar o apêndice que segue.

APÊNDICE. A AUTOPOIESE É UM DELÍRIO? ANTROPOFAGIANDO A POIESE LUHMANNIANA E SEUS CRÍTICOS – OU SOBRE LUHMANN E A FEIJOADA

Tupy or not tupy, that is the question⁹⁵⁴.

Nesse breve apêndice pretende-se realizar um momento antropofágico da teoria dos sistemas sociais e, simultaneamente, dos seus críticos. Perguntar-se-á se os críticos veem melhor do que LUHMANN ou se apenas veem diferente e, ainda, se pretende verificar se com isto algo lhes escapa. Em outras palavras, o que não veem os críticos de LUHMANN?

Em maio de 1928, Oswald de ANDRADE, publicou o Manifesto Antropófago. O texto é produto de uma metáfora, transformada em movimento, que remonta o ritual de algumas tribos canibais cujo hábito de devorar os inimigos para reter sua força lembrava muito o hábito do colonizador que impunha a sua cultura, devorando a cultura nativa. A antropofagia é, portanto, uma revelação libertária, “contra todos os importadores da consciência enlatada”⁹⁵⁵. Daí adveio à cultura de devorar o que vinha de fora e dar-lhe um assento latino, daí nasceu o tropicalismo⁹⁵⁶.

Antes de “comer” LUHMANN, para usar uma expressão típica do movimento antropofágico, cumpre referir que o sociólogo foi, em certa medida, anti-anthropofágico, uma vez que utilizou de forma, praticamente, acrítica conceitos importados de outras ciências para explicar a sociedade. A teoria sistêmica luhmanniana estabeleceu-se a partir de conceitos apropriados de outras teorias. Notadamente foram influências de LUHMANN: 1) George SPENCER BROWN e sua teoria da forma; 2) Gregory BATESON e sua teoria da informação como diferença que faz a diferença; 3) PARSONS e a ideia de interpenetração, bem como dos meios de intercâmbio simbolicamente generalizados; 4) Gaston BACHELARD e suas incursões nos obstáculos epistemológicos; 5) Fritz HEIDER e sua teoria sobre a diferença meio/forma; 6) Von FOERSTER e a teoria dos observadores, 7) MATURANA e VARELA e sua ideia de autopoiese.

⁹⁵⁴ ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: *Revista de Antropofagia*, Ano I, n.1, 1928, p. 3-7.

⁹⁵⁵ Id.

⁹⁵⁶ Vide: VELOSO, Caetano. *Antropofagia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Claro que esse tipo de apropriação não é nenhuma exclusividade luhmanniana. COMTE inaugurou esse tipo de análise quando da criação da própria sociologia como campo científico na medida em que se utilizou dos métodos das ciências naturais como parâmetro para a investigação das ciências sociais (o que veio mais tarde a ser criticado por WEBER). Seguiu-se a COMTE o sociólogo DURKHEIM que identificou as sociedades complexas (orgânicas), marcadas pela divisão do trabalho, com os órgãos do corpo humano, todos vitais à organicidade social, mantendo a dependência entre os homens (solidariedade social) em contraposição às sociedades mecânicas, de justaposição de homens e reciprocidades. As primeiras teorias sociológicas de COMTE e DURKHEIM foram combatidas com críticas em razão do seu, implícito, “Darwinismo Social”⁹⁵⁷. As críticas se devem ao fato de que ao defenderem a ideia da evolução progressiva das sociedades, *a la* positivismo sociológico, os autores estariam impondo a sua visão de mundo e julgando o diferente como primitivo.

Uma vez que LUHMANN recupera conteúdos de outras áreas do conhecimento, tal como os aportes da biologia (autopoiese), o autor também foi vitimado por críticas da mesma natureza. Impressiona, no entanto, a falta de conhecimento dos críticos.

Os conceitos, como se sabe desde KUHN, são típicos de determinados paradigmas científicos, além do mais, os conceitos merecem ser contextualizados antes de serem comparados, ignorando as diferenças semânticas. LUHMANN, por exemplo, ao utilizar-se do signo “evolução” não lhe atribui o mesmo significado que outros autores, como, por exemplo, COMTE e DURKHEIM. Além do mais o uso analógico dos conceitos se justificaria numa perspectiva hermenêutica, heideggeriana. Desde HEIDEGGER (e também em GADAMER) se admite que a compreensão é fundada em pré-compreensões. Dado que o homem primeiro aventurou-se no pragmatismo das ciências biológicas, parece natural usar o conhecido como metáfora ou ponte para o desconhecido. Apesar de LUHMANN não partilhar da mesma fundamentação hermenêutica, salta aos olhos que as críticas ao uso de conceitos “extra-jurídicos” venham, diversas vezes, de adeptos da teoria hermenêutica, especialmente no Brasil. Por outro lado, é bastante compreensível que autores comprometidos com a busca da resposta correta, da verdade contra o

⁹⁵⁷ RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas**, Op. Cit. p. 87.

método tenham sérias dificuldades em aceitar como válidos os aportes de uma teoria que não reivindica o monopólio do conhecimento, mas, ao contrário, põe à prova todas as teorias existentes ao denunciá-las como construções de observadores.

Interessava a LUHMANN os giros paradigmáticos dos conceitos e de outras ciências que, antes, muito antes do direito, já desmitificavam a unicidade do mundo construído no século XIX e do qual, ainda, se é herdeiro. A construção do mundo pelo observador e sua autodescrição da realidade é evidenciada há tempos pela ciência (biológica, física, médica). As cores, por exemplo, já se sabe que não existem no mundo, elas são percepções, invenções, autoproduções do olho. Aliás, que o fechamento seja condição de operação de um sistema se pode inferir da análise de funcionamento do próprio sistema nervoso. Pela observação de tal sistema biológico pode-se verificar que um sistema totalmente aberto não existe e um sistema totalmente fechado morre. Assim como o sistema nervoso é cognitivamente aberto (guardados os devidos limites) aos estímulos do meio, mas opera sempre fechado⁹⁵⁸ o mesmo ocorre nos sistemas sociais. Será essa mesma constatação empírica que fará LUHMANN concluir que todo sistema opera fechado e é aberto cognitivamente ao meio (é aberto porque é fechado e fechado porque é aberto).

Em outras palavras, ao se estabelecer sistemicamente perante o entorno faz-se o fechamento e cria-se o limite do sistema, sem o qual se sucumbiria entropicamente. O sistema, ao se estabelecer limitroficamente com o ambiente, o faz para manter baixa a entropia interna, contra a alta entropia do ambiente. Os limites são condição de possibilidade tanto da existência quanto da manutenção de um sistema.

Ainda, tem-se em LUHMANN que a interferência direta de um sistema em outro geraria o colapso. E não há que se falar em isolamento absoluto, uma vez que um sistema só pode ser sistema *no* ambiente. Em sendo assim, os sistemas devem co-evoluir com o ambiente, selecionando sempre qual elemento de complexidade do

⁹⁵⁸ Claro que existem limites para a abertura cognitiva, o filme “Do que as mulheres gostam” satiriza esse fato e acaba por denunciar que se o sistema psíquico fosse totalmente aberto, totalmente sensível ao meio, haveria problemas. Aliás, quem tem o sistema psíquico operativamente aberto é considerado esquizofrênico. No caso, o filme mostra a necessidade dos sistemas estarem fechados operativamente e não serem acessíveis um ao outro, sem excluir a possibilidade de se irritarem mutuamente.

ambiente lhe interessa e qual não. O ambiente ao aumentar a sua complexidade pode pressionar, irritar o sistema que com isso co-evoluirá, se assim desejar e lhe for conveniente. Contudo, mesmo que o sistema opte por se adaptar aos ruídos do entorno, a complexidade do ambiente será sempre maior que a do sistema. Sempre haverá mais complexidade no entorno do que a capacidade do sistema de processá-la. Ambiente e entorno não se correspondem ponto por ponto. Quando (e se isso ocorrer) ter-se-ia o colapso.

É possível que alguém refute a teoria de LUHMANN simplesmente afirmando: não vejo nenhum sistema. Seria o mesmo que refutar a teoria de MARX dizendo: não vejo nenhuma infraestrutura, tampouco vejo uma superestrutura. Para efetivamente se compreender a teoria luhmanniana é necessário assimilar que ela rompe com a tradição europeia iluminista (promovendo uma antropofagia dos seus conterrâneos), cuja racionalidade reflete um sujeito cognoscente e um objeto decifrável (cognoscível), por meio da razão. A tradição do pensamento europeu tomou hegemonicamente o cenário intelectual e tornou triviais conceitos construídos. Por exemplo, utilizam-se, sem controvérsias, distinções como sujeito/objeto; norma/ação; ser/dever ser. LUHMANN, contudo, propõe uma antropofagia da cultura europeia iluminista para que se possa observar que ela é fundada em fundamentos sem fundamentos. A universalidade da razão, por exemplo, apenas se sustenta porque ela encerra o paradoxo do fundamento: a razão só pode ser fundamento porque não tem fundamento. A razão não tem razão e por isso ela pode ser universal. Neste ponto, LUHMANN é totalmente antropofágico e dirá que a cascata de distinções que são usualmente utilizadas, importadas da tradição europeia, não passa disto: de distinções. Foram caminhos inventados para atribuir sentido a algo que não tem sentido, não revela a verdade do mundo.

LUHMANN, por sua vez, é consciente das críticas que derivam de suas teorias, conforme o autor “qualquer teoria construtivista da cognição – e, portanto, também esta – depara-se como a objeção de não fazer justiça à realidade”⁹⁵⁹. A realidade, contudo, é sempre construção do sistema que observa.

Feita esta defesa prévia da teoria, faz-se necessária uma breve incursão/apresentação dos principais autores que “comeram” LUHMANN, bem como dos

⁹⁵⁹ LUHMANN, Niklas. *A realidade**, Op. Cit., p. 145.

seus motivos e críticas e suas possíveis refutações (será irresistível não “comer” também os críticos).

O maior antropófago tupiniquim de LUHMANN parece ter sido Marcelo NEVES. Esse autor não apenas estudou a teoria luhmanniana a fundo como parece orgulhar-se de ter feito dela a antropofagia necessária para dar-lhe uma aderência brasileira. NEVES “comeu” LUHMANN e propôs a substituição do conceito de autopoiese pelo conceito de alopoiese. Segundo o jurista brasileiro:

Quando falo de direito alopoiético, refiro-me ao próprio direito estatal, territorialmente delimitado. Procuo esclarecer que não se desenvolve, em determinados âmbitos de vigência espacial delimitados fixamente, a diferenciação funcional suficiente de uma esfera do agir e do vivenciar jurídico, ou seja, não se constrói um sistema auto-referencial apto a, de maneira congruentemente generalizada no domínio da respectiva sociedade, orientar as expectativas normativas e regular as conexões interpessoais de conduta⁹⁶⁰.

NEVES evidencia, ainda, que há em países como o Brasil o comprometimento da autonomia operacional do direito dada a sobreposição de outros códigos, notadamente o da economia e o político, sobre o código jurídico. Em que pese a relevância da denúncia do autor, o bloqueio sistêmico segue sendo um problema que, não pode ser desconsiderado, mas que deve ser solucionado a fim de não haver comprometimento da função imunizadora do direito na sociedade atual.

No que diz respeito às críticas europeias sofridas por LUHMANN, seguindo a síntese de Michael KING, no livro “A verdade sobre a autopoiese do direito”, pode-se dividir os críticos em quatro segmentos: a) os que rejeitam a teoria sumariamente; b) os que aderem à assimilação; c) os que não compreendem o fechamento a que se refere LUHMANN; d) os que atribuem uma equivocada responsabilidade à teoria⁹⁶¹.

No primeiro grupo (rejeição sumária), destaca-se o professor da Universidade de Oxford J. W. HARRIS. Para HARRIS, a teoria autopoietica atribui um falso isolamento dos sistemas. Trata-se, contudo, de uma interpretação equivocada do conceito incorporado por Luhmann da tese biológica de MATURANA

⁹⁶⁰ NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 145/146.

⁹⁶¹ KING, Michael. A verdade sobre a autopoiese no direito. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

e VARELLA (autopoiese). Esse autor ainda acusa os luhmannianos de fanáticos “religiosos”.

Zenon BANOWSKI, por sua vez, critica o fato de que a teoria não captaria a realidade, mas tão-somente as impressões subjetivas do observador. O referido autor deveria, entretanto, reler o conceito de paradoxo encartado na teoria. Sua impressão de que a tese luhmanniana é uma espécie de *reductio ad absurdum* parece absurda por partir de falsas compreensões. Nessa linha, encontra-se, ainda, A. BECK, que entende serem os conceitos luhmannianos todos falsos e deveras abstratos. Contudo, pode-se indagar com base em que o autor entende ser o único a ver com clareza a falsidade e verdade do mundo.

Por fim, rejeita, sumariamente, a teoria luhmanniana o autor Roger COTTERELL o qual acusa LUHMANN de distorcer a realidade. Pode-se perquirir a COTTERELL o mesmo questionamento lançado anteriormente à BECK. Sublinhe-se que, ao rejeitar sumariamente a teoria, tais autores deixam de ter a oportunidade de criticá-la com “conhecimento de causa”.

BANKOWSKI e COTTERELL acusam a teoria de não admitir a responsabilização individual, mas somente a coletiva, sistêmica. Tudo isso porque, incorporando o conceito de risco, LUHMANN determina que as consequências das decisões são incontrolláveis.

Com a tese de rejeição sumária não se pode concordar facilmente. É altamente contraditório tentar firmar-se pela negação do outro, porque ele é estranho. Tal atitude, ademais, parece ser um contrassenso antropofágico. Caso pretenda-se o respeito e reconhecimento de outros pontos de vista, culturas, tradições é necessário conhecer, também, as versões diferentes (europeias ou não) para ter contra elas argumentos plausíveis.

No âmbito da assimilação “às avessas”, Drucilla CORNELL, compreende a teoria luhmanniana comparando-a as teses de Stanley FISH e, dessa maneira, acusa LUHMANN de ser positivista, bem como de tentar lançar-se hegemonicamente, esterilizando as críticas radicais ao direito. LUHMANN entende as críticas, entretanto, como comunicações que ocorrem dentro do sistema sociedade, não lhes atribuindo o mesmo caráter revolucionário que lhe dá a autora.

Já Richard LEMPERT apropria-se dos conceitos de autonomia e adaptação entre sistema/ambiente de forma equivocada. LEMPERT entende a autonomia de

forma clássica (como poder de autodeterminar-se livremente no âmbito dos negócios), o que nada tem em comum com a tese luhmanniana.

Por sua vez tem-se em Artur JACOBSON uma errônea aproximação da autopoiese com a dinâmica da *common law*. O autor, ademais, atribui ao direito o controle de suas operações. Todavia, LUHMANN entende que os tribunais decidem sem controle do direito, respondendo a outros estímulos (comunicações políticas, científicas, etc.). Não haveria “controle” na lógica luhmanniana. O mais gritante, no entanto, é o entendimento de JACOBSON de que o fechamento normativo e a abertura cognitiva luhmannianas correspondem a formas de positivismo e jusnaturalismo. Por fim, JACOBSON distorce completamente a teoria ao apresentá-la como teoria supra-individual por retirar o indivíduo, deixando-o de fora. Não é bem isso que ocorre. LUHMANN é um neoluminista e não há para ele sociedade sem homens, contudo os homens não fazem parte da sociedade, formada exclusivamente por comunicações.

Adrian JAMES, Mervyn MURCH e Michael FREEMAN padecem do mal de incompreender em que consiste o fechamento autopoietico. Adrian JAMES critica e denuncia a impossibilidade do fechamento, pois o direito seria uma instituição social, ligado ao Parlamento, etc. Contudo, LUHMANN estabelece o fechamento em outro âmbito, como a capacidade do sistema jurídico de reconhecer determinadas comunicações como jurídicas ou não. Mervyn MURCH é outro crítico que não merece crédito, uma vez que interpreta o fechamento como impossibilidade de interdisciplinaridade entre profissionais de diversas áreas e os juristas. Não se encontra em LUHMANN qualquer indício dessas “constatações”.

Já Michael FREEMAN aponta que a jurisprudência anglo-saxônica contrariaria a teoria luhmanniana por inserir os valores como fundamentos jurídicos. Todavia, cabe informar que LUHMANN admite que o ambiente produz irritações no sistema, ressaltando que toda informação que penetra no sistema jurídico já foi pré-processada pelo direito. Desconhece FREEMAN essas considerações luhmannianas.

Jürgen HABERMAS, seu maior crítico, vê na teoria problemas éticos, uma vez que desprezaria os valores humanos e a moralidade. De acordo com Helga GRIPP-HAGLESTANGE:

com o argumento de que a razão comunicativa é possível, Habermas ganha para sua teoria da sociedade um critério a partir do qual a sociedade fática pode ser analisada criticamente. Para Niklas Luhmann, pelo contrário, a teoria (ou a teoria da sociedade) não reconhece no sentido da tradição nenhum elemento último – e aí se situa a diferença primordial entre esses dois pensadores (...) para Luhmann, já não se trata mais do sujeito capaz de ação comunicativa como elemento último da teoria da sociedade e dos defeitos que disso seguem para entender o problema da racionalidade⁹⁶².

Como contraponto à teoria luhmanniana⁹⁶³ e às críticas recebidas da teoria habermasiana cite-se a explanação de Michael KING: “LUHMANN, em vários livros e artigos seus, enfrenta o tema específico da moralidade, mas sempre como um sociólogo observando operações do ‘código moral’ na sociedade e nunca como um filósofo moralista ou aquela espécie de sociólogo durkheimiano que acredita possível discutir a ordem social unicamente em termos de moralidade ou consciência coletiva”⁹⁶⁴. Não se pode comparar a análise de LUHMANN e HABERMAS, pois elas partem de distinções diferentes.

Deste breve panorama, tem-se, como refere Michael KING, que os críticos da teoria autopoietica, “em seus ataques, conseguem mal citá-la, mal entendê-la e mal interpretá-la, fazendo-o de forma a dizerem mais acerca de suas perspectivas teóricas, ideológicas ou morais do que em relação ao objeto de sua crítica”⁹⁶⁵. KOGLER e VANDERBEGUE, por exemplo, são ferrenhos críticos da abstração conceitual da teoria não conseguindo nela encontrar conexões reais. Trata-se, porém, de dificuldades dos autores e não da própria teoria.

Quando, contudo, percebe-se que tudo é construção aqui começa a poesia. A ideia de poesia, poiese, vem do grego e significa fazer. Assim que somente se pode conhecer produzindo, fazendo, conhecimento. Contrariando essa ideia, Oswald de ANDRADE prolatou que “a poesia existe nos fatos”⁹⁶⁶.

Se se pretende “comer” LUHMANN para tentar provar que suas teorias apresentam pontos cegos, não respondem adequadamente a todas as perguntas, se pode dizer então que LUHMANN foi um autoantrofógafo, pois o próprio autor havia denunciado a si próprio, havia admitido que sua teoria possui pontos cegos, como todas as demais. LUHMANN, assim, não é um autor maldito, mas sim um sociólogo

⁹⁶² GRIPP-HAGLESTANGE, Helga. Op. Cit., p. 20.

⁹⁶³ Para uma maior contemplação da crítica habermasiana e sua contraposição em Luhmann vide: GRIPP-HAGLESTANGE, Helga. Op. Cit., p. 19 e ss.

⁹⁶⁴ KING, Michael. *A verdade**, Op. Cit. p. 71.

⁹⁶⁵ KING, Michael. Ibid. p. 43/76.

⁹⁶⁶ ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. *Correio da manhã*, 18 de março de 1924.

mal dito, mal lido (não lido) e mal interpretado por pesquisadores que ou não o leram (rejeição sumária), ou o leram mal, desvirtuando suas categorias (assimilação e incompreensão do fechamento operativo) ou, ainda, lhe atribuem falsas responsabilidades (julgam os outros com a sua própria medida).

Quando LUHMANN observa e redescreve as demais teorias ele não faz uma crítica destas teorias. De fato, quando a teoria dos sistemas autorreferenciais redescreve as outras teorias, elas apenas transforma os fundamentos naturais em artificiais e os necessários em contingentes⁹⁶⁷. Por meio da teoria dos sistemas, então, percebe-se que tudo são artificialidades e contingências.

Se a autopoiese é um delírio, também o é acreditar que um autor deva ser refutado por seu acento europeu. Isto seria como, por exemplo, reconhecer que a única “comida” que deva comer os brasileiros seja a feijoada. Ironias à parte cita-se uma metáfora grega para finalizar essas considerações. Como Procusto⁹⁶⁸, dono de uma hospedagem, na qual só tinha uma cama em que ele adaptava todos os hóspedes, esticando-lhes quando pequenos demais e cortando-lhes, mutilando lhes quando grandes demais, LUHMANN acabou sendo mutilado por seus maus leitores. Contudo, o sociólogo a partir de suas teses abriu espaço para que cada um (cada autor) possa criar a sua cama (sua teoria) a partir de suas próprias medidas (distinções) ao consagrar no âmbito das ciências sociais e jurídicas a lógica do observador tal como desenvolvida por Von FOERSTER. Mais democrático do que isso, impossível.

⁹⁶⁷ DE GIORGI, Raffaele. *Direito, democracia**. Op. Cit., p. 154.

⁹⁶⁸ Na mitologia grega Polipêmon, apelidado de Procusto, “vivía às margens da estrada e tinha duas camas em casa, uma pequena e outra grande. Ao hospedar os viajantes que por ali passavam, ele colocava os homens baixos na cama grande e os torturava estirando-os até que se ajustassem ao tamanho do leito; e os homens altos ele colocava na cama pequena, cortando-lhes a parte das pernas que não coubesse na cama. Há quem afirme, contudo, que ele tinha só uma cama, portanto estirava ou amputava seus hóspedes para que nela se encaixassem. De qualquer modo, Teseu fê-lo sentir na pele o sofrimento infligido aos outros”. GRAVES, Robert. *O grande livro dos mitos gregos*. Trad. Fernando Kablin, São Paulo: Ediouro, 2008, p. 389.

REFERÊNCIAS

ALCOVER, Pilar Giménez. *El derecho en la teoría de la sociedad de Niklas Luhmann*. Barcelona: Bosch, 1993.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de (Org.). *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

_____. A Verdade dividida. In: *Contos Plausíveis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

ANDRADE, Mário de. Influências. In: *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: *Revista de Antropofagia*, Ano I, n.1, 1928.

_____. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. *Correio da manhã*, 18 de março de 1924.

ARAUJO, Cícero; WAIZBORT, Leopoldo. Sistema e evolução na teoria de Luhmann (mais: Luhmann sobre o sistema mundial). *Lua Nova*, São Paulo, 47: 179-251, 1999.

ARRAES, Guel. *O Bem Amado* [filme]. Produtora Paula Lavigne. Comédia. Brasil: Disney, 2010. DVD, 107 min.

ARRUDA, Octaviano Padovese, *What's the Sight of Belzebu*: autopoieses in social movements? (Qual é o Olhar de Belzebu: Os Movimentos Sociais Como Sistemas Autopoiéticos?) (Portuguese) (January 21, 2011). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1744967>.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Estado e direito como sistemas autopoiéticos: uma abordagem da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Org.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann*: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: Edipucrs, 2006, p.129- 145.

BACHUR, João Paulo. Distanciamento e crítica: limites e possibilidades da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../JOAO_PAULO_BACHUR.pdf.

BARALDI, Claudio. Comunicación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

_____. Semántica. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

_____. Medios de comunicación simbólicamente generalizados. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

_____. Medios de difusión. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

BECK, Ulrich. Teoría de la sociedad del riesgo. In: BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

_____. *La sociedad del riesgo: hacia una nova modernidad*. México: Paidós, 1998.

_____. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

BECHMANN, Gotthard; STEHR, Nico. Niklas Luhmann. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, Nov. 2001.

BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BERTOLUCCI, Bernardo. *Os sonhadores*. Imprensa, França: Fox Home Entertainment. Vídeo, 114 min. color. son. 2003.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: *Prosa completa*. Vol. 1, Barcelona: Bruguera.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. São Paulo: USP, 2011.

_____. Política, sistema jurídico e decisão judicial. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPOS, Álvaro de. *Pecado original*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000010.pdf>>.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARROL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Trad. Isabel de Lorenzo e Nelson Ascher. 2. ed. São Paulo: Sol, 2000.

_____. *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CLAM, Jean. Autopoiese no direito. In: ROCHA, Leonel Severo; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. *Introdução à teoria do sistema autopoietico do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

COHEN, A. A. J.; CAPRA, B. A. *O Ponto de mutação*. [Filme-vídeo]. Produção de Adrianna AJ Cohen, direção de Bernt Amadeus Capra. Distribuído por Cannes Home Vídeo. 1990. Vídeo, 126 min. color. son.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

_____. Sociologia da Constituição. Trad. Juliana Neuenschwander Magalhães. In: *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 35, jan.-jun./2001, p. 169-189.

COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2010.

CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca. 1999.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jaques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del diritto e legittimazione: critica dell'epistemologia giuridica tedesca da Kelsen a Luhmann*. Bari: De Donato, 1979.

_____. O risco na sociedade contemporânea. In: *Sequência*, Florianópolis, n° 28, junho/94, p. 45-54.

_____. *Direito, democracia e risco: vínculos com o futuro*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.

_____. O direito na sociedade de risco. Trad. Guilherme Figueiredo Leite Gonçalves. *Opinião Jurídica*. Fortaleza: Faculdade Christus, ano 3, n. 5, vol. 1, jan./jul 2005, p. 383-393.

_____. *Direito, tempo e memória*. Trad. Guilherme Leite Gonçalves. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. Sobre o direito: Kafka, Dürrenmatt e a ideia de Luhmann sobre o camelo. In: *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 4. , n. 7, janeiro-junho de 2007, p. 29-43.

_____. Luhmann e a teoria jurídica dos anos 1970. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O direito na sociedade complexa*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Apresentação. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais*: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. Jurisprudencia. (Mimeo).

_____. El juez constitucional. (Mimeo).

_____. Es una comedia? Es una tragedia? (Mimeo).

DÜRRENMATT, Friedrich. Megaconferenza sulla giustizia e sul diritto, con intermezzo elvetico. In: *I dinossauri e la legge*: una dramaturgia dela politica. Torino: Giulio Einaudi, 1995.

EUGÊNIO, Tiago José Benedito. Um olhar evolucionista para a arte de M. C. Escher. *Ciências & Cognição*. v. 17, 2012. p. 63-75.

ESCHER, Maurits C. *Gravura e desenho*. Trad. Maria Odete Gonçalves-Koller. Köln: Taschen, 2004.

_____. *O mundo mágico de Escher*. Pieter Tjabbes (Curadoria). Palácio das Artes: Belo Horizonte, 2013.

ESPOSITO, Elena. Operación/obsevación. In: CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *GLU*: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.

ESTEVES, João Pissara. Niklas Luhmann: uma apresentação. In: LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Trad. Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 1992.

FAVARETTO, Celso. *Tropicália*: alegoria, alegria. São Paulo: Atelie Editorail, 1996.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão e dominação. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRIER, Jean Louis. *Paul Klee*. Lisboa: Livros e Livros, 2001.

FERREIRA, Oliveiros S. Maria Antônia começou na praça. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

FLORIANI, Dimas. *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.

FRANCHINI, Ademilson S. *As melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*, vol 1. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FREITAS, Artur; VILAÇA, Michele Figueiredo. Imagem e Convenção Visual: a questão da representação visual a partir de uma análise comparada entre Nelson Goodman (linguagens da arte) e Charles Peirce (semiótica). In: *O Mosaico*. Revista Pesquisa em Artes/FAP, Curitiba, n.2, p.1-11, jul./dez. 2009.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 1997.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Sociologia*. 4. ed. Trad. Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GIL, Gilberto. *Tempo Rei. Álbum Gil Luminoso*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____.; BRINGEL, Breno M. (Orgs). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Movimentos e protestos sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da mobilização política*. In: *Política & Sociedade* (Impresso), v. 12, p. 223-227, 2012.

_____. *Nova teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occuy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Evolução, contingência e direito. In: Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas. Working Paper: 2008.

GRAVES, Robert. *O grande livro dos mitos gregos*. Trad. Fernando Kablin, São Paulo: Ediouro, 2008.

GRIPP-HAGELSTANGE, Helga. ¿En qué consiste el principio teórico sustentado en la diferencia? In: NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004.

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HELLMANN, Kai-Uwe. Prefácio. In: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe (Org.). *Protesto: teoria dos sistemas e movimentos sociais*, p. 1/2. Mimeo. Original: LUHMANN, Niklas; HELLMANN, Kai-Uwe. (Org.). *Protest*. Frankfurt: Suhramp, 1996.

_____. Aristóteles y nosotros. In: NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004.

HOFSTADTER, Douglas R. *Gödel, Escher e Bach: um entrelaçamento de gênios brilhantes*. Brasília: UNB, 2001.

HOMEM, W. *Histórias de Canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009.

KING, Michael. A verdade sobre a autopoiese no direito. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LYNTON, Norbert. *O mundo da arte: arte moderna*. EXPED, 1978.

LOPES JR., Dalmir. Introdução. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir (Org.). *Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

LUHMANN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

_____. *Sociologia do direito I*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1983.

_____. *Sociologia do Direito II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____. Poder. Trad. Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília: UNB, 1985.

_____. La differenziazione del diritto: contributi alla sociologia e alla teoria del diritto. Trad. Raffaele De Giorgi e Michele Silbernarg. Bologna: Il Miluno: 1990.

_____. *Stato di diritto e sistema sociale*. Napoli: Guida, 1990.

_____. *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. *Sistemas sociales: lineamentos para una teoría general*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1991.

_____. *A improbabilidade da comunicação*. Trad. Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 1992.

_____. *Sociología del riesgo*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1992.

_____. *Comunicazione Ecologica: può la società moderna adattarsi alle minacce ecologiche?* Milano: Franco Angeli, 1992.

_____.; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1993.

_____. *La ciencia de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1996.

_____. El concepto del riesgo. In: BAUMAN, Z.; BECK, U.; GIDDENS, A.; LUHMANN, N. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

_____. Teoria dos sistemas e movimentos de protesto: uma entrevista. Tradução de Bianca Damin Tavorali e José Gladston Correia. Mimeo. Original: LUHMANN, Niklas. *Systemtheorie und Protestbewegungen: Ein Interview*. In: Kai-Uwe Hellmann (Org.). *Protest – Systemtheorie und soziale Bewegungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

_____. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

_____. *Observaciones de la modernidad: racionalidad y contingencia en la sociedad moderna*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *La sociedad de la sociedad*. México: Iberoamericana, 1997.

_____; VALLESPÍN, Fernando. *Teoría política en el estado de bienestar*. Alianza, 1997.

_____. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Trad. Josetxo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998.

_____. *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 2002.

_____. A restituição do décimo segundo camelo: do sentido de uma análise sociológica do direito. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR, Dalmir. *Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

_____. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *El arte de la sociedad*. México: Iberoamericana, 2005.

_____. *System as difference*. Organization Articles. v. 13. London, 2006.

_____. A opinião pública. In: ESTEVES, João Pissara (Org.), *Comunicação e Sociedade*. 2. Ed.. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

_____. *Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2010.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. O uso criativo dos paradoxos do direito: a aplicação dos princípios gerais do direito pela corte de justiça europeia. In: ROCHA, Leonel Severo (org.). *Paradoxos de Auto-observação: percursos da teoria jurídica contemporânea*. Curitiba: JM Editora, 1997.

MAIA, Rousiley C. M.. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100004&lng=en&nrm=iso>.

MANSILLA, Darío Rodríguez. Invitación a la sociología de Niklas Luhmann. In: LUHMANN, Niklas. *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 2002.

_____; NAFARRATE, Javier Torres. *Introducción a la teoría de la sociedad de Niklas Luhmann*. México: Herder, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *O escavador de silêncios: forma de construir e desconstruir sentidos na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Prefácio à edição brasileira: Niklas Luhmann, a comunicação vista por um novo olhar. In: LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Para entender a comunicação: contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

MATURANA, Humberto R. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. A pintura trágica de Edvard Munch: um ensaio sobre a pintura e as marteladas de Nietzsche. *Tempo social*. Rev. Social. USP, São Paulo. V. 5, 67-111, 1993.

MIRANDA, Daniela; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Direito, silêncio e corrupção: um diálogo com Luhmann e Habermas. *Revista da Faculdade de Direito*. Caxias do Sul, v. 5, p. 59-81, 2005.

NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en lengua castellana. In: LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales: lineamentos para una teoría general*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1991.

_____. Nota a la versión en español. In: LUHMANN, Niklas. *Sociología del riesgo*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1992.

_____. Galáxias de comunicação: o legado teórico de Luhmann. *Lua Nova*, São Paulo, n. 51, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 jan. 2013.

_____. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004.

_____. Presentación. In: NAFARRATE, Javier Torres. *Luhmann: la política como sistema*. México: Iberoamericana, 2004.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Niklas Luhmann e sua obra. NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Orgs.). Porto Alegre: Ufrgs, Goethe-Institute ICBA, 1997.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NICOLA, Daniela Ribeiro Mendes. Estrutura e função do direito na teoria da sociedade. In: ROCHA, Leonel Severo (org.). *Paradoxos de Auto-observação: percursos da teoria jurídica contemporânea*. Curitiba: JM Editora, 1997.

OLIVEIRA, José Renato de. *Ciência e política em Ponto de Mutação*. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/resenha-ciencia-politica-ponto-mutacao-jose-renato-oliveira.pdf>.

PALLOTINNI, Renata. *O que é dramaturgia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PAULA, Rosângela Asche de. *O expressionismo na biblioteca de Mário de Andrade: da leitura à criação*. Tese de Doutorado, USP.

PILLER, Micky. *Eternidade, infinitude e espanto: a arte de M. C. Escher*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/img/EscherCatalogo.pdf>>.

QUINTANA, Mario. *A cor do invisível*. São Paulo: Globo, 2003.

RIBEIRO, Joaquim Chaves. *Vocabulário e fabulário da mitologia*. 1 ed. São Paulo: Martins, 1962.

ROCHA, Leonel Severo. Análise pragmático-sistêmica e teoria do direito. In: *Revista Faculdade de Direito*. N. 11. Caxias do Sul: UCS, 2000.

_____.; CARVALHO, Delton W. de. Auto-referência, circularidade e paradoxos na teoria do direito. In: *Anuário do Programa de Pós Graduação em Direito*. Mestrado e Doutorado. 2002. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

_____. Os senhores da lei. In: *Epistemologia jurídica e democracia*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. Da epistemologia jurídica normativista ao construtivismo sistêmico. In: ROCHA, Leonel; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. *Introdução à teoria do sistema autopoietico do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. Observações sobre a observação luhmanniana. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. *A aula mágica de Luis Alberto Warat: genealogia de uma pedagogia da sedução para o ensino do direito*. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_aula_magica_de_luis_alberto_warat_por_leonel_severo_rocha-definitivo-12-2012.pdf.

RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Org.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

_____.; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas Luhmann: a sociedade como sistema*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2012.

RODRIGUES, MR. *Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar!, de Sttau Monteiro* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 147 p. ISBN 978-85-7983-114-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

ROMERO, Gerardo D. Sánchez. Resumen sintético del sistema social de la ciencia según Niklas Luhmann. *Revista Mad*. Universidade de Chile, n. 24, maio de 2011, p. 30-60.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERRA, Alice Mara. O infinito negativo: primeiro escrito de Hegel sobre o tempo. In: *Revista eletrônica de estudos hegelianos*. Ano 8, n. 14, Junho/2011, p. 73-80.

SIMÃO, Aziz. Na faculdade. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SIMONE. O amanhã. *As melhores (coletânea)*. Letra de João Sérgio. Rio de Janeiro: Sony, 1988.

SCHWARTZ, Germano. O garantismo sob uma perspectiva sistêmica. *Revista Ibero-Americana de Ciências Penais*. CALLEGARI, André Luís; GIACOMOLLI, Nereu José; KREBS, Pedro. Porto Alegre, n. 4, p. 33-46, 2001.

_____. *O tratamento jurídico do risco no direito à saúde*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. A fase pré-autopoiética do sistema luhmanniano. In: ROCHA, Leonel; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. *Introdução à teoria do sistema autopoiético do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SCHWARTZ, Germano. Autopoiese e direito: auto-observações e observações de segundo grau. In: ROCHA, Leonel Severo; KING, Michael; SCHWARTZ, Germano. *A verdade sobre a autopoiese do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. 4. ed. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SERRES, Michel. *Ramos*. Trad. Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SILVEIRA, Denis Coitinho. *Os sentidos da justiça em Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVEIRA, Regina. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais*, São Paulo: Itaú Cultural 2001.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Meio e Forma em Niklas Luhmann: a limitacionalidade autoconstrutiva da sociedade. *Conjectura*, v. 11, p. 133-162, 2006.

SOBOTTKA, Emil Albert. Sem objetivos? Movimentos sociais vistos como sistema social. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Org.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

SOBRINHO, Liton Lanes Pilau. A opinião pública e políticas públicas de educação para o consumo: instrumento de transformação da realidade social. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 19-36, jan-jun 2011.

SPENCER BROW, George. *Laws of form*. New York: Dutton, 1969.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TJABBES, Pieter. *O mundo mágico de Escher*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/img/EscherCatalogo.pdf>>.

TOSCANO, Antônio Rogério. Agreste: uma dramaturgia desejante. In: *Sala Preta*, n. 4, São Paulo: ECA/USP, 2004.

TOURAINÉ, ALAIN. *El movimiento de mayo o el comunismo utópico*. Buenos Aires: Signos, 1970.

VALLESPÍN, Fernando. Introducción. In: LUHMANN, Niklas. *Teoría política em el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza, 2007.

VELOSO, Caetano. *Antropofagia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____; GIL, Gilberto. *Panis et Circenses*. Gravadora Universal, Selo Polydor, 1968.

VENTURA, Zenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2010.